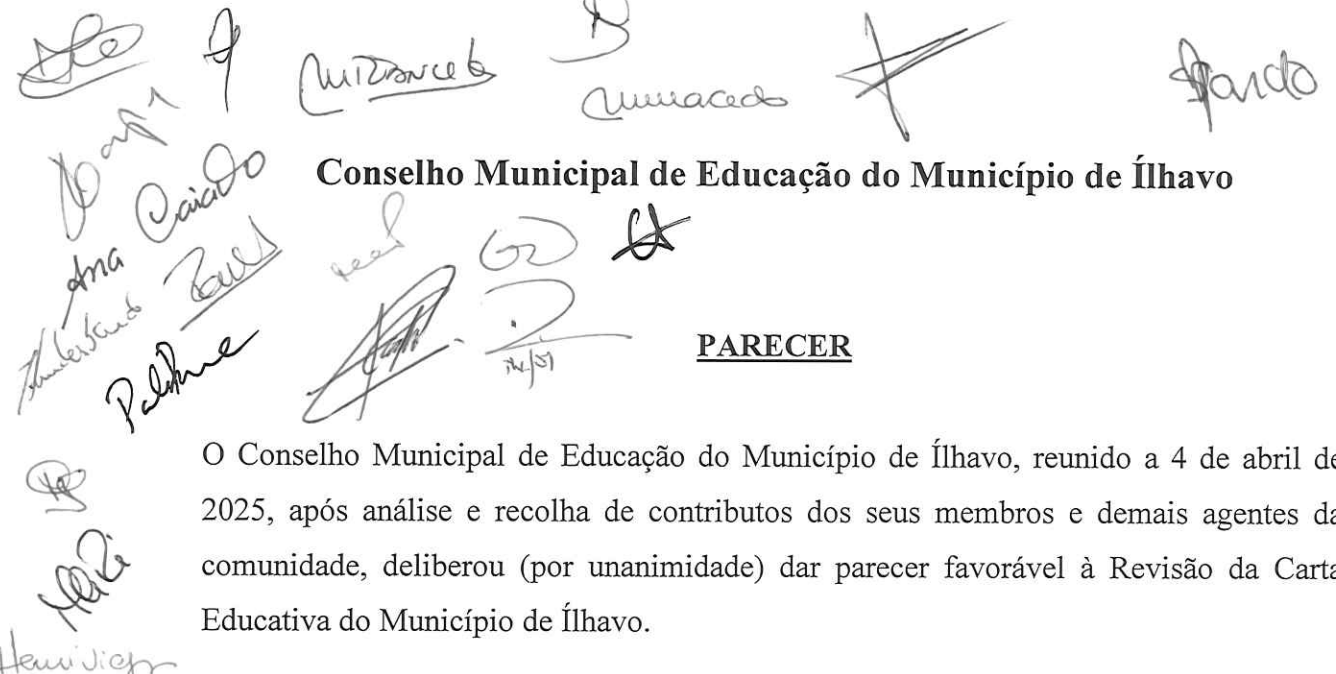




Conselho Municipal de Educação do Município de Ílhavo

PARECER

O Conselho Municipal de Educação do Município de Ílhavo, reunido a 4 de abril de 2025, após análise e recolha de contributos dos seus membros e demais agentes da comunidade, deliberou (por unanimidade) dar parecer favorável à Revisão da Carta Educativa do Município de Ílhavo.

Fundamentação do Parecer

A Revisão da Carta Educativa de Ílhavo surge como um instrumento estratégico essencial para o planeamento e ordenamento da rede escolar do concelho, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. A sua atualização visa garantir a adequação das infraestruturas educativas às dinâmicas demográficas e socioeconómicas do município, assegurando a equidade no acesso à educação e a qualidade do ensino.

Nesta consonância, o Conselho Municipal de Educação considera que o documento cumpre o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que se refere ao seu conteúdo, destacando a sua abordagem holística na articulação da rede escolar com as estratégias de desenvolvimento territorial e socioeconómico, dando especial destaque ao processo de auscultação que permitiu a participação de agentes locais, gerando uma visão mais alinhada com as necessidades reais do concelho.

Os três eixos estratégicos propostos não se focam em exclusivo na componente material e de edificado (eixo estratégico 1 – Rede educativa de Excelência, Inclusiva e Sustentável) apontando, também, objetivos a concretizar no âmbito, entre outros, da inclusão, seja ao nível das Necessidades de Saúde Especiais, seja de migrantes (eixo estratégico 2 – Contextos e Dinâmicas Educativas Inovadoras e Inclusivas); na necessidade no envolvimento, participação e capacitação das famílias, na concertação na oferta de Escola a Tempo e Inteiro e na capacidade municipal de resposta em idades

mais precoces como a creche dando, ainda, notas de (re)desenho no que à mobilidade diz respeito (eixo estratégico 3: Educação Permanente, Inovação e Coesão).

As linhas orientadoras para monitorização e avaliação da execução da Carta Educativa refletem um conjunto de indicadores fundamentais adequados e mensuráveis, envolvendo no processo diversos atores, promovendo a articulação, debate e implementação de medidas adequadas ao cumprimento das metas propostas.

Em conclusão, a revisão da Carta Educativa do Município de Ílhavo demonstra um compromisso com a melhoria da qualidade da educação, alinhando-se com os princípios do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, refletindo um planeamento sólido, realista e de carácter participado e inclusivo, garantindo que a rede escolar local se mantém adequada às necessidades atuais e futuras.

Há uma preocupação com a sustentabilidade das infraestruturas escolares, promovendo a sua requalificação e modernização, dando nota de algumas intervenções necessárias que já se encontram em fase de execução.

São propostas medidas para a inclusão de alunos com necessidades de saúde especiais, bem como estratégias de apoio a populações vulneráveis com envolvimento alargado da comunidade educativa. O documento valoriza a multiculturalidade e a integração de alunos provenientes de comunidades migrantes, não esquecendo o núcleo família enquanto elementos essenciais no processo de socialização, na construção de um quadro sólido de valores, normas, atitudes e comportamentos basilar ao desenvolvimento das crianças de jovens e à sua participação na comunidade e sociedade.

Assim, manifesta-se um **parecer positivo** sobre o documento, reconhecendo a sua relevância e contributo para uma educação de qualidade, inclusiva e sustentável.

União

Sue Fortoul Audicade

revisão Gomp

June 25

Ana Caiado

António

Amo Pereira

André

revisão 2011

[Signature]

P. Almeida

revisão 2011

Paroia Amândio Soares

Carla Pinheiro Rodrigues

Luís Fernando Sousa Almeida

Enaida Santos

[Signature]



Carta Educativa do Município de Ílhavo

Revisão

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE	Município de Ílhavo
PROJETO	Revisão da Carta Educativa do Município de Ílhavo
TÍTULO DO DOCUMENTO	Carta Educativa do Município de Ílhavo – Revisão
VERSÃO	6
N.º DE PÁGINAS	173
EXECUÇÃO	
COORDENAÇÃO EXECUTIVA	Paulo Ramos Luís Mira Amaral Miguel Frasquilho João Neves José Manuel Ribeiro
COORDENAÇÃO TÉCNICA	Ricardo Agostinho
EQUIPA TÉCNICA	Adriana Loureiro Andreia Chora Biatriz Tejo Joana Rodrigues Mafalda Frias
DATA	junho de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

A anterior **Revisão da Carta Educativa do Município de Ílhavo**, homologada no ano de 2016 pelo Ministério da Educação, foi revelando, progressivamente, um desajustamento à realidade atual, sobretudo pelas transformações observadas na dinâmica da procura educativa (e.g. chegada de migrantes), com influência nas decisões estratégicas e de investimento. Com efeito, a concretização de uma nova revisão afigurou-se essencial, atualizando-a de acordo com os dispostos legais em vigor, com as orientações do [Guião para a Elaboração de Cartas Educativas](#), elaborado pelo Ministério da Educação, e com as novas dinâmicas socioeconómicas e educativas do concelho.

Apresenta-se, assim, o presente documento – a **Revisão da Carta Educativa do Município de Ílhavo** – enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos segundo as ofertas educativas e formativas que são necessárias satisfazer, considerando o quadro de desenvolvimento territorial, demográfico, socioeconómico e educativo do concelho, bem como a otimização e a racionalização de recursos.

Firmada numa metodologia diferenciadora, que não se limita à definição de intervenções físicas ao parque escolar municipal, a Revisão da Carta Educativa de Ílhavo integra, concomitantemente, um conjunto de medidas dirigidas à promoção do sucesso educativo e desenvolvimento integral dos alunos e restante comunidade educativa. Esta conjugação virtuosa transforma o presente instrumento num guião orientador da ação política local, no domínio da educação, refletindo uma visão e um plano de ação estratégico construído com e para a comunidade educativa, indo ao encontro das efetivas necessidades educativas do concelho, de uma forma holística e integrada.

Este documento estrutura-se em **9 capítulos**:

1 Introdução

Apresenta os objetivos da Revisão da Carta Educativa, as opções metodológicas e a estrutura do documento

2 Enquadramento Geral

Compreende uma breve abordagem ao quadro legislativo nacional da Carta Educativa, à organização atual do sistema educativo português e aos referenciais estratégicos – internacionais, nacionais, regionais e sub-regionais – que contribuem para a formulação e execução da política educativa local

3 Diagnóstico Territorial, Demográfico e Socioeconómico

Analisa as várias dimensões que, de forma direta e indireta, se relacionam com a educação, resultando num retrato geral das dinâmicas territoriais, demográficas e socioeconómicas que influenciam o acesso à educação e que permitem fundamentar as opções estratégicas

4 Diagnóstico Educativo

Analisa, detalhadamente, o contexto educativo do concelho nas suas várias dimensões, como a procura e oferta de equipamentos educativos, ofertas educativas e formativas, corpo docente e não docente, níveis de sucesso escolar e apoios, projetos e estruturas socioeducativas

5 Estudo Prospetivo

Integra a previsão da evolução da população residente e da população estudantil até 2035 no concelho de Ílhavo, através da aplicação de um modelo de projeções demográficas, bem como um exercício de avaliação da capacidade de resposta da atual rede educativa à procura expectável

6 Resultados do Processo de Auscultação

Sistematiza os principais aspetos recolhidos no âmbito do processo de auscultação da comunidade educativa

7 Matriz SWOT

Elenca as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do concelho de Ílhavo, no formato de análise SWOT, decorrentes do desenvolvimento do diagnóstico estratégico e dos contributos dos agentes educativos

8 Quadro Estratégico

Apresenta um plano de ação estratégico para a educação do concelho, com propostas de intervenções físicas ao parque escolar e intenções de desenvolvimento educativo, uma calendarização da concretização das medidas, a operacionalização do quadro estratégico, os mecanismos para a monitorização e avaliação da execução da Carta Educativa, bem como um modelo de governação

9 Considerações finais

Evidencia as principais conclusões da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo

Do diagnóstico estratégico empreendido, no qual se incluem os contributos da comunidade educativa, decorrentes do processo de auscultação, é possível elencar os seguintes aspetos da **educação** concelhia:

-  **População residente mais qualificada**, registando-se, no último período intercensitário, um aumento de 66,5% de população com o ensino secundário, de 28,4% com o ensino pós-secundário e de 42,8% com o ensino superior;
-  **Expressiva quebra da taxa de analfabetismo**, de -32,3% (2011-2021), fixando-se no último ano em análise nos 2,2%;
-  **Decréscimo expressivo da taxa de abandono escolar**, descendo de 10,3% (1991) para 1,5% (2011);
-  **Evolução favorável da taxa de abandono precoce de educação e formação na Região Centro**, passando de 20,3% (2011) para 7,9% (2023), revelando o valor mais baixo em 2020 (6,0%);
-  **Variação positiva do número de inscritos**, entre 2013/14 e 2023/24, na **educação pré-escolar** (21,0%), no **1.º CEB** (2,0%), no **3.º CEB** (7,3%) e no **Ensino Secundário** (63,7%);
-  **Variação negativa do número de inscritos**, entre 2013/14 e 2023/24, no **2.º CEB** (-8,4%);
-  **Creches com insuficiência de vagas e longas listas de espera;**
-  **Inadequação da estrutura física e humana das escolas perante o acolhimento do crescente número de alunos migrantes** (722 alunos e 40 nacionalidades, correspondendo a cerca de 14% do número total de alunos inscritos);
-  **Cenários de ocupação no limite de vários estabelecimentos de educação e ensino da rede pública**, nomeadamente, no **AE de Gafanha da Encarnação** – EB Gafanha da Encarnação - Sul (1.º CEB), EB Gafanha da Encarnação - Norte (1.º CEB) – no **AE de Ílhavo** – EB Vale de Ílhavo (EPE), EB Senhora do Pranto (EPE), EB Presa (EPE), EB Gafanha de Aquém (1.º CEB), EB Corgo Comum (EPE e 1.º CEB) e EB Chousa Velha (EPE) – e no **AE de Gafanha da Nazaré** – EB n.º 2 de Cale da Vila (1.º CEB), EB Marinha Velha (1.º CEB), EB Cambeia (1.º CEB) e EB Farol da Barra (1.º CEB); e, também, na **rede privada** – Centro Social e Paroquial Gafanha da Encarnação, CASCI - Ílhavo e CASCI - Barra (pertencentes à EPE);
-  **Cenário de sobreocupação num estabelecimento da rede pública** – Escola Secundária de Gafanha da Nazaré (3.º CEB) – e da **rede privada** – Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro (EPE);
-  **Existência de escolas com necessidade urgente de melhoria das condições físicas, dado o seu estado de conservação geral insatisfatório**, designadamente, no **AE de Gafanha da Encarnação** (JI Gafanha do Carmo, EB Gafanha da Encarnação – Centro, EB Costa Nova do Prado, EB Gafanha do Carmo), no **AE de Ílhavo** (EB José Ferreira Pinto Basto,

ES Dr. João Carlos Celestino Gomes) e no **AE de Gafanha da Nazaré** (EB n.º 1 Cale da Vila, EB Cambeia e EB Professor Fernando Martins);

-  **Todos os lugares de Ílhavo com deslocações de carro abaixo de 25Km/30m para JI e EB e 50Km/60m para ES.** Apenas um lugar de Ílhavo com uma distância/tempo a pé superior a 2,2Km/30m para JI ou EB e 7 lugares superior a 3,3Km/45m para ES;
-  **Maiores quantitativos de alunos provenientes de outros concelhos** observados no **AE Gafanha da Encarnação (9,2 %)**. **JI Gafanha do Carmo e EB Gafanha do Carmo** com número expressivo de estudantes residentes no **concelho de Vagos, 15,3% e 23,4%;**
-  **Taxa de retenção e desistência tendencialmente mais elevada à medida que se avança nos ciclos de estudos,** observando-se, contudo, uma diminuição considerável dos valores desta taxa, sobretudo, no 2.º e 3.º CEB;
-  **Aumento do número de crianças com NSE** e distintas problemáticas de saúde associado a uma **rede de recursos humanos insuficiente;**
-  **Forte cultura de inclusão** - AE de Ílhavo considerado **Agrupamento de Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (AEREBAS)** e **Agrupamento de Escolas de Referência no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI); Unidades de Ensino Estruturado do AE de Gafanha da Encarnação e do AE de Gafanha da Nazaré;**
-  Existência de um **Centro Qualifica** no concelho com **sede no AE de Gafanha da Nazaré;**
-  **Tendência de crescimento do índice de envelhecimento do corpo docente;**
-  **Expectável diminuição da população residente no concelho,** com presumível impacto negativo nos quantitativos de população estudantil, até 2035 (- 14%, correspondendo a -732 alunos face ao registado em 2023/24), decorrente de um cenário de agravamento do fenómeno de envelhecimento, com consequente diminuição da população jovem e aumento significativo da população idosa;
-  **Escassa adesão e recetividade dos pais** à dinâmica educativa e a programas de parentalidade consciente;
-  Existência de constrangimentos e oportunidades no **modelo de gestão de refeições, AAAF e CAF** em vigor, associado aos **Acordos de Cooperação entre a CMI e as Associações de Pais;**
-  Desarticulação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho;
-  **Serviço de transporte público deficitário,** com **horários/percursos inadequados** às dinâmicas escolares e **vias de acesso às escolas pouco apelativas** à autonomia de deslocação dos alunos (ciclovias).

Considerando o retrato educativo concelhio, a Revisão da Carta Educativa de Ílhavo assenta na seguinte visão:



VISÃO

Um **território educador e inclusivo** que, a partir de contextos e **dinâmicas socioeducativas sustentáveis e inovadoras**, multiplica as oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e bem-estar integral de todas as pessoas, sob o princípio da **educação e formação em todos os espaços e ao longo da vida**, proporcionando **condições de excelência** a uma plena participação cívica, privilegiando os recursos identitários do território e **promovendo sinergias** entre os agentes que o integram, rumo à **concretização de projetos de vida** realistas e desafiantes.

O **quadro estratégico** para a educação do concelho de Ílhavo é constituído por **3 eixos estratégicos**, aos quais se associam **6 objetivos estratégicos** e **10 medidas**.



EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



EIXOS ESTRATÉGICOS	EE1. Rede Educativa de Excelência, Inclusiva e Sustentável	EE2. Contextos e Dinâmicas Educativas Inovadoras e Inclusivas	EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1.1 Promover a melhoria contínua das condições de acesso a experiências educativas diversificadas, assegurando o bem-estar da comunidade educativa, mediante uma rede educativa adequadamente dimensionada e requalificada	OE2.1 Promover um ambiente seguro e favorável à inclusão de todas as crianças e jovens, mediante o reforço de uma estrutura humana de apoio e acompanhamento permanente OE2.2 Fortalecer os mecanismos institucionais de acolhimento e inclusão dos alunos migrantes, cultivando o diálogo intercultural, o sentimento de pertença e a igualdade de oportunidades	OE3.1 Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias OE3.2 Criar uma política de educação e formação concertada e ajustada às necessidades do tecido produtivo e aos projetos de vida dos jovens e adultos do território OE3.3 Melhorar a eficácia e eficiência do serviço de transporte público e das vias alternativas de acesso às escolas

O **Eixo Estratégico 1** contempla medidas exclusivamente direcionadas às intervenções físicas do parque escolar concelhio e respetiva monitorização e avaliação do grau de execução das medidas previstas no presente instrumento.

O **Eixo Estratégico 2** corporiza um conjunto de objetivos e medidas de natureza imaterial, orientados para a consolidação de uma cultura de inovação e inclusão, mediante a (re)construção de contextos e dinâmicas educativas que considerem a diversidade de características e necessidades das crianças, jovens, famílias e restante comunidade educativa.

O **Eixo Estratégico 3** assume uma dinâmica de multiplicação das oportunidades de desenvolvimento integral e sustentado do concelho de Ílhavo e das pessoas que nele (inter)agem, ancorada em soluções inovadoras e alinhadas com as efetivas necessidades e interesses da comunidade, sob os princípios da educação e formação ao longo da vida, da inovação e da coesão.



OBJETIVOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – EIXO ESTRATÉGICO 1

Eixo Estratégico 1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável

OE1.1 Promover a melhoria contínua das condições de acesso a experiências educativas diversificadas, assegurando o bem-estar da comunidade educativa, mediante uma rede educativa adequadamente dimensionada e requalificada

M1.1 Requalificação e modernização da rede educativa concelhia, assegurando condições adequadas ao processo de ensino-aprendizagem

M1.2 Ampliação dos equipamentos educativos existentes e/ou gestão equilibrada das colocações de crianças/alunos, criando condições adequadas a um pleno acolhimento da comunidade educativa



OBJETIVOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – EIXO ESTRATÉGICO 2

Eixo Estratégico 2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

OE2.1 Promover um ambiente seguro e favorável à inclusão de todas as crianças e jovens, mediante o reforço de uma estrutura humana de apoio e acompanhamento permanente

M2.1. Constituição de uma rede qualificada de recursos humanos para um acompanhamento permanente a todas as crianças e jovens do território com Necessidades de Saúde Especiais (NSE) e outras necessidades educativas

M2.2. Reforço da ação de proximidade da Escola Segura nos espaços escolares e desenvolvimento de iniciativas orientadas para a prevenção de comportamentos desviantes e de risco

OE2.2 Fortalecer os mecanismos institucionais de acolhimento e inclusão dos alunos migrantes, cultivando o diálogo intercultural, o sentimento de pertença e a igualdade de oportunidades

M2.3. Desenvolvimento de iniciativas multiculturais e projetos de inclusão social



OBJETIVOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – EIXO ESTRATÉGICO 3

Eixo Estratégico 3: Educação Permanente, Inovação e Coesão

OE3.1 Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias

M3.1 Implementação de estratégias que potenciem o envolvimento e participação dos pais/encarregados em programas de parentalidade consciente e na vida escolar dos seus educandos

M3.2 Análise dos Acordos de Cooperação entre a autarquia e as Associações de Pais no âmbito da gestão das refeições escolares e prolongamento de horário (AAAF e CAF)

M3.3 Aumento da capacidade de resposta em creche, equacionando a possibilidade de criação de uma oferta alicerçada num modelo de parceria entre a autarquia e as IPSS's concelhias

OE3.2 Criar uma política de educação e formação concertada e ajustada às necessidades do tecido produtivo e aos projetos de vida dos jovens e adultos do território

M3.4. Desenvolvimento de estratégias e parcerias que assegurem uma maior ligação entre a esfera educativa e o tecido empresarial

OE3.3 Melhorar a eficácia e eficiência do serviço de transporte público e das vias alternativas de acesso às escolas

M3.5. (Re)desenho de serviço de transporte público e de mobilidade adequado às necessidades dos alunos e respetivas famílias

A elaboração do instrumento da **Revisão da Carta Educativa de Ílhavo** ancorou-se num alargado processo de auscultação da comunidade educativa concelhia, envolvendo distintos agentes locais com responsabilidade e influência direta e indireta na esfera da educação, no sentido de identificar e refletir sobre os desafios existentes e possíveis caminhos para a sua suplantação.

Um trabalho colaborativo desta natureza possibilitou lançar as sementes para a criação de um guião orientador da ação política local na área da educação, dotado da necessária flexibilidade e adaptabilidade às dinâmicas e desafios emergentes, intencionando a melhoria da qualidade educativa do concelho de Ílhavo e a promoção do desenvolvimento e bem-estar integral da comunidade.

A Revisão da Carta Educativa de Ílhavo incorporará o respetivo Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a nível municipal, assegurando a coerência da rede educativa com a política urbana do município, sobretudo no que se refere à distribuição espacial da demografia e das atividades económicas (artigo 6.º e 14.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAAF Atividades de Animação e de Apoio à Família | **AE** Agrupamento de Escolas | **AEC** Atividades de Enriquecimento Curricular | **AEGE** Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação | **AEI** Agrupamento de Escolas de Ílhavo | **AEGN** Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré | **ASE** Ação Social Escolar | **CAA** Centro de Apoio à Aprendizagem | **CAF** Componente de Apoio à Família | **CAOP** Carta Administrativa Oficial de Portugal | **CATL** Centro de Atividades de Tempos Livres | **CCDRC** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | **CCH** Cursos Científico-Humanísticos | **CE** Carta Educativa | **CEB** Ciclo do Ensino Básico | **CET** Cursos de Especialização Tecnológica | **CFAE** Centro de Formação de Associação de Escolas | **CM** Câmara Municipal | **CME** Conselho Municipal da Educação | **CNQ** Catálogo Nacional de Qualificações | **CP** Cursos Profissionais | **CRP** Constituição da República Portuguesa | **DEJD** Divisão da Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável | **DGE** Direção-Geral da Educação | **DGEEC** Direção-Geral dos Estabelecimentos de Educação e Ensino | **DGEstE** Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares | **DGT** Direção-Geral do Território | **DL** Decreto-Lei | **DSR** Direção de Serviços da Região | **EaSI** Programa para o Emprego e a Inovação Social | **EB** Escola Básica | **EE** Eixos Estratégicos | **EFA** Educação e Formação de Adultos | **EMACE** Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa | **EMAEI** Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva | **EN** Estrada Nacional | **ENEA 2020** Estratégia Nacional de Educação Ambiental | **ENICC** Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas | **EPE** Educação Pré-Escolar | **ES** Escola Secundária | **EUA** Estados Unidos da América | **FCB** Formação em Competências Básicas | **FEAD** Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas | **FM** Formações Modulares | **FSE** Fundo Social Europeu | **FSE+** Fundo Social Europeu+ | **GAF** Gabinete de Apoio à Família | **IA** Inteligência Artificial | **IAVE** Instituto de Avaliação Educativa | **IEFP** Instituto do Emprego e Formação Profissional | **IEJ** Iniciativa para o Emprego dos Jovens | **IGeFE** Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. | **IGT** Instrumentos de Gestão Territorial | **INE** Instituto Nacional de Estatística | **IPSS** Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) | **NSE** Necessidades de Saúde Especiais | **NUTS** Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos | **OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico | **ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | **OE** Objetivos Estratégicos | **PAA** Plano Anual de Atividades | **PADDE** Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas | **PAPES** Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde | **PASEO** Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória | **PEEA** Programa de Educação Estética e Artística | **PDM** Plano Diretor Municipal | **PE** Projeto Educativo | **PLA** Português Língua de Acolhimento | **PIB** Produto Interno Bruto | **PIEF** Programa Integrado de Educação e Formação | **PIICIE** Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar | **PME** Pequenas e Médias Empresas | **PNI-GJ** Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem | **PNL** Plano Nacional de Leitura | **PNPOT** Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | **PNPSE** Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar | **PPIP** Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica | **PRR** Plano de Recuperação e Resiliência | **RCM** Resolução do Conselho de Ministros | **RSI** Rendimento Social de Inserção | **RVCC** Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências | **SEF** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras | **SEMI** Serviço Educativo Municipal de Ílhavo | **SIG** Sistema de Informação Geográfica | **SNS** Serviço Nacional de Saúde | **SWOT** Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats | **TEIP** Territórios Educativos de Intervenção Prioritária | **UE** União Europeia | **UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	ii
SIGLAS E ACRÓNIMOS	viii
ÍNDICE.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
1. Introdução.....	2
1.1. Objetivos	3
1.2. Metodologia.....	4
2. Enquadramento Geral	9
2.1. Quadro Legislativo da Carta Educativa.....	9
2.2. Sistema Educativo Português.....	12
2.3. Referenciais Estratégicos para a Educação	13
2.3.1. Orientações Internacionais	13
2.3.2. Orientações Nacionais.....	15
2.3.3. Orientações Regionais e Sub-Regionais	18
3. Diagnóstico Territorial, Demográfico e Socioeconómico.....	21
3.1. Diagnóstico Territorial.....	21
3.1.1. Enquadramento Geográfico.....	21
3.1.2. Ordenamento do Território	24
3.1.3. Equipamentos	28
3.1.4. Contexto Habitacional	32
3.2. Diagnóstico Demográfico	37
3.2.1. População Residente e Estrutura Etária	37
3.2.2. Agregados Domésticos	44
3.3. Diagnóstico Socioeconómico	48
3.3.1. Tecido Económico.....	48
3.3.2. Estrutura Socioeconómica das Famílias	52

3.3.3. Qualificações da População	57
4. Diagnóstico Educativo	62
4.1. Caracterização Geral da Procura e Oferta Educativa	63
4.1.1. Rede Educativa Atual (2023/24)	63
4.1.2. População Estudantil	66
4.1.3. Movimentos Pendulares de Estudantes.....	68
4.1.4. Áreas de Influência e de Irradiação dos Equipamentos Escolares.....	69
4.1.5. Níveis de Ocupação	78
4.1.6. Apetrechamento e Estado de Conservação	80
4.1.7. Avaliação das Medidas de Ação da anterior Revisão da Carta Educativa de Ílhavo	82
4.2. Caracterização da Procura por Nível de Educação e Ensino	85
4.2.1. Educação Pré-Escolar	85
4.2.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico	87
4.2.3. 2.º Ciclo do Ensino Básico	89
4.2.4. 3.º Ciclo do Ensino Básico	89
4.2.5. Ensino Secundário	90
4.3. Educação e Formação	92
4.3.1. Educação e Formação de Crianças e Jovens	92
4.3.2. Educação e Formação de Adultos.....	93
4.3.3. Educação Inclusiva.....	94
4.3.4. Formação para Docentes e Não Docentes.....	97
4.4. Recursos Humanos	98
4.4.1. Corpo Docente.....	98
4.4.2. Corpo Não Docente	100
4.5. Sucesso Escolar	100
4.5.1. Taxas Brutas de Escolarização, Retenção e Desistência	100
4.5.2. Resultados em Provas de Avaliação Externa.....	105
4.6. Respostas de Apoio Socioeducativo	108
4.6.1. Apoios e Complementos Educativos	108
4.6.2. Estruturas de Apoio e Projetos	112
4.6.3. Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas.....	113
5. Estudo prospetivo	122

5.1. Metodologia.....	123
5.2. Resultados.....	124
5.2.1. Previsões Demográficas para o Concelho	125
5.2.2. Previsões Demográficas para as Freguesias.....	126
5.2.3. Previsões Demográficas para a População Estudantil	128
5.3. Avaliação das Necessidades de Oferta	131
6. Resultados do Processo de Auscultação	139
7. Matriz SWOT	142
8. Quadro Estratégico.....	144
8.1. Propostas de intervenção	147
8.1.1. Eixo Estratégico 1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável	147
8.1.2. Eixo Estratégico 2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas	148
8.1.3. Eixo Estratégico 3: Educação Permanente, Inovação e Coesão	149
8.2. Calendarização da concretização das medidas.....	152
8.3. Operacionalização	153
8.3.1. Fichas das medidas do EE1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável	154
8.3.2. Fichas das medidas do EE2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas	158
8.3.3. Fichas das medidas do EE3: Educação Permanente, Inovação e Coesão	162
8.4. Mecanismos para a monitorização e avaliação da execução da Carta Educativa	168
8.5. Modelo de Governação para a Educação	170
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Etapas de desenvolvimento do trabalho	4
Figura 2. Enquadramento legal cronológico	10
Figura 3. Processo da Revisão da Carta Educativa.....	11
Figura 4. Sistema Educativo Português	12
Figura 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	13
Figura 6. Referenciais estratégicos da política educativa nacional	17
Figura 7. Enquadramento geográfico do concelho de Ílhavo	21
Figura 8. Uso e Ocupação do solo de Ílhavo	24
Figura 9. Instrumentos de Gestão Territorial em vigor	25
Figura 10. Planta de Ordenamento do PDM de Ílhavo.....	27
Figura 11. Localização dos Equipamentos no Concelho de Ílhavo	32
Figura 12. Edifícios (N.º) no concelho de Ílhavo e Taxa de variação (%), 2011 e 2021	33
Figura 13. População residente em Ílhavo (N.º), 2021 e Taxa de variação da população residente (%), 2011 e 2021	38
Figura 14. Densidade Populacional no concelho de Ílhavo (hab/km²), 2021.....	39
Figura 15. Pirâmide etária da população residente no concelho de Ílhavo (%), por grupos etários quinquenais, 2011 e 2021.....	41
Figura 16. População estrangeira com estatuto legal de residente (%) no concelho de Ílhavo, por país de proveniência, 2021.....	44
Figura 17. Taxa de analfabetismo (%), por freguesia, 2021	58
Figura 18. Rede educativa atual, 2023/24	63
Figura 19. Concelhos mais representativos nos fluxos de saída e de entrada de população, 2021.....	69
Figura 20. Número máximo de alunos por turma, por nível de educação e ensino	78
Figura 21. Missão, Visão e Valores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação	114
Figura 22. Missão, Visão e Valores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo.....	115
Figura 23. Missão, Visão e Valores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré	117
Figura 24. Modelo de previsões demográficas.....	124
Figura 25. Pirâmide etária da população residente no concelho de Ílhavo em 2021 e 2035	126
Figura 26. Taxa de variação da população residente, 2021-2035	127
Figura 27. Sistematização dos contributos da comunidade educativa	140
Figura 28. Análise SWOT	142
Figura 29. Estrutura do quadro estratégico	144
Figura 30. Modelo de governação simplificado.....	171

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Síntese dos momentos de auscultação.....	5
Tabela 2. Referenciais estratégicos da política educativa nacional.....	15
Tabela 3. Referenciais estratégicos da política educativa regional	18
Tabela 4. Equipamentos municipais.....	30
Tabela 5. Edifícios (N.º) por localização geográfica e taxa de variação (%), 2011 e 2021	33
Tabela 6. Alojamentos familiares clássicos e taxa de variação (N.º e %), 2011 e 2021	34
Tabela 7. População residente (N.º) e variação populacional (%), 1991 - 2021	38
Tabela 8. População residente (N.º), superfície (km²) e densidade populacional (hab/km²), 2021.....	39

Tabela 9. Taxa de variação da população residente por grandes grupos etários (%), 2011 e 2021.....	40
Tabela 10. População residente por níveis de ensino (%), 2021	42
Tabela 11. Agregados domésticos privados (N.º) e taxa de variação (%), 2011 e 2021.....	45
Tabela 12. Empresas (N.º) por dimensão no concelho de Ílhavo, 2022.....	49
Tabela 13. Pessoal ao serviço das empresas (N.º) e taxa de variação (%), 2011 e 2021	50
Tabela 14. População empregada por sexo, setor de atividade económica e situação profissional - Conta de outrem (N.º), 2021.....	51
Tabela 15. População empregada por sexo, setor de atividade económica e situação profissional – Empregador e Conta Própria (N.º), 2021	52
Tabela 16. Ganho médio mensal (€), segundo o setor de atividade, CAE Rev. 3, 2021	53
Tabela 17. Taxa de desemprego (%), 2011 e 2021.....	55
Tabela 18. Pensionistas da Segurança Social, por local de residência e tipo de pensão, 2021	57
Tabela 19. Taxa de analfabetismo (%), 2011 e 2021	58
Tabela 20. Oferta educativa e formativa do AE de Gafanha da Encarnação, em 2023/24	64
Tabela 21. Oferta educativa e formativa do AE de Ílhavo, em 2023/24	64
Tabela 22. Oferta educativa e formativa do AE da Gafanha da Nazaré, em 2023/24.....	65
Tabela 23. Oferta educativa e formativa Rede Pré-Escolar Privada e Solidária de Ílhavo, em 2023/24	65
Tabela 24. Proveniência da população estudantil (%), nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo, em 2023/24.....	70
Tabela 25. Áreas de influência potenciais dos estabelecimentos de educação e ensino, de acordo com referenciais aceitáveis de distância/tempo para deslocação a pé e de carro, 2024.....	72
Tabela 26. Caracterização das áreas de influência e irradiação, 2024.....	74
Tabela 27. Proveniência da população estudantil estrangeira (%) do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, em 2023/24	76
Tabela 28. Proveniência da população estudantil estrangeira (%) do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, em 2023/24.....	77
Tabela 29. Proveniência da população estudantil estrangeira (%) do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, em 2023/24.....	77
Tabela 30. Níveis de ocupação dos estabelecimentos de educação e ensino, 2023/24.....	79
Tabela 31. Apetrechamento e estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino, em 2023/24	81
Tabela 32. Sistematização e avaliação das propostas da Revisão da Carta Educativa de 2016.....	83
Tabela 33. Evolução do número de inscritos na Educação Pré-Escolar (N.º), 2013/14 a 2023/24	86
Tabela 34. Inscritos em Creche (N.º), 2023/24.....	87
Tabela 35. Evolução do número de inscritos no 1.º CEB (N.º), 2013/14 a 2023/24	88
Tabela 36. Evolução do número de inscritos no 2.º CEB (N.º), 2013/14 a 2023/24	89
Tabela 37. Evolução do número de inscritos no 3.º CEB (N.º), 2013/14 a 2023/24	90
Tabela 38. Evolução do número de inscritos no Ensino Secundário (N.º), 2013/14 a 2023/24	91
Tabela 39. Oferta formativa promovida pela Rede Educativa Pública de Ílhavo, 2023/24.....	92
Tabela 40. Oferta formativa para adultos promovida pela Rede Educativa Pública de Ílhavo	94
Tabela 41. Distribuição dos alunos integrados nas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, por AE e nível de ensino, 2023/24.....	95
Tabela 42. Plano de formação contínua creditada de pessoal docente e não docente do CFAE CIVOB, para o ano letivo 2023/2024	97
Tabela 43. Taxas brutas de escolarização, de retenção e desistência (%), 2021/22	101
Tabela 44. Resultados das provas finais do ensino básico (%), 2017-2022	106
Tabela 45. Crianças e jovens subsidiados por estabelecimento de educação e ensino e escalão (N.º/%), 2023/24	109
Tabela 46. Serviços especializados de apoio educativo, 2023/24.....	112
Tabela 47. Eixos de intervenção, objetivos e metas do PE do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, 2022-2025	114
Tabela 48. Eixos de intervenção e objetivos do PE do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, 2020-2023.....	116
Tabela 49. Eixos de intervenção, objetivos e metas do PE do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, 2022-2025.....	117
Tabela 50. Idade normal de frequência de cada nível de educação e ensino	128

Tabela 51. População estudantil real em 2023/24 e previsão para 2035, para o concelho, por nível de educação e ensino	129
Tabela 52. Previsão da evolução da população estudantil residente (N.º), por freguesia e nível	130
Tabela 53. Eixos e objetivos estratégicos.....	146
Tabela 54. Objetivos e medidas estratégicas do Eixo Estratégico 1.....	148
Tabela 55. Objetivos e medidas estratégicas do Eixo Estratégico 2.....	149
Tabela 56. Objetivos e medidas estratégicas do Eixo Estratégico 3.....	151
Tabela 57. Calendarização da concretização das propostas de execução	153
Tabela 58. Indicadores fundamentais a monitorizar	169

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Alojamentos no concelho de Ílhavo (N.º) e taxa de variação (%), 2011 e 2021	34
Gráfico 2. Forma de ocupação nos alojamentos familiares clássicos (%), 2021.....	35
Gráfico 3. Taxa de variação da forma de ocupação (%), 2011 e 2021	35
Gráfico 4. População residente no concelho de Ílhavo (N.º), e taxa de variação (%), 1991 - 2021.....	37
Gráfico 5. Distribuição da população residente por freguesia e grandes grupos etários (%), 2021	41
Gráfico 6. Índice de envelhecimento (N.º), 2011 e 2021.....	42
Gráfico 7. Taxa bruta de natalidade e de mortalidade (%), 2021.....	43
Gráfico 8. Taxa de crescimento natural, efetivo e migratório (%), 2021	44
Gráfico 9. Taxa de variação da dimensão dos agregados domésticos privados (%), 2011 e 2021	46
Gráfico 10. Empresas (N.º), no concelho de Ílhavo, 2011 - 2022	48
Gráfico 11. Empresas (N.º), no concelho de Ílhavo, segundo a classificação portuguesa de atividades económicas, 2011 e 2022	49
Gráfico 12. Pessoal ao serviço das empresas (N.º) por atividade económica, no concelho, 2021.....	50
Gráfico 13. Ganho médio mensal (€), 2011 - 2021	53
Gráfico 14. Ganho médio mensal (€), segundo o setor de atividade e sexo, 2021	54
Gráfico 15. Evolução bienal do poder de compra <i>per capita</i> (N.º), 2011 - 2021.....	54
Gráfico 16. Taxa de desemprego por local de residência e sexo (%), 2011 e 2021.....	55
Gráfico 17. Desempregados (N.º) registados no concelho de Ílhavo, janeiro 2013 - janeiro 2024.....	56
Gráfico 18. Taxa de variação da população residente por nível de escolaridade mais elevado completo (%), 2011 e 2021	59
Gráfico 19. Evolução do número de inscritos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível nacional, 2012/13 a 2021/22	66
Gráfico 20. Evolução do número de inscritos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível regional 2012/13 a 2021/22.....	66
Gráfico 21. Evolução do número de inscritos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível sub-regional 2012/13 a 2021/22	67
Gráfico 22. Evolução do número de inscritos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível concelhio 2012/13 a 2021/22	67
Gráfico 23. Evolução do número de inscritos (N.º) no concelho de Ílhavo, por natureza de ensino, 2012/13 a 2021/22.....	67
Gráfico 24. Evolução do número de inscritos (N.º) no concelho de Ílhavo, por nível de educação e ensino, 2012/13 a 2021/22.....	68
Gráfico 25. Evolução do número de docentes nos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo (N.º).....	98
Gráfico 26. Distribuição dos docentes nos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo, por ciclo de docência, 2021/22 (%)	99
Gráfico 27. Índice de envelhecimento dos docentes no concelho de Ílhavo (N.º).....	99
Gráfico 28. Evolução do número de pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo (N.º)	100
Gráfico 29. Retrato geral das taxas brutas de escolarização no concelho de Ílhavo (%), 2012/13 – 2021/22	101
Gráfico 30. Retrato geral das taxas de retenção/desistência no concelho de Ílhavo (%), 2012/13 – 2021/22	102
Gráfico 31. Retrato geral das taxas de transição/conclusão no concelho de Ílhavo (%), 2012/13 – 2021/22	103
Gráfico 32. Taxa de abandono escolar (%), 1991, 2001 e 2011	104

Gráfico 33. Taxa de abandono precoce de educação e formação (%), 2011 - 2022	105
Gráfico 34. Resultados das provas finais do Ensino Secundário – Português e Matemática A, 2017 - 2022	107
Gráfico 35. Previsão da evolução da população residente no concelho de Ílhavo.....	125
Gráfico 36. Previsão da evolução da população residente, por freguesia	126
Gráfico 37. Estrutura etária da população projetada em 2035, por freguesia e grandes grupos etários.....	127
Gráfico 38. Variação expectável da população residente entre 2021 e 2035 (projeções), por freguesia e grandes grupos etários	128

1. INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

Se é verdade que a educação representa um direito de todos os cidadãos e se afigura essencial ao desenvolvimento social, cultural e económico dos territórios e das suas comunidades, é igualmente assumido que a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado, nos diferentes domínios de intervenção, depende, em larga escala, da rede de equipamentos coletivos disponíveis e mobilizáveis pelo território. Com efeito, os equipamentos educativos assumem especial relevância, considerando a sua forte influência no desenvolvimento e qualificação das comunidades, alicerce determinante para a competitividade dos territórios.

Recentemente, a educação tem vindo a experienciar um progressivo processo de transferência de responsabilidades e competências para a Administração Local, enquanto resultado das transformações ocorridas nas políticas educativas e da descentralização de poderes e competências anteriormente assumidos pela Administração Central, desencadeando novas reflexões sobre as múltiplas dimensões do sistema educativo e, consequentemente, importantes processos de tomada de decisão, essenciais ao cumprimento das transferências, através de estratégias locais consentâneas com os desafios da contemporaneidade.

Integrada no amplo leque de responsabilidades das Câmaras Municipais em termos educativos, encontra-se a gestão e o planeamento da rede de estabelecimentos públicos de ensino. Neste sentido, com o intuito de apoiar as autarquias nesta incumbência, foi-lhes atribuída a **elaboração da Carta Educativa**, assumida como **instrumento fundamental de planeamento e ordenamento prospetivo da rede escolar à escala local**, de acordo com as ofertas educativas e formativas que são necessárias satisfazer e com o cenário de desenvolvimento demográfico e socioeconómico do concelho, objetivando a melhor utilização dos recursos ([Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)).

Para além de cooperar na identificação das necessidades educativas do concelho, este instrumento estratégico também possibilita a garantia da igualdade de oportunidades de acesso à educação e da qualidade do ensino, mediante o fornecimento de um conjunto de dados e orientações sobre a organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino do município, em articulação com as ofertas educativas e formativas e as necessidades futuras, no sentido da otimização dos recursos disponíveis e de uma melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com o estabelecido no artigo 15.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), a **revisão** deste instrumento deve ser concretizada quando se verificarem alterações significativas no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente pela criação ou encerramento de estabelecimentos educativos, ou sempre que esta fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede, ou num período máximo de 10 anos.

Tendo em conta que a anterior **Revisão da Carta Educativa de Ílhavo** foi homologada no ano de 2016, estando, por isso, desajustada à realidade atual, especialmente pelas transformações observadas na dinâmica da procura educativa (e.g. chegada de migrantes), com influência nas decisões estratégicas e de investimento, torna-se essencial concretizar uma nova revisão, atualizando-a de acordo com os dispostos legais em vigor, com as orientações do [Guião para a Elaboração de Cartas Educativas](#), elaborado pelo Ministério da Educação, e com as novas dinâmicas socioeconómicas e educativas do concelho.

O processo de elaboração da **Revisão da Carta Educativa de Ílhavo** compreende uma componente principal de **diagnóstico estratégico**, que engloba as dimensões de caracterização do contexto concelhio e do estudo prospetivo. A esta componente, acresce a **construção de estratégias educativas**, de **natureza material**, que preveem o planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, e de **natureza imaterial**, que congregam intenções de desenvolvimento educativo,

como a redução do abandono precoce e a promoção do sucesso educativo¹, através de um quadro estratégico suportado numa visão, eixos, objetivos e medidas para o médio e longo prazo.

Com a **Revisão da Carta Educativa de Ílhavo** pretende-se promover a adoção de estratégias que conduzam ao alcance de objetivos e metas compartilhados, garantindo um entendimento entre as diversas entidades envolvidas na melhoria da educação do concelho.

1.1. Objetivos

A Revisão da Carta Educativa de Ílhavo visa **assegurar uma oferta de estabelecimentos de educação e ensino adequada à procura existente**, de acordo com as ofertas educativas disponíveis no município, assim como refletir à **escala municipal**, o processo de **ordenamento a nível nacional e intermunicipal** da rede de ofertas de educação e formação. Pretende-se, assim, assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas, bem como o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e de valorização do papel das comunidades educativas.

A Revisão da Carta Educativa tem ainda como propósito impulsionar o desenvolvimento dos distintos Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo, visando a **criação de condições propícias ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas**, além de promover a **gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos** disponíveis. Esta deve incorporar uma **análise prospetiva**, a partir da qual serão estabelecidos objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo, **assegurando a coerência da rede educativa com a política urbana de Ílhavo**.

A **Revisão da Carta Educativa de Ílhavo** procura dar resposta aos objetivos preconizados no quadro legal em vigor, em matéria da educação, bem como às orientações do Guião para a Elaboração de Cartas Educativas, publicado em maio de 2021, desenvolvido pelo Ministério da Educação em colaboração com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), estando articulada com o respetivo Plano Diretor Municipal (PDM).

Enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de 2.ª geração, a Revisão da Carta Educativa procurou **revisitar o território educativo municipal, potenciar vantagens, corrigir dissonâncias e mitigar fragilidades**. Para tal, assume como objetivos específicos:

- Atualizar o diagnóstico territorial, demográfico, socioeconómico e educativo;
- Determinar e avaliar o grau de execução territorial das propostas da Revisão da Carta Educativa anterior;
- Analisar a evolução quantitativa da oferta de equipamentos, avaliando a sua adequabilidade à atual procura e necessidades do município;
- Prever o comportamento evolutivo da população no concelho;
- Desenvolver um quadro estratégico com propostas de execução materiais (intervenção físicas no parque escolar) e imateriais (intenções de desenvolvimento educativo), que permitam orientar a ação política à escala local;

¹ De acordo com o número 3, do artigo 7.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), a “carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo”.

- Calendarizar as medidas e desenvolver mecanismos de monitorização e avaliação do processo de implementação das medidas, de forma a identificar desvios e ajustes necessários para garantir o alcance dos objetivos estratégicos traçados.

1.2. Metodologia

De modo a alcançar os objetivos supracitados, a **Revisão da Carta Educativa** segue as disposições estabelecidas na legislação aplicável, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, como decorre no n.º 7, do artigo 14.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), na sua redação atual.

Em termos metodológicos, este instrumento foi desenvolvido através da execução de **quatro etapas** complementares, às quais se associam tarefas específicas, culminando no presente relatório da **Revisão da Carta Educativa** (Figura 1).

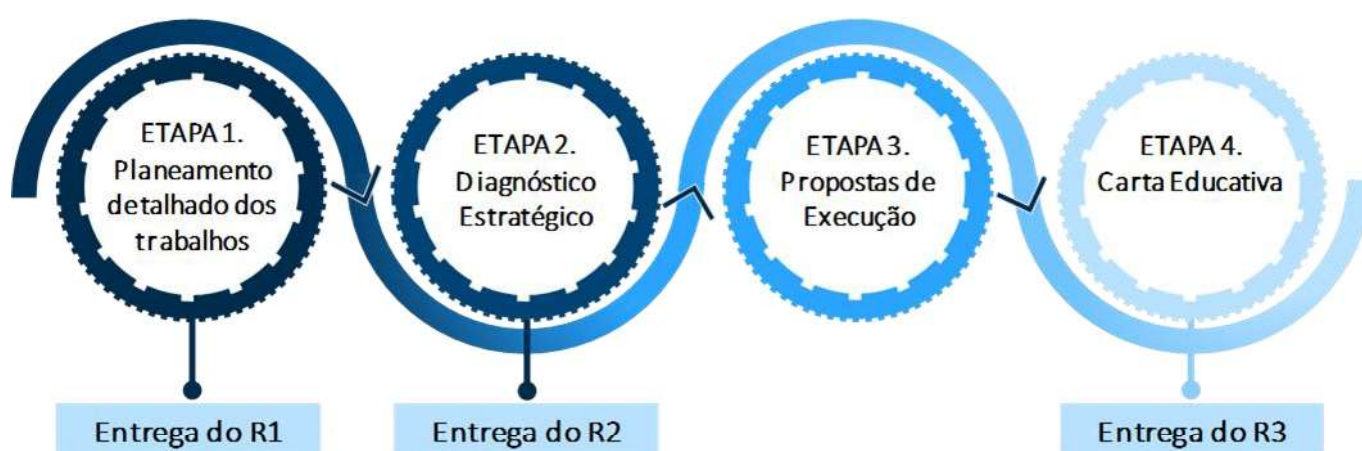


Figura 1. Etapas de desenvolvimento do trabalho

A **Etapa 1. Planeamento detalhado dos trabalhos** compreendeu o trabalho inicial de planeamento detalhado das tarefas e atividades a serem desenvolvidas, definindo prazos concretos e responsabilidades de cada interveniente, com o objetivo de assegurar uma completa adequação da metodologia aos resultados desejados. Esta etapa culminou com o desenvolvimento e entrega do relatório intitulado "**R1. Planeamento detalhado dos trabalhos**". Complementarmente, foi efetuada uma **reunião de arranque e apresentação** do projeto, no dia 2 de abril de 2024, envolvendo a equipa técnica municipal.

A **Etapa 2 – Diagnóstico Estratégico** integrou um **diagnóstico abrangente do território de Ílhavo a nível demográfico, socioeconómico e educativo**. Na base deste diagnóstico esteve um processo de recolha e análise de indicadores provenientes de diversas fontes de informação, incluindo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o portal de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT), a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e a Direção-Geral da Educação (DGE).

Os dados estatísticos foram correlacionados com a dinâmica escolar e contemplaram leituras de cariz distributivo, evolutivo e de comparação com o contexto supramunicipal, posicionando o comportamento concelhio face a outros territórios. Esta etapa compreendeu, ainda, a **avaliação das medidas de ação** previstas no documento da **Revisão da Carta Educativa de 2016**, integrada no diagnóstico educativo, bem como uma **análise prospetiva** apresentada no capítulo do Estudo Prospetivo.

Foi ainda conduzido um processo de **auscultação da comunidade educativa**, viabilizando a recolha de contributos para enriquecer o retrato do concelho e auxiliar no processo de definição e fundamentação das opções estratégicas educativas. O

processo de auscultação desenvolveu-se ao longo de **7 sessões**, mediante o envolvimento de **37 agentes locais** em representação de diversas estruturas que asseguram, de forma direta e indireta, respostas educativas no concelho (**Tabela 1**).

Tabela 1. Síntese dos momentos de auscultação

Data	Local	Formato	Entidades	N.º de participantes
28.MAI.2024	Paços do Concelho	Presencial	Tecido Social e Outras Instituições de Educação e Ensino	9
			- Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCI)	
			- Representante do Conselho Local de Ação Social (CLAS)	
			- Representante Força de Segurança	
			- Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação	
			- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	
			- CASCI	
			- Obra da Providência	
			- Centro Paroquial de Assistência D. Manuel T. Salgueiro	
			- Centro Social Padre Kentenich	
-	Online	Formação e Emprego	3	
		- Representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)		
		- Representante do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e do Serviço de Apoio à Formação e Emprego (SAFE)		
		- Representante do Centro Qualifica (AE Gafanha da Nazaré)		
-	Online	Vereadores da Oposição	3	
		- Sérgio Lopes (PS)		
		- Maria de Fátima Fragoso Teles (PSD)		
		- Tiago Manuel Morais Lourenço (PSD)		
		- Paulo Sérgio Ferreira Nunes (PSD)		
29.MAI.2024	Paços do Concelho	Presencial	Conselho Municipal da Educação (CME) e Conselho Municipal da Juventude (CMJILHA)	4
			- Presidente da Câmara Municipal	
			- Presidente da Assembleia Municipal	
			- Representante da DGESTE – DSR Centro	
			- Representante da CCDR Centro	
	Paços do Concelho	Presencial	Agrupamentos de Escolas	5
			- Direção/representante do Conselho Geral do AE de Ílhavo	
			- Direção/ representante do Conselho Geral do AE da Gafanha da Nazaré	
			- Direção/representante do Conselho Geral do AE da Gafanha da Encarnação	
	Paços do Concelho	Presencial	Presidentes das Juntas de Freguesia	3
			- Freguesia de Ílhavo (São Salvador)	
			- Freguesia da Gafanha da Nazaré	
			- Freguesia da Gafanha da Encarnação	
			- Freguesia da Gafanha do Carmo	
	Paços do Concelho	Presencial	Comunidade Escolar	10
			- Representante do Serviço Educativo Municipal de Ílhavo (SEMI)	
			- Representante da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE)	
			- Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação	
			- Representantes das duas Associações de Estudantes existentes	
- Representante do corpo docente de cada Agrupamento de Escolas				
TOTAL DE 7 SESSÕES QUE ENVOLVERAM 37 AGENTES LOCAIS				

Essa etapa incluiu, ainda, o desenvolvimento de uma **matriz SWOT**, definida com base no diagnóstico estratégico e nos contributos dos agentes educativos, bem como um **quadro estratégico preliminar** com propostas de intervenção e intenções de desenvolvimento educativo, culminando com o desenvolvimento e entrega do **R2. Diagnóstico Estratégico**.

A **Etapa 3**, intitulada "**Propostas de Execução**", incidiu no desenvolvimento de **propostas de intervenção e execução**, tanto **materiais**, como **imateriais**. Enquanto as propostas materiais se referem a **intervenção física** nos estabelecimentos do parque escolar municipal, as propostas imateriais correspondem às **intenções de desenvolvimento educativo** como programas, iniciativas, projetos, entre outros. Estas propostas foram estruturadas por eixos e objetivos estratégicos e, consequentemente, desagregadas num conjunto de medidas/ações, no sentido da sua priorização e calendarização. Neste contexto, para cada medida foi desenvolvida uma ficha de ação, constituída por uma descrição/fundamentação da medida, a tipologia de solução, consentânea com o caráter das medidas propostas, as metas almejadas, a identificação dos promotores e público-alvo das soluções, o cronograma prospetado para a sua concretização de acordo com três escalas temporais (curto-prazo, médio-prazo e longo-prazo) e, ainda, eventuais fontes de financiamento e referência a exemplos de projetos inspiradores implementados noutros territórios.

Na última etapa – **Etapa 4. Revisão da Carta Educativa** – procedeu-se à consolidação do quadro estratégico (Etapa 3), ao desenvolvimento de mecanismos para a monitorização e avaliação da execução da Carta Educativa e, ainda, à definição de um **modelo de governação**, culminando com a entrega do **R3. Revisão da Carta Educativa de Ílhavo**.

Nota Metodológica

A [Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro](#) identifica as Unidades Orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas a funcionar no ano letivo de 2023/24, estabelecendo designações específicas para cada uma delas.

Não obstante, e para efeitos de simplificação, retirando densidade ao texto, e de uniformização ao longo do presente documento, foram assumidas designações mais breves, conforme exposto na seguinte tabela:

Designação do Agrupamento de Escolas	Código do Agrupamento	Designação da Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro	Designação adotada no documento	Código da Escola
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Escola Básica de Gafanha da Encarnação, Ílhavo.	Escola Básica de Gafanha da Encarnação EB Gafanha da Encarnação	343560
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Escola Básica de Costa Nova do Prado, Ílhavo.	Escola Básica de Costa Nova do Prado EB Costa Nova do Prado	217682
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Escola Básica de Gafanha do Carmo, Ílhavo.	Escola Básica de Gafanha do Carmo EB Gafanha do Carmo	224789
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Centro, Ílhavo.	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Centro EB Gafanha da Encarnação - Centro	255518
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul, Ílhavo.	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul EB Gafanha da Encarnação - Sul	257576
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte, Ílhavo.	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte EB Gafanha da Encarnação - Norte	259070
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Jardim de Infância de Gafanha da Encarnação - Centro, Ílhavo.	Jardim de Infância de Gafanha da Encarnação - Centro JI Gafanha da Encarnação - Centro	614580
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	160970	Jardim de Infância de Gafanha do Carmo, Ílhavo.	Jardim de Infância de Gafanha do Carmo JI Gafanha do Carmo	614609

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Secundária de Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Secundária de Gafanha da Nazaré ES Gafanha da Nazaré	403921
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica de Farol da Barra, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica de Farol da Barra EB Farol da Barra	221650
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila EB n.º 1 Cale da Vila	255520
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica de Cambeia, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica de Cambeia EB Cambeia	257588
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica de Marinha Velha, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica de Marinha Velha EB Marinha Velha	259081
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica de Chave, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica de Chave EB Chave	259500
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila EB n.º 2 de Cale da Vila	295437
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	160982	Escola Básica Professor Fernando Martins, Gafanha da Nazaré, Ílhavo.	Escola Básica Professor Fernando Martins EB Professor Fernando Martins	343572
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Ílhavo.	Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes ES Dr. João Carlos Celestino Gomes	401500
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Chousa Velha, Ílhavo.	Escola Básica de Chousa Velha EB Chousa Velha	215855
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Corgo Comum, Ílhavo.	Escola Básica de Corgo Comum EB Corgo Comum	217049
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Gafanha de Aquém, Ílhavo.	Escola Básica de Gafanha de Aquém EB Gafanha de Aquém	255506
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Ílhavo.	Escola Básica de Ílhavo EB Ílhavo	256729
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Presa, Ílhavo.	Escola Básica de Presa EB Presa	266747
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Vale de Ílhavo, Ílhavo.	Escola Básica de Vale de Ílhavo EB Vale de Ílhavo	281207
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica de Senhora do Pranto, Ílhavo.	Escola Básica de Senhora do Pranto EB Senhora do Pranto	295474
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	160994	Escola Básica José Ferreira Pinto Basto, Ílhavo.	Escola Básica José Ferreira Pinto Basto EB José Ferreira Pinto Basto	343468

2. ENQUADRAMENTO GERAL



2. ENQUADRAMENTO GERAL

2.1. Quadro Legislativo da Carta Educativa

A educação representa um pilar fundamental para a formação e desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos, através da qual se torna possível adquirir novas competências essenciais à construção de projetos de vida nas suas distintas esferas. Consagrados, desde 1976, na [Constituição da República Portuguesa](#) (CRP), encontram-se os direitos à educação e ao ensino (artigos 73.º e 74.º), enquanto direitos universais de todos os cidadãos portugueses. Assegurar o ensino constitui uma das incumbências basilares do Estado, conforme previsto na alínea f), do artigo 9.º, e no número 2, do artigo 74.º da CRP. No âmbito da educação, o Estado deverá promover a sua democratização e criar condições para que ela, através da escola e de outros meios, “contribua para a *igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva*” (número 2, do artigo 73.º, da CRP).

Prosseguindo o direito à educação, a **Lei de Bases do Sistema Educativo** ([Lei n.º 46/86, de 14 de outubro](#)), publicada em 1986, veio estabelecer o quadro geral do sistema educativo, “*que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*” (número 2, do artigo 1.º da [Lei n.º 46/86, de 14 de outubro](#)).

No decorrer das últimas décadas, o poder local tem vindo a assumir um papel cada vez mais ativo e decisivo no domínio da educação, especialmente ao nível do planeamento e gestão dos territórios educativos, refletindo-se na alteração e adaptação das respetivas políticas e quadro legislativo (**Figura 2**).

Com a publicação da [Lei n.º 159/99, de 14 de setembro](#), iniciou-se um processo de **descentralização de competências** da Administração Central para a Administração Local, reforçando as responsabilidades dos municípios em diversas matérias, especialmente no âmbito da educação. Especificamente nesta matéria, o artigo 19.º estabelece que é competência dos órgãos municipais, não só participar no planeamento e gestão dos equipamentos educativos, mas também elaborar a **Carta Escolar**, documento a ser integrado nos Planos Diretores Municipais (PDM). Em 2003, a publicação do [Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro](#) (diploma atualmente revogado), veio alterar a **designação de Carta Escolar para Carta Educativa**, aprovando o seu processo de elaboração e reforçando a transferência de competências para as autarquias.

Deste novo enquadramento legislativo resultou, em 2005, um intenso processo de elaboração, aprovação e homologação de Cartas Educativas, procedendo-se à homologação das primeiras 38 em outubro de 2006. Atualmente, parte dessas Cartas Educativas encontram-se desatualizadas, quer ao nível do quadro legal, quer no respeitante às dinâmicas demográficas, socioeconómicas e educativas dos territórios, uma vez que não passaram, nos últimos anos, por nenhum processo de revisão.

Atualmente, o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação é concretizado pelo [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#). De acordo com o artigo 5.º deste diploma, a **Carta Educativa** é estabelecida como um **instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos segundo as ofertas de educação e formação, à escala local**, visando uma melhor utilização dos recursos educativos, atendendo ao contexto demográfico e socioeconómico do concelho.

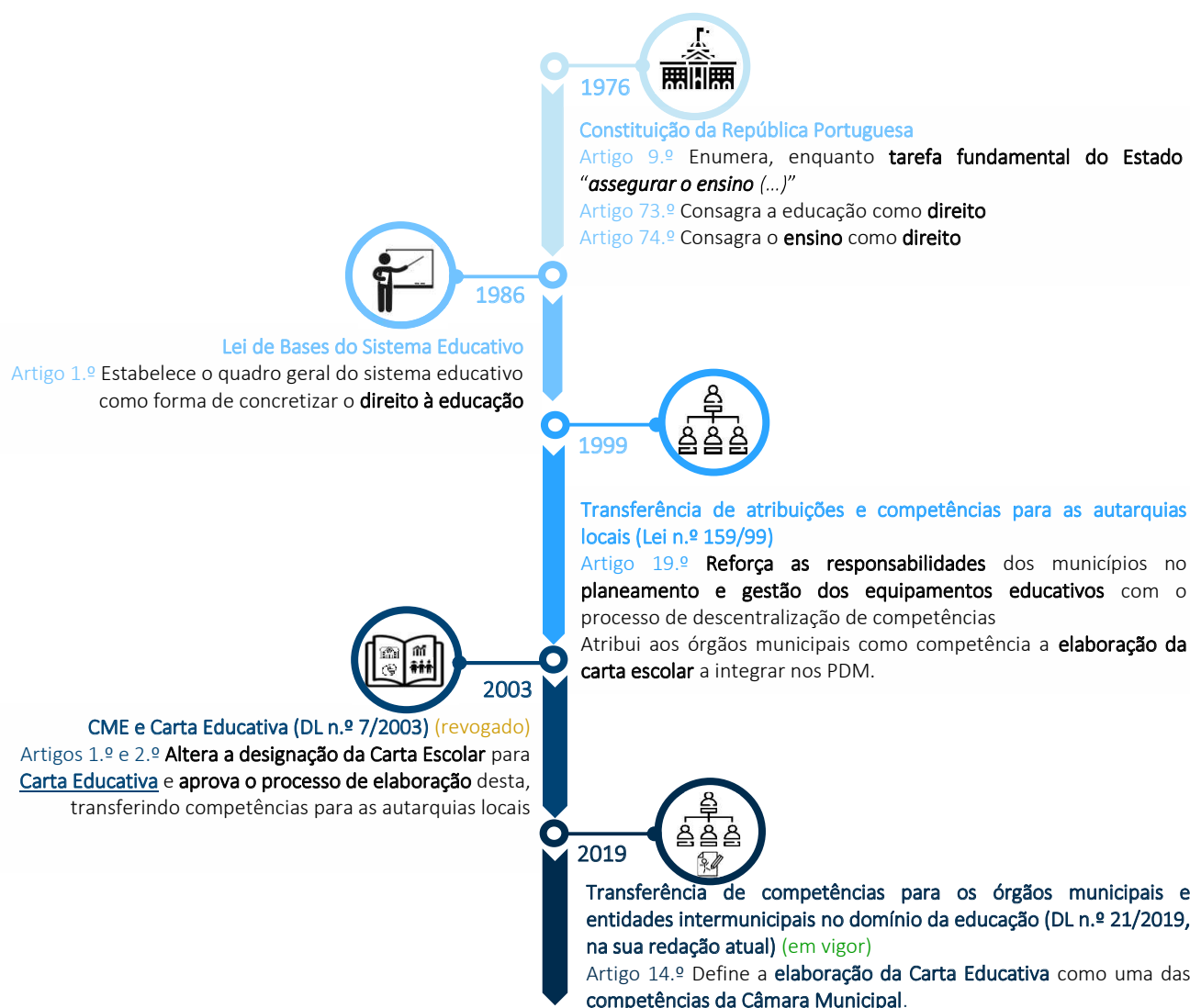


Figura 2. Enquadramento legal cronológico

De acordo com o artigo 6.º, do referido diploma, a **Carta Educativa** visa alcançar os seguintes **objetivos**:

1. **Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário**, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
2. **Refletir, à escala municipal**, o processo de **ordenamento a nível nacional e intermunicipal** da rede de ofertas de educação e formação;
3. **Promover** a criação de **condições mais favoráveis** ao **desenvolvimento de centros de excelência** e de **competências educativas**, bem como para a **gestão eficiente dos recursos** educativos disponíveis;
4. **Incluir uma análise prospetiva**, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
5. **Garantir uma rede educativa coerente com a política urbana do município**, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

O conceito de **rede educativa** (artigo 8.º) é entendido como a “*configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objetivos da política educativa*”. Por sua vez, o **ordenamento** da mesma deve, no respeito pela Lei de Bases do Sistema Educativo, contribuir para os seguintes objetivos (artigo 11.º):

- a) *“Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;*
- b) *Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;*
- c) *Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;*
- d) *Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;*
- e) *Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;*
- f) *Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área”.*

De forma a dar resposta aos objetivos supramencionados, a Carta Educativa deverá, não só integrar a caracterização sumária da **localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, mas também o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública** (n.º 1 do artigo 13.º). Deste modo, este instrumento de planeamento estratégico deve ser instruído com os seguintes elementos (n.º 2 do artigo 13.º):

-  **Um relatório** com a menção e fundamentação das **principais medidas a adotar**, desenvolvidas em articulação com o executivo e com a comunidade educativa, que respondam eficazmente às necessidades educativas locais e visem a redução do abandono escolar e a promoção do sucesso educativo;
-  **Um programa de execução**, com a **calendarização** da concretização das medidas constantes no relatório.

No que respeita à **revisão deste instrumento**, e de acordo com o estabelecido no artigo 15.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), o município tem a obrigação de proceder à revisão da Carta Educativa, **sempre que se verifique a desconformidade da rede educativa municipal com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa ou quando este instrumento atinge um prazo máximo de 10 anos** (Figura 3).

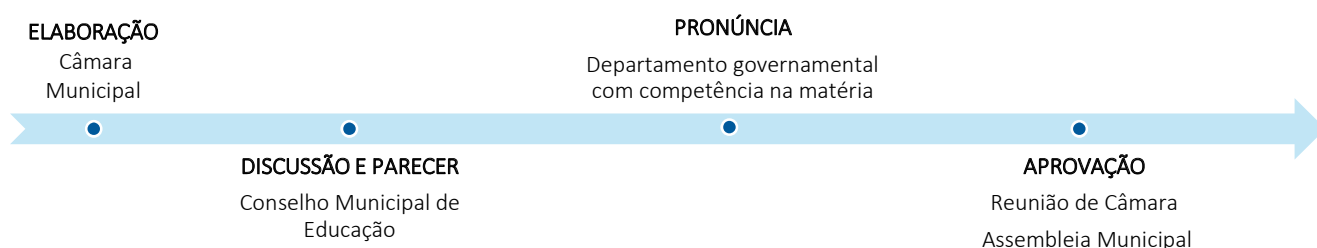


Figura 3. Processo da Revisão da Carta Educativa

O município, enquanto autoridade local com competências e responsabilidades no desenvolvimento educativo do concelho, deve salvaguardar a atualização dos instrumentos necessários para o processo de tomada de decisão política no âmbito da educação, de forma a garantir decisões fundamentadas que prevejam a adequação do parque escolar, dos recursos humanos e materiais e uma alocação da procura que garanta o acesso e o direito ao ensino a todas as crianças e jovens do concelho, através de soluções ajustadas às atuais dinâmicas demográficas e socioeconómicas e à procura de estabelecimentos, numa perspetiva holística e integrada face ao contexto regional e nacional.

2.2. Sistema Educativo Português

A aprovação da [Lei de Bases do Sistema Educativo](#), em 1986, estabeleceu uma organização para o sistema educativo português, dividindo-o em três dimensões principais: a **educação pré-escolar** (oferta complementar e/ou supletiva da ação educativa das famílias), a **educação escolar** (constituída pelos ensinos básico, secundário e superior) e a **educação extraescolar** (perspetiva de educação contínua e permanente). Em suma, o Sistema Educativo Português é constituído pelos seguintes níveis (**Figura 4**):

- **Educação Pré-Escolar** – destina-se a crianças com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos, tendo como objetivo contribuir para o seu desenvolvimento, estabilidade, segurança, integração e participação;
- **Ensino Básico** – destina-se a alunos a partir dos 6 anos de idade e compreende 9 anos de escolaridade divididos em três ciclos sequenciais (1.º, 2.º e 3.º CEB) com o objetivo de providenciar uma formação geral comum a todos os cidadãos;
- **Ensino Secundário** – integra 3 anos de escolaridade e organiza-se em diferentes cursos, a fim de promover o desenvolvimento de competências para o prosseguimento dos estudos e/ou para a inserção no mercado de trabalho;
- **Ensino Superior** – compreende o ensino universitário e o ensino politécnico e destina-se a alunos qualificados com o ensino secundário completo ou equivalente, com o propósito de formar diplomados em diferentes áreas de conhecimento e consequente inserção nos diferentes setores profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade.



Figura 4. Sistema Educativo Português

Fonte: DGEEC, 2021. Educação e Formação em Portugal

Em 2009, a publicação da [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#), em Diário da República, veio alargar o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar (entre os 6 e os 18 anos), compreendendo assim os ensinos básico e secundário. O carácter obrigatório apenas entrou em vigor no ano letivo de 2012/13, no seguimento da publicação do Decreto-Lei que a regulamenta ([Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto](#)).

2.3. Referenciais Estratégicos para a Educação

2.3.1. Orientações Internacionais

No **contexto global**, a educação representa um direito humano reconhecido em várias convenções internacionais – [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (artigo 26.º) e [Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais \(PIDESC\)](#) (artigo 13.º). Neste contexto, importa mencionar os [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\) da Agenda 2030](#), traduzidos numa “visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”². Não obstante a relação de causalidade e de interdependência com outros objetivos, a educação insere-se no ODS4 “Educação de Qualidade” e engloba 10 metas que visam assegurar, de uma forma geral, o acesso universal a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, através da promoção de oportunidades de aprendizagem para todos ao longo da vida (Figura 5).



Figura 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através da Comissão Internacional sobre a iniciativa **Futuros da Educação**³, redigiu em 2022, o relatório “Um novo contrato social para a educação: Reimaginar nossos futuros juntos” no sentido de promover o debate mundial para repensar a educação, num mundo imerso em incertezas e complexidades, reconhecendo-a como uma dimensão capaz de produzir mudanças profundas. Perante a necessidade de percorrer um caminho de transformação das economias e sociedades contemporâneas, a educação e a formação assumem um papel fundamental no desenho do futuro europeu, sendo essencial capacitar e empoderar os cidadãos com as ferramentas que lhes permitam alcançar a realização pessoal e adaptar-se a um mercado de trabalho em constante mudança, através de uma cidadania ativa e responsável. Neste sentido, a [Resolução do Conselho da União Europeia, de 19 de fevereiro de 2021](#), planeia orientar a concretização do Espaço Europeu da Educação até 2025 e a cooperação europeia em matéria de educação e formação até 2030.

O **Espaço Europeu da Educação** possibilitará não só que os alunos prossigam os estudos em diferentes fases da vida e que encontrem emprego em toda a União Europeia (UE), como também permitirá o acesso a educação e formação de alta qualidade, inovadora e inclusiva, que apoie o crescimento económico e crie oportunidades de emprego ajustadas aos interesses e expectativas dos indivíduos, bem como o desenvolvimento pessoal, social e cultural em todos os Estados-Membros e regiões da UE. A referida Resolução estabelece **cinco prioridades estratégicas** para a cooperação europeia para a próxima década:

² Fonte: Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf.

³ Fonte: UNESCO, Futuros da Educação, 2022. Disponível em: <https://en.unesco.org/futuresofeducation/>

-  Melhorar a qualidade, a equidade, a inclusão e o sucesso de todos em matéria de educação e formação;
-  Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade para todos;
-  Reforçar as competências e a motivação dos profissionais da educação;
-  Reforçar o ensino superior europeu;
-  Apoiar as transições ecológica e digital na educação e na formação e através das mesmas.

Neste contexto, destaca-se o [Quadro Estratégico de Educação e Formação 2021-2030](#) como um instrumento orientador que estabelece objetivos e metas a alcançar pelos Estados-Membros⁴, nomeadamente:

-  A percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciências deverá ser inferior a 15% até 2030;
-  A percentagem de alunos do oitavo ano de escolaridade com fraco aproveitamento em literacia informática e da informação deverá ser inferior a 15% até 2030;
-  Pelo menos 96% das crianças entre os três anos e a idade de início do ensino primário obrigatório deverão participar na educação e acolhimento na primeira infância até 2030;
-  A percentagem de alunos que abandonam prematuramente a educação e a formação deverá ser inferior a 9% até 2030;
-  A percentagem de adultos do grupo etário dos 25-34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45% até 2030;
-  A percentagem de recém-diplomados do Ensino e Formação Profissional a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral durante o seu ensino e formação profissionais deverá ser de, pelo menos, 60% até 2025;
-  Até 2025, pelo menos 47% dos adultos na faixa etária entre os 25 e os 64 anos deverão ter participado em ações de aprendizagem nos últimos 12 meses.

Atendendo ao atual contexto global, em que a transição digital é transversal a todos os setores, salienta-se o [Plano de Ação para a Educação Digital \(2021-2027\)](#), traduzindo-se numa iniciativa política da União Europeia (UE) com o objetivo de prestar apoio na adaptação sustentável e eficaz dos sistemas de educação e formação dos Estados-Membros da UE à era digital, de acordo com dois domínios prioritários: (1) Promover o desenvolvimento de um ecossistema de educação digital altamente eficaz e (2) Reforçar as competências e aptidões digitais para a transformação digital.

Paralelamente às orientações direcionadas para a política educativa, destacam-se outras que, pela amplitude da sua ação, acabam por integrar a educação nas suas prioridades, por esta constituir um dos principais pilares no desenvolvimento das sociedades e territórios - **Nova Agenda Estratégica para 2019-2024** e a **Política de Coesão 2021-27**.

Importa ainda mencionar, no âmbito dos referenciais estratégicos internacionais, o instrumento de financiamento do **Fundo Social Europeu+ (FSE+) 2021-27**⁵, por ser o principal instrumento financeiro orientado para investir nas pessoas, reforçar a coesão social, melhorar a justiça social e aumentar a competitividade, com especial foco na proteção dos mais severamente

⁴ Fonte: Jornal Oficial da União Europeia. Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030). Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021G0226\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021G0226(01)&from=PT).

⁵ Fonte: Fundo Social Europeu (FSE+). Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-social-europeu-fse>

afetados pela crise económica desencadeada pela pandemia, como a população mais jovem em risco de pobreza e de exclusão social.

2.3.2. Orientações Nacionais

No **contexto nacional**, tendo por base as orientações estratégicas internacionais, verifica-se a existência de um conjunto de programas, referenciais estratégicos e projetos que visam contribuir para a melhoria dos níveis de educação, o alcance do sucesso escolar, a criação de condições físicas e materiais no contexto educativo, mas também para a permanente construção de uma cidadania ativa e participativa (**Tabela 2**):

Tabela 2. Referenciais estratégicos da política educativa nacional

Instrumentos		Objetivo
ESTRATÉGIAS, PLANOS E PROGRAMAS	Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020)	Promover uma cidadania plena e interveniente, capacitando crianças e jovens, mas também os agentes económicos e decisores, para os novos desafios ambientais.
	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania	Promover uma cidadania participativa e humanista, numa época de diversidade social e cultural crescente, sensibilizando para a tolerância e a não discriminação e supressão dos radicalismos violentos.
	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)	Reforçar a escolarização e a integração profissional das pessoas das comunidades ciganas em situação de exclusão social.
	Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030	Combater a exclusão social das crianças e dos jovens, garantindo o acesso a um conjunto de serviços essenciais como forma de combate da pobreza infantil, de promoção da igualdade de oportunidades e da garantia dos direitos das crianças e jovens.
	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)	Implementar medidas que permitam melhorar os indicadores relativos ao insucesso e abandono escolar.
	Plano Nacional das Artes	Tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, em particular às crianças e aos jovens, promovendo a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. Incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração.
	Plano Nacional de Leitura (PNL)	Apoiar e fomentar programas especialmente vocacionados para favorecer a integração social através da leitura.
	Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem (PNI-GJ)	O PNI-GJ (2013) tinha como principal objetivo proporcionar a todos os jovens, com menos de 25 anos, uma oportunidade de emprego, formação ou estágio no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem da educação formal. Alterado pela RCM n.º 188/2021 , a 30 dezembro de 2021, o PNI-GJ passou a prever a criação do Programa Trajetos , com a medida Afirma-te Já, e a continuidade do Empreende Já, tendo como objetivo promover o acesso a oportunidades de educação, formação, emprego ou empreendedorismo por parte de jovens NEET (<i>not in employment, education or training</i>), tendo em vista a implementação da renovada Garantia Jovem.
	Programa Academia Digital para Pais	Possibilitar aos pais e aos encarregados de educação, de crianças do Ensino Básico, de frequentar ações de formação promotoras de competências digitais.
	Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES)	Promover a literacia em saúde, atitudes e valores que suportem comportamentos e estilos de vida saudáveis, criando condições para universalizar o acesso à educação para a saúde em meio escolar.
	Programa de Educação Estética e Artística (PEEA)	Enriquecer as experiências de educação, propondo metodologias inovadoras de aprendizagem nas áreas de Artes Visuais, Dança, Expressão Dramática/Teatro e Música.
	Plano de Recuperação das Aprendizagens, Plano 23 24 Escola+	Estratégia integrada para a recuperação dos défices de aprendizagem dos alunos dos ensinos básico e secundário, gerados pela COVID-19 e que ainda persistem, que se estrutura em sete domínios: (1) Leitura e escrita; (2) Autonomia curricular; (3) Recursos educativos; (4) Família; (5) Avaliação e diagnóstico; (6) Inclusão e bem-estar; (7) Apoiar as comunidades educativas.
	Programa Escola Digital	Disponibilizar computadores e acesso à internet para que todos os alunos, professores e escolas possam colaborar, ensinar e aprender em ambiente digital.
	Programa Estratégico do	Promover a participação e envolvimento dos alunos, incentivando a que a organização e

Instrumentos	Objetivo
Desporto Escolar 2021-2025 Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) Programa Rede de Bibliotecas Escolares (QE 2021-2027) Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)	planeamento de atividades possa ser efetuada num processo de co-decisão e de co-gestão no seio das atividades do Desporto Escolar. Promover um ensino de qualidade para todos, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das escolas. Criar condições para que todas as comunidades educativas tenham excelentes bibliotecas escolares, garantindo ambientes de informação e conhecimento, conducentes ao desenvolvimento dos saberes e competências indispensáveis numa sociedade cada vez mais dinâmica, imprevisível, digital e global. Prevenir e reduzir o abandono escolar precoce e o absentismo, reduzir a indisciplina e promover o sucesso educativo de todos os alunos em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas localizadas em territórios economicamente e socialmente desfavorecidos.
ORIENTAÇÕES E REFERENCIAIS Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade Referencial de Educação do Consumidor Referencial de Educação Financeira Referencial de Educação para a Saúde Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário Referencial de Educação para o Mundo do Trabalho Referencial de Educação para o Risco Referencial de Educação para os Media Referencial de Educação Rodoviária Referencial do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória	Apoiar a construção e gestão do currículo no jardim de infância, da responsabilidade de cada educador/a, em colaboração com a equipa educativa do estabelecimento educativo/agrupamento de escolas. Contribuir para a mudança de comportamentos e de atitudes no âmbito do ambiente nas crianças e jovens e suas famílias e comunidades. Capacitar os consumidores para enfrentarem os desafios em termos de consumo, para compreenderem melhor os mecanismos do mercado e para tomarem decisões mais informadas, com vista a melhorar o seu bem-estar. Promover a adoção de comportamentos financeiros adequados em contexto educativo. Promover a educação para a saúde, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e jovens, tornando-os mais aptos para uma cidadania ativa e responsável. Apoiar a escola no desenvolvimento de um currículo que permita aos jovens adquirir comportamentos em matéria de Segurança, Defesa e Paz, especialmente ao nível de princípios, valores, atitudes e competências. Enquadrar a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania, e promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Estimular a abordagem ao mundo do trabalho em todos os níveis da escolaridade obrigatória - trabalho digno, segurança e saúde no trabalho, igualdade de oportunidades e não discriminação, desempenho profissional e integração no mundo laboral. Contribuir para que a promoção de uma cultura de segurança se constitua como uma estratégia prioritária das escolas. Capacitar os cidadãos para viverem de forma crítica e interventiva a “ecologia comunicacional”. Promover a aquisição de conhecimentos essenciais à integração segura do indivíduo em ambiente rodoviário. Promover a melhoria da qualidade da aprendizagem e o sucesso de todos os alunos no final dos 12 anos de escolaridade obrigatória, por meio da organização e gestão curriculares e definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a implementar na prática letiva.
PROJETOS Projeto Assess@Learning Projeto Autonomia e Flexibilidade Curricular Projeto “Clubes Ciência Viva na Escola” Projeto Comunidades de Aprendizagem Projeto PAFSE - Partnerships for science education Projeto-Piloto de Inovação	Promover a utilização sistemática de práticas de Avaliação Formativa Digital (AFD) nas escolas. Promover melhores aprendizagens indutoras do desenvolvimento de competências de nível mais elevado, assumindo a centralidade das escolas, dos seus alunos e professores, permitindo a gestão do currículo de forma flexível e contextualizada. Promover o ensino experimental das ciências e das técnicas através de espaços de ciência abertos de contacto com a ciência e a tecnologia, para a educação e o acesso generalizado dos alunos a práticas científicas. Garantir uma aprendizagem ótima para todas as crianças, proporcionando igualdade de oportunidades e criando condições para alcançar melhores resultados. Conscientizar os jovens sobre os desafios da saúde pública, os fatores de proteção e os padrões de comportamento de risco, bem como o papel que eles podem desempenhar na preparação da comunidade. Promover o sucesso e a qualidade das aprendizagens de todos os alunos, através do

Fonte: DGE, 2023



-  Reduzir a percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário;
-  Alcançar um nível de 60% dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior, com 50% dos graduados de educação terciária na faixa etária dos 30 -34 anos até 2030;
-  Alcançar um nível de liderança europeia de competências digitais até 2030; e
-  Reforçar a participação de adultos em formação ao longo da vida⁷.

⁷Fonte: Estratégia Portugal 2030. Documento disponível em: <https://tinyurl.com/4vxyh74e> (portugal.gov.pt)

Resiliência, 2) Transição Climática e 3) Transição Digital, sendo que a Educação se reflete tanto na prioridade 1, nomeadamente na componente “C6 – Qualificações e Competências”, como na prioridade 3, nomeadamente na componente “C15 – Escola Digital”. O PRR está enquadrado no Mecanismo de Recuperação e Resiliência do instrumento temporário de recuperação - *Next GenerationEU* -, criado pelo Conselho Europeu⁸.

2.3.3. Orientações Regionais e Sub-Regionais

Ao nível da região **Centro** e da **sub-Região de Aveiro** (NUTS III) importa abordar as estratégias vigentes que enquadram os desafios da educação nas suas orientações, nomeadamente o **Programa Centro 2030**. Este programa preconiza uma estratégia resultante de um longo processo reflexivo sobre a região, iniciado com a aprovação da **Visão Estratégica para a região Centro 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional**, delineada, em 2020, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e com a revisão da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) do Centro, em 2021, constituindo uma oportunidade para a região ao nível da diminuição das disparidades socioeconómicas. A nível sub-regional destaca-se a **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro** (EIDT.RA 2030), assente na visão de uma região sustentável orientada para a valorização e qualificação das pessoas, o conhecimento e a inovação. O **Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Educ@RA** – merece igualmente destaque, tendo sido financiado no âmbito do Fundo Social Europeu, Portugal 2020 e Centro 2020 (**Tabela 3**).

Tabela 3. Referenciais estratégicos da política educativa regional

INSTRUMENTOS	OBJETIVO
<u>Visão Estratégica para a Região Centro 2030</u>	A Visão Estratégica para a Região Centro 2030 declina-se em cinco desígnios, entre os quais “Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens, a formação avançada de profissionais, a formação contínua de ativos, a requalificação e criando condições para a atração de população qualificada.” Complementarmente, entre as distintas linhas estratégicas para 2030, importa destacar a linha “7.7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral”, ancorada na promoção e reforço da “melhoria de qualificações de ativos e de população em geral segundo uma perspetiva de educação como fator de inclusão e de capacitação de indivíduos e organizações em termos das competências exigidas pela transformação da região”, à qual se associam distintas linhas de intervenção.
<u>Centro 2030 – Programa Regional do Centro</u>	O Programa Centro 2030 estrutura-se em torno de cinco objetivos estratégicos, ressaltando o objetivo 4 “Centro mais social e inclusivo”, que ao assumir o apoio ao emprego de qualidade, à educação, às competências, à inclusão social e à igualdade de acesso aos cuidados de saúde, intenciona a diminuição das disparidades entre os alunos no acesso ao currículo e no desenvolvimento das suas aprendizagens, tendo especial atenção às crianças e grupos mais vulneráveis. A nível educativo, destacam-se as seguintes linhas de atuação: • Apoiar um novo ciclo de projetos de combate ao abandono e insucesso escolar, aprofundando metodologias e envolvendo progressivamente comunidades locais; • Aprofundar abordagens focadas na redução do número de jovens NEET (<i>not in employment, education or training</i>); • Apostar na conceção e formatação de programas de formação de ativos empregados; • Conceber programas de formação de jovens para a indústria com diferentes níveis de qualificação, designadamente reforçando CET e TeSP e promovendo formações curtas para a empregabilidade de jovens licenciados; • Conceber e implementar programas formativos estruturados de apoio à reconversão de trabalhadores para novas áreas de trabalho;

⁸ Fonte: Recuperar Portugal, construindo o futuro. Plano de Recuperação e Resiliência. Documento disponível em: <https://recuperarportugal.gov.pt/>

INSTRUMENTOS	OBJETIVO
	• Dinamizar a educação e formação de adultos (ativos empregados e desempregados); • Promover a capacitação de quadros técnicos de municípios para uma resposta eficaz à assunção de novas competências por parte dos municípios em matéria de educação; • Apoiar centros de excelência de formação avançada em articulação com as grandes prioridades da especialização inteligente da região e focados na atração e fixação de talentos.
Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro)	Em alinhamento com a agenda temática “Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento” da Estratégia Portugal 2030, encontra-se uma evidente ligação entre esta agenda e o desafio da Transição Social, a qual pressupõe a garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, bem como a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. De igual forma, ressalta a ligação à plataforma de inovação “Promover inovação territorial”, alicerçada num vasto conjunto de ações: • Valorização do conhecimento; • Capacitação dos jovens; • Promoção de formação avançada e de novos formatos pedagógicos integradores de ensino/aprendizagem, assentes em modelos tecnologicamente inovadores; • Melhoria da capacidade de fornecer respostas qualificadas, numa lógica de rede integradora que suporte a criação de melhores condições de vida e a atratividade dos territórios e o desenvolvimento de soluções inovadoras que permitam a atração e fixação de novos residentes e de pessoas altamente qualificadas.
Aveiro 2030	A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT.RA 2030), delineada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), apresenta, no âmbito do eixo “Serviços e bem-estar”, um plano de ação com um conjunto de desafios estratégicos a nível educativo que importa referir: • Adequação, dimensionamento e conclusão da requalificação do parque escolar - atualização e revisão de cartas educativas municipais numa lógica evolutiva para Carta Educativa da Região de Aveiro; promoção de uma resposta articulada a nível intermunicipal com a adequação da oferta às necessidades, às especificidades territoriais e à especialização inteligente regional; e programa de apoio a projetos que visem o estabelecimento de uma rede qualificada do parque escolar; • Valorização da Rede de Formação e Capacitação Profissional - ações concertadas de valorização da oferta formativa da rede de Escolas Profissionais da região; e projetos orientados para a aquisição de novas competências em articulação entre as Instituições de Ensino Superior.
Projetos	
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Programa de intervenção que visa promover o sucesso educativo dos alunos através da implementação de ações que potenciem a motivação para a aprendizagem, a aquisição de conhecimentos, a melhoria na comunicação verbal e escrita, a cidadania ativa, a criatividade e a inovação, traduzindo-se numa melhoria dos indicadores relativos ao insucesso escolar e abandono escolar. O PIICIE da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é constituído por sete atividades de âmbito intermunicipal (e.g. áreas da ciência, tecnologia, robótica e programação, ação social, psicologia e terapia da fala), uma atividade de âmbito estritamente municipal (atividades municipais de combate ao abandono escolar) e ainda por um Observatório de Educação e Formação não Superior da Região de Aveiro.

Fonte: CCDRC, CIRA, 2024



3. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO

3. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO

O diagnóstico territorial, demográfico e socioeconómico, sendo uma das principais componentes da Revisão da Carta Educativa, possibilita alcançar um conhecimento mais alargado das dinâmicas concelhias, identificando as fragilidades e potencialidades que permitirão dar suporte ao processo de planeamento estratégico, o qual deverá procurar responder aos desafios através da definição dos melhores caminhos para o futuro.

O presente capítulo apresenta, assim, um retrato do concelho de Ílhavo, no sentido de aferir as diferentes dinâmicas que poderão interferir nos níveis de procura (população estudantil) e consequente oferta educativa (estabelecimentos de educação e ensino) e estrutura-se em três dimensões:

- **Territorial:** contextualiza o concelho de Ílhavo em termos de localização geográfica, gestão territorial ao nível municipal, distribuição de equipamentos e contexto habitacional;
- **Demográfica:** inclui uma caracterização da população residente no concelho, como a sua evolução, estrutura etária, distribuição e constituição dos agregados domésticos;
- **Socioeconómica:** enquadra a dinâmica socioeconómica do concelho, sobretudo ao nível da caracterização do tecido económico, do emprego, das condições socioeconómicas das famílias e das qualificações da população.

3.1. Diagnóstico Territorial

3.1.1. Enquadramento Geográfico

Localizado na **região Centro** de Portugal (NUTS II)⁹ e na **sub-Região de Aveiro** (NUTS III), o concelho de Ílhavo situa-se na Orla Litoral Sul do distrito de Aveiro e integra a vasta área da Ria de Aveiro. Atravessado no sentido Norte-Sul pelos Canais de Mira e de Ílhavo (Canal do Boco), Ílhavo apresenta-se como uma vasta planície de baixa altitude, definindo uma divisão tripartida do território: uma estreita faixa litoral, entre o Mar e o Canal de Mira; uma área central, entre este Canal e o Canal de Ílhavo; e uma área interior, a nascente do Canal de Ílhavo.

Enquanto área geográfica de intervenção da CCDR Centro, o concelho de Ílhavo dispõe de uma localização privilegiada, encontrando-se limitado a Norte e a Este pelo concelho de Aveiro, a Sul pelo concelho de Vagos e a Oeste pelo Oceano Atlântico, que cruza as suas praias, distinguindo-o dos demais, não só pela sua geografia como também pela sua história (Figura 7).

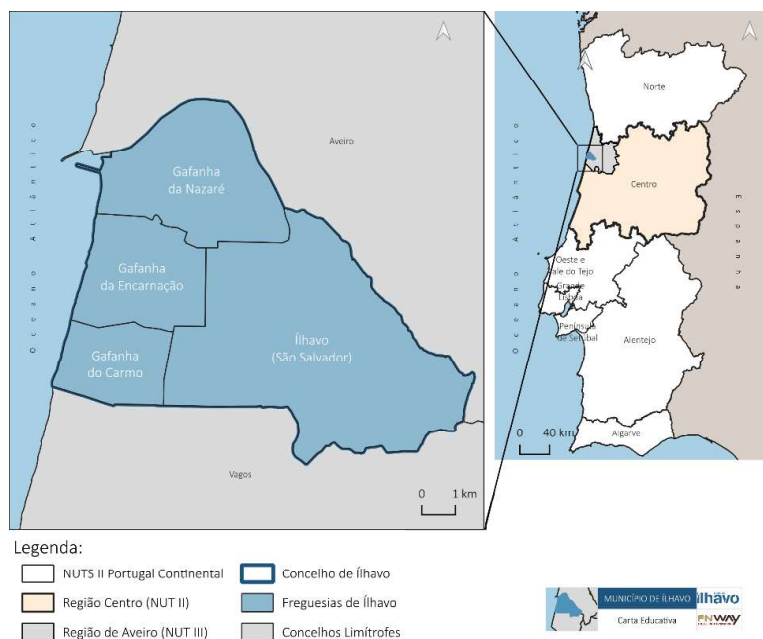


Figura 7. Enquadramento geográfico do concelho de Ílhavo

Fonte: CAOP, 2023 (DGT)

⁹ Ao longo do presente documento considera-se a nova organização administrativa da Região Centro (NUTS 2024). Quando não se encontram disponíveis os dados da Região Centro para a NUTS 2024, consideram-se os da Região Centro referentes à NUTS 2013, colocando-se a seguinte nota: *NUTS 2013.

Com um total de **39.235 residentes** (censos de 2021) distribuídos por uma superfície de **73,5 km²**, o concelho de Ílhavo possui duas cidades (Ílhavo e Gafanha da Nazaré), é composto por **quatro freguesias** – Ílhavo (São Salvador), onde se localiza a sede de concelho, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo – e integra a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), constituída em 2008.

A **configuração geográfica** de um território desempenha um papel basilar na promoção de diversas funções essenciais à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento socioeconómico dos territórios (e.g. funções residenciais, comerciais, industriais, educativas e de transporte), sabendo-se que o **modelo de organização e planeamento do território** pode impactar, significativamente, a eficiência e eficácia destas funções.

Reconhece-se, portanto, que uma boa distribuição das áreas residenciais em relação às áreas comerciais e industriais pode facilitar o acesso às necessidades básicas e ao mercado de trabalho, promovendo a conveniência e a mobilidade. Na verdade, um planeamento adequado dos sistemas de transporte pode melhorar a conectividade e a acessibilidade entre as diferentes áreas, estimulando o comércio e o desenvolvimento económico. Estes pressupostos aplicam-se, igualmente, à dinâmica educativa, onde a organização espacial desempenha um papel crucial na disponibilidade e acessibilidade aos estabelecimentos de educação e ensino, sendo que uma distribuição adequada dos mesmos poderá assegurar o acesso equitativo à educação, particularmente para grupos populacionais em circunstâncias de maior vulnerabilidade social. A configuração da rede viária e a distribuição do tecido urbano podem afetar a acessibilidade e a disponibilidade de instituições educativas, comprometendo a formação plena dos cidadãos.

Neste sentido, é extremamente importante analisar, de forma criteriosa, os **usos e a ocupação do solo** no contexto específico de Ílhavo, de modo a identificar desafios e oportunidades de organização do espaço territorial e, assim, alcançar informações relevantes para o desenvolvimento de estratégias que potenciem o acesso à educação e, consequentemente, o aumento da qualidade de vida da população.

A localização e o riquíssimo **património natural, histórico e cultural de Ílhavo** representam fatores estruturantes e potenciadores de uma base sólida para o desenvolvimento socioeconómico do concelho. Note-se que a ligação ao mar prossegue como uma das mais importantes referências de desenvolvimento do território, mantendo-se a pesca como um setor económico de desenvolvimento e o Porto de Aveiro, localizado na Gafanha da Nazaré, como âncora desta ligação. Todas estas dinâmicas, a par da força de um terceiro setor, o turismo, cada vez mais desenvolvido, abrem caminho a investimentos e à diversificação das atividades económicas locais. O aproveitamento da natureza envolvente, com as praias da Barra e da Costa Nova e a Ria de Aveiro, a localização privilegiada, a facilidade de acessos, bem como as condições climáticas singulares potenciam um **desenvolvimento turístico diferenciador**.

As **acessibilidades** constituem um aspeto fundamental para a promoção da conectividade, realçando-se o acesso dos alunos às instituições de educação e ensino. Um planeamento adequado e uma organização eficiente da rede de acessos pode melhorar significativamente a mobilidade dos estudantes (e de toda a comunidade educativa), através da redução dos tempos de deslocação e maior segurança.

Neste âmbito, a ligação de Ílhavo, quer aos outros municípios da Região de Aveiro (NUTS III), quer às restantes regiões do país, é favorecida pela reconhecida qualidade das vias de comunicação que rodeiam e cruzam o seu território, observando-se um sistema de vias nacionais, municipais, vicinais e florestais que se complementam e possibilitam uma total cobertura dos seus aglomerados populacionais. Contudo, considerando o aumento do volume de tráfego, afigurou-se essencial avançar para a

construção de novas vias e proceder à melhoria das existentes, no sentido da reconstrução e ampliação, colmatando as necessidades emergentes em termos socioeconómicos, rumo à consolidação de uma adequada dinâmica de acessibilidade e mobilidade.

A existência de acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas privilegiadas reforçam a **posição geoestratégica de Ílhavo**, destacando-se a este nível, os corredores rodoferroviários para transporte de mercadorias que facultam importantes ligações (e.g. entre o Porto de Aveiro e a Plataforma Logística de Cacia; entre a plataforma e a Linha do Norte; e entre esta última e a rede ferroviária nacional e internacional).

Efetivamente, o enquadramento geoestratégico de Ílhavo, ao inserir-se no cordão litoral de uma região fortemente industrializada, que opera como ligação territorial entre Aveiro e Vagos, fundamenta o forte investimento no campo das acessibilidades. Entre os principais acessos à rede rodoviária nacional, que potenciam o desenvolvimento de vários setores de atividade ao nível do concelho e da região, destacam-se a A1 (com proximidade ao nó de Aveiro Sul), a A25 (enquanto eixo de ligação rodoviária à Grande Estrada de Tráfego Internacional E80) e a A17 (a qual estabelece continuidade com a A8 para Sul). Ressalta, ainda, a antiga EN109, integrada na rede viária municipal, no troço que atravessa, longitudinalmente, o concelho e representa o eixo de todos os movimentos produzidos pela dinâmica da cidade de Ílhavo e restantes núcleos populacionais. Note-se que o centro de Aveiro se encontra a 10 minutos de Ílhavo, a cidade do Porto a cerca de uma hora e a fronteira com Espanha é acessível em duas horas. Por fim, ainda no âmbito da comunicação interna, não poderá deixar de ser mencionada a rede de ciclovias e também os percursos pedestres construídos.

Em relação ao uso e ocupação do solo, o território de Ílhavo apresenta uma forte vinculação ao Mar e à Ria de Aveiro, cujos princípios de proteção e conservação estão consignados na Rede Natura 2000, a qual delimita a área da Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro inserida nos limites concelhios de Ílhavo. De salientar, ainda, que a necessidade da defesa da orla costeira, devido à considerável exposição do território de Ílhavo às dinâmicas a ela associadas, requer a adoção de estratégias de adaptação às vulnerabilidades territoriais existentes (**Figura 8**).

A estrutura biofísica caracteriza-se por superfícies de águas marinhas e interiores e por zonas húmidas, associadas à zona da Ria, bem como por zona de mata. Neste contexto, dentro da estrutura ecológica concelhia e com ligação à restante região, importa elencar as áreas de maior relevância: a extensa área florestal que inclui a Mata Nacional das Dunas da Gafanha e a Colónia Agrícola na Senhora dos Campos; as praias da Barra e da Costa Nova; a Ria de Aveiro e respetivos canais de Ílhavo - Rio Boco e de Mira; e ainda outras áreas, como o Jardim Oudinot.

Inequivocamente, a ocupação urbana das áreas geográficas abarcadas pela CIRA ocorre, predominantemente, entre a Ria e as florestas do interior ao longo dos principais eixos viários regionais. Esta tipologia de ocupação, caracterizada por fronteiras ambíguas, acaba por condicionar a continuidade do tecido urbano e, por conseguinte, determinar a existência de um padrão de ocupação territorial relativamente disperso.

Ílhavo apresenta uma organização territorial que combina formas urbanas lineares, radiais e/ou ortogonais. A entrada dos braços da Ria de Aveiro forma três áreas bem demarcadas pelas suas características, nomeadamente, a faixa litoral (dominada pelo turismo), a faixa central (marcada pelas atividades industriais e logísticas) e a faixa oriental (associada ao núcleo urbano mais consolidado).



Figura 8. Uso e Ocupação do solo de Ílhavo

Fonte: CAOP, 2023 e COS, 2018

3.1.2. Ordenamento do Território

A Revisão da Carta Educativa, enquanto parte integrante do PDM¹⁰, constitui um instrumento educativo imprescindível na definição de estratégias para o reordenamento prospetivo da rede escolar, atendendo à otimização das localizações, à definição das áreas de influência de acordo com a procura atual e potencial, bem como à relação harmoniosa dos estabelecimentos escolares com o meio, especialmente com o tecido urbano e outros equipamentos (e.g. desportivos, culturais e de saúde).

Com efeito, torna-se fundamental que a Revisão da Carta Educativa assegure a congruência entre a rede educativa e a política urbana municipal, identificando e abordando os instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho de Ílhavo. Estes instrumentos fornecem importantes orientações de ordenamento do território e urbanismo, estabelecendo diretrizes para a política local, no âmbito do planeamento territorial (**Figura 9**).

¹⁰ A Carta Educativa integra o Plano Diretor Municipal respetivo (número 7, do artigo 14.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)).

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)

Âmbito Nacional	Âmbito Regional	Âmbito Municipal
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT): LEI 99/2019 - Plano Nacional da Água (PNA): DL 76/2016 - Plano Rodoviário Nacional (PRN): DL 222/98 - Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000): RCM 115-A/2008 - Plano para a Aquicultura em água de transição para Portugal Continental: RCM 76/2022	- Plano de Gestão de Região Hidrográfica - Vouga, Mondego e Lis (RH4A) - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL): Portaria n.º 56/2019 - Plano Regional do Ordenamento do Território do PROT-Centro: RCM 31/2006 - Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande: RCM 112/2017	- Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro - unir@ria: Aviso n.º 19308/2008 - Plano Diretor Municipal de Ílhavo: Relatório do Plano (2013) - Alteração do PDM de Ílhavo: Aviso n.º 83472023, 24 de abril de 2023 - Plano Estratégico do Município de Ílhavo: Relatório PEMI 2015 - PU - Plano de Urbanização - PP - Plano de Pormenor: DL 380/99 (revogado) DL 46/2009 (atualização) - PP da Área de Equipamentos da Frente Marítima da Costa Nova: Aviso n.º 9426/2012 - PP da Zona Industrial da Mota: Aviso n.º 19036/2018 - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas: EMAAC de Ílhavo - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano: PEDU de Ílhavo - Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas: PMAAC-I

Figura 9. Instrumentos de Gestão Territorial em vigor

Fonte: Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) da Direção-Geral do Território (DGT) e Câmara Municipal de Ílhavo

Considerando o preconizado pelo artigo 95.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)¹¹, o Plano Diretor Municipal (PDM) constitui um instrumento definidor da estratégia de desenvolvimento territorial para o município, de acordo com as orientações estabelecidas por programas e planos nacionais e regionais. Uma vez que a Revisão da Carta Educativa integra este instrumento, afigura-se essencial concretizar uma análise sucinta do PDM de Ílhavo, uma vez que este estabelece a política municipal de solos, de ordenamento do território e urbanismo, bem como o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos coletivos e as relações de interdependência com os municípios vizinhos (conforme disposto no número 1, do artigo 95.º, do RJIGT).

A primeira Revisão do PDM de Ílhavo foi publicada em Diário da República n.º 82, 2ª série, de 29 de abril de 2014 ([Aviso n.º 5423/2014](#)), entrando em vigor no dia 30 de abril de 2014. Após esta revisão foram registadas algumas dinâmicas de retificação/alteração que importa enumerar: 1ª correção material do PDM ([Declaração n.º 104/2016](#)); 2ª correção material do PDM ([Declaração n.º 109/2016](#)); 1ª Retificação ([Declaração de Retificação n.º 1093/2016](#)); 1ª Alteração por Adaptação - POC OMG ([Aviso n.º 15457/2017](#)); 2ª Alteração por Adaptação - POC OMG ([Aviso n.º 14034/2018](#)); 3ª Alteração – RERAE ([Aviso n.º 2647/2020](#)). Recentemente, a 17 de fevereiro de 2023, a alteração do PDM de Ílhavo foi aprovada pela Assembleia Municipal e publicada em Diário da República ([Aviso n.º 83472023](#)).

O **Regulamento**, a **Planta de Ordenamento** e a **Planta de Condicionantes** constituem as partes basilares do PDM de Ílhavo, os quais estabelecem, concomitantemente, um conjunto de princípios orientadores a considerar nas ações de ocupação, uso e transformação do solo na totalidade do território municipal, cujos limites se encontram plasmados na [Carta Administrativa Oficial de Portugal](#). Neste contexto, o [2.º artigo do Regulamento](#) consigna os seguintes objetivos estratégicos do PDM:

¹¹ [Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio](#) e atualizado pelo [Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março](#).

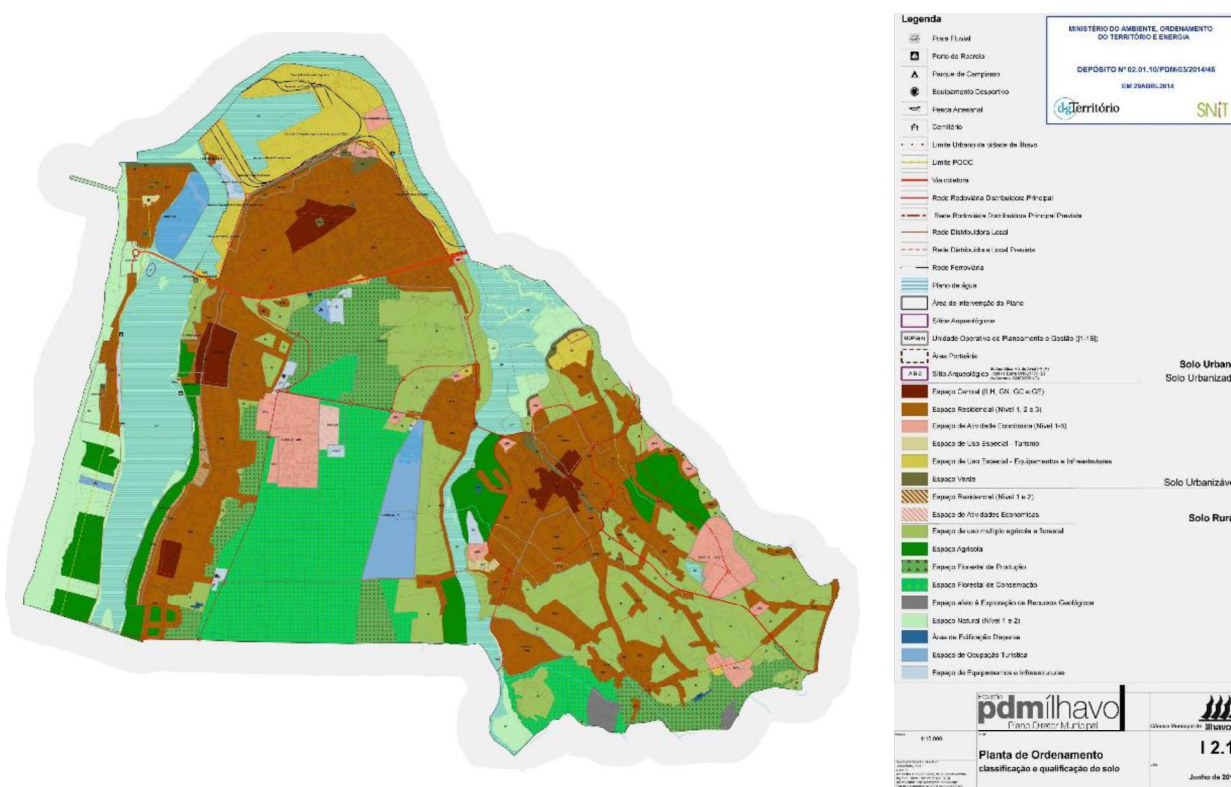
- a) *“Propiciar a utilização do solo do Município de Ílhavo numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, pela boa otimização das várias componentes do ecossistema, sempre com a centralidade no Homem e o cuidado no equilíbrio da sua relação com o ambiente, apostando sempre e de forma crescente na sua qualidade de vida e na construção de mais felicidade”;*
- b) *“Promover o desenvolvimento integrado e sustentável do Município, numa lógica de complementaridade com os espaços municipais próximos e o espaço regional em que está integrado, afirmando o Município de Ílhavo como território qualificado e de primeira importância no contexto da região de Aveiro”;*
- c) *“Potenciar a localização geográfica privilegiada do Município, otimizando a relação Terra/Ria/Mar e os múltiplos usos presentes (naturais, urbanos, agrícolas, florestais, industriais, energéticos, turísticos e portuários), bem como as condições de atratividade do património natural e cultural, valorizando as potencialidades endógenas do Município, numa ótica de crescimento sustentado”;*
- d) *“Promover as bases de uma política urbanística assente na acessibilidade para todos, na sustentabilidade e na humanização do território, na recuperação de áreas degradadas, na criação de novas centralidades e na qualificação ambiental, numa perspetiva integrada de valorização e otimização dos espaços públicos, dos espaços da estrutura ecológica municipal e das várias componentes biofísicas, apostando no reforço da qualidade e sustentabilidade do ambiente local e regional”;*
- e) *“Promover a definição da localização e interligação dos equipamentos e infraestruturas de uso público, acessíveis e estruturantes do espaço municipal, numa lógica de racionalidade da oferta e justaposição à procura”;*
- f) *“Reforçar o desenvolvimento empresarial numa lógica de diversidade de tipos e localizações, assumindo em simultâneo a importância dos setores industriais tradicionais (cerâmica e pescado), das indústrias de nova geração e do terciário superior, numa lógica de promoção do emprego e da coesão social, com base na reforma económica, na qualificação das empresas, na inovação e desenvolvimento tecnológico, com a otimização dos procedimentos e das políticas locais”;*
- g) *“Promover o apoio à consolidação das dinâmicas sociais e culturais diferenciadoras do Município, nomeadamente na referência congregadora da sua história e da aposta no futuro, assumida no slogan “O Mar por Tradição” e nas culturas da pesca particularmente caracterizada pela pesca e indústria do bacalhau”;*
- h) *“Promover a afirmação do Município de Ílhavo como um espaço (único) de qualidade residencial e vivencial dotado de uma forte referência e identidade, rentabilizando assim a sua condição humana, geográfico-natural, histórico-cultural e socioeconómica”;*
- i) *“Promover a valorização do potencial humano, melhorando as qualificações escolares e profissionais para a promoção do emprego e da inclusão social, sem descurar a preservação do património natural”;*
- j) *“Potenciar o aumento da eficiência de governação mediante a modernização dos serviços administrativos e a utilização de Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)”.*

A **Planta de Ordenamento** apresentada no PDM de Ílhavo (**Figura 10**), mais especificamente ao nível das distintas classes e categorias operativas e funcionais, encontra-se dividida em duas tipologias distintas, designadamente, solo rural e solo urbano. O solo rural subdivide-se em seis categorias funcionais: (1) espaços agrícolas e florestais, (2) espaços naturais, (3) espaços afetos à exploração de recursos geológicos, (4) espaços de ocupação turística, (5) espaços de equipamentos e infraestruturas e (6) áreas de edificação dispersa. O solo urbano apresenta duas categorias operativas: (1) o solo urbanizado, no qual se inserem

Considerando as funções desempenhadas pelos aglomerados da rede urbana, no que concerne ao tipo e âmbito espacial, torna-se ainda importante mencionar que o sistema urbano do concelho de Ílhavo é composto por diferentes níveis de aglomerados:

-

Do sistema urbano do município de Ílhavo fazem ainda parte os Espaços de Atividades Económicas, de carácter estruturante para a organização do território, nomeadamente, as Zonas Industriais da Mota e das Ervas.



Fonte: Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)

¹² Fonte: PDM. Planta de ordenamento. Disponível em: [https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/SNIT/Imagens/AcessoSimples SNIT/PDM0110_462014_Or_CQS.jpg](https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/SNIT/Imagens/AcessoSimples%20SNIT/PDM0110_462014_Or_CQS.jpg)

3.1.3. Equipamentos¹³

Partindo do princípio de que a educação vai muito além dos equipamentos educativos, torna-se essencial adotar uma visão integrada do **território enquanto ambiente de aprendizagem**, no qual interagem distintos atores e esferas municipais. Com efeito, é essencial que os diferentes recursos do concelho se articulem e se assumam como efetivos espaços educativos, de forma a responder aos novos desafios da sociedade do conhecimento. Para além do currículo formal, é igualmente importante assegurar um verdadeiro contributo para um tempo de vida de descoberta entre situações socioculturais, afetivas, lúdicas e de exercício de cidadania, suportadas pelos espaços e recursos educativos disponíveis no território. Intenciona-se, assim, uma educação orientada para o desenvolvimento holístico do cidadão, nas suas múltiplas dimensões, reconhecendo e afirmando o potencial do território no alcance deste desígnio.

Nesta linha de ideias, uma abordagem mais abrangente dos principais equipamentos disponíveis no concelho de Ílhavo revela-se essencial, considerando as **dimensões educativa, de saúde, cultural, desportiva e social**, e reconhecendo que estas estruturas, para além de responderem às necessidades da comunidade local, servem de igual modo a população visitante.

No âmbito da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, os **equipamentos educativos** assumem uma posição de destaque, emergindo, enquanto principal objetivo, o seu planeamento e ordenamento prospetivo. Nesta categoria incluem-se os equipamentos de educação e ensino onde se desenvolvem os processos de ensino-aprendizagem, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, orientados não só para a transmissão de conhecimentos e saberes, no âmbito do exercício da educação formal, mas também para a imprescindível construção de quadros de valores cívicos e morais essenciais à formação de cidadãos críticos, responsáveis e participativos.

A Rede Escolar do concelho de Ílhavo é constituída por três unidades orgânicas – **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Agrupamento de Escolas de Ílhavo e Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré**. O Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação é composto pela Escola Básica da Gafanha da Encarnação (sede do Agrupamento), quatro Jardins de Infância e cinco Escolas de Ensino Básico de 1.º CEB. O Agrupamento de Escolas de Ílhavo é constituído pela Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes (sede do Agrupamento), a Escola Básica José Ferreira Pinto Basto, sete Jardins de Infância e sete Escolas de Ensino Básico de 1.º CEB. E, por fim, o Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré integra a Escola Secundária da Gafanha da Nazaré (sede do Agrupamento), a Escola Básica Professor Fernando Martins, cinco Jardins de Infância e seis Escolas de Ensino Básico de 1.º CEB.

Os **equipamentos de saúde** denominam-se como locais onde se prestam cuidados de saúde à população, podendo assumir uma componente didática quando articulados com as instituições educativas e comunidade escolar, através do desenvolvimento de atividades que visem a educação para a saúde, nomeadamente, na promoção e conscientização para a adoção de práticas preventivas e hábitos de vida saudáveis. Neste contexto, foram identificadas cinco Unidades de Saúde no concelho responsáveis pela prestação dos cuidados de saúde primários: Centro de Saúde de Ílhavo, Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré, Polo de Saúde da Gafanha da Encarnação, Polo de Saúde da Gafanha do Carmo e Polo de Saúde da Costa Nova.

¹³ O conceito de equipamentos de utilização coletiva (EUC) encontra-se definido na Ficha n.º I-25 do Anexo I do [Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro](#) e corresponde ao conceito de equipamentos coletivos a que se refere o artigo 21.º do [RJIGT](#) e ao conceito de equipamentos a que se refere o artigo 43.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro](#), na sua atual redação. Neste âmbito, compreendem equipamentos as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens ou serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, educação, cultura, desporto, justiça, segurança social, segurança pública e proteção civil, de natureza pública ou privada. Não se encontram incluídas neste conceito as infraestruturas urbanas e territoriais nem os espaços urbanos de utilização coletiva, nem os espaços verdes de utilização coletiva, definidos no Anexo I do [Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro](#).

Os **equipamentos culturais** constituem locais de extrema importância na promoção e salvaguarda do património histórico, bem como no enriquecimento cultural da comunidade, encontrando-se intrinsecamente ligados à história e à identidade do território em que se encontram, daí a importância de apostar no seu conhecimento e preservação. Tendo em conta a natureza destes equipamentos, é comum que neles se desenvolvam atividades de âmbito educativo, com o objetivo de transmitir costumes, arte e conhecimento para a comunidade educativa, garantindo a preservação e a transmissão da riqueza cultural do concelho às gerações futuras, mantendo viva a identidade do território e valorizando a sua herança cultural.

Dos equipamentos culturais do concelho de Ílhavo, mencionados na **Tabela 4**, destacam-se as Bibliotecas (e.g. Biblioteca Municipal de Ílhavo e Biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo), os Museus (e.g. Museu Marítimo de Ílhavo e Aquário dos Bacalhaus; Navio-Museu Santo André; Centro de Religiosidade Marítima; Casa Gafanhoeira - Museu Municipal; e Museu Vista Alegre), as Salas de Exposições (e.g. Casa da Cultura de Ílhavo, Fábrica das Ideias da Gafanhoeira da Nazaré e Junta de Freguesia de São Salvador), entre outros equipamentos, como o Cais Criativo, o Laboratório das Artes e o Centro de Documentação de Ílhavo.

Os **equipamentos desportivos e de lazer** designam-se como espaços/instalações que reúnem determinadas condições para a prática de atividades desportivas, recreativas e de manutenção. Estes equipamentos têm como principal objetivo estimular a prática da atividade física e desportiva e o convívio entre elementos da comunidade, promovendo a melhoria do bem-estar e da saúde, que se refletem nos níveis de qualidade de vida da população.

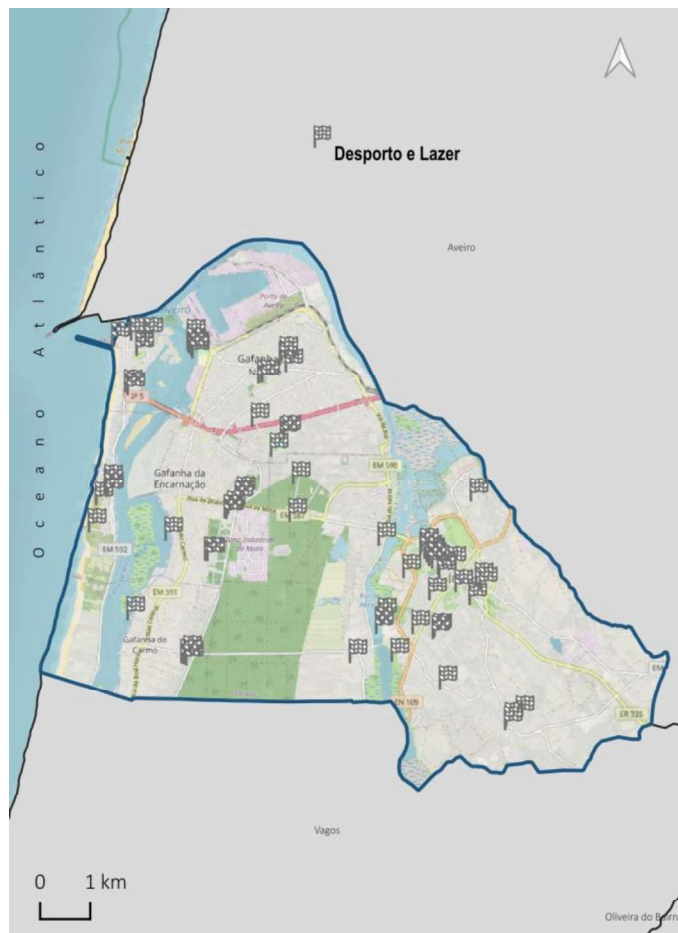
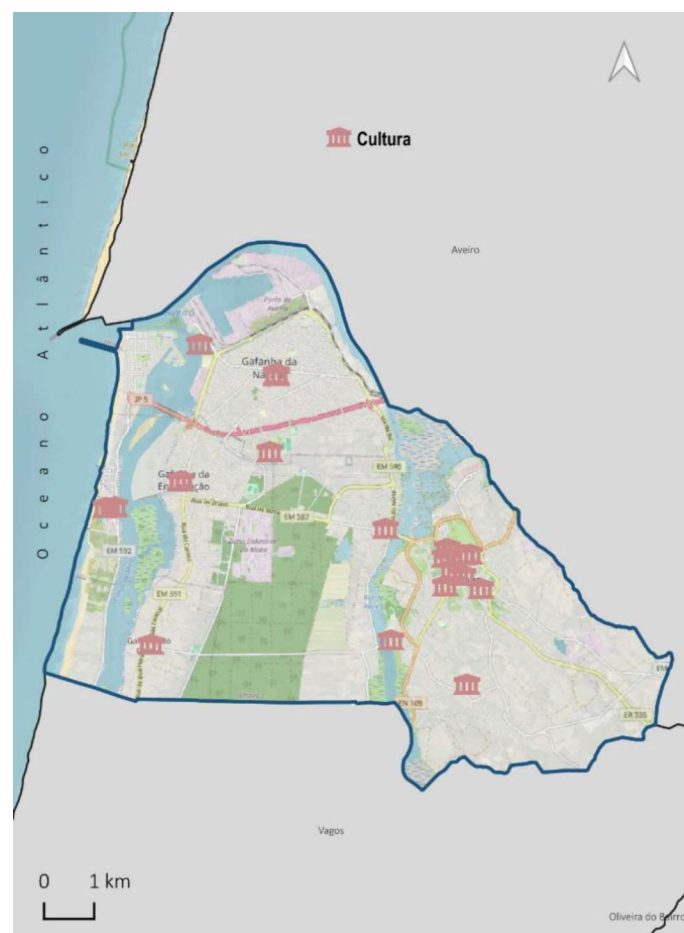
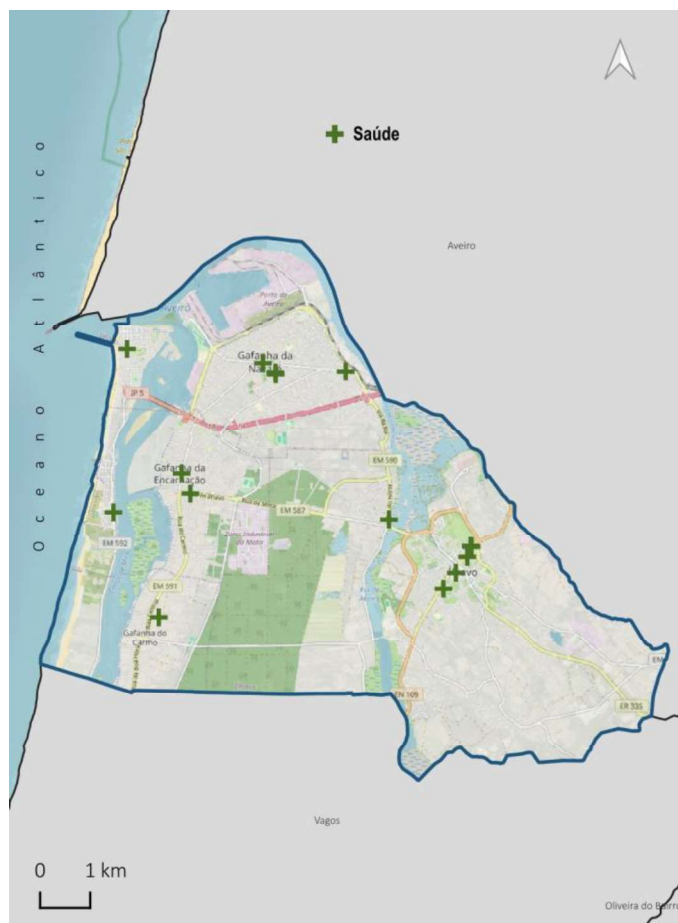
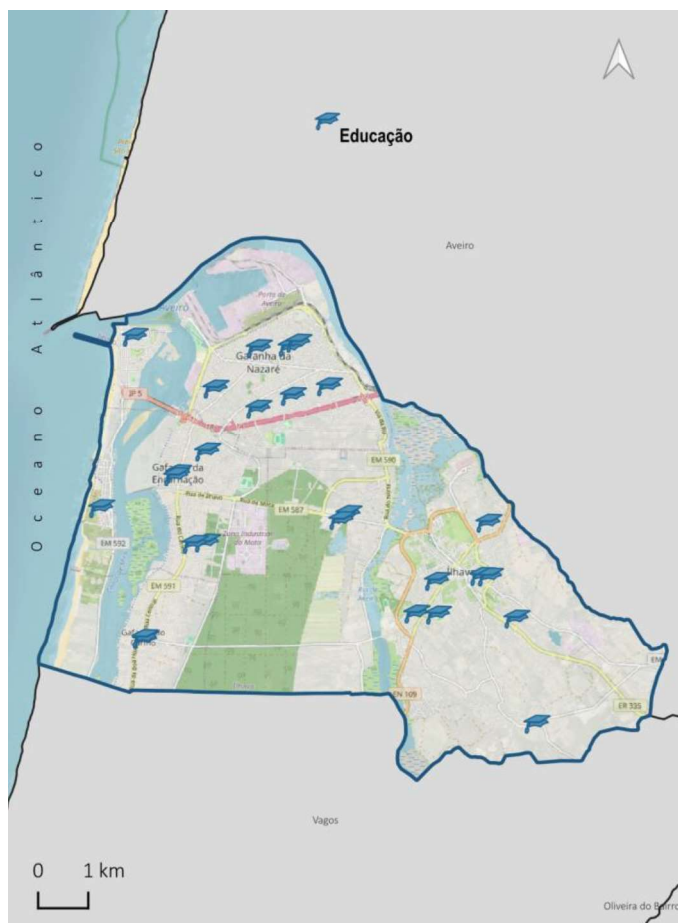
Em Ílhavo verifica-se a existência de vários equipamentos com esta valência, designadamente, as piscinas municipais (Piscina Municipal de Vale de Ílhavo, Piscina Municipal de Ílhavo e Piscina Municipal da Gafanhoeira da Nazaré), pavilhões municipais distribuídos pelas várias freguesias, entre outros. Cada uma das freguesias dispõe, ainda, de várias instalações desportivas descobertas: campos de Ténis; campos para a prática de Futebol, Andebol e Basquetebol; Skate Park; pista de Pump Track e campo de Padel; entre outros polidesportivos.

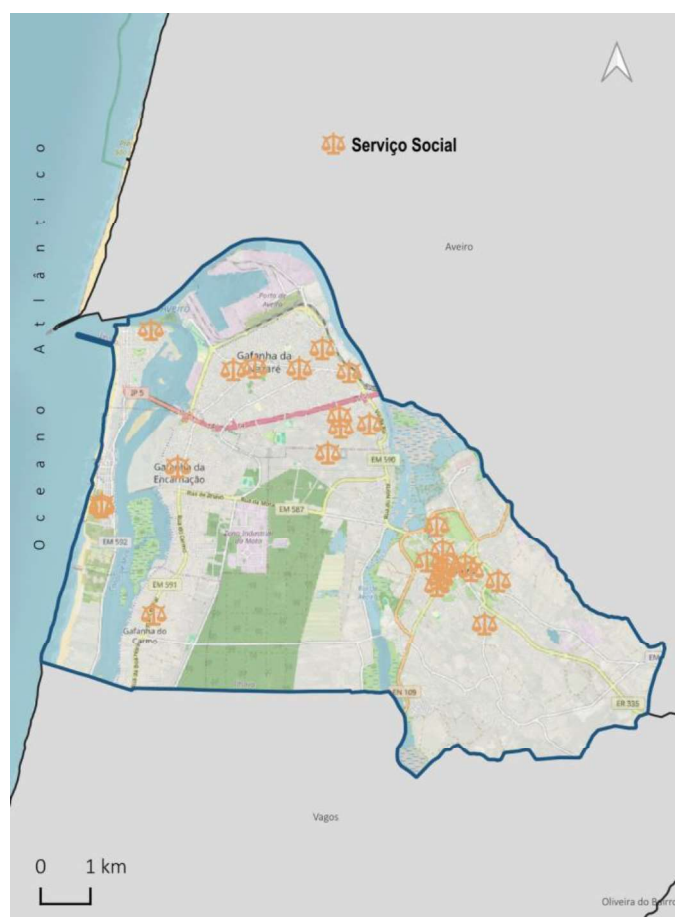
Por fim, nos **equipamentos sociais** desenvolvem-se as diferentes respostas sociais e serviços de apoio social à população, apresentando-se como importantes espaços para a promoção da coesão e bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida de todos os indivíduos, principalmente dos mais vulneráveis. O concelho de Ílhavo apresenta um vasto conjunto de entidades integradas na sua rede social, que desempenham um papel fundamental no apoio às famílias, não só com a população idosa, mas também com as crianças e jovens através das respostas de creche, ensino pré-escolar e Atividades de Tempos Livres (ATL).

De modo a viabilizar uma maior e melhor perceção da espacialização de todas as esferas territoriais, de inequívoco potencial educativo, procedeu-se à sua georreferenciação, representando todos os espaços do concelho de Ílhavo passíveis de mobilizar e otimizar em prol da comunidade educativa e outras estruturas locais (**Tabela 4 e Figura 11**).

Tabela 4. Equipamentos municipais

EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 	• Agrupamento de Escolas de Ílhavo; • Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré; • Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação.
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE 	• Centro de Saúde de Ílhavo; • Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré; • Polo de Saúde da Gafanha da Encarnação; • Polo de Saúde da Gafanha do Carmo; • Polo de Saúde da Costa Nova.
EQUIPAMENTOS CULTURAIS 	• Bibliotecas – Municipal de Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo e Polo de Leitura da Gafanha da Nazaré; • Museus – Museu Marítimo de Ílhavo (Navio-Museu Santo André e Centro de Religiosidade Marítimo); Aquário dos Bacalhaus, Museu Vista Alegre, Casa Gafanhoe – Museu Municipal; • Salões Culturais – Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo; • Casa da Cultura de Ílhavo, Cais Criativo da Costa Nova; Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré e Laboratório das Artes Teatro Vista Alegre - Espaço da Vista Alegre, gerido pelo projeto 23 Milhas; • Centro de Documentação de Ílhavo; • Postos de Turismo – Costa Nova e Ílhavo; • Estaleiro - Estação Científica de Ílhavo; • Laboratório do Envelhecimento, Fórum da Maior Idade; • CIEMar Ílhavo.
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER 	• Piscinas Municipais – Vale de Ílhavo, Ílhavo, Gafanha da Nazaré; • Pavilhões Desportivos - Capitão Adriano Nordeste, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação, Gafanha do Carmo, Salas de Desporto/ São Salvador; • Campos de Ténis – Ílhavo, Costa Nova, Gafanha da Encarnação (Estrada da Mota); Gafanha da Nazaré; Gafanha do Carmo; Praia da Barra; • Campos de jogos – Futebol, Futsal, Andebol e Basquetebol (Praias da Costa Nova e da Barra, Jardim 31 de agosto, Complexo Desportivo GDG, NEGE); • Skate Park; • Circuito Teresa Machado; • Campo de grandes jogos – Vista Alegre; • Polidesportivos – Carvalheira, Chousa-Velha, Colónia Agrícola, Gafanha da Boavista, Jardim Illiabum e Vale de Ílhavo; • Parques de merendas – Costa Nova, Gafanha do Carmo no caminho do Praiã, Gafanha da Encarnação junto ao NEGE e Murteira (Vista Alegre); • Parques fitness e de Street Workout – Malhada e Costa Nova (Biarritz).
EQUIPAMENTOS SOCIAIS 	• Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo; • CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo; • Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro; • CRI – Centro de Respostas Integradas de Aveiro; • Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação; • Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré; • Centro Social Padre José Kentenich; • CERCIACV – Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro; • Grupo Cáritas Paroquial (Gafanha da Encarnação e Gafanha da Nazaré); • Lar do Divino Salvador; • Lions Clube de Ílhavo; • Obra da Providência; • Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo; • Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo.





Legenda

Limites Administrativos

-  Concelho de Ílhavo
-  Concelhos Limítrofes

Equipamentos

-  Equipamentos Educativos
-  Equipamentos Culturais
-  Equipamentos de Lazer e Desporto
-  Equipamentos de Saúde
-  Equipamentos Sociais



Figura 11. Localização dos Equipamentos no Concelho de Ílhavo

Fonte: CAOP, 2023 e SIG CM Ílhavo, 2024

3.1.4. Contexto Habitacional

As dinâmicas de acessibilidade e proximidade a escolas e a serviços de apoio à família, o estado de conservação dos edifícios e as condições habitacionais representam dimensões basilares, com influência direta na escolha da localização para habitação permanente das famílias com crianças e jovens em idade escolar ou que planeiam ter filhos no futuro. Paralelamente, ressaltam outros fatores com impacto relevante na atração e fixação da população num determinado território, sobretudo, a oferta de emprego gerada pela aglomeração urbana em redor destes locais, a proximidade e o acesso a cuidados de saúde, as oportunidades do mercado imobiliário (arrendamento/venda), a proximidade aos setores do comércio e serviços, entre outros.

Nesta linha de ideias, dada a relação existente entre os espaços residenciais e a localização das escolas, a compreensão do contexto habitacional de Ílhavo revela-se de extrema importância, mediante uma análise comparativa do parque habitacional (concelho e respetivas freguesias), face às tendências observadas nas unidades territoriais de referência (Portugal, região Centro e sub-Região de Aveiro). Note-se que este retrato concelhio permite conhecer, em maior profundidade, os fatores, as dinâmicas e a forma como estas interferem na oferta educativa e no planeamento e ordenamento da rede escolar do concelho.

Tendo como referência os dados do último Recenseamento da População e Habitação (Censos 2021) do INE, apresentados na **Tabela 5**, a análise comparativa entre 2011 e 2021 revela um incremento de 1,0% no número de edifícios em Ílhavo, fixando-se, assim, em 15.179 edifícios no último ano em análise.

Comparando a taxa de variação de Ílhavo com a das unidades territoriais supramunicipais, é possível observar que o concelho regista um crescimento superior ao país, à sub-Região de Aveiro e à região Centro.

Tabela 5. Edifícios (N.º) por localização geográfica e taxa de variação (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	Edifícios		
	2011	2021	Taxa de variação (%) (2011- 2021)
Portugal	3.544.389	3.573.416	0,8
Região Centro	837.219	841.514	0,5
Região de Aveiro	141.487	142.828	0,9
Ílhavo	15.036	15.179	1,0
Gafanha da Encarnação	2.488	2.582	3,8
Gafanha da Nazaré	5.330	5.410	1,5
Gafanha do Carmo	788	822	4,3
Ílhavo (São Salvador)	6.430	6.365	-1,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Ao analisar a evolução do número de edifícios, à escala das freguesias, constata-se um aumento mais expressivo nas freguesias da Gafanha do Carmo (4,3%) e da Gafanha da Encarnação (3,8%), sendo registado um movimento decrescente na freguesia sede do concelho (Ílhavo), com -1,0% de edifícios, ainda que, pelas suas especificidades urbanas, com uma rede de equipamentos e serviços, constitua a freguesia com maior concentração de edifícios (6.365) (**Figura 12**).

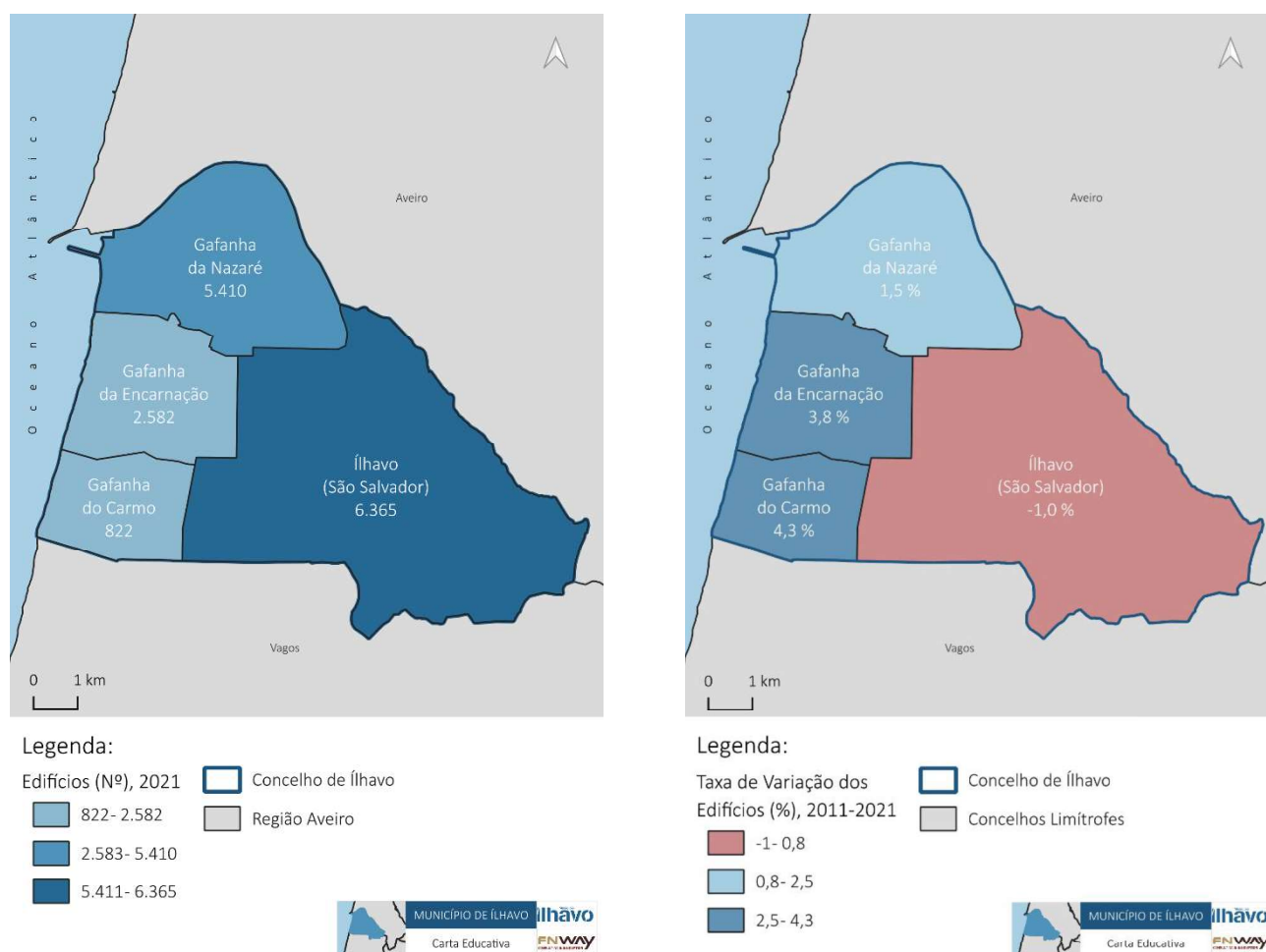


Figura 12. Edifícios (N.º) no concelho de Ílhavo e Taxa de variação (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Seguidamente proceder-se-á à caracterização de um conjunto de indicadores relacionados com os alojamentos do concelho, de modo a complementar a análise do contexto habitacional e assim alcançar um retrato mais completo do território. Segundo o INE, os alojamentos constituem locais distintos e independentes destinados à habitação, sendo construídos, reconstruídos ou ampliados especificamente para esse fim. À data do último momento censitário (2021), Ílhavo dispunha de 22.616 alojamentos, representando um aumento de 2,9% face a 2011, revelando uma significativa procura do território para fixação de residência (**Gráfico 1**).

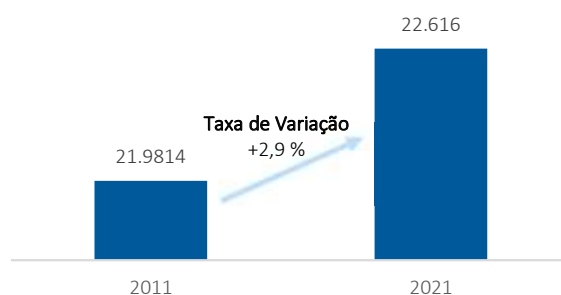


Gráfico 1. Alojamentos no concelho de Ílhavo (N.º) e taxa de variação (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

A análise ao número de alojamentos familiares clássicos, conforme os dados apresentados na **Tabela 6**, evidencia um inequívoco aumento em todas as unidades territoriais, com o concelho de Ílhavo a revelar um incremento superior às unidades territoriais supramunicipais, alcançando em 2021, 22.515 alojamentos familiares clássicos. No que se refere às freguesias, entre 2011 e 2021, o aumento mais significativo é conquistado pela Gafanha do Carmo (9,0%), seguindo-se a Gafanha da Encarnação e a Gafanha da Nazaré (5,4% e 3,4%, respetivamente), sendo que a freguesia de Ílhavo, à semelhança do observado na dinâmica dos edifícios, apresenta uma variação positiva residual. Estes dados revelam uma procura evidente do concelho de Ílhavo para residir, eventualmente justificada pela proximidade à cidade de Aveiro, centro urbano de referência, com uma forte dinâmica ao nível do emprego, o que poderá colocar desafios e necessidades de reajustes à rede educativa e oferta formativa do concelho.

Tabela 6. Alojamentos familiares clássicos e taxa de variação (N.º e %), 2011 e 2021

Unidade territorial	Alojamentos familiares clássicos		
	2011	2021	Taxa de variação (%) (2011- 2021)
Portugal	5.859.540	5.970.677	1,9
Região Centro	1.076.624	1.097.922	2,0
Região de Aveiro	191.632	196.550	2,6
Ílhavo	21.910	22.515	2,8
Gafanha da Encarnação	3.324	3.505	5,4
Gafanha da Nazaré	9.477	9.800	3,4
Gafanha do Carmo	812	885	9,0
Ílhavo (São Salvador)	8.297	8.325	0,3

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Para além do número de alojamentos familiares clássicos por localização geográfica importa aferir as suas respetivas formas de ocupação, subdivididas em alojamentos familiares clássicos de residência habitual (ou habitação principal), residência secundária e alojamentos vagos. De acordo com os dados do último período censitário, refletidos no **Gráfico 2**, verifica-se que os alojamentos familiares de **residência habitual** são os mais representativos no concelho de Ílhavo (68,9%), sendo este um cenário transversal às unidades territoriais supramunicipais. Comparativamente com a residência habitual, as restantes formas

de ocupação diminuem consideravelmente, contudo, são os alojamentos familiares clássicos **vagos** e disponíveis para situações diferenciadas (e.g. venda, arrendamento, demolição ou outra situação) que possuem a menor representatividade em todas as unidades territoriais, variando entre 9,8% e 14,3%.

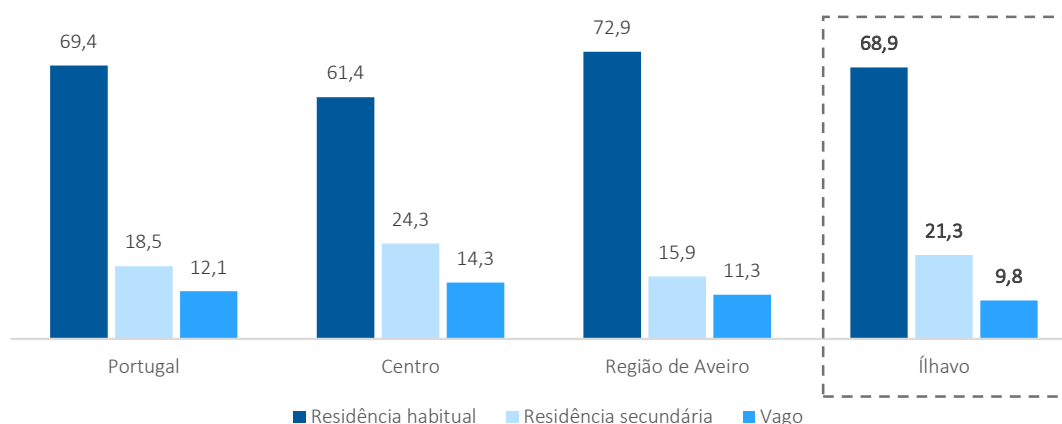


Gráfico 2. Forma de ocupação nos alojamentos familiares clássicos (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Relativamente à taxa de variação, representada no Erro! A origem da referência não foi encontrada., entre 2011 e 2021 regista-se um aumento de 8,0% nos alojamentos familiares clássicos de **residência habitual**, significativamente superior ao aumento observado nas unidades territoriais supramunicipais. Por oposição, no que diz respeito às restantes formas de ocupação, Ílhavo apresenta uma diminuição dos alojamentos familiares clássicos de **residência secundária** e dos alojamentos familiares clássicos **vagos** (-7,5% e - 6,6%, respetivamente), corroborando o já afirmado, anteriormente, relativamente à procura do território para viver.

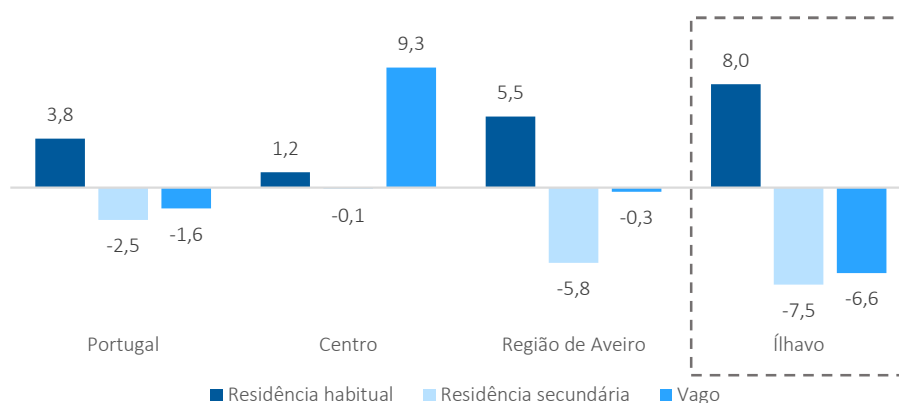


Gráfico 3. Taxa de variação da forma de ocupação (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

À escala da freguesia, destaca-se Gafanha do Carmo, com um aumento de 17,7% dos alojamentos de residência habitual face a 2011. Quanto às restantes formas de ocupação, nomeadamente, os alojamentos de residência secundária, é visível uma diminuição em todas as freguesias, ainda que a descida mais significativa se atribua às freguesias de Gafanha da Nazaré e de Ílhavo (São Salvador). No que concerne aos alojamentos vagos, enquanto as freguesias de Gafanha da Encarnação e de

Gafanha da Nazaré registam um incremento (22,8% e 11,3%, respetivamente), as freguesias de Gafanha do Carmo e de Ílhavo (São Salvador) apresentam uma diminuição (-15,2% e -18,8%, respetivamente).

DIAGNÓSTICO TERRITORIAL



POPULAÇÃO
39.235 residentes (2021)



4 FREGUESIAS

- Gafanha da Nazaré
- Gafanha da Encarnação
- Gafanha do Carmo
- Ílhavo (São Salvador)



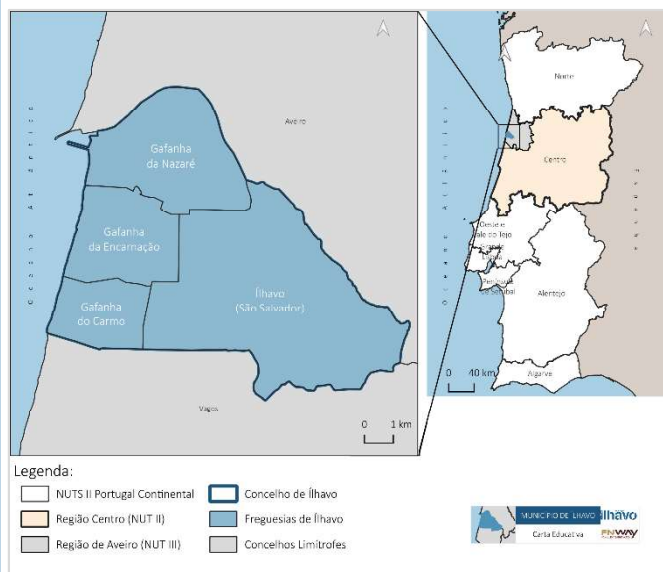
ÁREA DO CONCELHO
73,5 km² (2022)



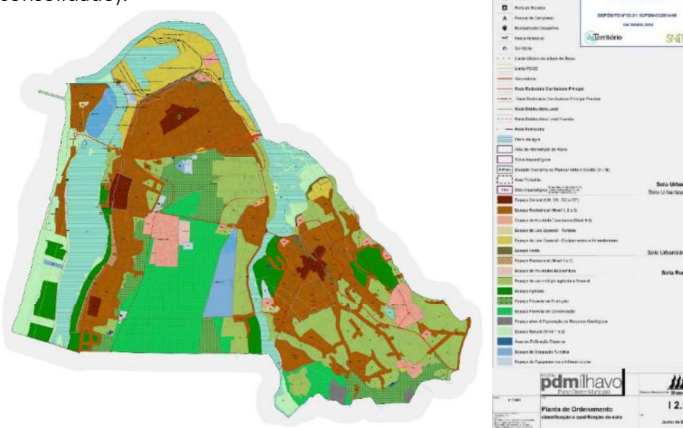
NUTS II e NUTS III
região Centro de Portugal e
sub-Região de Aveiro

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

LIMITES: Aveiro (Norte e Este); Vagos (Sul); Oceano Atlântico (Oeste).



Organização territorial que combina formas urbanas lineares, radiais e/ou ortogonais. A entrada dos braços da Ria de Aveiro forma três áreas bem demarcadas pelas suas características, nomeadamente, a faixa litoral (dominada pelo turismo), a faixa central (marcada pelas atividades industriais e logísticas) e a faixa oriental (associada ao núcleo urbano mais consolidado).



CONTEXTO HABITACIONAL



VARIAÇÃO N.º
EDIFÍCIOS

+1,0% (2011-21)



VARIAÇÃO N.º
ALOJAMENTOS
FAMILIARES CLÁSSICOS

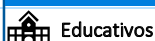
+2,8% (2011-21)



ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS
POR FORMA DE OCUPAÇÃO, 2021

Residência habitual	Residência secundária	Vagos
68,9%	21,3%	9,8%

EQUIPAMENTOS



Educativos

Agrupamento de Escolas de Ílhavo;
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré;
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação.



Saúde

Centro de Saúde de Ílhavo;
Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré;
Polo de Saúde da Gafanha da Encarnação;
Polo de Saúde da Gafanha do Carmo;
Polo de Saúde da Costa Nova.



Culturais

Bibliotecas – Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo e polo de leitura da Gafanha da Nazaré;
Museus – Museu Marítimo de Ílhavo, Aquário dos Bacalhaus, Museu Vista Alegre, Casa Gafanhoe;
Salões Culturais – Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo;
Casa da Cultura de Ílhavo, Cais Criativo da Costa Nova, Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré e Laboratório das Artes Teatro Vista Alegre;
Centro de Documentação de Ílhavo;
Estaleiro – Estação Científica de Ílhavo;
Laboratório do Envelhecimento, Fórum da Maior Idade.



Desportivos e Lazer

Piscinas Municipais - Vale de Ílhavo, Ílhavo e Gafanha da Nazaré;
Pavilhão Municipal Capitão Adriano Nordeste;
Salas de Desporto;
Pavilhões Desportivos - Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo;
Campos de ténis;
Campos de futebol, futsal, andebol e basquetebol;
Skate Park;
Circuito Teresa Machado;
Complexo desportivo GDG;
Campo - Vista Alegre;
Polidesportivos.



Sociais

Obra da Providência;
Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação;
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
CASC;
Centro Paroquial de Assistência D. Manuel T. Salgueiro;
Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
CRI;
C. S. P. N. º Sr.ª da Nazaré;
Centro Social Padre José Kantenich;
CERCIIV;
Grupo Cáritas Paroquial;
Lar do Divino Salvador;
Lions Clube de Ílhavo;
Património dos Pobres (Ílhavo).

3.2. Diagnóstico Demográfico

3.2.1. População Residente e Estrutura Etária

Os **indicadores demográficos** constituem referências de grande pertinência, pois para além de possibilitarem a compreensão da composição, distribuição e evolução da população no território, cooperam na definição de estratégias de desenvolvimento ajustadas às dinâmicas locais. Não obstante a importância de analisar a totalidade dos grupos etários, torna-se particularmente relevante, atendendo ao núcleo temático do presente documento, direcionar especial atenção aos grupos que integram a **população em idade escolar**, na medida em que a sua evolução e distribuição se refletem no planeamento e na gestão dos territórios educativos. Esta análise incluirá, ainda, uma reflexão sobre outros domínios determinantes para as dinâmicas e padrões atuais e futuros da procura de equipamentos escolares, como o envelhecimento e a migração. De salientar que os indicadores demográficos retratam a dinâmica demográfica concelhia, provendo *inputs* fulcrais para o desenvolvimento do estudo prospetivo (*Capítulo 5*).

De acordo com os dados recolhidos nos últimos momentos censitários, refletidos no **Gráfico 4**, é visível um claro aumento de população no concelho de Ílhavo, alcançando, em 2021, o maior número de residentes dos últimos 30 anos. Comparativamente a 1991, o concelho registou um incremento de 18,1%, fixando-se, em 2021, em 39.235 residentes. Note-se que o aumento mais expressivo ocorreu entre 1991 e 2001 (12,0%). O aumento registado ao longo dos anos e consequente transformação da dinâmica populacional, fruto de uma crescente procura, levantam desafios imediatos no planeamento e ordenamento do território e na sustentabilidade demográfica do concelho.

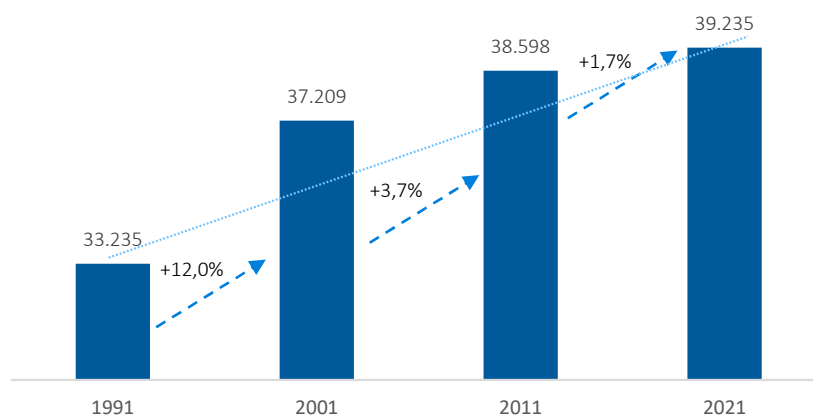


Gráfico 4. População residente no concelho de Ílhavo (N.º), e taxa de variação (%), 1991 - 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

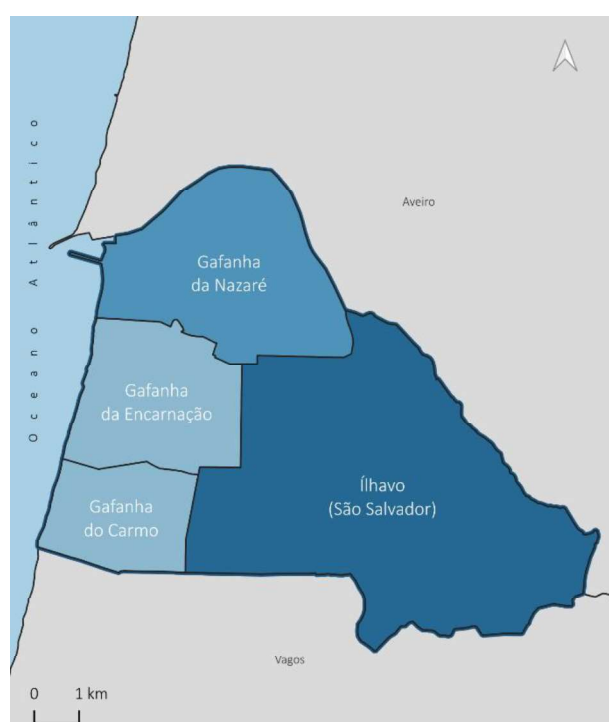
Tal como apresentado na **Tabela 7**, a **dinâmica populacional** do concelho de Ílhavo, de um modo geral, tem divergido da dinâmica das escalas territoriais superiores. Ainda que no período entre 1991 e 2001 a população tenha registado um aumento generalizado (concelho e unidades territoriais supramunicipais), quando se analisa a evolução nos restantes períodos, especialmente entre 2011-2021, é notória a posição de destaque assumida por Ílhavo que, ao contrário da região Centro e da sub-Região de Aveiro (com perdas de população residente), vê a sua população aumentar. Com efeito, a perda populacional verificada a nível nacional, entre 2011 e 2021 (-2,1%), contrasta com o incremento observado em Ílhavo (1,7%).

Tabela 7. População residente (N.º) e variação populacional (%), 1991 - 2021

Unidade Territorial	População residente (n.º)				Variação populacional (%)		
	1991	2001	2011	2021	1991-01	2001-11	2011-21
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.562.178	10.343.066	5,0	2,0	-2,1
Região Centro	1.722.959	1.783.596	1.737.213	1.653.195	3,5	-2,6	-4,8
Região de Aveiro	332.152	364.973	370.394	367.403	9,9	1,5	-0,8
Ílhavo	33.235	37.209	38.598	39.235	12,0	3,7	1,7
Gafanha da Encarnação	1.359	1.521	5.362	5.318	11,9	252,5	-0,8
Gafanha da Nazaré	5.034	4.907	15.240	15.551	-2,5	210,6	2,0
Gafanha do Carmo	11.638	14.021	1.526	1.691	20,5	-89,1	10,8
Ílhavo (São Salvador)	15.204	16.760	16.470	16.675	10,2	-1,7	1,2

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

Quanto à distribuição da **população residente por freguesias**, conforme apresentado na **Figura 13**, é possível observar que as freguesias de Ílhavo (16.675 habitantes) e da Gafanha da Nazaré (15.551 habitantes) detêm o maior número de residentes em 2021, representando cerca de 82% da população residente do concelho. Considerando o último período censitário, à exceção da Gafanha da Encarnação, todas as freguesias registaram um aumento populacional, destacando-se a Gafanha do Carmo que obteve o incremento mais expressivo (10,8%), ainda que constitua a freguesia com o menor número de residentes (4,3% da população residente do concelho).

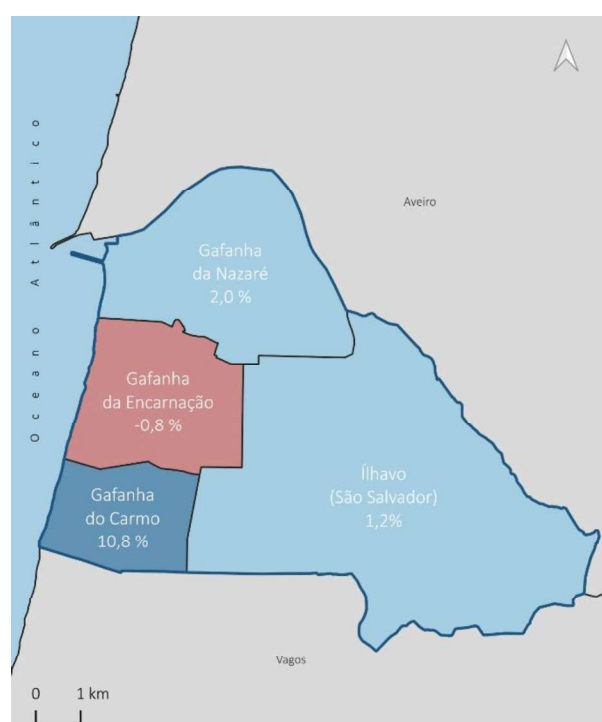


Legenda:

População Residente (N.º), 2021

- 1.691 - 5.318
- 5.319 - 15.551
- 15.552 - 16.675

Concelho de Ílhavo
Concelhos Limitrofes



Legenda:

Taxa de Variação População Residente (%), 2011-2021

- 0,8-0,9
- 1,0-10,9
- 11,0-10,8

Concelho de Ílhavo
Concelhos Limitrofes



Figura 13. População residente em Ílhavo (N.º), 2021 e Taxa de variação da população residente (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Segundo o INE, a densidade populacional pressupõe a intensidade de ocupação de uma determinada área territorial, sendo calculada pela relação entre o número de residentes e a superfície (em km²). Deste modo, a análise comparativa apresentada na **Tabela 8** demonstra que o concelho de Ílhavo se assume como um território de elevada densidade populacional (534,0 hab/km²), bastante superior à registada nas unidades territoriais supramunicipais de referência. De igual forma, de acordo com dados do INE, Ílhavo é o concelho com maior densidade populacional da Região de Aveiro.

Tabela 8. População residente (N.º), superfície (km²) e densidade populacional (hab/km²), 2021

Unidade Territorial	2021		
	População residente (N.º)	Superfície (km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)
Portugal	10.343.066	92.225,2	112,2
Região Centro	1.653.195	22.634,9	71,0
Região de Aveiro	367.403	1.692,9	217,0
Ílhavo	39.235	73,5	534,0

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021

Alargando a análise à escala das freguesias verifica-se, mediante o ilustrado na **Figura 14**, que a Gafanha da Nazaré representa a freguesia com maior densidade populacional (945,9 hab/km²), seguindo-se a Gafanha da Encarnação e Ílhavo (São Salvador) com 484,3 hab/km² e 427,6 hab/km², respetivamente. Apesar de a Gafanha do Carmo constituir a freguesia com menor densidade populacional do concelho, os seus 239,9 hab/km² encontram-se acima dos valores das unidades territoriais superiores.

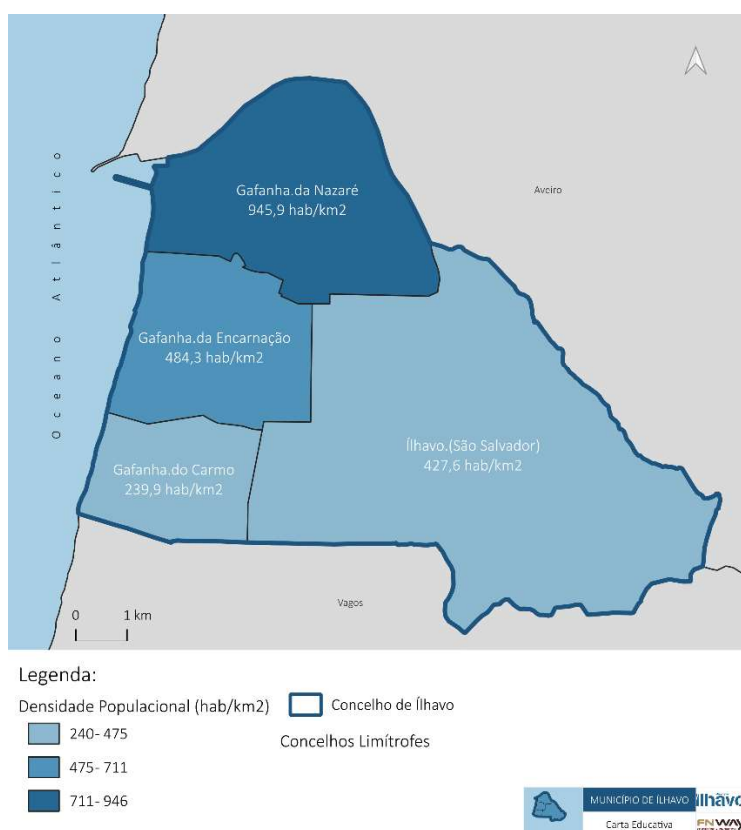


Figura 14. Densidade Populacional no concelho de Ílhavo (hab/km²), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021

Procurando alcançar uma maior compreensão das dinâmicas da população de Ílhavo, apresenta-se, na **Tabela 9**, a taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021, por grandes grupos etários. A tendência de declínio da população a nível nacional, regional e sub-regional contrasta com o aumento de população na esfera concelhia (1,7%), porém, tal dinâmica justifica-se pelo aumento muito significativo da população com 65 e mais anos (31,9%). O fenómeno do envelhecimento demográfico, extensível a todas as unidades territoriais em análise, ganha especial destaque, com o concelho de Ílhavo a ocupar a primeira posição, reveladora de um aumento do envelhecimento superior às referências nacional e regional.

Paralelamente à conjuntura de envelhecimento da população, observa-se uma diminuição da população dos restantes grupos etários, com perdas mais expressivas de população jovem, entre os 0 e os 14 anos (-11,4%). A perda da população em idade ativa (15-64 anos) é igualmente notória, embora menos expressiva, com o concelho de Ílhavo a revelar perdas abaixo das unidades territoriais nacional e regional. Esta conjuntura de perda de população jovem influencia, naturalmente, os níveis de procura de estabelecimentos de educação e ensino, conduzindo a um imperativo processo de definição de soluções de racionalização e de otimização da rede escolar que potencie a adequação da oferta de equipamentos à procura atual e futura. Esta análise será aprofundada, posteriormente, no **Capítulo 4**.

À escala das freguesias, observa-se um generalizado aumento de população idosa, com valores mais significativos nas freguesias da Gafanha do Carmo, Gafanha da Encarnação e Gafanha da Nazaré (40,6%, 38,4% e 35,2%, respetivamente). Em termos de perda populacional, circunscrita à população jovem e população em idade ativa, destaca-se a freguesia da Gafanha da Encarnação com valores de perda total mais elevados (-33%). A Gafanha do Carmo constitui a freguesia com menor índice de perda, chegando até a ganhar população no grupo etário entre os 25 e os 64 anos (8,3%).

Considerando a dinâmica populacional descrita, urge prosseguir com o delineamento de ações estratégicas que respondam, de forma integrada, às fragilidades estruturais do concelho de Ílhavo nas áreas económica e habitacional, suportadas no potencial de crescimento associado à localização privilegiada, à identidade e cultura locais. Trata-se, assim, de desenvolver mecanismos que promovam a atração e fixação da população jovem no concelho, contrariando a perda populacional que se tem vindo a manifestar desde 2011 nesses grupos etários.

Tabela 9. Taxa de variação da população residente por grandes grupos etários (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	Taxa de variação da população residente (%), 2011-2021				
	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Portugal	-2,1	-15,3	-5,2	-5,7	20,6
Região Centro	-4,8	-18,0	-9,7	-9,1	15,3
Região de Aveiro	-0,8	-14,9	-6,5	-4,4	24,5
Ílhavo	1,7	-11,4	-5,1	-2,3	31,9
Gafanha da Encarnação	-0,8	-15,4	-14,1	-3,5	38,4
Gafanha da Nazaré	2,0	-11,9	-5,0	-1,2	35,2
Gafanha do Carmo	10,8	-0,8	-5,7	8,3	40,6
Ílhavo (São Salvador)	1,2	-10,4	-1,7	-4,0	27,1

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021

A distribuição da população residente por freguesia e grandes grupos etários, em 2021, expostos no **Gráfico 5**, permite reunir um conhecimento mais aprofundado do perfil demográfico de cada freguesia do concelho de Ílhavo. Na verdade, tal distribuição apresenta uma certa homogeneidade, com valores muito aproximados entre as freguesias. Como tal, a população residente em idade ativa (25-64 anos), na totalidade das freguesias, afirma-se enquanto grupo etário predominante, alcançando percentagens entre os 52,7% e os 56,6%. Seguidamente, o segundo grupo etário mais representativo diz respeito à população idosa (65 e mais anos), que varia entre os 19,5% (Gafanha da Nazaré) e os 23,9% (Ílhavo (São Salvador)), dando

conta da problemática do envelhecimento populacional anteriormente descrita. Com efeito, são os grupos etários mais jovens (0-14 anos e 15-24 anos) que revelam uma menor representatividade populacional.

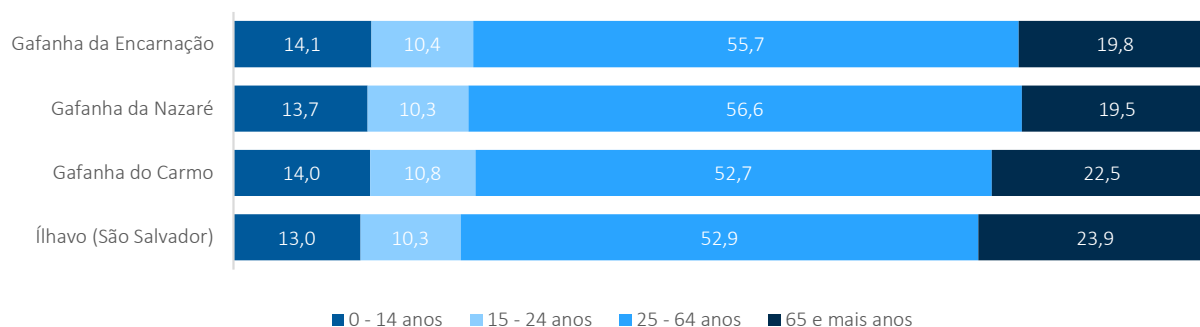


Gráfico 5. Distribuição da população residente por freguesia e grandes grupos etários (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021

A pirâmide etária, representada na **Figura 15**, anuncia as alterações ocorridas na estrutura etária da população residente do concelho de Ílhavo, considerando a distribuição por sexo e por grupos etários quinquenais dos anos de 2011 e de 2021, de acordo com os Censos (INE). De uma forma global, a pirâmide etária corrobora as conclusões anteriormente apresentadas, destacando-se o aumento da população mais envelhecida e a diminuição dos grupos etários mais jovens.

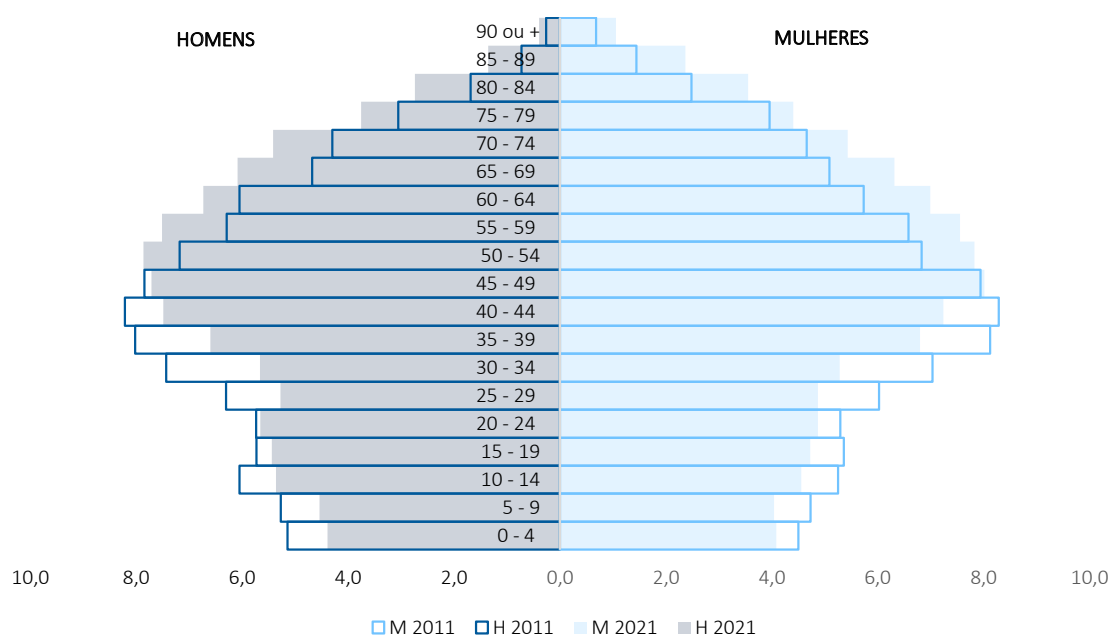


Figura 15. Pirâmide etária da população residente no concelho de Ílhavo (%), por grupos etários quinquenais, 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2011 e 2021

Numa breve alusão à distribuição da população residente por níveis de ensino, conforme apresentado na **Tabela 10**, em 2021, Ílhavo registava, ainda, 12,4% de população sem qualquer nível de ensino, 21% com apenas o 1.º CEB, 11,3% com o 2.º CEB e 16% com o 3.º CEB. Contudo, analisando a evolução entre 2011 e 2021, importa destacar uma melhoria muito considerável, pautada pela diminuição acentuada da população sem nível de ensino (-26,5%), com o 1.º CEB (-17,1%) e com o 2.º CEB (-18,6%). Entre o mesmo período, acompanhando esta dinâmica, sublinha-se o aumento muito expressivo de população com o ensino secundário (66,5%), que se fixa nos 20,2% (muito próxima da região Centro e da sub-Região de Aveiro). Note-se,

também, o significativo aumento de população com o ensino superior (42,8%), que corresponde, em 2021, a 18% da população do concelho (acima de todas as unidades territoriais supramunicipais).

Tabela 10. População residente por níveis de ensino (%), 2021

Unidade Territorial	Níveis de Ensino (%), 2021						
	Nenhum	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino pós-secundário	Ensino Superior
Portugal	13,0	21,5	10,9	15,9	20,5	1,0	17,2
Região Centro	13,2	24,7	15,4	15,4	19,3	0,9	16,0
Região de Aveiro	12,3	22,6	12,1	16,0	19,7	1,0	16,2
Ílhavo	12,4	21,0	11,3	16,0	20,2	1,0	18,0
Gafanha da Encarnação	12,8	23,9	13,2	16,4	18,3	0,7	14,7
Gafanha da Nazaré	12,5	19,0	10,7	16,4	22,0	1,1	18,3
Gafanha do Carmo	14,7	26,4	14,7	15,9	17,7	0,8	9,8
Ílhavo (São Salvador)	11,9	21,5	10,9	15,6	19,4	1,0	19,6

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021

O **envelhecimento demográfico**, referente à relação entre a população idosa e a população jovem, constitui um fenómeno característico dos países mais desenvolvidos, onde se verifica uma maior esperança média de vida e uma menor taxa de mortalidade nos grupos etários mais jovens, em consequência da melhoria das condições de vida da população.

No entanto, este fenómeno instala dinâmicas desafiantes no seio da sociedade, particularmente pelo decréscimo do peso da população ativa. Neste sentido, tendo como referência o período entre 2011 e 2021, o índice de envelhecimento, representado no **Gráfico 6**, revela um movimento de crescimento ao nível do país, da região Centro, da sub-Região de Aveiro e do concelho de Ílhavo. Importante será dizer que apesar desta tendência de aumento, o índice de envelhecimento de Ílhavo encontra-se abaixo do índice de todas as unidades territoriais superiores (160,0 em 2021). Com efeito, todas as freguesias assistiram a um aumento do seu índice de envelhecimento entre o período em análise, sendo atribuído a Ílhavo (São Salvador) e à Gafanha do Carmo o valor mais elevado. A Gafanha da Encarnação e a Gafanha da Nazaré apresentam índices muito aproximados (140,6 e 142,0, respetivamente).

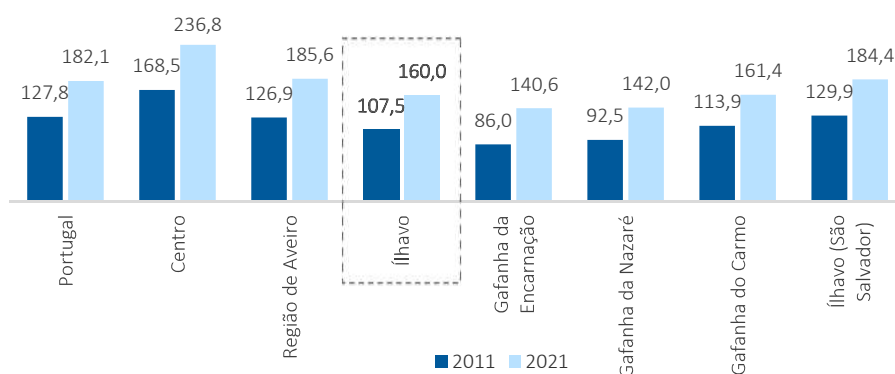


Gráfico 6. Índice de envelhecimento (N.º), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2011 e 2021

Neste âmbito, importa ainda aferir o **índice de dependência total**, isto é, a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa. À escala concelhia, observa-se, no ano 2021, um índice de **dependência total** de 53,78, valor superior ao registado em 2011 (47,3).

Ao analisar os dados representados no **Gráfico 7** constata-se que a **taxa bruta de mortalidade** é superior à taxa bruta de natalidade em todas as unidades territoriais de referência, facto que poderá ser fundamentado pela conjuntura de envelhecimento populacional a que o país tem vindo a assistir ao longo dos últimos anos.

Numa análise comparativa verifica-se que, se por um lado, a taxa bruta de mortalidade do concelho de Ílhavo se encontra abaixo da taxa das restantes unidades territoriais em análise, fixando-se nos 10,4 ‰, por outro lado, a **taxa bruta de natalidade** é a mais elevada entre as distintas unidades territoriais de referência. Note-se que Ílhavo apresenta das taxas brutas de natalidade mais elevadas da Região de Aveiro (8,1 ‰), sendo apenas ultrapassado pelos concelhos de Murtosa e Ovar, e das taxas brutas de mortalidade mais baixas, ocupando, novamente, uma terceira posição, com os concelhos de Aveiro e Ovar a registar valores abaixo de 10,4‰. Não obstante o enquadramento mais favorável de Ílhavo, a existência de uma taxa bruta de mortalidade superior à taxa bruta de natalidade, alerta para possíveis desafios ao nível da renovação das gerações e, consequentemente, da redução no número de crianças e jovens em idade escolar.

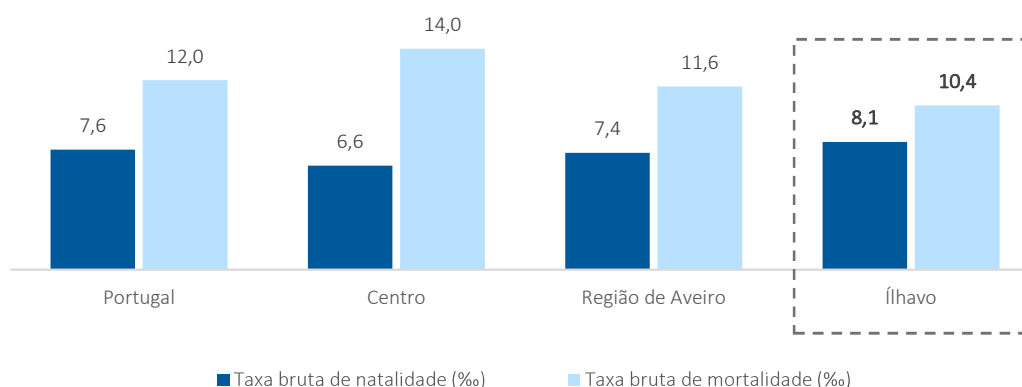


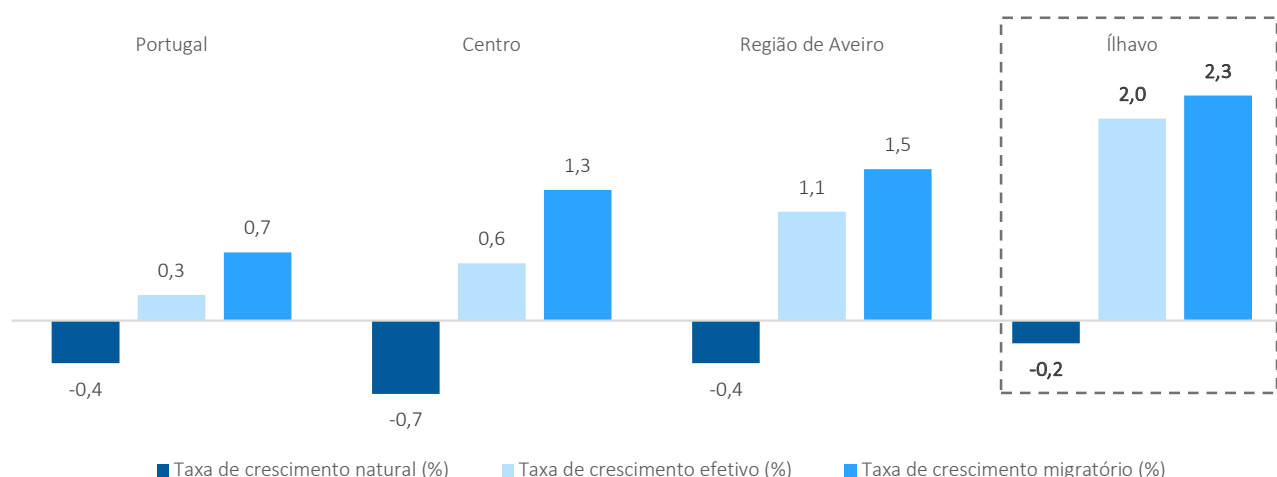
Gráfico 7. Taxa bruta de natalidade e de mortalidade (‰), 2021¹⁴

Fonte: INE, Indicadores demográficos, dados anuais, 2021

O **Gráfico 8** sistematiza os indicadores demográficos que influenciam o crescimento populacional do concelho e das unidades territoriais de referência, no ano de 2021. Neste sentido, verifica-se que a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade registadas em Ílhavo refletiram-se numa **taxa de crescimento natural negativa** de -0,2%, inferior à registada no país (-0,4%), na região Centro (-0,7%) e na Região de Aveiro (-0,4%).

Numa dinâmica inversa, observa-se uma **taxa de crescimento migratório** positiva e, portanto, superior à taxa de crescimento natural, sobretudo no concelho, fixando-se, em 2021, nos 2,3%. Este importante indicador anuncia uma instalação de imigrantes no território superior à saída de emigrantes do mesmo, dando origem a um aumento da população estrangeira que acaba por anular o efeito negativo da taxa de crescimento natural. Tal conjuntura repercute-se numa **taxa de crescimento efetivo** de 2,0%, em Ílhavo, sendo esta igualmente superior às restantes unidades territoriais de referência.

¹⁴ Reorganização administrativa NUTS 2013, dada a inexistência de dados para a nova reorganização administrativa (NUTS 2024).

Gráfico 8. Taxa de crescimento natural, efetivo e migratório (%), 2021¹⁵

Fonte: INE, Indicadores demográficos, dados anuais, 2021

Na abordagem ao crescimento migratório de Ílhavo torna-se fundamental refletir sobre a população estrangeira com estatuto legal de residente. Em 2021, segundo os dados do portal de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)¹⁶, residiam **1.486 cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente** em Ílhavo, representando 3,8% da população do concelho.

Ao nível das nacionalidades (Figura 16), constata-se que a maioria é proveniente do **Brasil**, o que representa **39,6% da população estrangeira**. Ainda que as restantes nacionalidades apresentem uma menor representatividade, face à forte expressividade da nacionalidade brasileira, é importante mencionar que o concelho de Ílhavo integra **58 nacionalidades distintas**, realçando o **fenómeno da multiculturalidade**, com todos os desafios inerentes na esfera da inclusão social e educativa, os quais serão objeto de análise e reflexão no âmbito do diagnóstico educativo.

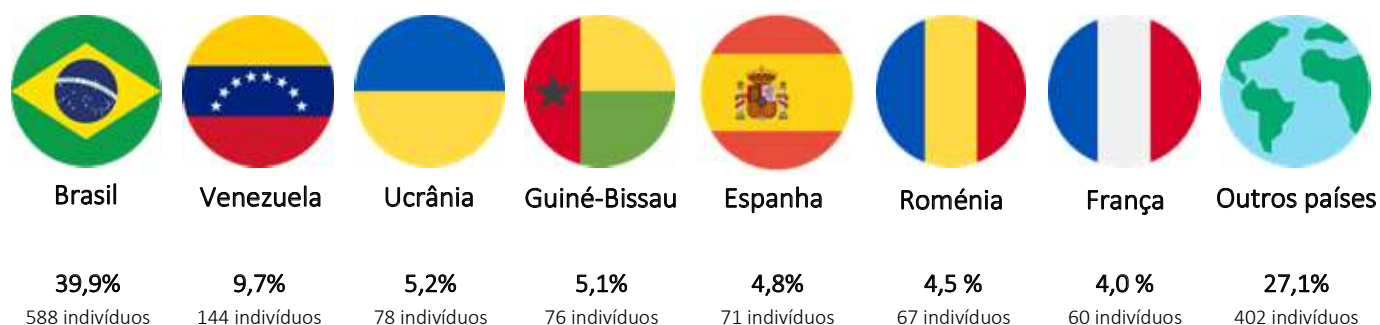


Figura 16. População estrangeira com estatuto legal de residente (%) no concelho de Ílhavo, por país de proveniência, 2021

Fonte: SEFSTAT, 2021

3.2.2. Agregados Domésticos

Se é verdade que, nas últimas décadas, a conceção de família tem vindo a vincular-se a um modelo específico de organização doméstica, constituído por pai, mãe e filhos, é igualmente observável uma significativa transformação do perfil familiar, cada vez mais diversificado, motivado não só pela influência das dinâmicas anteriormente expostas, como também pela sua

¹⁵ Reorganização administrativa NUTS 2013, dada a inexistência de dados para a nova reorganização administrativa (NUTS 2024).

¹⁶ <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>.

dimensão, tipologia e composição (e.g. famílias monoparentais, casais sem filhos, casais do mesmo sexo, entre outras formas de convivência).

Esta pluralidade de dinâmicas familiares contribui para a emergência de novos desafios e necessidades que, indubitavelmente, deverão ser convocadas para o exercício reflexivo sobre a educação. Desde logo, a comunidade educativa deverá estar preparada para responder a esta diversidade, numa base de responsabilidade, integridade, respeito e verdadeira inclusão de todas as crianças, jovens e famílias.

Partindo deste pressuposto, numa lógica de inclusão, afigura-se essencial conhecer a dinâmica evolutiva das estruturas familiares do concelho, de modo a obter um maior e melhor entendimento da realidade social atual. Note-se que o conceito de família, nos Censos de 2021, foi substituído pelo de agregado, enquanto grupo de pessoas que vivem juntas e partilham despesas e recursos, independentemente da sua relação de parentesco ou estado civil. Esta nova terminologia inclui os conceitos de **agregado doméstico privado**¹⁷ e de **agregado institucional**¹⁸. Neste sentido, face à temática em análise, as análises subsequentes serão dedicadas aos agregados domésticos privados, quanto à sua evolução e dimensão.

A análise comparativa dos dados apresentados na **Tabela 11** revela a posição de destaque assumida pelo concelho de Ílhavo que, entre 2011 e 2021, viu os agregados domésticos privados aumentarem em 7,0%, fixando-se nos 15.621 em 2021. Ainda que todas as freguesias tenham dado um contributo considerável a este incremento, a freguesia da Gafanha do Carmo foi a que conheceu um aumento mais significativo (14,5%) entre o período em análise, refletindo o seu expressivo crescimento populacional.

Tabela 11. Agregados domésticos privados (N.º) e taxa de variação (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	Agregados domésticos privados (n.º)		
	2011 (n.º)	2021 (n.º)	Var. (%) 2011-21
Portugal	4.043.726	4.149.096	2,6
Região Centro	673.947	675.171	0,2
Região de Aveiro	137.516	143.651	4,5
Ílhavo	14.597	15.621	7,0
Gafanha da Encarnação	1.948	2.043	4,9
Gafanha da Nazaré	5.831	6.286	7,8
Gafanha do Carmo	524	600	14,5
Ílhavo (São Salvador)	6.294	6.692	6,3

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Através da sistematização apresentada no Erro! A origem da referência não foi encontrada. torna-se possível alcançar um melhor entendimento das mudanças ocorridas na composição dos agregados domésticos privados, mediante a taxa de variação (2011-2021), no contexto nacional, regional, sub-regional e concelhio.

Numa análise comparativa, entre 2011 e 2021, observa-se uma dinâmica transversal a todas unidades territoriais, caracterizada pelo crescimento dos agregados domésticos com uma e duas pessoas. De facto, no concelho de Ílhavo, a taxa de variação destes dois agregados revela um aumento de 29,5% e 13,4%, respetivamente, valores superiores ao registado nas unidades territoriais remanescentes.

¹⁷ De acordo com o INE, entende-se por agregado doméstico privado o “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior”.

¹⁸ De acordo com o INE, corresponde ao conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiários de uma instituição e governados por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

Num movimento oposto, situam-se os restantes agregados domésticos privados (3 e 4 ou mais pessoas), com um generalizado decréscimo, observando-se uma quebra mais expressiva nos agregados com 4 ou mais pessoas, que chegam a registar na sub-Região de Aveiro e em Ílhavo, -35,9% e -31,8%, respetivamente.

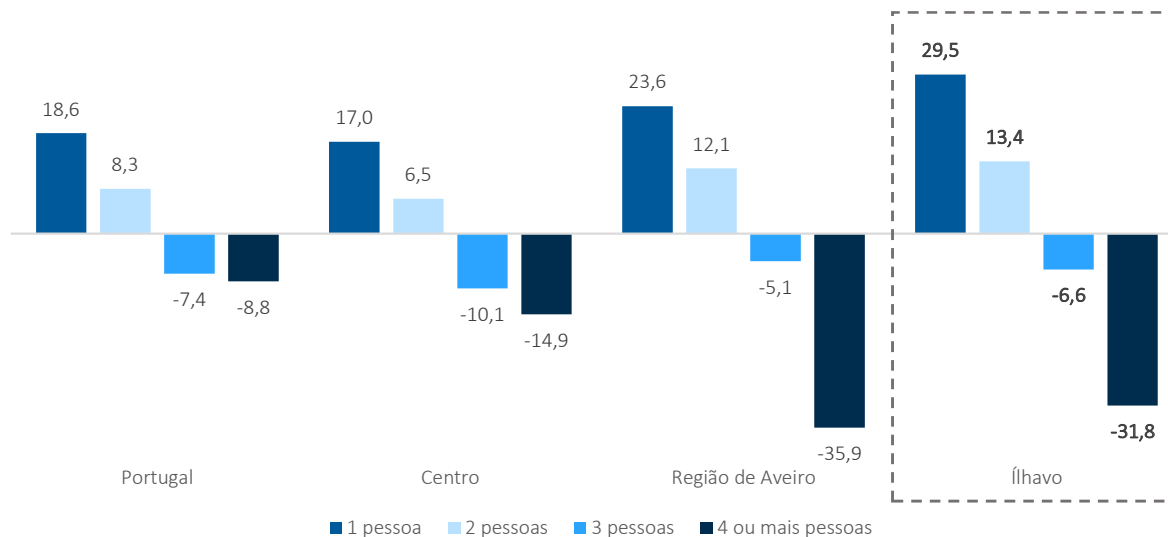


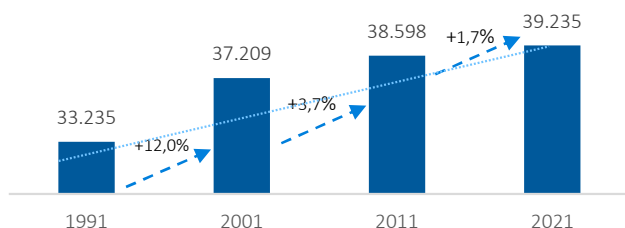
Gráfico 9. Taxa de variação da dimensão dos agregados domésticos privados (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

DIAGNÓSTICO DEMOGRÁFICO

POPULAÇÃO RESIDENTE E ESTRUTURA ETÁRIA

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE



Gafanha da Encarnação como única freguesia que perdeu população (-0,8%). Restantes freguesias com aumento populacional, destacando-se a Gafanha do Carmo com o incremento mais expressivo (10,8%), entre 2011-21.



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

+1,7% residentes (2011-21)



DENSIDADE POPULACIONAL

534,0 hab/km² (2021)



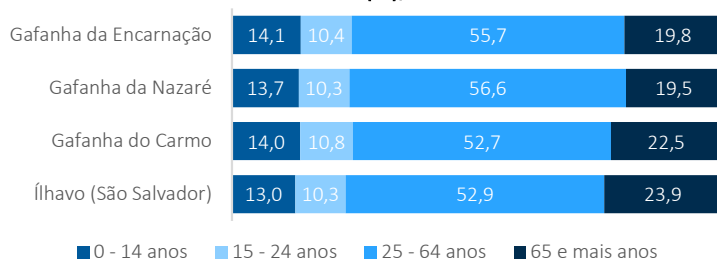
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

160,0 (2021)

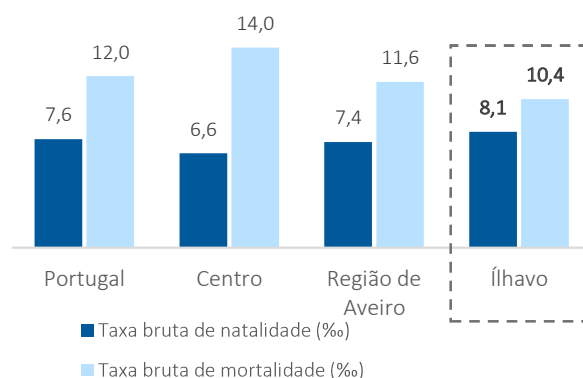
Ílhavo (São Salvador) (184,4) e Gafanha do Carmo (161,4) com os índices de envelhecimento mais elevados em 2021



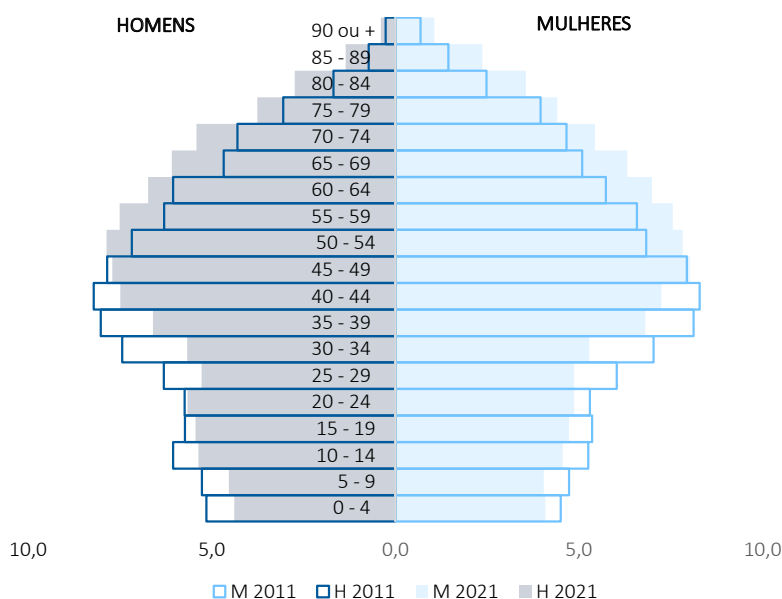
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (%), 2021



TAXA BRUTA DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE (‰), 2021



PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)



TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL

- 0,2% (2021)

TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO

2,0% (2021)

TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO

2,3% (2021)



RESIDENTES ESTRANGEIROS

1.486 residentes (2021)

AGREGADOS DOMÉSTICOS



AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS

+7,0% agregados (2011-21)



DIMENSÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS 2011-2021

1 PESSOA
+29,5%

2 PESSOAS
+13,4%

3 PESSOAS
-6,6%

4 ou MAIS PESSOAS
-31,8%

3.3. Diagnóstico Socioeconómico

3.3.1. Tecido Económico

De forma a identificar os setores de atividade que mais contribuem para o desenvolvimento do concelho de Ílhavo, é importante compreender a sua estrutura económica, tendo por base um diagnóstico do número de empresas e de pessoal ao serviço, bem como a sua distribuição por ramo de atividade económica. À semelhança do que vem sendo efetuado, sempre que pertinente, será estabelecida uma comparação entre o comportamento do concelho e as dinâmicas das freguesias locais e das unidades territoriais supramunicipais.

Ao conjugar o retrato do tecido económico de Ílhavo com os contributos resultantes do processo de auscultação da comunidade educativa, torna-se possível identificar as necessidades do tecido socioeconómico local e, consequentemente, cooperar na definição de um mapa de ofertas formativas alinhadas com as necessidades concelhias e interesses dos seus cidadãos. Permite, ainda, o desenvolvimento de estratégias potenciadoras da atração e fixação de mão-de-obra qualificada, o empreendedorismo, a inovação, bem como o desenvolvimento económico do concelho.

De acordo com os dados do INE, o **número de empresas** no concelho de Ílhavo tem vindo a **crescer gradualmente**, passando de 3.837 empresas, em 2011, para 4.685 empresas, em 2022, o que perfaz um **aumento de 22,1%** (Gráfico 10). Entre os anos de 2011 e 2013, o número de empresas no concelho diminuiu 5%, atingindo, em 2013, o menor número até ao momento (3.643). Contudo, a partir do ano seguinte, revelou-se um aumento progressivo do tecido empresarial, que se estende até à atualidade, ocorrendo entre 2021 e 2022, o maior aumento registado (6,5%).

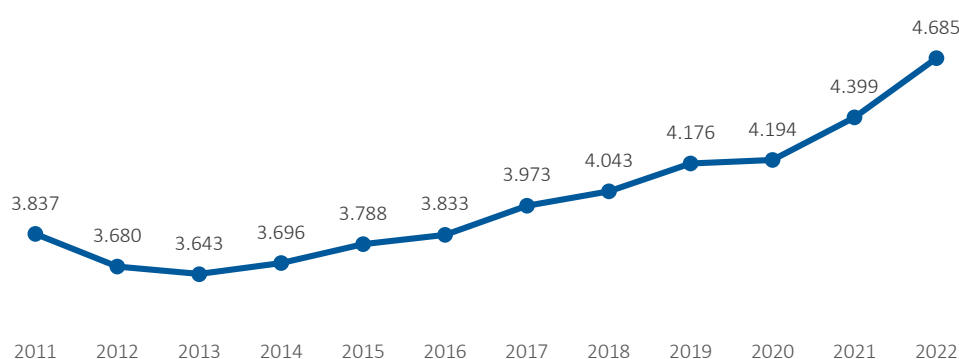
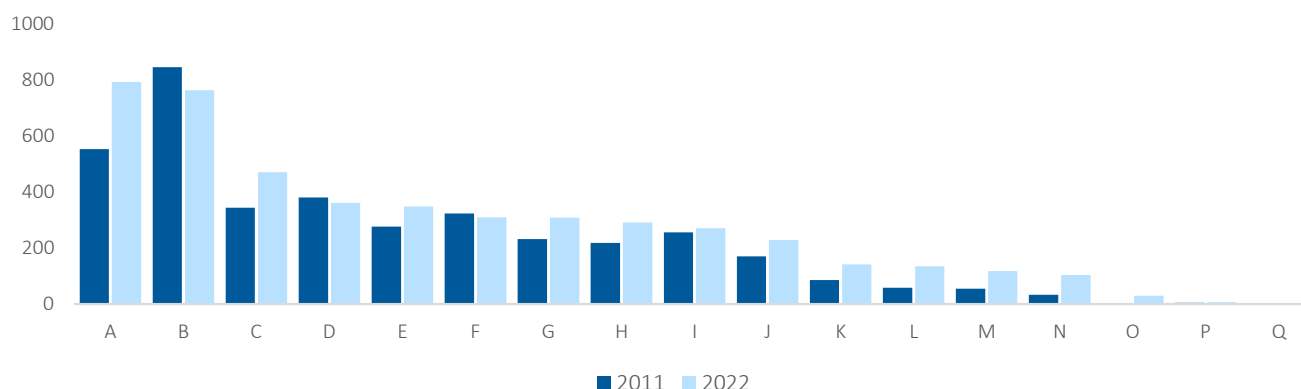


Gráfico 10. Empresas (N.º), no concelho de Ílhavo, 2011 - 2022

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021

Considerando os dados apresentados no **Gráfico 11**, pela análise comparativa entre 2011 e 2022, é notório que as **Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio** constituem o setor económico que deteve um **crescimento mais acentuado de empresas**, contando, em 2022, com 794 empresas (o que corresponde a 17% do tecido empresarial concelhio), traduzindo-se num aumento de 43,6% em relação a 2011. As empresas de **Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos**, são o segundo ramo económico mais representativo do concelho (16,3%), embora tenham diminuído 9,7% entre 2011 e 2022. Em terceiro lugar, encontram-se as empresas de **Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares**, registando um aumento de 36,9% em 12 anos (+127 empresas) e representando, atualmente, 10% do tecido económico do concelho. Note-se que as empresas das três atividades mencionadas compreendem cerca de 43% do total das atividades económicas do concelho de Ílhavo. É importante destacar, ainda, o número de empresas no setor da

Educação, dado observar-se um aumento de 5,9% entre 2011 e 2022, que se traduziu num acréscimo de 15 empresas neste setor no concelho de Ílhavo, o que representa 5,8% do tecido económico concelhio.



Legenda:

A - Alojamento, restauração e similares; **B** - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; **C** - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; **D** - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; **E** - Construção; **F** - Atividades de saúde humana e apoio social; **G** - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; **H** - Atividades imobiliárias; **I** - Outras atividades de serviços; **J** - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; **K** - Educação; **L** - Indústrias transformadoras; **M** - Atividades de informação e de comunicação; **N** - Transportes e armazenagem; **O** - Indústrias extrativas; **P** - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; **Q** - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição.

Gráfico 11. Empresas (N.º), no concelho de Ílhavo, segundo a classificação portuguesa de atividades económicas, 2011 e 2022

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021

O **tecido empresarial** concelhio é composto por **pequenas e médias empresas (PME)**¹⁹, destacando-se as **microempresas**²⁰ que correspondem a 96,6% do total de PME existentes no concelho, seguidas das pequenas empresas²¹ (2,8%) e das médias empresas²² (0,7%). Pese embora em menor quantidade, o concelho de Ílhavo é também composto por grandes empresas (7 empresas), representando apenas 0,1% do tecido económico (**Tabela 12**).

Tabela 12. Empresas (N.º) por dimensão no concelho de Ílhavo, 2022

Total (n.º)	Total PME (n.º)	Empresas por dimensão							
		Micro		Pequenas		Médias		Grandes	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
4.685	4.678	4.518	96,6	129	2,8	31	0,7	7	0,1

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021

Numa análise comparativa ao **peçoal ao serviço das empresas de Ílhavo**, no período 2011-2021, observa-se um **aumento de 17,2% (Tabela 13)**. No entanto, apesar deste crescimento ter sido inferior à Região de Aveiro, é importante destacar que o mesmo foi superior às restantes unidades territoriais supramunicipais. Este desenvolvimento poderá estar associado ao facto de o concelho de Ílhavo ser detentor de algumas “Empresas Gazela”, um conceito que corresponde a empresas jovens que, num curto espaço de tempo, possuem elevados ritmos de crescimento sustentável, afirmando a sua competitividade e

¹⁹ De acordo com a [Recomendação da Comissão](#), 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003 define-se PME como “empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros” (artigo 2.º).

²⁰ “Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.” (artigo 2.º da [Recomendação da Comissão](#), 2003/361/CE).

²¹ “Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros” (artigo 2.º da [Recomendação da Comissão](#), 2003/361/CE).

²² “Emprega entre 51 e 250 pessoas; o volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou o balanço total anual não excede 43 milhões de euros” (artigo 2.º da [Recomendação da Comissão](#), 2003/361/CE).

contribuindo fortemente para a criação de emprego, sendo estas distinguidas e premiadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

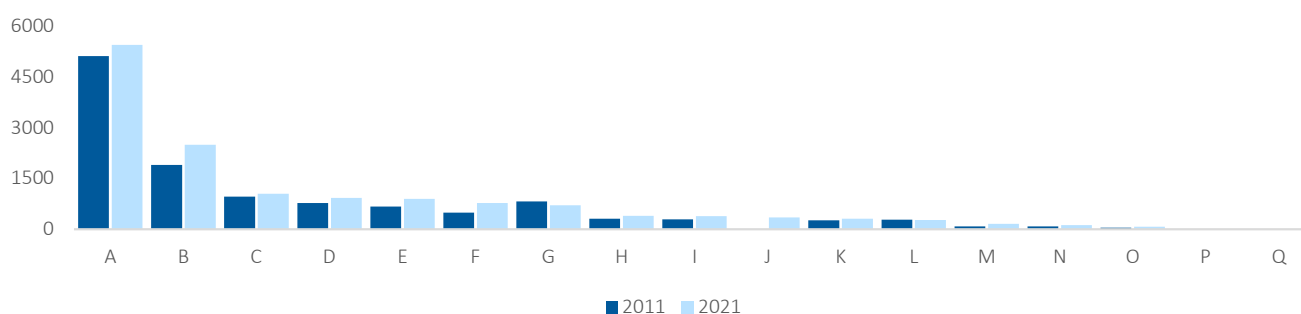
Tabela 13. Pessoal ao serviço das empresas (N.º) e taxa de variação (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	Pessoal ao serviço das empresas		
	2011 (N.º)	2021 (N.º)	Taxa de variação 2011 – 2021 (%)
Portugal	3.631.747	4.236.222	16,6
Região Centro	497.455	561.038	12,8
Região de Aveiro	125.336	151.698	21,0
Ílhavo	12.268	14.378	17,2

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021 | *NUTS 2013

Analisando o **pessoal ao serviço das empresas segundo a atividade económica**, constata-se que as empresas de **Indústrias Transformadoras detêm o maior número de pessoal ao serviço** (5.440 pessoas), o que se traduz num aumento de população de 6,5%, face ao ano de 2011 (**Gráfico 12**). Embora o setor da Indústria Transformadora não se tenha distinguido pelo crescimento do número de empresas entre 2011 e 2021, bem pelo contrário, é importante referir que as “Empresas Gazela” referidas anteriormente, são, na sua maioria, empresas de Indústria Transformadora, empregando assim um maior número de população. A ocupar a segunda posição encontra-se o ramo de **Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos** (2.493 pessoas), com um aumento de 31,6% de população entre os referidos anos. Na terceira posição, situa-se o ramo da **Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca**, contando com 1.046 pessoas ao serviço, o que se traduz num aumento de 8,7%. Este aumento pode estar relacionado com o facto de o concelho de Ílhavo ter uma vasta área territorial agrícola e marítima, que integra, na sua maioria, a Ria de Aveiro, existindo, portanto, uma maior dinamização económica voltada para o comércio marítimo.

Estas três atividades económicas mobilizam, em conjunto, mais de metade do total de recursos humanos ao serviço (62,6%). Importa ainda destacar que, entre 2011 e 2021, o ramo de atividade da Educação, teve um decréscimo de população ao serviço de 1,4% (4 pessoas).



A - Indústrias transformadoras; **B** - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; **C** - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; **D** - Alojamento, restauração e similares; **E** - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; **F** - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; **G** - Construção; **H** - Transportes e armazenagem; **I** - Atividades de saúde humana e apoio social; **J** - Atividades de informação e de comunicação; **K** - Outras atividades de serviços; **L** - Educação; **M** - Atividades imobiliárias; **N** - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; **O** - Indústrias extrativas; **P** - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; **Q** - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição.

Gráfico 12. Pessoal ao serviço das empresas (N.º) por atividade económica, no concelho, 2021²³

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021

²³ De acordo com o INE, alguns ramos de atividade económica do concelho de Ílhavo registaram valores omissos nos anos de 2011 e de 2021, pelo que o somatório do número de pessoal ao serviço por ramo de atividade económica (12.075 pessoas ao serviço em 2011; 14.354 pessoas ao serviço em 2021) foi inferior ao valor total apresentado (12.268 em 2011; 14.378 em 2021).

No mesmo sentido, torna-se importante analisar a população empregada em cada setor de atividade económica e a respetiva **situação profissional em que se encontra**. Em 2021, e tendo por base a **Tabela 14**, constata-se que 81,5% da população empregada (14.089 pessoas) no concelho de Ílhavo trabalha como **trabalhador por conta de outrem**, sendo o setor terciário o que emprega mais pessoas (61,8%), sobretudo, do sexo feminino (59,1%). Na análise à escala das freguesias do concelho, o setor terciário persiste como maior empregador, com destaque para a população feminina em todas elas. A freguesia de Ílhavo (São Salvador) é a que mais se evidencia em termos de população (43,6%), sendo que mais de metade dessa população é do género feminino (60,3%).

Tabela 14. População empregada por sexo, setor de atividade económica e situação profissional - Conta de outrem (N.º), 2021

Unidade Territorial	População Empregada por sexo, setor de atividade económica e situação profissional					
	Trabalhador por conta de outrem					
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	H	M	H	M	H	M
Portugal	53.057	21.958	602.887	280.603	1.042.635	1.433.862
Região Centro	7.763	3.489	114.984	57.338	144.217	214.365
Região de Aveiro	1.389	628	35.049	20.181	29.480	44.954
Ílhavo	313	73	3.095	1.895	3.560	5.153
Gafanha da Encarnação	72	16	425	284	427	581
Gafanha da Nazaré	171	40	1.184	742	1.511	2.114
Gafanha do Carmo	11	1	146	81	113	166
Ílhavo (São Salvador)	59	16	1.340	788	1.509	2.292

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021

A situação como **trabalhador por conta própria** é a segunda que emprega mais população no concelho (1.726 pessoas, representando 10%). O setor terciário predomina, novamente, face aos restantes, contando com 70,2% da população, com uma forte representatividade feminina (61,9%). Esta situação é idêntica nas freguesias, onde se verifica que o setor terciário é o que possui mais população contratada, sendo na sua maioria mulheres. Neste caso, a freguesia da Gafanha da Nazaré é a que mais se evidencia, empregando um total de 524 pessoas (43,3%), das quais 344 são mulheres (65,6%).

Por último, a **situação profissional de empregador** conta com 1.474 pessoas do concelho (8,5%), onde o setor terciário continua em vantagem face aos restantes, estando a trabalhar neste setor e nesta situação 1.092 pessoas (6,3%). Neste contexto, a população masculina evidencia-se em maior número (608 pessoas), em relação à população feminina, correspondendo a uma percentagem de 55,7%. Nas freguesias, apesar de não existirem tantas pessoas na situação de empregadores/patrões, é no setor terciário que se concentra este grupo de população, sendo a freguesia da Gafanha da Nazaré a que se destaca, possuindo 43,8% de empregadores e, na sua maioria, masculinos (59,8%).

Verifica-se, assim, que o setor terciário é o que emprega mais população no concelho de Ílhavo (63,7%), seguido do setor secundário (33%) e, por último, do setor primário, com apenas 3,3% da população. Porém, estes valores encontram-se abaixo do registado nas unidades territoriais supramunicipais (**Tabela 15**).

Tabela 15. População empregada por sexo, setor de atividade económica e situação profissional – Empregador e Conta Própria (N.º), 2021

Unidade Territorial	População empregada por sexo, setor de atividade económica e situação profissional											
	Empregador						Trabalhador por conta própria ou isolado					
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	13.202	4.281	96.960	29.754	174.154	149.067	24.740	8.403	62.322	11.637	140.546	172.531
Região Centro	2.163	750	10.085	5.306	24.219	20.393	4.433	1.806	13.554	1.619	20.000	25.378
Região de Aveiro	359	146	2.111	1.660	5.644	4.378	797	403	3.217	446	4.370	6.333
Ílhavo	44	11	172	155	608	484	96	26	339	54	461	750
Gafanha da Encarnação	15	0	31	24	84	71	34	8	60	8	64	116
Gafanha da Nazaré	16	6	146	65	286	192	34	8	115	22	180	344
Gafanha do Carmo	4	0	10	8	22	29	10	4	24	1	17	26
Ílhavo (São Salvador)	9	5	140	58	216	192	18	6	140	23	200	264

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2021

3.3.2. Estrutura Socioeconómica das Famílias

O contexto familiar em que se vive e, consequentemente, a capacidade financeira do agregado são fatores que condicionam o acesso à Educação e à igualdade de oportunidades. Famílias com maiores dificuldades económicas enfrentam desafios adicionais ao lidar com os custos associados à educação (e.g. despesas com materiais escolares, transporte, refeições escolares, aquisição de computador, acesso à internet, entre outros). Não obstante a existência de apoios para os alunos provenientes de famílias com recursos mais limitados (e.g. Ação Social Escolar), estes nem sempre são suficientes para colmatar as necessidades das famílias que se encontram em situação de grave fragilidade socioeconómica.

De forma a estabilizar um diagnóstico abrangente, torna-se essencial analisar a conjuntura socioeconómica das famílias de Ílhavo, alcançando, assim, contributos significativos que permitam sustentar os processos de tomada de decisão e de desenvolvimento de estratégias eficazes que assegurem a igualdade de acesso e sucesso educativo, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a superação das desigualdades socioeconómicas e a transição para o mercado de trabalho. Procurando aprofundar o conhecimento em relação aos **rendimentos da população**, o **Gráfico 13** ilustra a evolução do **ganho médio mensal** no concelho e unidades territoriais de referência, entre 2011 e 2021, apesar de só estarem disponíveis dados para o país a partir de 2015.

De modo geral, observa-se um incremento gradual do ganho médio mensal nos territórios em análise, com Ílhavo a registar um aumento de 25,8% entre 2011 e 2021, superior ao verificado na sub-Região de Aveiro (24,5%) e na região Centro (23,2%). Comparando com Portugal e restantes unidades territoriais supramunicipais, entre 2015 e 2021, o concelho de Ílhavo continua a destacar-se com um aumento percentual de 25,5%, em relação a Portugal (17,9%), à região Centro (20,7%) e à Região de Aveiro (20,1%). Em termos de valores numéricos, esta situação mantém-se, dado que o concelho de Ílhavo possui um ganho médio mensal superior ao da região Centro e ao da sub-Região de Aveiro, fixando-se nos 1.247,8€, em 2021. Ainda que o país manifeste valores superiores aos do concelho, a diferença do ganho médio mensal é bastante reduzida, sendo apenas de 41,7€.

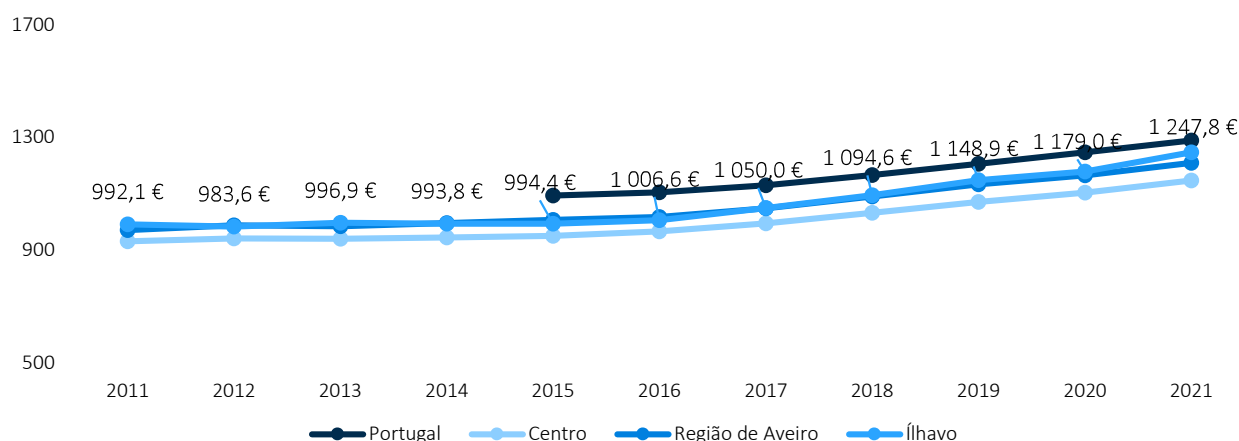


Gráfico 13. Ganho médio mensal (€), 2011 - 2021

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2021 | *NUTS 2013

Decompondo este indicador por setor de atividade²⁴ verifica-se, através da **Tabela 16**, que no concelho de Ílhavo, o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca é o que regista um ganho médio mensal mais elevado (1.295,9€), sendo superior ao valor do ganho médio mensal do concelho e o valor mais alto, neste setor, em comparação às unidades territoriais supramunicipais. Em oposição, o setor da indústria, construção, energia e água é o que possui o ganho médio mensal mais baixo no concelho (1.232,1€), estando abaixo do ganho da sub-Região de Aveiro (1.252,8€) e acima do valor da região Centro e de Portugal.

Tabela 16. Ganho médio mensal (€), segundo o setor de atividade, CAE Rev. 3, 2021

Unidade Territorial	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria, construção, energia e água	Serviços	Total
	€			
Portugal	1.010,7	1.213,2	1.332,3	1.289,5
Região Centro	1.009,7	1.198,6	1.118,6	1.147,1
Região de Aveiro	1.051,1	1.252,8	1.167,1	1.209,9
Ílhavo	1.295,9	1.232,1	1.263,0	1.247,8

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2021 | *NUTS 2013

A fim de compreender as desigualdades do ganho médio mensal entre géneros no concelho de Ílhavo, procedeu-se a uma breve análise do ganho médio mensal por setor de atividade económica e por sexo. Nesse sentido, observando o **Gráfico 14**, denota-se, nos três setores de atividades presentes, que os homens possuem um ganho médio mensal superior ao das mulheres, anunciando uma problemática persistente em termos de igualdade de género. Essa diferença é mais significativa no setor dos serviços, onde o homem ganha, em média, 1.480,5€ por mês e a mulher ganha 1.067,2€ (-413,4€).

Por outro lado, o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca é aquele que possui uma menor desigualdade salarial entre homens e mulheres, 1.325,8€ e 1.144,4€, respetivamente (-181,5€). Importa salientar que, em todos os setores de atividade, o ganho médio mensal do sexo masculino é superior ao ganho médio mensal do concelho (1.247,8€), sobretudo, no setor dos serviços. Pelo contrário, o ganho médio mensal do sexo feminino é inferior ao ganho médio mensal do concelho em todos os setores de atividade, com destaque para o setor da indústria, construção, energia e água.

²⁴ Na análise do ganho médio mensal por setor de atividade económica, apesar de existirem valores referentes à nova organização das NUTS III (2024), foram utilizados valores ainda referentes às NUTS 2013, para que a análise seja coerente com a anterior.

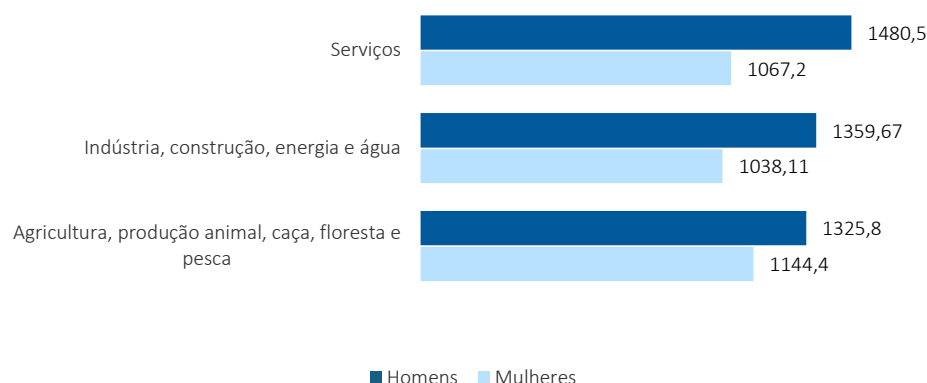
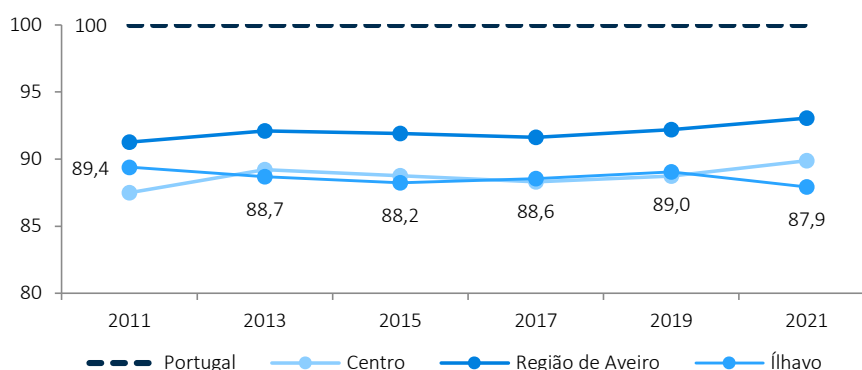


Gráfico 14. Ganho médio mensal (€), segundo o setor de atividade e sexo, 2021

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2021

Os rendimentos auferidos pela população residente influenciam, diretamente, o **poder de compra *per capita***, o qual se traduz na capacidade de adquirir bens ou serviços com determinada unidade monetária, manifestando-se quotidianamente nos diferentes concelhos e regiões do país, tendo por referência o valor nacional (100).

De acordo com os dados refletidos no **Gráfico 15**, observa-se que o poder de compra *per capita* em Ílhavo apresentou, entre 2011 e 2021, uma tendência de decréscimo na ordem dos 12%. Porém, a partir de 2015 e até 2019, o poder de compra aumentou 11%. Essa situação inverteu-se, novamente, entre 2019 e 2021, coincidindo com a conjuntura pandémica vivenciada, que, presumivelmente, terá contribuído para tal retrocesso, atingindo neste último ano o valor mais baixo desde 2011 (87,9). Por sua vez, mesmo não ultrapassando a média nacional (100) e tendo algumas oscilações entre 2011 e 2021, a Região de Aveiro apresenta um poder de compra *per capita* bastante superior ao do concelho e ao da região Centro, fixando-se, atualmente, em 93,1.

Gráfico 15. Evolução bienal do poder de compra *per capita* (N.º), 2011 - 2021

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelho, 2022 | *NUTS 2013

A conjuntura de desemprego representa um dos maiores desafios socioeconómicos mundiais, fragilizando a pessoa que experiencia o desemprego, o seu núcleo familiar e, em última análise, a própria sociedade, pois o afastamento deste importante subsistema social, para além de conduzir à perda de rendimentos e consequente redução de recursos financeiros para fazer face ao custo de vida, impacta nos níveis de independência e de estruturação da vida quotidiana do indivíduo, podendo desencadear situações de pobreza e exclusão social. Nesta linha de ideias, de modo a retratar os níveis de desemprego no concelho de Ílhavo, apresenta-se uma análise a alguns indicadores, começando pela **taxa de desemprego**,

refletida na **Tabela 17** que define a relação entre a população desempregada, de acordo com o género, e a população ativa. Entre 2011 e 2021, a taxa de desemprego no concelho de Ílhavo teve um **decréscimo de 47,5%, fixando-se, atualmente, nos 6,3%**, valor inferior à taxa registada no território nacional (8,1%), mas superior ao observado na região Centro (6,0%) e na Região de Aveiro (5,5%). À escala da freguesia verifica-se que a freguesia da Gafanha da Encarnação possui a taxa de desemprego mais baixa (5,9%), tendo obtido um decréscimo de 55,4% entre os anos em análise. Por outro lado, a freguesia da Gafanha do Carmo é a que revela uma taxa de desemprego mais elevada (6,7%), com um decréscimo, ainda assim, de 50,6%.

Tabela 17. Taxa de desemprego (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	2011	2021	Taxa de Variação (2011-2021)
Portugal	13,2	8,1	44,2
Região Centro	11,0	6,0	52,1
Região de Aveiro	11,3	5,5	57,6
Ílhavo	12,1	6,3	52,7
Gafanha da Encarnação	13,1	5,9	55,4
Gafanha da Nazaré	12,0	6,6	45,0
Gafanha do Carmo	13,5	6,7	50,6
Ílhavo (São Salvador)	11,7	6,2	46,7

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021 | *NUTS 2013

Importa ainda salientar que no concelho de Ílhavo, a **taxa de desemprego** é mais elevada nas mulheres (7,0%) por comparação aos homens (5,7%). Este é um cenário que se verifica, também, nas respetivas freguesias do concelho, bem como nas unidades territoriais supramunicipais, tal como ilustra o **Gráfico 16**. A freguesia da Gafanha do Carmo é a que possui maior percentagem de população feminina desempregada, fixando-se nos 7,9%, comparativamente aos 5,5% de população masculina. Inversamente, a freguesia de Ílhavo (São Salvador) é a que possui a menor percentagem de mulheres desempregadas (6,6%). Enquanto a freguesia da Gafanha da Nazaré apresenta a maior percentagem de homens desempregados (6,0%), a freguesia da Gafanha da Encarnação possui a menor percentagem de população masculina afastada do emprego (4,6%).

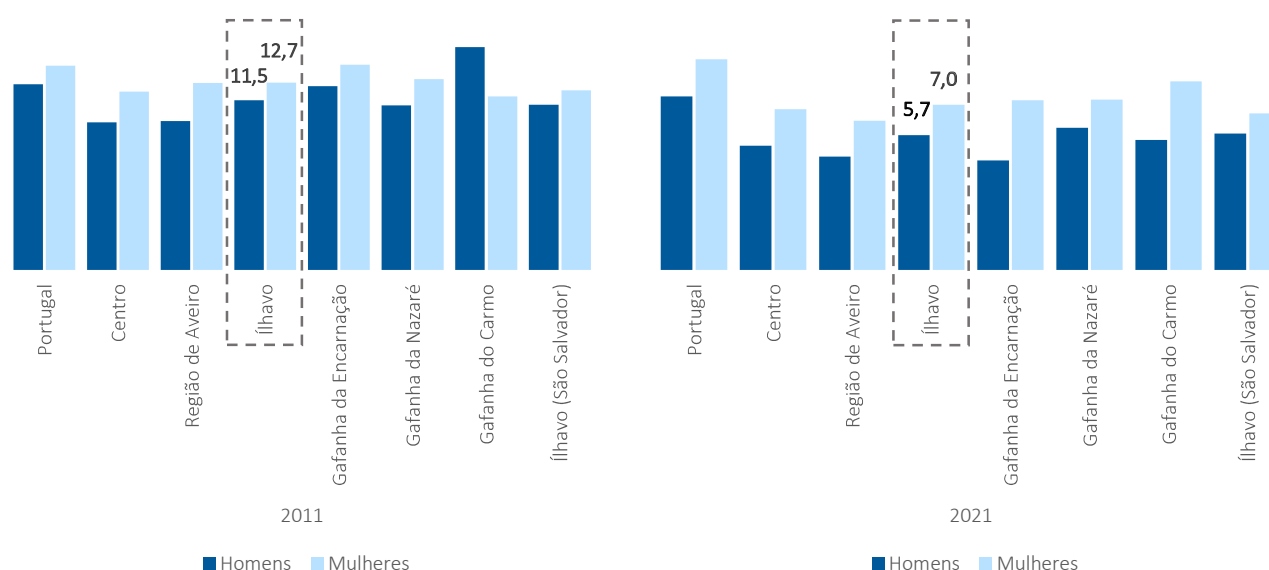


Gráfico 16. Taxa de desemprego por local de residência e sexo (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos, 2021 | *NUTS 2013

Com o intuito de se obter um cenário mais próximo quanto possível da realidade dos **níveis de desemprego do concelho** de Ílhavo, recorreu-se aos dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), entre janeiro de 2013 e janeiro de 2024. O **Gráfico 17**²⁵ mostra que, apesar de diversas oscilações, ocorreu um decréscimo no desemprego até fevereiro de 2020, tendo sido registado, em novembro de 2018, o valor mais baixo de desempregados no período de análise (1.106 desempregados). Esta tendência inverteu-se nos meses seguintes, que coincidiram com a pandemia de COVID-19, refletindo-se num expressivo aumento do desemprego até setembro de 2020. Após este período, apesar de algumas inconstâncias, foi sendo observada uma descida gradual do número de desempregados no concelho. Porém, a partir de maio de 2023, até janeiro de 2024, constata-se uma ligeira subida. Ainda assim, o número de desempregados em janeiro de 2024 (1.063), foi bastante inferior ao assinalado em janeiro de 2013 (2.515), o que corresponde a uma redução de 57,7%.

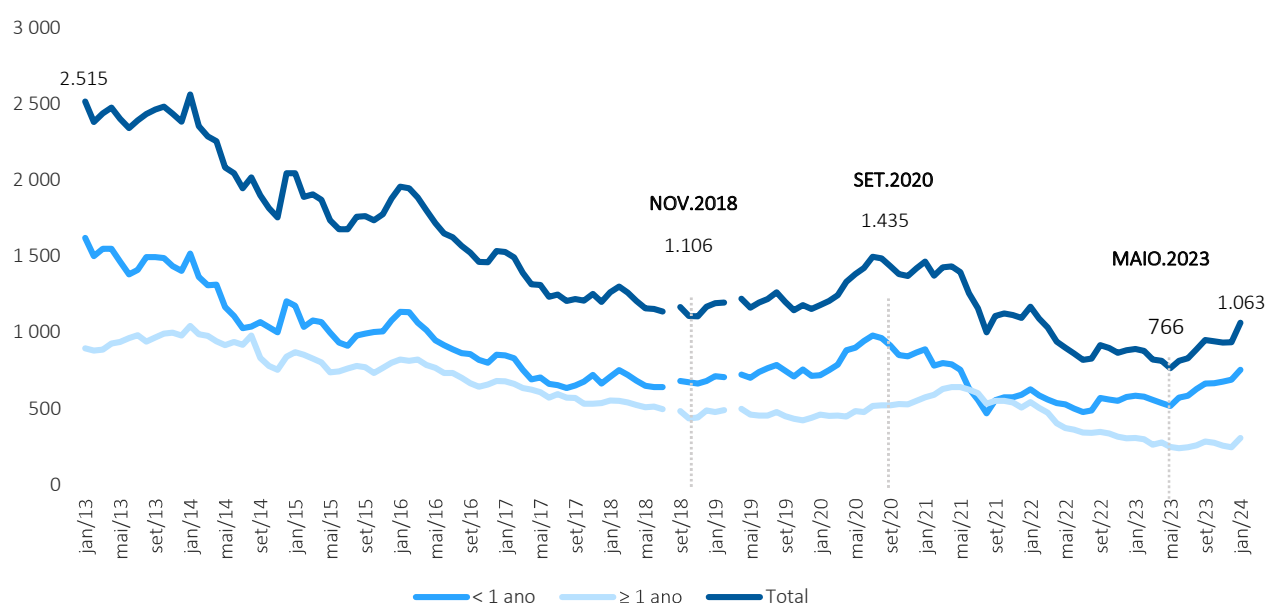


Gráfico 17. Desempregados (N.º) registados no concelho de Ílhavo, janeiro 2013 - janeiro 2024

Fonte: IEFP, Estatísticas mensais por concelho, janeiro de 2013 a janeiro de 2024

No mesmo sentido, torna-se importante analisar o número de **pensionistas do Instituto da Segurança Social, I.P.**, existentes no concelho de Ílhavo. A **Pensão de Invalidez** corresponde a um valor pago mensalmente, destinado a indivíduos que se encontrem em situações de incapacidade permanente para o trabalho. A **Pensão de Velhice** refere-se a um valor pago mensalmente, destinado a indivíduos que se encontram em situação de velhice (66 anos e 4 meses), por forma a substituir as remunerações de emprego. A **Pensão de Sobrevivência** representa um valor pago mensalmente, destinado aos familiares (e.g. cônjuge, união de facto, filhos), em função de determinadas condições, de forma a compensá-los pela perda de rendimentos de trabalho resultante da morte do beneficiário.

A **Tabela 18** ilustra a distribuição do número de indivíduos por tipologia de pensões atribuídas pela Segurança Social. Neste contexto, verifica-se a existência de **10.427 pensionistas**, representando 26,6% da população total do concelho de Ílhavo. A **Pensão de Velhice é a que integra mais pensionistas no concelho** (7.319), o que se traduz em 70,2% da população total pensionista, algo que pode estar relacionado com o facto do grupo etário de população idosa ser o segundo mais representativo do concelho. A Pensão de Sobrevivência é a segunda tipologia com mais pensionistas (2.684), contando com

²⁵ Nas estatísticas do IEFP, não é possível consultar os meses de agosto de 2018 e março de 2019, pelo que o Gráfico 16 encontra-se com valores omissos nos referidos meses/anos.

25,7% da população. Por último, encontra-se a Pensão de Invalidez com apenas 424 pensionistas, representando 4,1% da população.

Numa análise comparativa, o concelho de Ílhavo demonstra valores inferiores às unidades territoriais supramunicipais, destacando-se a Região de Aveiro que conta com mais 68.475 pensionistas da Pensão por Velhice, mais 23.961 pensionistas na Pensão por Sobrevivência e mais 3.817 pensionistas na Pensão por Invalidez, em relação ao concelho.

Tabela 18. Pensionistas da Segurança Social, por local de residência e tipo de pensão, 2021

Unidade Territorial	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Portugal	174.251	5,8	2.093.200	69,3	754.279	25,0	3.021.730
Região Centro	27.062	3,7	371.927	51,2	133.842	18,4	532.831
Região de Aveiro	4.241	4,0	75.794	71,0	26.645	25,0	106.680
Ílhavo	424	4,1	7.319	70,2	2.684	25,7	10.427

Fonte: INE, Censos, 2021

3.3.3. Qualificações da População

Uma vez que a educação ocupa o núcleo central do presente relatório, a análise de um conjunto de indicadores relativos aos **níveis de qualificação da população**, tanto a nível concelhio como das unidades territoriais superiores, afigura-se essencial. Note-se, porém, que no **Capítulo 4**, referente ao Diagnóstico Educativo, retomar-se-á esta temática com maior profundidade.

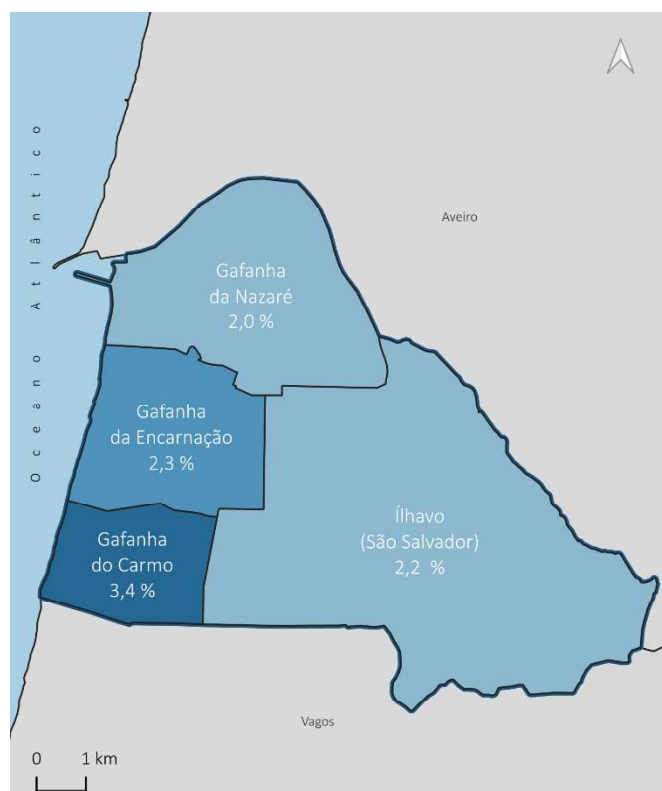
A **taxa de analfabetismo**, relativa à proporção de indivíduos com 10 anos ou mais que não são capazes de ler ou escrever, constitui um dos principais indicadores de caracterização das dinâmicas educativas do território, estando associada à ausência de um conjunto de habilidades essenciais à participação ativa na sociedade e ao desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo. Uma taxa de analfabetismo elevada pode ser indicativa da existência de obstáculos sociais, culturais e económicos que impedem o acesso à educação, bem como da carência de políticas educativas de resposta aos desafios e necessidades. Assim, a análise deste indicador pode auxiliar na identificação desses obstáculos e no redireccionamento da agenda política em matéria de educação, acomodando estratégias de combate ao analfabetismo que cooperem no aumento dos níveis de instrução e bem-estar geral da população, sobretudo, em territórios rurais e mais isolados geograficamente, onde a população analfabeta tende a ser mais numerosa.

De acordo com os dados sistematizados na **Tabela 19**, constata-se que, entre 2011 e 2021, a taxa de analfabetismo no concelho de Ílhavo diminuiu 32,3%, fixando-se, atualmente, nos 2,2%. Importa destacar que este valor percentual se encontra abaixo do valor de Portugal (3,1%), da região Centro (3,7%) e da sub-Região de Aveiro (2,5%), apesar de ter existido um decréscimo de população analfabeta em todas as unidades. À escala da freguesia (**Figura 17**), a Gafanha da Nazaré é a que possui uma taxa de analfabetismo mais baixa (2,0%), tendo obtido um decréscimo de 35,2%. Embora tenha registado o maior decréscimo (45%) entre as freguesias do concelho, a Gafanha do Carmo constitui a freguesia com maior taxa de analfabetismo (3,4%).

Tabela 19. Taxa de analfabetismo (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	2011	2021	Taxa de Variação (2011-2021)
Portugal	5,2	3,1	- 41,0
Centro	6,4	3,7	- 42,8
Região de Aveiro	4,2	2,5	- 40,6
Ílhavo	3,2	2,2	- 32,3
Gafanha da Encarnação	3,7	2,3	- 37,7
Gafanha da Nazaré	3,0	2,0	- 35,2
Gafanha do Carmo	6,2	3,4	- 45,0
Ílhavo (São Salvador)	2,9	2,2	- 25,3

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021 | *NUTS 2013



Legenda:

Taxa de Analfabetismo (%)

2,0- 2,2

2,3- 2,5

2,6- 3,4

Concelho de Ílhavo

Concelhos Limitrofes



Figura 17. Taxa de analfabetismo (%), por freguesia, 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

De modo a alcançar uma análise mais pormenorizada das qualificações da população do concelho de Ílhavo, procedeu-se ao cálculo da taxa de variação da população residente por nível de escolaridade mais elevado completo, entre 2011 e 2021 (Gráfico 18).

Observa-se, de uma forma geral, uma simetria entre as unidades territoriais em análise, evidenciando-se a redução do número de população residente sem nenhum nível de escolaridade e com o 1.º, 2.º e 3.º CEB, e o aumento do número de indivíduos com habilitações literárias mais elevadas, como o ensino secundário, o ensino pós-secundário e o ensino superior. Analisando de forma mais detalhada a realidade concelhia, verifica-se que o ensino secundário foi o que registou um maior incremento de população residente a obter essa qualificação (66,5%), seguido do ensino superior (42,8%) e do ensino pós-secundário (28,4%).

Ao nível das freguesias, é importante destacar a freguesia da Gafanha do Carmo, dado ter registado um grande aumento de população residente a concluir o ensino superior (103,7%) e o ensino secundário (73,4%), mas, por outro lado, foi a única freguesia que teve um decréscimo de população a obter uma qualificação pós-secundária (-31,6%).

Considerando estes resultados e a taxa de analfabetismo concelhia, depreende-se que o concelho de Ílhavo detém uma população cada vez mais instruída e qualificada, resultado de uma crescente aposta na educação e na formação, enquanto fatores determinantes para o desenvolvimento socioeconómico do território.

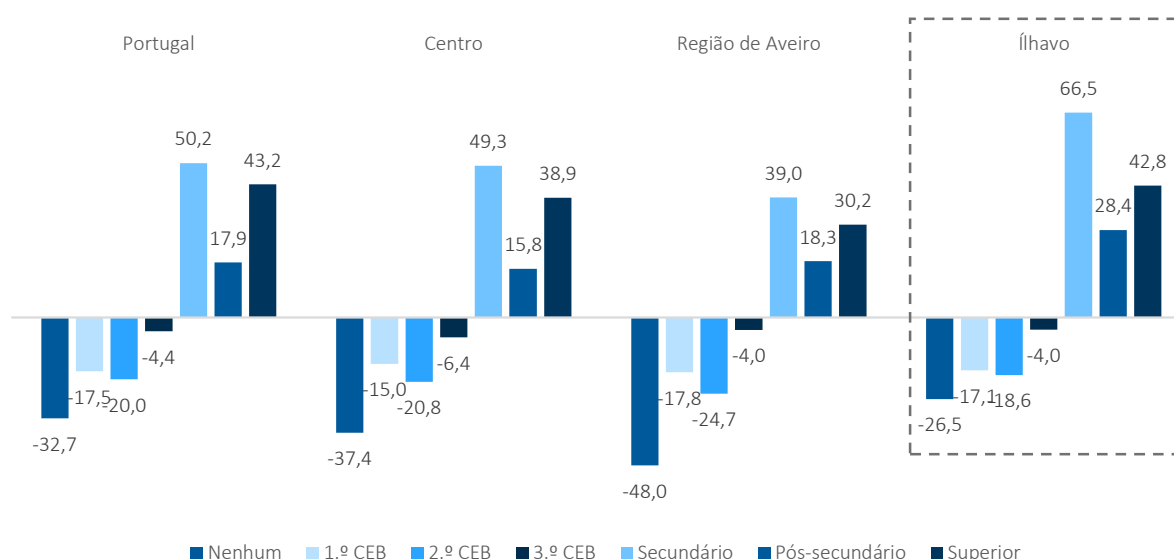


Gráfico 18. Taxa de variação da população residente por nível de escolaridade mais elevado completo (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO

TECIDO ECONÓMICO



EMPRESAS

4.685 empresas (2022)

MICRO EMPRESAS

4.518

PEQUENAS EMPRESAS

129

MÉDIAS EMPRESAS

31

GRANDES EMPRESAS

7

As **Atividades Administrativas** constituem o setor económico com um crescimento mais acentuado de empresas, traduzido num aumento de **43,6%** (2011-2022), correspondendo a **17% do tecido empresarial do concelho** (794 empresas, em 2022).



PESSOAL AO SERVIÇO DAS EMPRESAS

+17,2% (2011-21)



POPULAÇÃO EMPREGADA, SETOR PRIMÁRIO

3,3% (2021)



POPULAÇÃO EMPREGADA, SETOR SECUNDÁRIO

33% (2021)



POPULAÇÃO EMPREGADA, SETOR TERCIÁRIO

63,7% (2021)

ATIVIDADES ECONÓMICAS COM MAIS PESSOAL AO SERVIÇO

Indústrias transformadoras **5.440 pessoas**

Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos **2.493 pessoas**

Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca **1.046 pessoas**

ESTRUTURA SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS

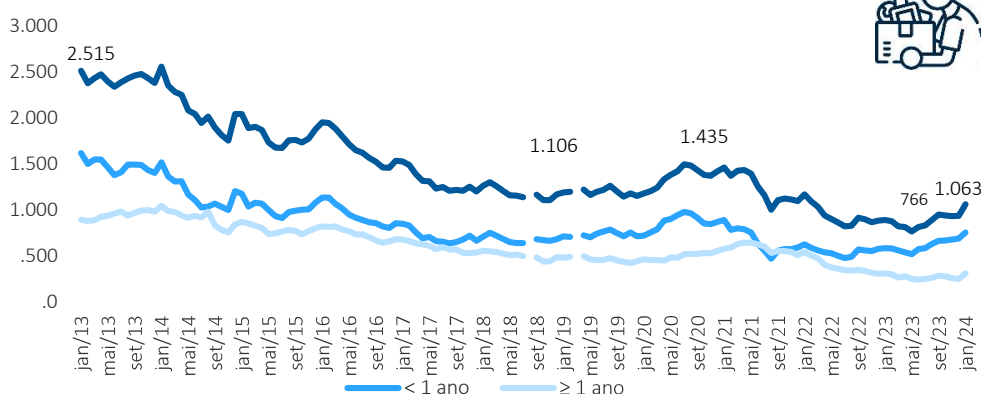


GANHO MÉDIO MENSAL

1.247,8€
(2021)

O aumento do **poder de compra per capita** de 11%, entre 2015 e 2019, contrasta com a diminuição entre 2019 e 2021, fixando-se no **índice mais baixo desde 2011 (87,9)**.

DESEMPREGO REGISTRADO NO CONCELHO



Entre 2011 e 2021, a **taxa de desemprego** teve um **decréscimo de 47,5%**, fixando-se nos **6,3%**.

PENSIONISTAS

Invalidez **4,1%**

Velhice **70,2%**

Sobrevivência **25,7%**



QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO

TAXA DE ANALFABETISMO

2,2% (2021)

Entre 2011 e 2021, a **taxa de analfabetismo** diminuiu **32,3%**.



A **população** está mais qualificada.

Entre 2011 e 2021 houve um **aumento** de **66,5%** de população com o **ensino secundário**, de **28,4%** com o **ensino pós-secundário** e de **42,8%** com o **ensino superior**.



4. DIAGNÓSTICO EDUCATIVO



4. DIAGNÓSTICO EDUCATIVO

Neste quarto capítulo será apresentada uma caracterização detalhada do contexto educativo de Ílhavo, mediante a análise de seis grandes pontos:

- O **primeiro ponto** estabelece uma visão geral da oferta e da procura dos estabelecimentos de educação e ensino no concelho, dos movimentos pendulares dos estudantes e das dinâmicas do parque escolar, incluindo as áreas de influência e irradiação dos equipamentos escolares, as taxas de ocupação das escolas, o apetrechamento e o seu estado de conservação. Por fim, é ainda apresentada uma avaliação das medidas de ação contempladas na anterior Revisão da Carta Educativa de Ílhavo.
- O **segundo ponto** compreende uma análise pormenorizada da oferta e da procura por nível de educação e ensino, identificando tendências de evolução da população estudantil, bem como o volume de inscritos em cada escola e nível de educação e ensino.
- O **terceiro ponto** caracteriza as ofertas educativas e formativas do concelho dirigidas à população jovem e à população adulta, incluindo uma abordagem à educação inclusiva e à formação destinada ao público docente e não docente.
- O **quarto ponto** retrata a dimensão dos recursos humanos indispensáveis para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, nomeadamente do corpo docente e não docente, como a sua distribuição e evolução por nível de educação e ensino e níveis de envelhecimento.
- O **quinto ponto** integra um conjunto de indicadores que permitem avaliar os níveis de sucesso escolar, como as taxas de escolarização, as taxas de retenção/desistência e os resultados obtidos nas provas finais do ensino básico e secundário.
- O **sexto ponto** sistematiza e analisa as respostas de apoio socioeducativo disponíveis, nomeadamente dos apoios e complementos educativos, projetos e atividades desenvolvidas no concelho no âmbito da educação e, por fim, uma análise aos Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas do concelho.

Importante será dizer que esta análise integra uma perspetiva qualitativa e quantitativa da rede de creches existente no concelho, numa lógica de articulação com a rede de educação pré-escolar, dado o carácter propedêutico desta resposta social para o desenvolvimento das crianças.

Este minucioso diagnóstico educativo estabiliza um amplo conhecimento, essencial para a definição e consolidação de estratégias educativas adequadas às necessidades efetivas da comunidade educativa. Um diagnóstico desta natureza representa, portanto, uma valiosa componente informativa de apoio ao processo de tomada de decisão política em matéria de educação, afirmando-se, ao mesmo tempo, como uma relevante base de indicadores para a monitorização do estado da educação no concelho, através de uma atualização regular dos mesmos.

4.1. Caracterização Geral da Procura e Oferta Educativa

4.1.1. Rede Educativa Atual (2023/24)

De modo a caracterizar a procura e a oferta educativa do concelho de Ílhavo, o presente ponto contextualiza, de forma global, a sua atual rede educativa, a fim de compreender a distribuição geográfica dos equipamentos educativos, considerando a sua natureza e as ofertas educativas e formativas disponibilizadas.

O concelho de Ílhavo apresenta uma Rede Educativa Pública constituída por **três unidades orgânicas** - **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação**, **Agrupamento de Escolas de Ílhavo** e **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré**, às quais se associam distintos equipamentos educativos com respostas diversificadas que, de seguida, serão objeto de uma análise mais pormenorizada (**Figura 18**). Adicionalmente, o concelho de Ílhavo dispõe de **10 estabelecimentos** que integram a **Rede Privada e Solidária**.

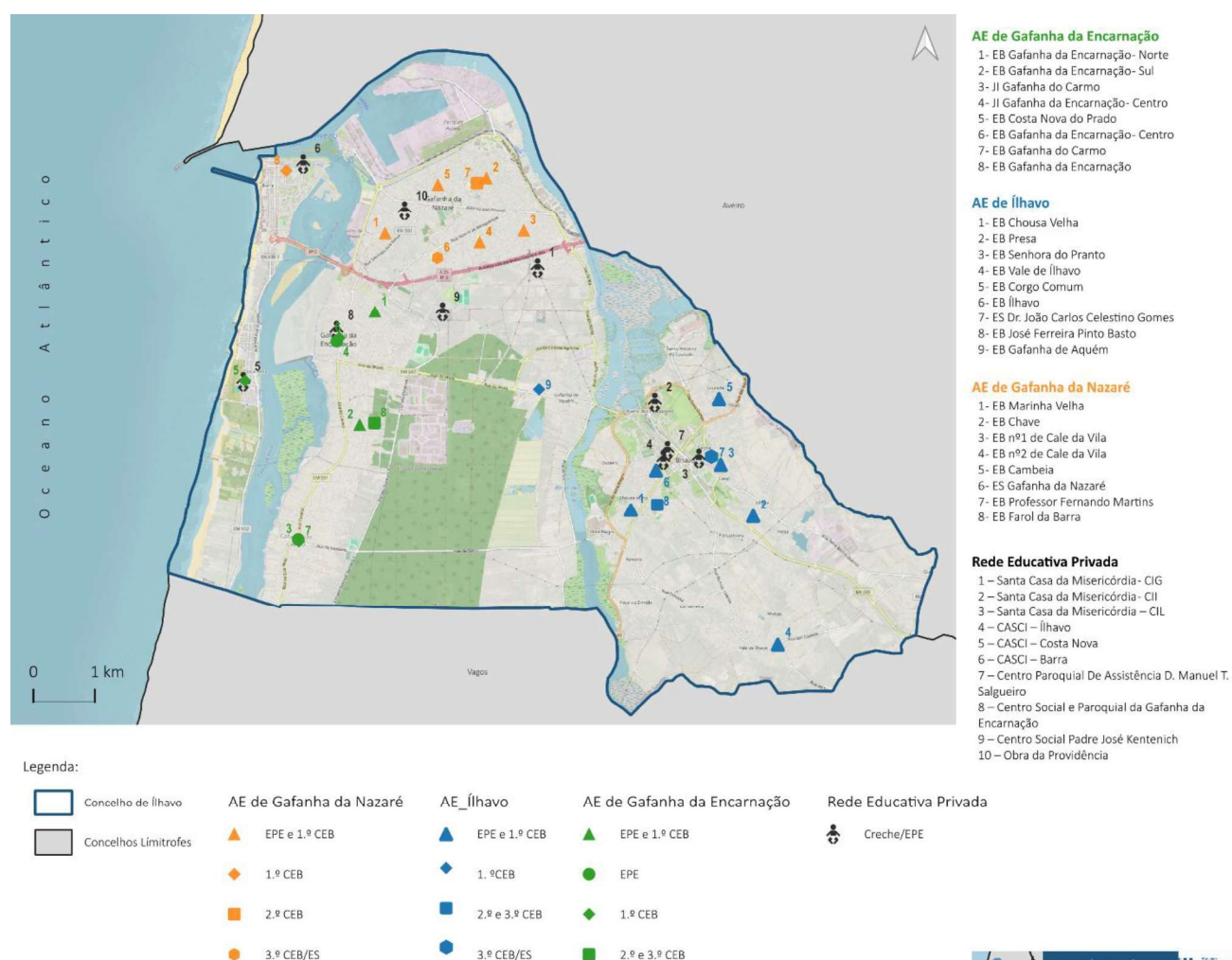


Figura 18. Rede educativa atual, 2023/24

Fonte: CM Ílhavo e DGEEC

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação

Na atualidade, o **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação** é constituído por **8 equipamentos educativos**, distribuídos por duas das quatro freguesias do concelho (Gafanha do Carmo e Gafanha da Encarnação), dispondo de valências desde a Educação Pré-Escolar (EPE) até ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, conforme apresentado na **Tabela 20**. A Escola Básica da Gafanha da Encarnação constitui a sede deste Agrupamento de Escolas.

Tabela 20. Oferta educativa e formativa do AE de Gafanha da Encarnação, em 2023/24

Freguesia	Equipamento	Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação			
		EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB
Gafanha do Carmo	Jardim de Infância de Gafanha do Carmo		--	--	--
	Escola Básica de Gafanha do Carmo	--		--	--
Gafanha da Encarnação	Jardim de Infância de Gafanha da Encarnação - Centro		--	--	--
	Escola Básica de Gafanha da Encarnação	--	--		
	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul			--	--
	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte			--	--
	Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Centro	--		--	--
	Escola Básica de Costa Nova do Prado	--		--	--

Fonte: CM Ílhavo e GesEdu, 2023/24

Agrupamento de Escolas de Ílhavo

O **Agrupamento de Escolas de Ílhavo** integra **9 equipamentos educativos**, circunscritos à freguesia de Ílhavo (S. Salvador), contemplando respostas desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário e Profissional, conforme ilustrado na **Tabela 21**. A Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes representa a sede desta Unidade Orgânica.

Tabela 21. Oferta educativa e formativa do AE de Ílhavo, em 2023/24

Freguesia	Equipamento	Agrupamento de Escolas de Ílhavo				
		EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
Ílhavo	Escola Básica de Vale de Ílhavo			--	--	--
	Escola Básica de Senhora do Pranto			--	--	--
	Escola Básica de Presa			--	--	--
	Escola Básica de Ílhavo			--	--	--
	Escola Básica de Gafanha de Aquém			--	--	--
	Escola Básica de Corgo Comum			--	--	--
	Escola Básica de Chousa Velha			--	--	--
	Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	--	--			--
	Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	--	--	--		

Fonte: CM Ílhavo e GesEdu, 2023/24

Agrupamento da Gafanha da Nazaré

O **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré** é composto por **8 equipamentos educativos**, limitados à freguesia da Gafanha da Nazaré, contemplando respostas desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais), e ainda um Centro Qualifica, conforme exposto na **Tabela 22**. A Escola Secundária de Gafanha da Nazaré constitui a sede deste Agrupamento de Escolas.

Tabela 22. Oferta educativa e formativa do AE da Gafanha da Nazaré, em 2023/24

Freguesia	Equipamento	Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré					
		EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Centro Qualifica
Gafanha da Nazaré	Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila			--	--	--	--
	Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila			--	--	--	--
	Escola Básica de Marinha Velha			--	--	--	--
	Escola Básica de Chave			--	--	--	--
	Escola Básica de Cambeia			--	--	--	--
	Escola Básica de Farol da Barra	--		--	--	--	--
	Escola Básica Professor Fernando Martins ²⁶	--	--		--	--	--
	Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	--	--	--			

Fonte: CM Ílhavo e GesEdu, 2023/24

Rede Pré-Escolar Privada e Solidária de Ílhavo

A **Rede Pré-Escolar Privada e Solidária de Ílhavo** é constituída por **10 equipamentos**, com valências de Creche e de Educação Pré-escolar. Note-se que tanto o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI), como a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo (SCMI) integram três equipamentos/polos distintos, conforme identificado na **Tabela 23**.

Tabela 23. Oferta educativa e formativa Rede Pré-Escolar Privada e Solidária de Ílhavo, em 2023/24

Freguesia	Instituição	Rede Pré-Escolar Privada e Solidária de Ílhavo	
		Creche	Educação Pré-escolar
Gafanha da Encarnação	Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação		
	CASCI - Costa Nova		
Gafanha da Nazaré	Santa Casa da Misericórdia - CIG		
	Obra da Providência		
	CASCI - Barra		
	Centro Social Padre José Kentenich		
Ílhavo (São Salvador)	Santa Casa da Misericórdia - CII		
	Santa Casa da Misericórdia - CIL		
	CASCI – Ílhavo		
	Centro Paroquial De Assistência D. Manuel T. Salgueiro		

Fonte: CM Ílhavo e GesEdu, 2023/24

²⁶ A 15 de fevereiro de 2023, por despacho do Secretário de Estado da Educação, foi autorizada a atribuição de patrono à Escola Básica Gafanha da Nazaré, que passou a designar-se Escola Básica Professor Fernando Martins.

4.1.2. População Estudantil

De modo a concretizar uma análise geral da evolução da população estudantil, no presente ponto serão apresentados dados que caracterizam o cenário do país, da região Centro, da sub-Região de Aveiro e do concelho de Ílhavo, entre os anos letivos de 2012/13 e 2021/22, recorrendo às publicações da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Importante será dizer que estes valores consideram o universo de alunos matriculados em cada território, abrangendo crianças, jovens e adultos inscritos em todas as modalidades de educação e formação, nos estabelecimentos de educação e ensino públicos e privados. Estes números não incluem inscritos no nível de ensino pós-secundário. Considerando a realidade do concelho de Ílhavo, a referida análise compreende inscritos desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

Ao analisar os contextos nacional (**Gráfico 19**), regional (**Gráfico 20**) e sub-regional (**Gráfico 21**), verifica-se uma inequívoca tendência de decréscimo do número de alunos matriculados, ainda que entre 2020/21 e 2021/22 se registe um aumento em todas as unidades territoriais supramunicipais.

A evolução do número de inscritos no concelho de Ílhavo assume uma dinâmica similar de diminuição que, no entanto, cessa muito mais rapidamente quando comparada com as restantes unidades territoriais em análise (2015/16), seguida de uma evolução estável entre 2015/16 e 2017/18. Posteriormente, após a referida estabilização, a partir 2018/19, não obstante uma ligeira quebra entre 2019/20 e 2020/21, o concelho de Ílhavo prossegue uma tendência de crescimento, que se aproxima dos valores registados no ano letivo 2012/13 (**Gráfico 22**).

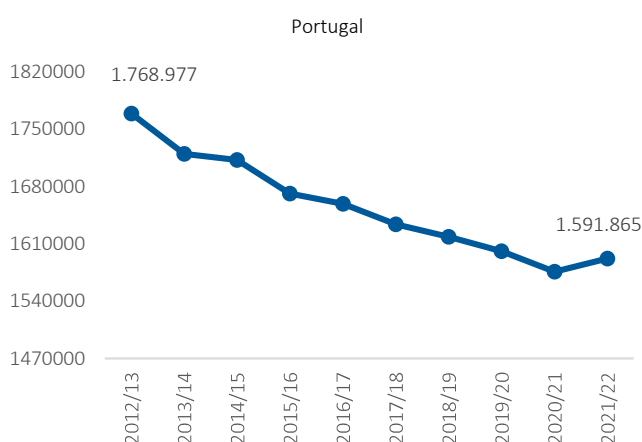


Gráfico 19. Evolução do número de inscritos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível nacional, 2012/13 a 2021/22

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22

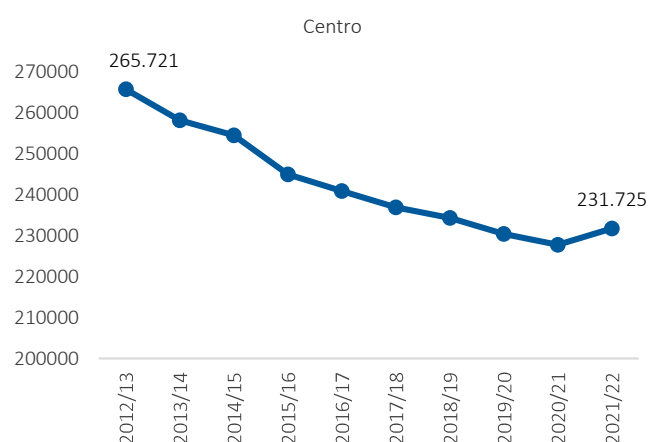


Gráfico 20. Evolução do número de inscritos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível regional 2012/13 a 2021/22

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22

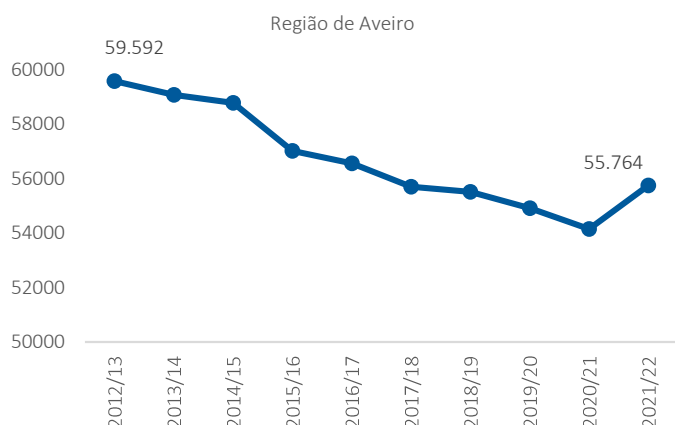


Gráfico 21. Evolução do número de inscitos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível sub-regional 2012/13 a 2021/22

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22

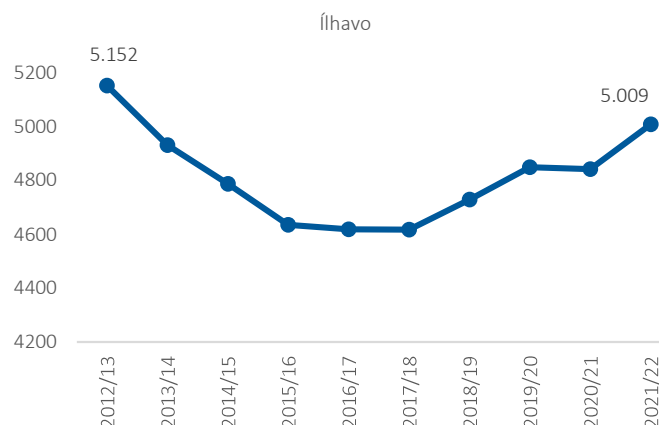


Gráfico 22. Evolução do número de inscitos (N.º) desde a EPE até ao Ensino Secundário, a nível concelhio 2012/13 a 2021/22

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22

No sentido de alcançar uma visão mais detalhada da procura educativa no concelho de Ílhavo, analisa-se a evolução do número de inscitos, entre os anos letivos de 2012/13 e de 2021/22, de acordo com a natureza de ensino. A representação ilustrada pelo **Gráfico 23**, torna bastante evidente que o **número de inscitos na rede pública é inequivocamente superior ao número de inscitos na rede privada**, uma vez que a oferta desta última se limita à resposta de creche e educação pré-escolar.

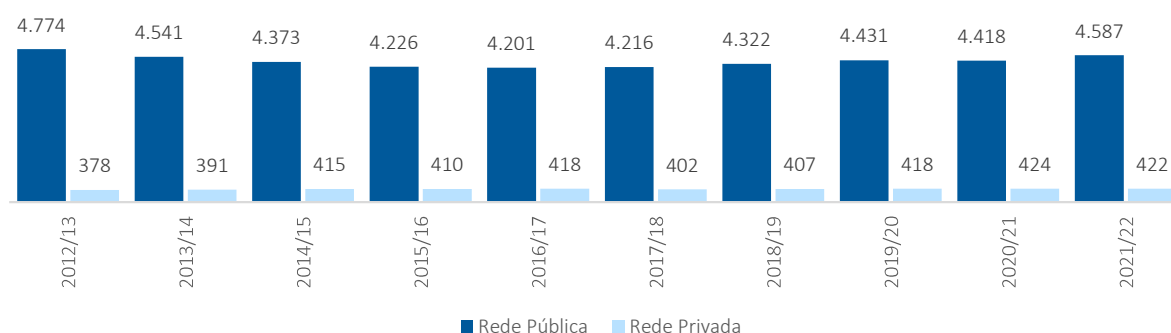


Gráfico 23. Evolução do número de inscitos (N.º) no concelho de Ílhavo, por natureza de ensino, 2012/13 a 2021/22

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22

O **Gráfico 24** retrata a evolução e o volume do número de inscitos em cada nível de educação e ensino. De um modo global, o concelho de Ílhavo apresenta, em todo o período de análise, mais inscitos no 1.º CEB e menos no 2.º CEB e Ensino Secundário. Contudo, em termos evolutivos, embora o Ensino Secundário constitua um dos níveis de ensino com menor número de inscitos, foi o que revelou, entre 2012/13 e 2021/22, um crescimento mais acentuado, na ordem dos 18%. De igual forma, numa dinâmica de crescimento, ainda que menos expressiva, registam-se ganhos na Educação Pré-Escolar que, no período em análise, aumentou o seu número de inscitos em 6,8%.

Numa dinâmica oposta, os restantes níveis de ensino assumem uma evolução negativa quanto ao número de inscitos, destacando-se o 3.º CEB enquanto o nível de ensino com maior percentagem de perda (-13,4%). De seguida encontra-se o 1.º CEB que, apesar de ser o nível de ensino com maior volume de inscitos, assistiu, no período em análise, a uma perda considerável (-9,6%). Com menor volume de perda encontra-se o 2.º CEB (-6,2%). Note-se que as dinâmicas apresentadas integram o número de inscitos nos ensinos público e privado, pelo que a leitura desagregada por natureza de ensino poderá

refletir, naturalmente, algumas disparidades em termos de evolução e volume de população estudantil em cada nível de educação e ensino.

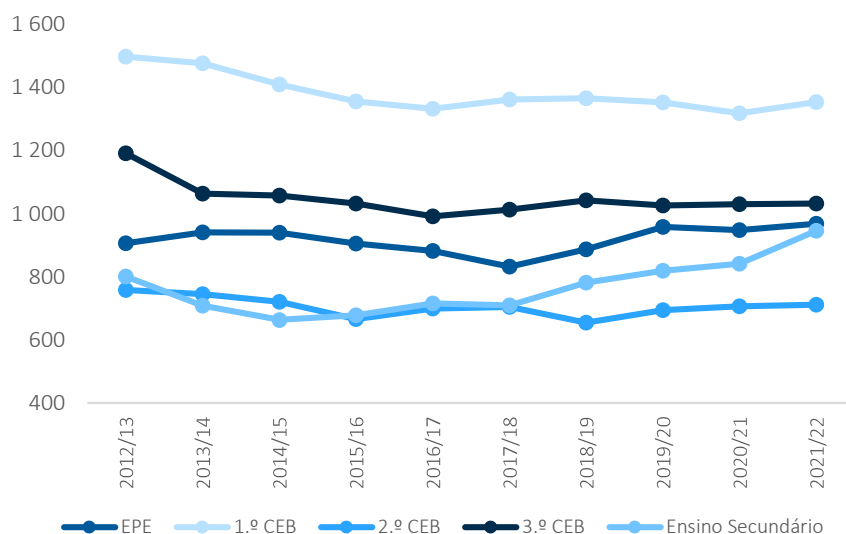


Gráfico 24. Evolução do número de inscritos (N.º) no concelho de Ílhavo, por nível de educação e ensino, 2012/13 a 2021/22

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22

4.1.3. Movimentos Pendulares de Estudantes

Em conformidade com o conceito adotado pelo INE, os movimentos pendulares pressupõem as deslocações quotidianas das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. À semelhança do que vem sendo efetuado, dada a temática central do presente documento, será atribuída especial ênfase aos movimentos pendulares da população estudantil, de modo a aferir a diferença existente entre o volume de estudantes que sai e entra no concelho de Ílhavo, e para que concelhos são concretizadas essas deslocações.

Considerando os dados do último Recenseamento da População e Habitação (Censos 2021), refletidos na **Figura 19**, observa-se que, relativamente aos **fluxos de entrada**, fixado nos **428 alunos**, a maior percentagem de estudantes a entrar no concelho de Ílhavo é proveniente de Aveiro (35,9%), seguida de Vagos (29,3%), de Águeda (7,6%) e de Estarreja (6,0%).

Os fluxos de saída indicam a **saída de 1.818 alunos**, especialmente para o concelho de Aveiro, que regista um fluxo de 78,1%. Esta elevada percentagem resulta da proximidade geográfica entre estes dois territórios e, essencialmente, da atratividade da cidade de Aveiro. Enquanto capital de distrito, Aveiro dispõe de uma grande variedade de serviços, destacando-se uma oferta educativa e formativa diversificada, desde o ensino básico e secundário, ao ensino profissional e superior, com a Universidade de Aveiro a revelar-se, progressivamente, uma referência de excelência a nível regional e nacional. Vagos é o segundo concelho a receber a maior percentagem de população proveniente de Ílhavo (7,8%), seguido de Águeda (4,6%) e Ovar (2,0%).

Em suma, os concelhos de Ílhavo e Aveiro são os que apresentam uma maior movimentação de população estudantil, em consequência da sua proximidade geográfica e de serem considerados centros atrativos em termos de serviços e ofertas de ensino.

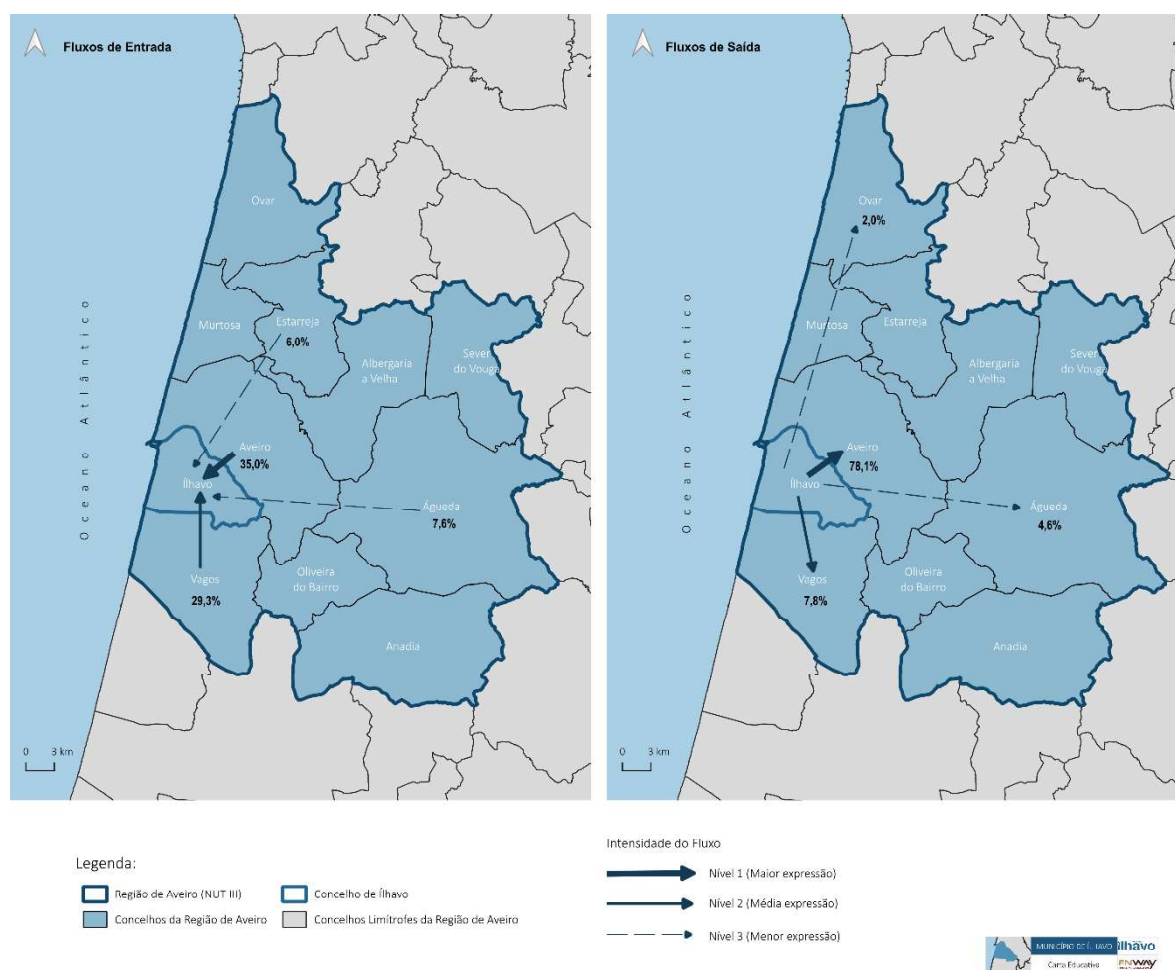


Figura 19. Concelhos mais representativos nos fluxos de saída e de entrada de população, 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

4.1.4. Áreas de Influência e de Irradiação dos Equipamentos Escolares

De modo a identificar os estabelecimentos de educação e ensino com uma cobertura territorial mais ampla, apresentam-se, de seguida, as áreas de influência e de irradiação dos equipamentos escolares do concelho de Ílhavo, respeitantes à rede pública, considerando as áreas de residência dos alunos inscritos em cada equipamento. Na sequência da análise dos fluxos de entrada e saída da população estudantil e prosseguindo com o objetivo delineado, a **Tabela 24** sistematiza os dados da **proveniência dos alunos** inscritos nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Ílhavo, relativamente ao ano letivo 2023/24.

Ao analisar os dados apresentados, contata-se que mais de metade da população estudantil que frequenta o **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação** reside no próprio concelho, nomeadamente na freguesia da Gafanha da Encarnação (58,2%) e na freguesia da Gafanha do Carmo (19,3%), freguesias onde se encontram estabelecidos os equipamentos deste Agrupamento de Escolas, podendo ser um dos fatores explicativos, a proximidade geográfica de ambas. Apenas 9,2% dos estudantes inscritos reside noutro concelho, sendo a maioria residente em concelhos que se confrontam administrativamente com Ílhavo, nomeadamente Vagos (6,5%) e Aveiro (2,3%). Relativamente ao **Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré** e à semelhança do que acontece no AE da Gafanha da Encarnação, grande parte da população inscrita reside no próprio concelho, mais concretamente na freguesia da Gafanha da Nazaré (81,8%), seguido da freguesia da Gafanha da Encarnação (7,8%). Neste Agrupamento de Escolas, apenas residem fora do concelho cerca de 3,0% dos alunos, provenientes do concelho

de Aveiro (1,7%) e Vagos (1,1%). Por fim, no que ao **Agrupamento de Escolas de Ílhavo** diz respeito, verifica-se que a esmagadora maioria dos alunos provêm da freguesia de Ílhavo (S. Salvador) (82,0%), freguesia onde se encontram instalados os estabelecimentos de ensino deste AE. Quanto às proveniências extra concelhias, Aveiro destaca-se com maior representatividade de alunos (8,3%). Numa análise global às proveniências dos alunos dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo, observa-se uma maior representatividade de alunos provenientes do próprio concelho, sobretudo, das freguesias de Gafanha da Nazaré, de Ílhavo (S. Salvador) e de Gafanha da Encarnação (41,5%, 32,7% e 12,9%, respetivamente).

Tabela 24. Proveniência da população estudantil (%), nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo, em 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino Nível de Educação e Ensino	ANO LETIVO 2023/24							
	Inscritos provenientes do concelho Ílhavo (%)				Inscritos provenientes de outro concelho (%)			
	Ílhavo (São Salvador)	Gafanha da Nazaré	Gafanha da Encarnação	Gafanha do Carmo	Aveiro	Vagos	Oliveira do Bairro	Outro Município
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação								
Jardim de Infância da Gafanha do Carmo	--	4,4	6,7	73,3	--	15,6	--	--
Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação - Centro	10,0	25,0	50,0	10,0	5,0	--	--	--
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Sul	7,1	11,9	63,1	11,9	2,4	2,4	--	1,2
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Norte	6,2	15,5	71,1	2,1	2,1	3,1	--	--
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Centro	1,3	16,7	74,4	6,4	1,3	--	--	--
Escola Básica da Costa Nova do Prado	--	22,5	72,5	2,5	--	2,5	--	--
Escola Básica da Gafanha do Carmo	3,1	3,1	15,6	53,1	--	23,4	1,6	--
Escola Básica da Gafanha da Encarnação	3,5	6,1	63,1	17,3	3,5	6,3	--	0,3
Total	3,7	9,9	58,2	19,0	2,3	6,5	0,1	0,3
Agrupamento de Escolas de Ílhavo								
Escola Básica de Vale de Ílhavo	60,0	2,7	1,3	--	29,3	5,3	--	1,3
Escola Básica de Senhora do Pranto	88,7	--	--	--	4,3	4,3	0,9	1,7
Escola Básica de Presa	62,4	1,1	--	1,1	2,2	14,0	--	19,4
Escola Básica de Ílhavo	79,1	3,9	--	--	3,9	5,2	--	7,8
Escola Básica de Gafanha de Aquém	90,7	--	--	--	5,4	2,3	--	1,6
Escola Básica de Corgo Comum	79,5	--	--	--	11,6	8,0	--	0,9
Escola Básica de Chousa Velha	98,1	--	--	--	--	1,0	--	1,0
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	89,6	0,8	1,0	0,3	4,6	1,5	0,5	1,8
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	75,6	1,0	0,4	0,6	14,3	1,8	0,4	5,9
Total	82,0	0,9	0,4	0,3	8,3	3,5	0,3	4,2
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré								
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	1,6	95,3	0,8	0,8	1,6	--	--	--
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	2,6	91,6	3,2	--	1,3	1,3	--	--
Escola Básica de Marinha Velha	1,5	92,5	3,7	0,7	--	1,5	--	--
Escola Básica de Chave	1,2	93,6	1,2	0,6	1,2	1,2	1,2	--
Escola Básica de Cambeia	4,1	92,5	2,7	0,7	--	--	--	--
Escola Básica de Farol da Barra	1,1	93,1	3,4	2,3	--	--	--	--
Escola Básica Professor Fernando Martins	5,2	87,1	4,4	1,1	1,1	1,1	--	--
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	7,4	73,8	11,8	3,1	2,4	1,4	0,1	0,2
Total	5,3	81,8	7,8	2,1	1,7	1,1	0,1	0,1
Total	32,7	41,5	12,9	4,1	4,2	2,8	0,2	1,6

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

Na **Tabela 25** são apresentadas as **áreas de influência potenciais dos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Ílhavo**, considerando os referenciais de distância (quilómetro - km)/tempo (minutos - m) para definição de áreas de influência de equipamentos de educação adaptados da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), atualmente designada Direção-Geral do Território (DGT)²⁷, e uma matriz de distâncias (quilómetros)/tempos (minutos) de carro e a pé pesquisados via *googlemaps*²⁸, definindo como ponto de partida cada estabelecimento de educação e ensino localizado no concelho de Ílhavo e, como ponto de destino o centroide dos diversos lugares que constituem as freguesias do concelho de Ílhavo.

Neste contexto, para uma deslocação que utilize o carro, todos os lugares que integram o concelho estão a uma distância/tempo aceitável igual ou inferior a 25km/30m para estabelecimentos de educação e ensino dos tipos JI e de EB e igual ou inferior a 50km/60m para estabelecimentos de educação e ensino secundário.

A pé, a esmagadora maioria dos lugares, apresenta pelo menos um estabelecimento de educação e ensino JI ou EB a uma distância/tempo inferior ou igual a 2,2km/30m, com exceção de Quintãs (freguesia de Ílhavo (São Salvador)), cuja distância/tempo mínima apresentada é superior a este referencial. Para os equipamentos de ensino secundário, embora a maior parte dos lugares apresentem distâncias/tempo aceitáveis de deslocação a pé, inferiores à referência de 3,3km/45m, existem sete em que isso não se verifica, nomeadamente Costa Nova do Prado e Quintas do Sul, na freguesia de Gafanha da Encarnação, Praia da Barra, na freguesia de Gafanha da Nazaré, Gafanha do Carmo, na freguesia com o mesmo nome e Bairro dos Pescadores, Gafanha da Boavista e Quintãs, na freguesia de Ílhavo (São Salvador).

De salientar, ainda, a Universidade de Aveiro, enquanto estabelecimento de ensino superior público mais próximo de Ílhavo (5,8km/11min de carro), pela sua relevância no apoio ao desenvolvimento educativo, científico e económico do concelho.

No que concerne à **caracterização** dessas **áreas de influência e da sua irradiação**, a **Tabela 26** refere-se às distâncias/tempos médias encontradas para os diversos estabelecimentos de educação e ensino que se localizam no concelho de Ílhavo, revelando que, em média, para uma deslocação a pé, é o Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação que assume a distância/tempo mais baixa (1,2km/16m), com destaque para os seus estabelecimentos Jardim de Infância e Escola Básica de Gafanha do Carmo com 0,2km e 0,3km de distância e 1m e 4m de tempo médios. Para deslocações de carro evidencia-se o Agrupamento de Escolas de Ílhavo com os valores médios mais baixos da distribuição analisada, correspondendo a uma distância de 5,1km e a um tempo de 8m, salientando-se, neste contexto, a Escola Básica de Ílhavo e a Escola Básica de Gafanha de Aquém, onde se verifica uma distância média até ao estabelecimento de 4,6km e 8m/7m em tempo, respetivamente.

Já considerando a população residente em idade escolar (0 aos 24 anos) potencialmente abrangida pelos estabelecimentos de educação e ensino de Ílhavo nos lugares que integram as suas áreas de influência, para equipamentos do tipo JI e EB, os maiores quantitativos são observados para a Escola Básica de Chave, a Escola Básica de Cambeia e a Escola Básica Professor Fernando Martins, que integram o Agrupamento de Escola da Gafanha da Nazaré, na ordem potencial de 3.018 indivíduos. Para os estabelecimentos de educação e ensino secundário é a Escola Secundária de Gafanha da Nazaré que apresenta o número de população em idade escolar potencial mais elevado (5.523 indivíduos). Por oposição, em termos de valores mais baixos, é o Agrupamento de Escola de Gafanha da Encarnação que integra os estabelecimentos de educação e ensino do tipo JI e EB nestas condições, a EB Costa Nova do Prado (272) e o JI e a EB de Gafanha do Carmo (409).

²⁷ DGTU (2022), "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos – Equipamentos de Educação".

²⁸ Pesquisas realizadas entre os dias 02 e 03 de julho de 2024, considerando o caminho mais curto gratuito (não portajado).

Tabela 25. Áreas de influência potenciais dos estabelecimentos de educação e ensino, de acordo com referenciais aceitáveis de distância/tempo para deslocação a pé e de carro, 2024

Estabelecimento de educação e ensino		Referências de Distância/ Tempo		Freguesias Lugares																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				Gafanha da Encarnação			Gafanha da Nazaré						Gafanha do Carmo	Ílhavo (São Salvador)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
				Costa Nova do Prado	Gafanha da Encarnação	Quintas do Sul	Bebedouro	Cale da Vila	Cambeia	Chave	Martinha Velha	Nossa Sra dos Campos	Praia da Barra	Gafanha do Carmo	Alqueidão	Amarona	Apeada	Bairro dos Pescadores	Barquinha	Carvalheira	Chousa Velha	Coutada	Ermiada	Ervosas	Gafanha da Boavista	Gafanha de Aquém	Ílhavo (São Salvador)	Lagoa (Ílhavo)	Légua	Malhada	Medeia	Morinhos	Presa	Quintas	Ribas	Soalhal	Vale de Ílhavo	Vista Alegre																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Jardim de Infância da Gafanha do Carmo	A pé																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															

Estabelecimento de educação e ensino		Freguesias Lugares																																		
		Gafanha da Encarnação			Gafanha da Nazaré						Gafanha do Carmo		Ilhavo (São Salvador)																							
		Costa Nova do Prado	Gafanha da Encarnação	Quintas do Sul	Bebedouro	Cale da Vila	Cambeia	Chave	Marinha Velha	Nossa Sra dos Campos	Praia da Barra	Gafanha do Carmo	Alqueidão	Amarona	Apêda	Barro dos Pescadores	Vila da Baquinha	Carvalheira	Chousa Velha	Coutada	Ermida	Ervosas	Gafanha da Boavista	Gafanha de Aquém	Ilhavo (São Salvador)	Lagoa (Ilhavo)	Légua	Malhada	Medela	Motinhos	Presa	Quintas	Ribas	Soalhal	Vale de Ilhavo	Vista Alegre
Escola Básica de Corgo Comum	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	
	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	
	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶		
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	
	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	
	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré																																				
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Escola Básica de Marinha Velha	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Escola Básica de Chave	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Escola Básica de Cambeia	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Escola Básica de Farol da Barra	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Escola Básica Professor Fernando Martins	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	A pé	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶	🚶
	Carro	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗	🚗

Lugar em que a referência distância/tempo de carro ao estabelecimento de educação e ensino é verificada

Lugar em que a referência distância/tempo de carro ao estabelecimento de educação e ensino é verificada

Estabelecimento de educação e ensino mais próximo do Lugar em distância/tempo

Fonte: CM Ilhavo e GoogleMaps

Tabela 26. Caracterização das áreas de influência e irradiação, 2024

Estabelecimento de educação e ensino	Área de influência freguesia [lugar]	Irradiação (média)				População residente em idade escolar potencialmente abrangida 2021, n.º	
		Distância Km		Tempo Minutos		0-14	15-24
		A pé	Carro	A pé	Carro		
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação							
Jardim de Infância da Gafanha do Carmo	Gafanha do Carmo [Gafanha do Carmo]	0,2	7,7	1	11	232	177
Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação - Centro	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação]	1,2	6,7	17	12	586	451
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Sul	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação] Gafanha do Carmo [Gafanha do Carmo]	2,0	7,1	26	10	818	628
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Norte	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação] Gafanha da Nazaré [Marinha Velha; Nossa Senhora dos Campos]	1,5	6,7	21	10	844	634
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Centro	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação] Gafanha da Nazaré [Marinha Velha]	1,2	6,7	17	11	815	616
Escola Básica da Costa Nova do Prado	Gafanha da Encarnação [Costa Nova do Prado; Quintas do Sul]	1,2	11,1	17	15	166	106
Escola Básica da Gafanha do Carmo	Gafanha do Carmo [Gafanha do Carmo]	0,3	7,7	4	11	232	177
Escola Básica da Gafanha da Encarnação	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação]	1,8	6,9	25	10	586	451
Agrupamento de Escolas de Ílhavo							
Escola Básica de Vale de Ílhavo	Ílhavo (São Salvador) [Carvalheira; Ermida; Moitinhos; Vale de Ílhavo]	2,2	6,7	29	11	358	271
Escola Básica de Senhora do Pranto	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Amarona; Bairro dos Pescadores; Chousa Velha; Coutada; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Légua; Malhada; Medela; Presa; Ribas]	1,6	4,9	22	8	1.334	1.092
Escola Básica de Presa	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Amarona; Carvalheira; Ervosas; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Légua; Moitinhos; Presa; Vale de Ílhavo]	1,6	5,0	22	8	1.348	1.067
Escola Básica de Ílhavo	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Apeada; Bairro dos Pescadores; Barquinha; Chousa Velha; Coutada; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Légua; Malhada; Ribas; Soalhal; Vista Alegre]	1,4	4,6	20	8	1.401	1.147
Escola Básica de Gafanha de Aquém	Gafanha da Nazaré [Nossa Senhora dos Campos] Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Bairro dos Pescadores; Barquinha; Gafanha de Aquém; Ílhavo (São Salvador); Malhada]	2,0	4,6	28	7	1.082	874
Escola Básica de Corgo Comum	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Amarona; Coutada; Gafanha de Aquém; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Légua; Malhada; Medela; Ribas]	1,5	5,3	21	9	1.378	1.130
Escola Básica de Chousa Velha	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Apeada; Barquinha; Chousa Velha; Gafanha da Boavista; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Malhada; Soalhal; Vista Alegre]	1,5	5,2	21	9	1.236	983

Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Apeada; Barquinha; Chousa Velha; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Malhada; Soalhal; Vista Alegre]	1,4	4,8	19	8	1.172	936
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	Ílhavo (São Salvador) [Alqueidão; Armona; Apeada; Barquinha; Carvalheira; Chousa Velha; Coutada; Ermida; Ervosas; Gafanha de Aquém; Ílhavo (São Salvador); Lagoa (Ílhavo); Léguas; Malhada; Medela; Moitinhos; Presa; Ribas; Soalhal; Vale de Ílhavo; Vista Alegre]	2,2	4,8	30	8	2.119	1.680
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré							
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cale da Vila; Chave; Marinha Velha]	1,3	6,7	18	11	1.438	1.161
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cale da Vila; Chave; Marinha Velha]	1,1	6,8	14	11	1.438	1.161
Escola Básica de Marinha Velha	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação] Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cambeia; Marinha Velha]	1,6	7,9	21	13	1.479	1.121
Escola Básica de Chave	Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cale da Vila; Cambeia; Chave; Marinha Velha]	1,1	7,5	15	11	1.675	1.343
Escola Básica de Cambeia	Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cale da Vila; Cambeia; Chave; Marinha Velha]	1,3	7,4	18	12	1.675	1.343
Escola Básica de Farol da Barra	Gafanha da Nazaré [Praia da Barra]	1,6	10,5	22	15	427	241
Escola Básica Professor Fernando Martins	Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cale da Vila; Cambeia; Chave; Marinha Velha]	1,1	7,0	15	12	1.675	1.343
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	Gafanha da Encarnação [Gafanha da Encarnação] Gafanha da Nazaré [Bebedouro; Cale da Vila; Cambeia; Chave; Marinha Velha; Nossa Senhora dos Campos]	3,4	6,9	47	11	3.150	2.373

Fonte: CM Ílhavo, GoogleMaps, INE, Censos 2021

A escola assume-se como um espaço e tempo de encontro das diferenças, de convivência entre distintas culturas e de aprendizagem e desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, independentemente da sua proveniência. Com efeito, faz parte das incumbências do poder local, o delineamento de políticas educativas, sociais e multiculturais, orientadas para a prevenção de qualquer forma de exclusão ou discriminação (social, económica, cultural, religiosa e linguística).

Na sequência destes princípios, e uma vez que a multiculturalidade constitui um fenómeno de grande relevância no contexto educativo de Ílhavo, a recolha e análise da proveniência da população estudantil estrangeira dos diferentes Agrupamentos de Escolas, no ano letivo 2023/24, afigurou-se fundamental, tornando possível alcançar um retrato mais fidedigno do fluxo migratório, e assim reconhecer a dimensão do fenómeno e seu impacto nas dinâmicas educativas.

De acordo com os dados sistematizados na **Tabela 27**, o **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação** integra **176 alunos migrantes**, distribuídos por **24 nacionalidades**, representando **22,7%** do total de inscritos nesta unidade orgânica.

Cerca de metade dos alunos estrangeiros inscritos neste AE são oriundos do Brasil (91 alunos - 51,7%). De seguida, encontram-se os alunos provenientes da Venezuela (18 alunos - 10,2%), da Alemanha (10 alunos - 5,7%), dos EUA (8 alunos - 4,5%), da

Argentina (7 alunos - 4,0%), da França (6 alunos - 3,4%), da Colômbia (5 alunos - 2,8%) e de um conjunto de outros países (31 alunos - 17,6%)²⁹.

Tabela 27. Proveniência da população estudantil estrangeira (%) do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, em 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino	ANO LETIVO 2023/24							
	Inscritos provenientes de outros países face ao n.º total de inscritos (%)							
	Brasil	Venezuela	Alemanha	EUA	Argentina	França	Colômbia	Outros
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação								
Jardim de Infância da Gafanha do Carmo	71,4	--	14,3	--	--	--	--	14,3
Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação - Centro	58,3	--	--	16,7	--	--	--	25,0
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Sul	52,9	17,6	5,9	--	5,9	5,9	5,9	5,9
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Norte	72,4	--	3,4	--	3,4	3,4	--	17,2
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Centro	55,6	27,8	--	11,1	--	5,6	--	--
Escola Básica da Costa Nova do Prado	53,8	--	7,7	--	7,7	--	--	30,8
Escola Básica da Gafanha do Carmo	38,1	--	9,5	4,8	9,5	--	9,5	28,6
Escola Básica da Gafanha da Encarnação	40,7	16,9	6,8	5,1	3,4	5,1	3,4	18,6
Total	51,7	10,2	5,7	4,5	4,0	3,4	2,8	17,6

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

Conforme apresentado na **Tabela 28**, o **Agrupamento de Escolas de Ílhavo** acolhe **229 alunos migrantes provenientes de 9 países**, correspondendo a **11,8%** de alunos face ao número total de inscritos neste AE. A nacionalidade brasileira prossegue como a mais representativa, alcançando 153 alunos (66,8%). A forte representatividade de alunos provenientes do Brasil reflete uma tendência transversal a todos os Agrupamentos de Escolas, sendo este cenário consentâneo com os dados aferidos no diagnóstico demográfico (2021), os quais evidenciavam uma maioria de cidadãos brasileiros com estatuto legal de residente no concelho (39,9% da população estrangeira).

Seguindo o movimento dos restantes AE, os alunos provenientes da Venezuela também ocupam, no AE de Ílhavo, a segunda posição (44 alunos - 19,2%), estando uma vez mais em conformidade com o aferido no diagnóstico demográfico, o qual revelava a presença de 9,7% de venezuelanos no universo da população estrangeira fixada no território. Num movimento decrescente registam-se os alunos provenientes de Angola (13 alunos - 5,7%), da Ucrânia (8 alunos - 3,5%), da Guiné-Bissau (5 alunos - 2,2%) e de outros países (6 alunos - 2,6%)³⁰.

²⁹ Na categoria “Outros” do AE de Gafanha da Encarnação, encontram-se os seguintes países de origem: Angola (4), São Tomé e Príncipe (4), Moçambique (3), Suíça (3), Cabo Verde (2), Canadá (2), Espanha (2), Índia (2), Andorra (1), Bielorrússia (1), Cuba (1), Gabão (1), Hong Kong (1), Luxemburgo (1), México (1), Reino Unido (1) e Ucrânia (1).

³⁰ Na categoria “Outros” do AE de Ílhavo, encontram-se os seguintes países de origem: Espanha (2), Itália (2), França (1) e Índia (1).

Tabela 28. Proveniência da população estudantil estrangeira (%) do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, em 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino	ANO LETIVO 2023/24					
	Inscritos provenientes de outros países face ao n.º total de inscritos (%)					
	Brasil	Venezuela	Angola	Ucrânia	Guiné-Bissau	Outros
Agrupamento de Escolas de Ílhavo						
Escola Básica de Vale de Ílhavo	100,0	--	--	--	--	--
Escola Básica de Senhora do Pranto	58,6	24,1	3,4	--	10,3	3,4
Escola Básica de Presa	65,4	19,2	11,5	--	--	3,8
Escola Básica de Ílhavo	86,4	9,1	--	--	--	4,5
Escola Básica de Gafanha de Aquém	77,8	11,1	--	11,1	--	--
Escola Básica de Corgo Comum	100,0	--	--	--	--	--
Escola Básica de Chousa Velha	83,3	--	--	--	--	16,7
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	51,7	29,3	6,9	8,6	1,7	1,7
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	72,0	16,0	6,7	2,7	1,3	1,3
Total	66,8	19,2	5,7	3,5	2,2	2,6

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

O **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré** acolhe **317 alunos estrangeiros**, representando **13,1%** face ao número total de inscritos, e constitui a Unidade Orgânica com maior diversidade de proveniências, face aos Agrupamentos de Escolas de Gafanha da Encarnação e de Ílhavo, ao integrar **32 nacionalidades**. A forte representatividade da nacionalidade brasileira mantém-se, com 181 alunos (57,1%). De seguida, a Venezuela (18 alunos - 5,7%), a Guiné-Bissau (16 alunos - 5,0%), a Angola (14 alunos - 4,4%), a Colômbia (12 alunos - 3,8%), os EUA e a França (ambos com 7 alunos - 2,2%) integram a lista de países com maior número de alunos migrantes (**Tabela 29**). Paralelamente, apesar da menor representatividade, acrescem mais 25 nacionalidades, consideradas, para efeitos de simplificação de análise, na categoria “Outros” (62 alunos - 19,6%)³¹.

Tabela 29. Proveniência da população estudantil estrangeira (%) do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, em 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino	ANO LETIVO 2023/24							
	Inscritos provenientes de outros países face ao n.º total de inscritos (%)							
	Brasil	Venezuela	Guiné-Bissau	Angola	Colômbia	EUA	França	Outros
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré								
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	63,2	--	--	5,3	--	2,6	2,6	26,3
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	40,0	20,0	--	--	--	20,0	--	20,0
Escola Básica de Marinha Velha	47,6	4,8	9,5	9,5	4,8	--	9,5	14,3
Escola Básica de Chave	53,8	3,8	--	3,8	3,8	7,7	--	26,9
Escola Básica de Cambeia	61,5	15,4	7,7	--	--	--	--	15,4
Escola Básica de Farol da Barra	100	--	--	--	--	--	--	--
Escola Básica Professor Fernando Martins	55,2	8,6	3,4	3,4	--	--	3,4	25,9
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	56,7	5,3	7,3	4,7	6,7	2,0	1,3	16,0
Total	57,1	5,7	5,0	4,4	3,8	2,2	2,2	19,6

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

³¹ Na categoria “Outros” do AE de Gafanha da Nazaré, encontram-se os seguintes países de origem: Panamá (5), Roménia (5), Irão (5), Ucrânia (4), Argentina (4), Espanha (3), Índia (3), Reino Unido (3), Moldávia (3), Canadá (3), São Tomé e Príncipe (3), Paquistão (3), Grécia (3), Alemanha (2), Perú (2), Moçambique (2), Cabo Verde (1), Sri-Lanka (1), México (1), Dinamarca (1), Paraguai (1), África do Sul (1), China (1), Suíça (1) e Tunísia (1).

Em suma, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo integram um total de **722 alunos migrantes**, correspondendo a cerca de 14% do número total de alunos inscritos, provenientes de **40 nacionalidades** distintas. O fenómeno da multiculturalidade vivenciado nos contextos educativos, refletido nestes números, coloca grandes desafios às escolas, nomeadamente, ao nível das próprias estruturas físicas e dos recursos humanos que acompanham estas crianças e jovens no seu processo de integração, desenvolvimento e aprendizagem.

Este retrato, a par de outros procedimentos no âmbito do diagnóstico estratégico (e.g. processo de auscultação da comunidade educativa), possibilitará conhecer os obstáculos e necessidades efetivas dos equipamentos, do pessoal docente e não docente, dos alunos e restante comunidade educativa, e assim delinear ações estratégicas que potenciem um acolhimento de qualidade, capaz de transformar os desafios em oportunidades de enriquecimento das dinâmicas educativas, no sentido da integração da diversidade cultural e, consequentemente, de uma plena inclusão e equidade.

4.1.5. Níveis de Ocupação

Os níveis de ocupação constituem um aspeto essencial para a temática em análise, ao permitirem averiguar se a capacidade instalada dos equipamentos educativos é suficiente para fazer face à procura existente. Neste sentido, de modo a perceber os atuais níveis de ocupação de cada estabelecimento de educação e ensino da rede educativa do concelho de Ílhavo, procedeu-se ao cálculo da percentagem de ocupação de cada escola, de acordo com o número de inscritos, o número de turmas/salas e o número de inscritos com Necessidades de Saúde Especiais (NSE)³².

Para o cálculo dos níveis de ocupação foi assumido o número máximo de alunos por turma definido pelo [Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho](#), alterado pelo [Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho](#) e pelo [Despacho Normativo n.º 6/2022, de 16 de fevereiro](#), conforme exposto na **Figura 20**. Note-se que, de acordo com os regulamentos mencionados, cada turma pode integrar no máximo 2 crianças/jovens com NSE, critério este que foi considerado nos cálculos efetuados.

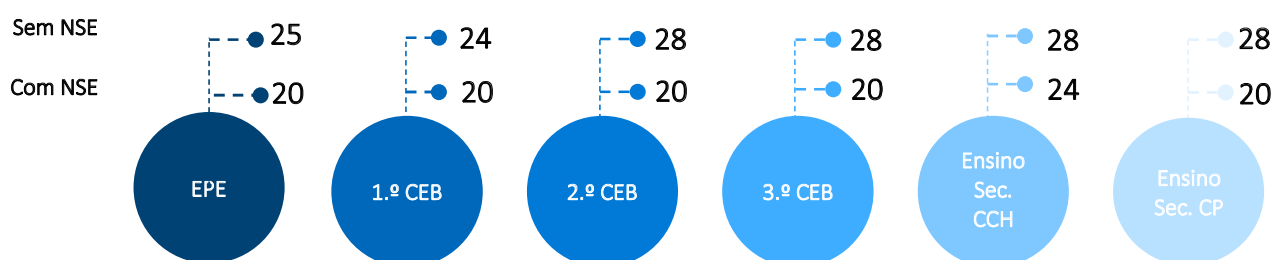


Figura 20. Número máximo de alunos por turma, por nível de educação e ensino

Fonte: Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, alterado pelos [Despachos Normativos n.º 16/2019, de 4 de junho](#) e [n.º 6/2022, de 16 de fevereiro](#)

A partir da **Tabela 30**, considerando os referenciais acima descritos e os cálculos dos níveis de ocupação, constata-se que apenas **dois estabelecimentos de educação e ensino da rede pública de Ílhavo**, no ano letivo de 2023/24, revelam **cenários de subocupação**, ambos pertencentes ao **Agrupamento de Escolas de Ílhavo – Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes (3.º CEB)** e **Escola Básica de Ílhavo (1.º CEB)** – com taxas de ocupação na ordem dos 47% e 44%, respetivamente. Neste mesmo AE, coexistem, ainda, casos de **ocupação razoável**, extensíveis a distintos níveis de educação e ensino – Educação Pré-Escolar

³² Tal como preconizado pelo [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), as NSE correspondem a “necessidades que resultam dos problemas de saúde física e mental que tenham impacto na funcionalidade, produzam limitações acentuadas em qualquer órgão ou sistema, impliquem irregularidade na frequência escolar e possam comprometer o processo de aprendizagem”.

(2 equipamentos), 1.º CEB (3 equipamentos), 2.º CEB (1 equipamento) e Ensino Secundário (1 equipamento) – e de **ocupação no limite**, circunscritos à Educação Pré-Escolar (5 equipamentos) e ao 1.º CEB (2 equipamentos). A conjuntura de ocupação no limite de alguns estabelecimentos desta Unidade Orgânica, de 100% ou muito próximos, reflete a sua elevada capacidade de atração de população estudantil, bem como o fluxo migratório tão evidente no concelho de Ílhavo. De referir, ainda, a inexistência de cenários de sobreocupação.

O **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação** apresenta, maioritariamente, níveis de ocupação razoáveis, ressaltando apenas 2 equipamentos com uma ocupação no limite, designadamente, a Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul e a Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte, ambos respeitantes ao 1.º CEB.

Ainda que no **Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré** predominem situações de **ocupação razoável**, sobretudo, ao nível da Educação Pré-Escolar (5 equipamentos), importa ressaltar a existência de 4 equipamentos (1.º CEB) em circunstância de **ocupação no limite** e, ainda, de 1 equipamento (3.º CEB) com uma **taxa de ocupação acima dos 100%**, nomeadamente, a Escola Secundária de Gafanha da Nazaré (126%).

Note-se que o número de inscritos com NSE por turma se encontra em conformidade com o previsto a nível regulamentar, não excedendo, de acordo com a realidade educativa concelhia, uma criança/jovem por turma.

Embora a rede educativa pública do concelho de Ílhavo apresente um único estabelecimento de ensino em cenário de sobreocupação, o considerável quadro de ocupação no limite de alguns estabelecimentos, a par de um crescente e inconstante fluxo migratório, exige especial atenção, face aos constrangimentos que tal circunstância acarreta para as dinâmicas educativas e qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Relativamente aos níveis de ocupação da **rede privada**, ainda que mais de metade dos estabelecimentos possua uma ocupação razoável, evidencia-se a **ocupação no limite** de 3 equipamentos, nomeadamente, o Centro Social e Paroquial Gafanha da Encarnação, o CASCI - Ílhavo e o CASCI - Barra, com 100%, 98% e 93%, respetivamente. Observa-se, ainda, **um cenário de sobreocupação**, pertencente ao Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro (108%), ao qual se associa a integração de 8 alunos com NSE em apenas duas turmas.

Tabela 30. Níveis de ocupação dos estabelecimentos de educação e ensino, 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino	Nível de Educação e Ensino	Ano letivo 2023/24				Níveis de Ocupação
		Total de inscritos	Inscritos com NSE	Turmas	Salas	
Rede Pública: Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação						
Jardim de Infância de Gafanha do Carmo	EPE	45	0	2	2	90%
Jardim de Infância de Gafanha da Encarnação - Centro	EPE	20	0	1	2	80%
Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul	EPE	40	1	2	2	89%
	1.º CEB	44	0	2	4	92%
Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte	EPE	29	0	2	2	58%
	1.º CEB	68	1	3	4	100%
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Centro	1.º CEB	78	0	4	5	81%
Escola Básica da Costa Nova do Prado	1.º CEB	40	0	2	4	83%
Escola Básica da Gafanha do Carmo	1.º CEB	64	0	4	4	67%
Escola Básica da Gafanha da Encarnação	2.º CEB	128	0	7	23	65%
	3.º CEB	219	1	13		62%
Rede Pública: Agrupamento de Escolas de Ílhavo						
Escola Básica de Vale de Ílhavo	EPE	25	0	1	1	100%
	1.º CEB	73	0	4	4	76%
Escola Básica de Senhora do Pranto	EPE	50	0	2	2	100%
	1.º CEB	161	0	8	8	84%
Escola Básica de Presa	EPE	25	0	1	1	100%

Estabelecimento de Educação e Ensino	Nível de Educação e Ensino	Ano letivo 2023/24				Níveis de Ocupação
		Total de inscritos	Inscritos com NSE	Turmas	Salas	
Escola Básica de Ílhavo	1.º CEB	79	0	5	5	66%
	EPE	64	0	3	3	85%
Escola Básica de Gafanha de Aquém	1.º CEB	85	0	8	8	44%
	EPE	44	0	2	2	88%
Escola Básica de Corgo Comum	1.º CEB	87	0	4	4	91%
	EPE	25	0	1	1	100%
Escola Básica de Chousa Velha	1.º CEB	90	0	4	4	94%
	EPE	25	0	1	1	100%
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	1.º CEB	86	0	4	4	90%
	2.º CEB	281	0	14	14	72%
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	3.º CEB	384	0	29	29	47%
	Secundário (CCH)	187	0	11	11	61%
	Secundário (CP)	161	0	11	26	52%
Rede Pública: Agrupamento de Escola de Gafanha da Nazaré						
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	EPE	36	0	2	2	72%
	1.º CEB	93	0	5	5	78%
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	EPE	65	0	3	3	87%
	1.º CEB	89	0	4	4	93%
Escola Básica de Marinha Velha	EPE	45	0	2	2	90%
	1.º CEB	89	1	4	4	97%
Escola Básica de Chave	EPE	65	0	3	3	87%
	1.º CEB	106	0	5	5	88%
Escola Básica de Cambeia	EPE	60	0	3	3	80%
	1.º CEB	87	0	4	4	91%
Escola Básica de Farol da Barra	1.º CEB	87	0	4	5	91%
Escola Básica Professor Fernando Martins	2.º CEB	271	1	13	18	76%
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	3.º CEB	482	1	14		126%
	Secundário (CCH)	358	0	22	--	58%
	Secundário (CP)	119	0	8		53%
Rede Privada e Solidária						
Santa Casa da Misericórdia - CIL	EPE	44	0	2	2	88%
Santa Casa da Misericórdia - CII	EPE	59	0	3	3	79%
Santa Casa da Misericórdia - CIG	EPE	29	0	2	2	58%
Obra da Providência	EPE	59	4	4	4	74%
Centro Paroquial de Assistência e Formação D.	EPE	43	8	2	2	108%
Centro Social Padre José Kentenich	EPE	22	0	1	2	88%
Centro Social e Paroquial Gafanha da	EPE	50	0	2	2	100%
CASCI - Ílhavo	EPE	64	2	3	3	98%
CASCI - Costa Nova	EPE	39	1	2	2	87%
CASCI - Barra	EPE	65	1	3	3	93%

Legenda:

<50% (Subocupação)	50-90% (Ocupação razoável)	91-100% (Ocupação no limite)	>100% (Sobreocupação)
-----------------------	-------------------------------	---------------------------------	--------------------------

Fonte: CM Ílhavo

4.1.6. Apetrechamento e Estado de Conservação

As escolas representam construções sociais nas quais crianças e jovens passam a maior parte do seu dia, com vista ao desenvolvimento de aprendizagens e aquisição de múltiplas competências, onde se incluem vários espaços escolares, muito além da sala de aula, essenciais ao sucesso educativo (e.g. espaços exteriores, biblioteca, entre outros).

Para que tal desígnio seja concretizado, é importante assegurar o conforto e o bem-estar da comunidade educativa, sendo este amplamente influenciado pelas condições físicas das escolas. Neste sentido, o presente ponto ilustra o apetrechamento e

estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino de Ílhavo no ano letivo 2023/24, designadamente, no que se refere às suas características e condições físicas, sistematizadas na **Tabela 31**.

Ainda que do ponto de vista do apetrechamento grande parte dos estabelecimentos cumpram os requisitos elencados, ao observar a classificação do estado de conservação geral ressaltam algumas debilidades, conduzindo a avaliações insatisfatórias, reveladoras de uma inequívoca necessidade de intervenção.

Note-se que mesmo os estabelecimentos classificados como “satisfatórios” denotam fragilidades que deverão ser consideradas no âmbito da definição de soluções de melhoria do estado de conservação em alguns estabelecimentos. Destacam-se, assim, algumas observações indicadoras dos atuais problemas a este nível: computadores muito desatualizados (e.g. EB da Chousa Velha), necessidade urgente de obras de conservação e modernização (e.g. EB de Ílhavo, EB José Ferreira Pinto Basto, Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes), reparação do sistema de climatização (e.g. EB da Senhora do Pranto), acesso a pessoas com mobilidade reduzida insuficiente (e.g. EB de Ílhavo e Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes).

De salientar que os equipamentos educativos pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, no que ao estado de conservação geral diz respeito, apresentam maior número de avaliações insatisfatórias, denotando uma grande necessidade de intervenção neste âmbito. Ao mesmo tempo, este agrupamento de escolas é o que apresenta maiores lacunas ao nível do apetrechamento, carecendo em várias escolas, de biblioteca, refeitório, WC adaptado, parque infantil, entre outros espaços/elementos.

Quanto ao Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, importa destacar o estado de conservação geral insatisfatório da EB n.º 1 de Cale da Vila (a par da inexistência de biblioteca e acesso a pessoas com mobilidade reduzida), da EB de Cambeia e da EB Professor Fernando Martins. Em oposição, a Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila e a Escola Secundária de Gafanha da Nazaré apresentam um estado de conservação geral muito bom.

Tabela 31. Apetrechamento e estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino, em 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino	Apetreçamento dos estabelecimentos de educação e ensino, 2023/24										Estado de conservação geral
	Biblioteca	Sistema de climatização	Equipamento informático	Refeitório	WC adaptada	Recreio	Campo de Jogos	Parque Infantil	Jardim	Acesso a pessoas com mobilidade reduzida	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação											
Jardim de Infância da Gafanha do Carmo	--	✓	✓	--	--	✓	--	✓	✓	--	Insatisfatório
Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação - Centro	--	✓	✓	--	--	✓	--	✓	--	✓	Bom
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Sul	--	✓	✓	--	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Bom
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Norte	--	✓	✓	--	--	✓	✓	✓	--	--	Satisfatório
Escola Básica da Gafanha da Encarnação - Centro	✓	✓	✓	--	--	✓	✓	--	--	--	Insatisfatório
Escola Básica da Costa Nova do Prado	--	✓	✓	--	--	✓	✓	--	✓	✓	Insatisfatório
Escola Básica da Gafanha do Carmo	--	✓	✓	--	--	✓	--	--	✓	✓	Insatisfatório
Escola Básica da Gafanha da Encarnação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	✓	✓	Satisfatório
Agrupamento de Escolas de Ílhavo											
Escola Básica de Vale de Ílhavo	✓	✓	✓	✓	--	✓	✓	✓	✓	✓	Bom
Escola Básica de Senhora do Pranto	✓	--	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Bom
Escola Básica de Presa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Bom

Escola Básica de Ílhavo	--	✓	✓	✓	--	✓	✓	✓	✓	✓	Satisfatório
Jardim de Infância de Gafanha de Aquém	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	--	--	--	Bom
Escola Básica de Gafanha de Aquém	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Bom
Escola Básica de Corgo Comum	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	✓	Muito Bom
Escola Básica de Chousa Velha	--	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Satisfatório
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	✓	✓	Insatisfatório
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	✓	✓	Insatisfatório
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré											
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	--	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	Insatisfatório
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Muito Bom
Escola Básica de Marinha Velha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Bom
Escola Básica de Chave	✓	✓	✓	✓	--	✓	✓	✓	✓	--	Bom
Escola Básica de Cambeia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Insatisfatório
Escola Básica de Farol da Barra	--	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Bom
Escola Básica Professor Fernando Martins	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Insatisfatório
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	--	✓	✓	Muito Bom

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

4.1.7. Avaliação das Medidas de Ação da anterior Revisão da Carta Educativa de Ílhavo

O atual processo de Revisão da Carta Educativa de Ílhavo impele à **avaliação das propostas de reordenamento da rede educativa** delineadas na anterior Revisão da Carta Educativa, elaborada em 2016, de modo a aferir o grau de execução de cada uma delas.

De acordo com a **Revisão da Carta Educativa de 2016**, o município de Ílhavo previa a implementação de um conjunto de medidas, orientadas para o aumento da qualidade educativa e para a obtenção de melhores resultados para a comunidade ílhava, não se limitando, portanto, à melhoria das infraestruturas escolares. As linhas orientadoras definidas organizaram-se em três áreas principais: (1) **Conclusão da reabilitação do parque escolar**; (2) **Combate ao abandono escolar precoce**; e (3) **Promoção do Sucesso Escolar**.

Sendo a **avaliação** um procedimento imprescindível no desenvolvimento e sucesso de qualquer projeto, importa reforçar a necessidade de desenvolver **mecanismos de monitorização e avaliação claros e objetivos**, que possibilitem um acompanhamento adequado e contínuo dos processos em curso e, ao mesmo tempo, o conhecimento e compreensão do impacto das respetivas ações estratégicas empreendidas na construção de políticas locais de educação ajustadas às necessidades das pessoas e do território. Apenas partindo desde princípio poderão ser encetados processos reflexivos de redefinição de estratégias e metodologias de trabalho, com vista a uma melhoria constante da qualidade educativa do território. Para a avaliação da anterior Revisão da Carta Educativa de Ílhavo foi essencial recorrer ao diagnóstico educativo empreendido, bem como a toda a informação disponibilizada pela equipa técnica do município, às iniciativas desenvolvidas pelo município na esfera educativa e aos Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas.

A **Tabela 32** enuncia as **propostas previstas na Revisão da Carta Educativa de 2016** e sistematiza a **avaliação** das mesmas quanto ao nível de execução.

Tabela 32. Sistematização e avaliação das propostas da Revisão da Carta Educativa de 2016

Áreas	Propostas	Avaliação
Conclusão da Reabilitação do Parque Escolar ³³	• Construção do Centro Escolar de Gafanha do Aquém; • Reabilitação da Escola Básica de Marinha Velha; • Reabilitação da Escola Básica de Ílhavo; • Reabilitação da Escola Básica de Chave.	✓ O Centro Escolar de Gafanha do Aquém foi construído, entrando em funcionamento em 2019. Tem capacidade para 125 crianças nas valências do pré-escolar e do 1.º CEB. ✓ A Escola Básica da Marinha Velha (EPE e 1.º CEB) foi requalificada e ampliada, entrando em funcionamento em 2018. Reúne uma sala do pré-escolar equatado do 1.º CEB, contemplando ainda uma sala polivalente, vários gabinetes de apoio, uma cozinha e refeitório, instalações sanitárias, ATL, biblioteca escolar e espaço exterior. ✓ Requalificação da Escola Básica da Gafanha da Encarnação Sul (requalificação não prevista na Revisão da Carta Educativa de 2016).
Combate ao Abandono Escolar Precoce	• Desenvolvimento de programas de apoio à família, viabilizando a ocupação dos alunos do 2.º e 3.º CEB após o horário escolar normal; • Constituição de um fórum jovem, que envolva alunos e ex-alunos recentes, destinado a debater questões relacionadas com a melhoria do desempenho do sistema educativo em Ílhavo; • Estabelecimento de protocolos de colaboração com as escolas secundárias e profissionais, promovendo a melhoria do desempenho dos alunos (e.g. criação de programas de estágio); • Apoio ao desenvolvimento do ensino artístico, em parceria com as entidades locais com competência para o efeito.	✓ Criação da EMACE – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa, em 2021, no âmbito do Projeto de Prevenção do Abandono Escolar Precoce e Promoção do Sucesso Escolar (Centro 2020). Entre muitos outros domínios, esta equipa atua nas problemáticas de absentismo ou abandono escolar, promovendo medidas de capacitação dos alunos e respetivas famílias em articulação com outras estruturas e serviços locais. ✗ Apesar da existência de múltiplas ofertas de acompanhamento das crianças da EPE e do 1.º CEB após o horário escolar normal (AAAF, CAF e AEC), mantém-se inexistente uma solução desta natureza para alunos do 2.º e 3.º CEB. ✓ Constituição do Conselho Municipal de Juventude, em 2019, que tem vindo a potenciar a participação jovem, criando oportunidades de diálogo e aprendizagem mútua entre jovens, organizações e decisores municipais. Destaca-se, ainda, a iniciativa do Parlamento de Jovens avançados pelos Agrupamentos de Escolas. ✓ Assinatura de protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Escola Profissional de Aveiro, viabilizando o desenvolvimento do processo formativo em contexto laboral. Concomitantemente, destaca-se o desenvolvimento de parcerias e protocolos de colaboração, por parte dos Agrupamentos de Escolas, com diversas entidades e empresas da região, não só em termos de formação em contexto de trabalho, como também ao nível da transição para a vida ativa e da cooperação institucional.

³³ Relativamente à reabilitação da Escola Básica de Ílhavo e da Escola Básica de Chave, até à data da elaboração do presente documento, a CMI não disponibilizou fontes de dados complementares indicadoras da execução das referidas intervenções.

Áreas	Propostas	Avaliação
Promoção do Sucesso Escolar	- Plano para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, visando a melhoria consistente dos resultados escolares, em todos os anos de escolaridade, nos próximos cinco anos; - Intervenção orientada para a promoção do sucesso no 1.º e 2.º CEB – Círculos de Estudo/Grupos de Trabalho apoiados por instituições externas (e.g. instituições do ensino superior); - Aplicação de metodologias de promoção da melhoria dos resultados escolares (e.g. Projeto Fénix); - Criação do conceito “Escolas de Pais” que permitam a reflexão em torno de problemas concretos da educação e do desenvolvimento das crianças e jovens; - Aposta na formação de professores, centradas na melhoria dos processos e dos resultados escolares e no desenvolvimento de modelos de flexibilização curricular que permitam responder às especificidades de cada aluno.	✔ Criação do Educ@RA - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, resultante de uma candidatura apresentada ao FSE, orientado para a promoção do sucesso educativo, mediante a implementação de ações potenciadoras da motivação para a aprendizagem, da aquisição de conhecimentos, da melhoria na comunicação verbal e escrita, da cidadania ativa, da criatividade e da inovação, traduzindo-se numa melhoria dos indicadores relativos ao insucesso e abandono escolar. ✔ Disponibilização de um Gabinete de Apoio à Família, confidencial e gratuito de atendimento, aconselhamento e encaminhamento para respostas especializadas, que integra uma valência de Educação Parental, na qual são promovidas iniciativas que auxiliam os pais na compreensão das suas necessidades e das necessidades dos filhos (sociais, emocionais, psicológicas e físicas). Ainda neste âmbito importa destacar a Academia Digital para Pais, resultante de uma parceria entre a E-Redes e a Direção-Geral da Educação, que ao promover as competências digitais dos pais, coopera no combate às assimetrias, reduzindo o abandono e o insucesso escolar, e ainda aproximando escolas e famílias. ✔ Existência de sólidos e diversificados planos de formação para o corpo docente e não docente, através da atuação do Centro de Formação de Associação de Escolas dos Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro (CFAE CIVOB), sediado na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré.

Fonte: CM Ílhavo, 2024 e Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, 2016

4.2. Caracterização da Procura por Nível de Educação e Ensino

Na presente secção apresenta-se uma caracterização mais detalhada da procura e da oferta educativa por nível de educação e ensino, mediante a análise da evolução do número de inscritos de cada estabelecimento de educação e ensino, entre os anos letivos de 2013/14 e de 2023/24. Esta análise permite construir um retrato mais completo sobre a tendência evolutiva desses números, fornecendo importantes *inputs* para o delineamento de estratégias educativas e para o processo de tomada de decisão política no âmbito da educação.

4.2.1. Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar, entendida como a primeira etapa do processo de aprendizagem ao longo da vida, representa um percurso basilar para o desenvolvimento das crianças, complementando a ação educativa da família e promovendo a igualdade de oportunidades, rumo à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Enquanto parceria entre dois importantes agentes de socialização – escola e família – a educação pré-escolar possibilita a construção de alicerces para uma vida plena de aprendizagens e conquistas, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, sustentado por um espaço seguro e estimulante para o seu crescimento.

A **Tabela 33** sistematiza a **evolução do número de crianças inscritas** no nível de educação pré-escolar, de 2013/14 a 2023/24, da rede pública e privada do concelho, a qual anuncia um crescimento total de 21,0%.

Relativamente à **rede pública**, observa-se uma tendência de crescimento, transversal aos três AE, que se situa na ordem dos 20%. Para este incremento contribuíram, essencialmente, o Agrupamento de Escolas de Ílhavo (33,0%), no qual se destaca a Escola Básica de Ílhavo (178,3%) e a Escola Básica de Gafanha de Aquém (83,3%), e o Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré (19,9%), que manifesta um aumento mais expressivo na Escola Básica de Marinha Velha (104,5%) e na Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila (80,0%). Note-se que as freguesias de Ílhavo (São Salvador) e da Gafanha da Nazaré, nas quais estes AE se fixam, detêm o maior número de residentes (82% da população residente do concelho, 2021).

Ainda que o aumento do número de inscritos na educação pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação tenha sido menos expressivo (3,9%), comparativamente aos restantes AE, não poderá deixar de ser mencionado o significativo aumento de crianças na Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte (26,1%).

Similarmente, a **rede privada e solidária** acompanha a descrita tendência de crescimento (21,2%), para a qual terá contribuído, com maior relevo, a Obra da Providência (20,4%) e o CASCI - Ílhavo (14,3%). Não obstante o crescimento registado, a Santa Casa da Misericórdia – CIG e o Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro obtiveram perda de inscritos (-25,6% e -18,9%, respetivamente).

De modo a compreender a sustentabilidade e as necessidades futuras dos equipamentos com oferta de Educação Pré-Escolar, a análise da rede de creches existente no concelho afigura-se essencial. Em Ílhavo, no ano letivo 2023/24, a resposta de **creche** é promovida por um total de **9 equipamentos**, os quais integram um total de **393 crianças**, distribuídas por **28 turmas/salas**, perfazendo uma média de 14 crianças por turma/sala. Adicionalmente, a resposta de creche da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - Creche Familiar (CF), que se baseia na prestação do serviço de **creche no domicílio das próprias amas**, integra **23 crianças**, as quais se encontram distribuídas por seis amas (cinco amas com quatro crianças cada e uma ama com três crianças) (**Tabela 34**).

Tabela 33. Evolução do número de inscritos na Educação Pré-Escolar (N.º), 2013/14 a 2023/24

Instituição de Educação e Ensino	Nível de Educação e Ensino	DGEEC										CMI		Taxa de Variação (%) 2013/14 - 2023/24
		2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24		
Rede Pública: Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação														
Jardim de Infância de Gafanha do Carmo	EPE	42	42	35	31	26	29	37	31	35	49	45	7,1	
Jardim de Infância de Gafanha da Encarnação - Centro	EPE	22	26	24	23	14	19	20	20	21	22	20	-9,1	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul	EPE	42	34	41	31	32	30	33	34	36	40	40	-4,8	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte	EPE	23	24	24	21	16	17	20	19	20	23	29	26,1	
Total AE da Gafanha da Encarnação		129	126	124	106	88	95	110	104	112	134	134	3,9	
Rede Pública: Agrupamento de Escolas de Ílhavo														
Escola Básica de Vale de Ílhavo	EPE	25	19	16	15	8	12	10	25	25	25	25	0	
Escola Básica de Senhora do Pranto	EPE	50	54	50	52	45	45	40	42	52	50	50	0	
Escola Básica de Presa	EPE	25	22	22	24	25	25	21	16	22	23	25	0	
Escola Básica de Ílhavo	EPE	23	23	17	19	19	22	36	39	39	61	64	178,3	
Escola Básica de Gafanha de Aquém	EPE	24	17	14	17	13	26	24	25	26	48	44	83,3	
Escola Básica de Corgo Comum	EPE	25	26	20	26	--	25	25	25	25	25	25	0	
Escola Básica de Chousa Velha	EPE	22	24	20	21	24	24	26	25	25	25	25	13,3	
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	EPE	--	--	--	--	25	--	--	--	--	--	--	--	
Total AE de Ílhavo		194	185	159	174	159	179	182	197	214	257	258	33,0	
Rede Pública: Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré														
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	EPE	20	20	20	21	21	21	25	20	20	21	36	80,0	
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	EPE	69	69	69	62	62	70	69	64	62	67	65	-5,8	
Escola Básica de Marinha Velha	EPE	22	22	20	20	25	25	43	45	43	45	45	104,5	
Escola Básica de Chave	EPE	47	42	46	41	36	48	55	39	46	46	65	38,3	
Escola Básica de Cambeia	EPE	68	60	57	40	39	42	56	54	49	61	60	-11,8	
Total AE da Gafanha da Nazaré		226	213	212	184	183	206	248	222	220	240	271	19,9	
Total EPE – Rede Pública		549	524	495	464	430	480	540	523	546	631	663	20,8	
Rede Privada e Solidária														
Santa Casa da Misericórdia - CIL	EPE	46	36	36	44	43	37	46	41	38	42	44	-4,3	
Santa Casa da Misericórdia - CII	EPE	--	54	54	56	53	53	53	50	50	55	59	--	
Santa Casa da Misericórdia - CIG	EPE	39	40	37	38	33	35	33	37	33	37	29	-25,6	
Obra da Providência	EPE	49	44	44	43	41	41	37	42	41	82	59	20,4	
Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro	EPE	53	48	43	41	36	36	35	43	47	44	43	-18,9	
Centro Social Padre José Kentenich	EPE	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22	22	--	
Centro Social e Paroquial Gafanha da Encarnação	EPE	49	48	45	49	43	46	48	50	53	50	50	2,0	
CASCI - Ílhavo	EPE	56	57	55	53	54	66	63	59	54	61	64	14,3	
CASCI - Costa Nova	EPE	36	29	31	35	36	33	40	39	40	40	39	8,3	
CASCI - Barra	EPE	63	59	65	59	63	60	63	63	66	66	65	3,2	
Total EPE Rede Privada e Solidária		391	415	410	418	402	407	418	424	422	499	474	21,2	
TOTAL EPE		940	939	905	882	832	887	958	947	968	1130	1137	21,0	

Fonte: DGEEC, 2013/14 a 2021/22 e CM Ílhavo, 2022/23 e 2023/24

De acordo com os dados disponibilizados pelo município, a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - CF e o Centro Social Padre José Kantenich constituem os equipamentos com menor número de crianças inscritas, com 23 e 35 inscritos (5,5% e 8,4%, respetivamente). Os restantes equipamentos apresentam 40 ou mais inscritos, destacando-se o CASCI - Ílhavo como o que acolhe mais crianças (55, correspondendo a 13,2%). De salientar, ainda, a existência de um total de quatro crianças inscritas com NSE.

Ainda que não exista obrigatoriedade de frequência de creche e EPE, é útil estabelecer uma comparação entre o volume de inscritos na EPE e na creche em 2023/24, a qual revela uma diferença muito significativa de 721 inscritos, com o menor volume afeto à creche. Numa lógica de complementaridade e triangulação de fontes de dados, esta discrepância é reveladora da grande lacuna associada à insuficiência de vagas e a longas listas de espera nesta resposta social, fortemente reportada pela comunidade educativa aquando do processo de auscultação.

Tabela 34. Inscritos em Creche (N.º), 2023/24

Instituição	Ano Letivo 2023/24			
	Total de inscritos em creche	N.º de inscritos em creche com NSE	N.º de Turmas	N.º de Salas
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - CIL	44	--	3	3
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - CII	46	--	3	3
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - CF	23	--	--	--
Obra da Providência	40	1	3	3
Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro	42	2	3	3
Centro Social Padre José Kantenich	35	--	3	3
Centro Social e Paroquial Gafanha da Encarnação	40	--	3	3
CASCI - Ílhavo	55	1	4	4
CASCI - Costa Nova	45	--	3	3
CASCI - Barra	46	--	3	3
TOTAL CRECHE	416	4	28	28

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

4.2.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico

Relativamente à evolução dos alunos inscritos no 1.º CEB (Tabela 35), entre os anos letivos de 2013/14 e de 2023/24, registou-se um ligeiro aumento (2,0%). Desagregando por Unidades Orgânicas, observa-se que, de um modo global, para este incremento apenas contribuiu o Agrupamento de Escolas de Ílhavo (11,5%), com especial destaque para as Escolas Básicas de Vale de Ílhavo e de Presa, ambas com um crescimento acima dos 50% (87,2% e 58,0%, respetivamente). Numa tendência inversa, os Agrupamentos de Escolas de Gafanha da Encarnação e de Gafanha da Nazaré assinalam decréscimo de inscritos (-1,0% e -6,0%, respetivamente).

No AE de Gafanha da Encarnação, importa destacar a diminuição significativa de alunos na Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Sul (-32,3%) e na Escola Básica de Costa Nova do Prado (-20,0%), ambas inseridas na única freguesia do concelho que, entre 2011-2021, conheceu um decréscimo de população (Gafanha da Encarnação, - 0,8%). Todavia, mesmo estando inserida na mesma freguesia, a Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte registou um aumento muito expressivo (78,9%), permitindo suavizar o movimento descendente registado neste AE. O Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré diminuiu em 6,0% o seu número de inscritos no 1.ºCEB, sendo esta perda resultado do decréscimo registado, especialmente, nas Escolas Básicas de Cambeia (-19,4) e de Chave (-15,9%).

Tabela 35. Evolução do número de inscritos no 1.º CEB (N.º), 2013/14 a 2023/24

Instituição de Educação e Ensino	Ciclo de Estudos	Oferta	DGEEC									CMI		Taxa de Variação (%) 2013/14-2023/24
			2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação														
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Sul	1.º CEB	Cursos Gerais	65	63	47	49	61	63	64	60	38	40	44	-32,3
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Centro	1.º CEB	Cursos Gerais	88	82	86	91	82	85	83	77	80	84	78	-11,4
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Norte	1.º CEB	Cursos Gerais	38	31	39	37	61	59	55	42	40	66	68	78,9
Escola Básica de Costa Nova do Prado	1.º CEB	Cursos Gerais	50	51	41	29	32	31	30	33	30	38	40	-20,0
Escola Básica de Gafanha do Carmo	1.º CEB	Cursos Gerais	56	58	42	43	46	47	41	47	45	60	64	14,3
Total AE de Gafanha da Encarnação			297	285	255	249	282	285	273	259	233	288	294	-1,0
Agrupamento de Escolas de Ílhavo														
Escola Básica de Vale de Ílhavo	1.º CEB	Cursos Gerais	39	19	26	23	31	25	21	25	40	59	73	87,2
Escola Básica de Senhora do Pranto	1.º CEB	Cursos Gerais	195	199	195	194	176	168	168	161	171	181	161	-17,4
Escola Básica de Presa	1.º CEB	Cursos Gerais	50	54	46	50	48	36	42	35	46	61	79	58,0
Escola Básica de Ílhavo	1.º CEB	Cursos Gerais	70	74	77	80	79	86	93	94	97	96	85	21,4
Escola Básica de Gafanha de Aquém	1.º CEB	Cursos Gerais	59	62	62	48	38	42	54	71	86	93	87	47,5
Escola Básica de Corgo Comum	1.º CEB	Cursos Gerais	99	99	101	89	97	95	94	97	95	96	90	-9,1
Escola Básica de Chousa Velha	1.º CEB	Cursos Gerais	66	68	71	79	94	90	88	85	87	91	86	30,3
Escola Básica de Senhora dos Campos	1.º CEB	Cursos Gerais	15	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total AE de Ílhavo			593	575	578	563	563	542	560	568	622	677	661	11,5
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré														
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	1.º CEB	Cursos Gerais	81	85	76	82	82	89	90	82	82	82	93	14,8
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	1.º CEB	Cursos Gerais	93	96	95	96	99	95	92	88	90	88	89	-4,3
Escola Básica de Marinha Velha	1.º CEB	Cursos Gerais	73	73	73	70	70	75	75	73	74	79	89	21,9
Escola Básica de Chave	1.º CEB	Cursos Gerais	126	114	115	107	90	95	82	80	85	89	106	-15,9
Escola Básica de Cambeia	1.º CEB	Cursos Gerais	108	102	88	86	88	92	89	83	81	82	87	-19,4
Escola Básica de Farol da Barra	1.º CEB	Cursos Gerais	78	79	75	79	87	92	89	85	86	82	87	11,5
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	1.º CEB	Cursos Gerais	--	--	--	--	--	--	2	--	--	--	--	--
		Cursos EFA	27	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total AE de Gafanha da Nazaré			586	549	522	520	516	538	519	491	498	502	551	-6,0
TOTAL 1.º CEB			1476	1409	1355	1332	1361	1365	1352	1318	1353	1467	1506	2,0

Fonte: DGEEC, 2013/14 a 2021/22 e CM Ílhavo, 2022/23 e 2023/24

4.2.3. 2.º Ciclo do Ensino Básico

A evolução do número de alunos inscritos no 2.º CEB (**Tabela 36**) revela um cenário de perda, na ordem dos 8%. Se, por um lado, à semelhança da tendência observada no âmbito do 1.º CEB, o Agrupamento de Escolas de Ílhavo coopera no aumento do número de alunos neste ciclo de ensino (6,4%), dada a evolução positiva registada na Escola Básica José Ferreira Pinto Basto (14,7%), por outro lado, os Agrupamentos de Escolas de Gafanha da Encarnação e de Gafanha da Nazaré revelam uma diminuição de alunos inscritos (-27,3 e -10,3, respetivamente).

Tabela 36. Evolução do número de inscritos no 2.º CEB (N.º), 2013/14 a 2023/24

Instituição de Educação e Ensino	Ciclo de Estudos	Oferta	DGEEC										CMI		Taxa de Variação (%) 2013/14- 2023/24
			2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24		
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação															
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	2.º CEB	Cursos Gerais	176	177	148	155	144	139	141	144	163	150	128	-27,3	
Total AE de Gafanha da Encarnação			176	177	148	155	144	139	141	144	163	150	128	-27,3	
Agrupamento de Escolas de Ílhavo															
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	2.º CEB	Cursos Gerais	245	247	263	248	238	245	253	232	241	247	281	14,7	
		Cursos Vocacionais	19	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	2.º CEB	Cursos EFA	--	--	--	--	19	--	--	--	9	--	--	--	
Total AE de Ílhavo			264	247	263	248	257	245	253	232	250	247	281	6,4	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré															
Escola Básica Professor Fernando Martins	2.º CEB	Cursos Gerais	302	263	255	272	282	270	281	298	298	274	271	-10,3	
		Cursos Vocacionais	--	11	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Total AE de Gafanha da Nazaré			302	274	255	272	282	270	281	298	298	274	271	-10,3	
TOTAL 2.º CEB			742	698	666	675	683	654	675	674	711	671	680	-8,4	

Fonte: DGEEC, 2013/14 a 2021/22 e CM Ílhavo, 2022/23 e 2023/24

4.2.4. 3.º Ciclo do Ensino Básico

Ao analisar o número de inscritos no 3.º CEB (**Tabela 37**) constata-se um aumento de 7,3% no período em análise, passando de 1.063 para 1.141 alunos inscritos. Para este cenário de crescimento contribuiu a evolução registada nos Agrupamentos de Escolas de Gafanha da Encarnação (13,5%) e de Gafanha da Nazaré (13,9%). Note-se que nos Cursos Gerais da Escola Secundária de Gafanha da Nazaré se assistiu a um aumento muito expressivo de alunos inscritos (61,2%), porém, devido à supressão da oferta de Cursos Vocacionais e de Cursos CEF, disponibilizada em vários anos letivos, o referido incremento baixou até aos 13,9%.

Em alinhamento com a situação anteriormente descrita, a evolução negativa do número de alunos inscritos no 3.º CEB do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, fixada em -2,9%, merece também uma ressalva, uma vez que a este valor global está associado um incremento muito significativo inerente à oferta dos Cursos Gerais da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes (78,6%), mas, ao mesmo tempo, a extinção da oferta de Cursos Vocacionais e de Cursos CEF. Adicionalmente, a Escola Básica José Ferreira Pinto Basto, nos dois últimos anos letivos em análise, viu a oferta de 3.ºCEB (Cursos Gerais)

anulada³⁴. Todas estas dinâmicas têm impacto na evolução do número de inscritos, daí a importância da sua elucidação na presente análise.

Tabela 37. Evolução do número de inscritos no 3.º CEB (N.º), 2013/14 a 2023/24

Instituição de Educação e Ensino	Ciclo de Estudos	Oferta	DGEEC									CMI		Taxa de Variação (%) 2013/14-2023/24
			2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação														
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	3.º CEB	Cursos Gerais	193	192	211	195	201	186	213	193	184	198	219	13,5
		PCA	--	--	--	--	--	15	--	--	--	--	--	--
Total AE da Gafanha de Encarnação			193	192	211	195	201	201	213	193	184	198	219	13,5
Agrupamento de Escolas de Ílhavo														
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	3.º CEB	Cursos Gerais	160	186	108	127	119	131	101	141	104	--	--	--
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	3.º CEB	Cursos Gerais	215	173	221	216	220	231	214	193	288	373	384	78,6
		Cursos Vocacionais	--	16	32	17	--	--	--	--	--	--	--	--
		Cursos CEF	33	12	--	15	14	16	31	13	--	--	--	--
		Cursos EFA	--	--	--	--	--	--	--	--	16	12	12	--
Total AE de Ílhavo			408	387	361	375	353	378	346	347	408	385	396	-2,9
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré														
Escola Básica Professor Fernando Martins	3.º CEB	Cursos Gerais	123	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	3.º CEB	Cursos Gerais	299	404	402	396	437	434	455	459	462	485	482	61,2
		Cursos Vocacionais	22	61	44	12	--	--	--	--	--	--	--	--
		Cursos CEF	18	13	--	13	14	--	--	--	--	--	--	--
		Cursos EFA	--	--	--	--	--	--	--	--	10	18	32	--
		RVCC	--	--	--	--	--	--	--	13	12	14	12	--
Total AE de Gafanha da Nazaré			462	478	446	421	451	434	455	472	484	517	526	13,9
TOTAL 3.º CEB			1063	1057	1018	991	1005	1013	1014	1012	1076	1100	1141	7,3

Fonte: DGEEC, 2012/13 a 2021/22 e CM Ílhavo, 2022/23 e 2023/24

4.2.5. Ensino Secundário

Por fim, no que ao nível secundário diz respeito (**Tabela 38**), importa salientar o maior aumento entre os níveis de ensino em análise, o qual se situa nos 63,7%, cuja oferta se circunscreve às duas Escolas Secundárias pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Ílhavo e ao Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré.

Em relação à Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes (AE de Ílhavo), a qual registou um aumento de 19,2%, constata-se que se, por um lado, os Cursos Científico-Humanísticos (CCH) revelaram um decréscimo de alunos inscritos entre o período em análise (-16,1%), por outro lado, num movimento oposto, os Cursos Profissionais (CP) demonstraram um crescimento muito expressivo (133,3%), refletindo a progressiva valorização do ensino técnico-profissional, quer pelos jovens, quer pelas famílias, reportada pela comunidade educativa no processo de auscultação. Note-se que o volume de inscritos nos

³⁴ Os dados relativos à Escola Básica José Ferreira Pinto Basto carecem, ainda, de algumas confirmações no número de inscritos por parte do AEI, que poderão influenciar as análises apresentadas.

Cursos Científico-Humanísticos e nos Cursos Profissionais do AE de Ílhavo, face ao número total de alunos integrados no ensino secundário do concelho, revela ligeiras diferenças (16,1% e 13,9%, respetivamente).

A Escola Secundária de Gafanha da Nazaré (AE de Gafanha da Nazaré) registou um aumento muito expressivo no seu número de inscritos (95,0%). Numa análise mais detalhada, verifica-se um maior volume de matriculados nos CCH, representando 30,9% do total de alunos no ensino secundário a nível concelhio, enquanto os CP correspondem a apenas 10,3%.

Tabela 38. Evolução do número de inscritos no Ensino Secundário (N.º), 2013/14 a 2023/24

Instituição de Educação e Ensino	Ciclo de Estudos	Oferta	DGEEC									CMI		Taxa de Variação (%) 2013/14-2023/24
			2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	
Agrupamento de Escolas de Ílhavo														
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	Ensino Secundário	Cursos Científico-humanísticos	223	193	216	207	209	196	182	165	171	195	187	-16,1
		Cursos Profissionais	69	69	64	65	90	109	119	128	143	141	161	133,3
		Cursos EFA	--	--	--	--	--	--	24	32	53	12	--	--
Total AE de Ílhavo			292	262	280	272	299	305	325	325	367	348	348	19,2
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré														
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	Ensino Secundário	Cursos Científico-humanísticos	269	261	275	262	282	316	321	335	353	374	358	33,1
		Cursos Profissionais	86	78	85	86	94	116	134	138	128	110	119	38,4
		Cursos EFA	46	49	12	61	34	33	26	20	53	37	51	10,9
		Formações Modulares	--	--	--	--	--	--	1	7	3	156	223	--
		RVCC Escolar	--	--	--	--	--	--	--	16	29	62	37	--
		RVCC Profissional	--	--	--	--	--	--	--	--	--	17	23	--
		Cursos Vocacionais	15	13	26	18	--	--	--	--	--	--	--	--
		Cursos Artísticos Especializados	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--
Total AE de Gafanha da Nazaré			416	401	398	427	410	465	483	516	566	756	811	95,0
TOTAL Ensino Secundário			708	663	678	699	709	770	808	841	933	1104	1159	63,7

Fonte: DGEEC, 2013/14 a 2021/22 e CM Ílhavo, 2022/23 e 2023/24

4.3. Educação e Formação

4.3.1. Educação e Formação de Crianças e Jovens

Apresenta-se, de seguida, uma breve **sistematização das ofertas educativas e formativas destinadas às crianças e jovens**, promovidas pelos três **Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo**, para o ano de 2023/24, conforme exposto na **Tabela 39**. Enquanto o AE de Gafanha da Encarnação dispõe de uma oferta circunscrita à Educação Pré-Escolar e Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º CEB), os restantes AE apresentam uma oferta mais alargada, que se estende desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário. Neste último nível de ensino destacam-se as seguintes ofertas:

-  **Cursos Científico-Humanísticos³⁵**, enquanto oferta educativa orientada para o prosseguimento de estudos de nível superior, destinada a alunos com o 9.º ano de escolaridade (ou equivalente) concluído, organizada em 3 anos letivos (10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade). Estes cursos subdividem-se em quatro áreas distintas, nomeadamente, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.
-  **Cursos Profissionais³⁶**, traduzidos num percurso de dupla certificação orientado para o exercício de uma atividade profissional e, em simultâneo, para a obtenção de uma qualificação escolar de nível secundário. Não excluindo a possibilidade de prosseguimento de estudos de nível superior, estes Cursos destinam-se aos alunos que concluíram o 9.º ano de escolaridade (ou equivalente) e procuram uma formação mais prática, orientada para o mercado de trabalho.

O AE de Ílhavo integra Cursos Científico-Humanísticos – Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades – e, também, Cursos Profissionais – Técnico/a de Restauração, Cozinha/Pastelaria; Técnico/a de Desporto; Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando; Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; e Técnico/a de Informática (Instalações e Gestão de Redes). Similarmente, a oferta educativa de nível secundário do AE de Gafanha da Nazaré inclui Cursos Científico-Humanísticos – Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais –, bem como Cursos Profissionais – Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores; Técnico/a de Restaurante/Bar; Técnico de Comunicação e Serviço Digital; e Técnico/a de Receção.

Tabela 39. Oferta formativa promovida pela Rede Educativa Pública de Ílhavo, 2023/24

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação	Agrupamento de Escolas de Ílhavo	Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré
Educação Pré-Escolar 1.º CEB Cursos Gerais 2.º CEB Cursos Gerais 3.º CEB Cursos Gerais	Educação Pré-Escolar 1.º CEB Cursos Gerais 2.º CEB Cursos Gerais 3.º CEB Cursos Gerais Ensino Secundário Cursos Científico-Humanísticos Cursos Profissionais	Educação Pré-Escolar 1.º CEB Cursos Gerais 2.º CEB Cursos Gerais 3.º CEB Cursos Gerais Ensino Secundário Cursos Científico-Humanísticos Cursos Profissionais

Fonte: AE de Ílhavo, 2023/24

³⁵ Fonte: Direção-Geral da educação. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/cursos-cientifico-humanisticos>

³⁶ Fonte: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP. Disponível em: https://www.anqep.gov.pt/np4/cursos_profissionais.html

4.3.2. Educação e Formação de Adultos

O conceito de **aprendizagem ao longo da vida**, preconizado ao longo do presente documento, atribui à Educação e Formação de Adultos uma posição de grande relevo, enquanto dimensão basilar dos processos de desenvolvimento de competências da população adulta em idade ativa, não só do ponto de vista da melhoria dos níveis de qualificação, como também da aquisição de competências essenciais à progressão e/ou reconversão de carreira e do desenvolvimento pessoal que, invariavelmente, acaba por ser espoletado pelo envolvimento em processos educativos e formativos desta natureza.

Face ao exposto, o **Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré** constitui uma das pedras angulares na qual assenta a Educação e Formação de Adultos do concelho de Ílhavo, pertencente a uma rede nacional de centros especializados para a qualificação, com importantes atribuições no âmbito da mobilização dos adultos para processos de aprendizagem ao longo da vida. Com efeito, a oferta neste domínio, para o ano letivo 2023/24, tal como demonstrado na **Tabela 40**, subdivide-se em:

-  **Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)**³⁷, enquanto oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações e competências, compreendendo três tipologias, designadamente, EFA de Dupla Certificação (conjugação de habilitação escolar e certificação profissional), EFA escolar (habilitação escolar) e EFA profissional (certificação profissional).
-  **Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**³⁸, que proporcionam ao adulto a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida (via formal, não-formal e informal), com o intuito da sua validação e certificação, viabilizando a obtenção de uma qualificação reconhecida. Este processo poderá ocorrer em termos de certificação escolar dos adultos que não possuam o nível básico ou secundário de escolaridade – **RVCC Escolar** – ou direcionar-se para a situação de adultos que não detenham certificação na sua área profissional, mas que apresentam competências resultantes da sua experiência – **RVCC Profissional**.
-  **Formações Modulares**³⁹, integradas no âmbito da formação contínua de ativos, destinam-se a indivíduos que possuam habilitações inferiores ou iguais ao 9.º de escolaridade, numa lógica de atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e práticos. Enquanto unidades de formação de curta duração (UFCD), que variam entre as 25 e as 50 horas, são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada.
-  **Cursos de Português Língua de Acolhimento**⁴⁰, desenvolvidos para responder às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa por pessoas migrantes, rumo a uma plena inclusão e coesão social, no âmbito da leitura, escrita e oralidade, bem como do requisito de conhecimento da língua portuguesa previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa, concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração.

³⁷ Fonte: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. Disponível em:

https://www.anqep.gov.pt/np4/Curso_Educacao_Formacao_Adultos.html

³⁸ Fonte: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. Disponível em: <https://www.anqep.gov.pt/np4/RVCC.html>

³⁹ Fonte: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. Disponível em:

https://www.anqep.gov.pt/np4/Formacoes_Modulares_Certificadas.html

⁴⁰ Fonte: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. Disponível em: <https://www.anqep.gov.pt/np4/53.html>

Paralelamente ao Centro Qualifica do AE da Gafanha da Nazaré, também o **AE de Ílhavo dispõe de uma oferta formativa orientada para a população adulta**. Assim, para o ano letivo 2023/24, esta oferta engloba os Cursos EFA Escolar (Nível Básico e Secundário), Formações Modulares e Português Língua de Acolhimento.

Tabela 40. Oferta formativa para adultos promovida pela Rede Educativa Pública de Ílhavo

Estabelecimento	Cursos EFA - Escolar	Processos RVCC	Formação Modular	Português Língua de Acolhimento
Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré	✓ Nível Básico e Secundário	✓ Nível Básico e Secundário	✓	✓
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	✓ Nível Básico e Secundário	--	✓	✓

Fonte: Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré e Agrupamento de Escolas de Ílhavo, 2024⁴¹

Complementarmente à Rede Pública Agrupada, importa fazer uma breve referência ao **FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar**⁴² – que, encontrando-se implantado ao longo da costa continental portuguesa, ministra formação em 12 polos, nomeadamente, em Ílhavo. A oferta existente no **polo de Ílhavo**, presentemente, orienta-se para as Formações Modulares e para a Formação Pedagógica Inicial de Formadores, reconhecendo-se, não obstante a diversidade formativa que procura proporcionar, a predominância de uma oferta ligada à área das atividades marítimas.

Merece ainda destaque o **Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro**⁴³ que, para além do concelho de Ílhavo, abrange outros concelhos de proximidade (Aveiro, Estarreja, Murtosa, Ovar e Vagos), disponibilizando uma oferta alargada – Cursos de Especialização Tecnológica, Português Língua de Acolhimento, Cursos EFA, Formações Modulares, Cursos de Aprendizagem, entre outros.

4.3.3. Educação Inclusiva

A educação inclusiva constitui uma importante missão dos sistemas educativos, continuamente convocados a assumir um verdadeiro compromisso de resposta à pluralidade de características e necessidades dos alunos, numa base de igualdade de acesso e sucesso educativo. O [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), vem estabelecer “os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos”, mediante a integração de novas modalidades de intervenção, adaptando o processo de ensino-aprendizagem às especificidades das crianças e jovens e mobilizando os recursos e meios essenciais a uma plena aprendizagem e participação nas dinâmicas educativas. Neste sentido, procura-se garantir, sobretudo, que o PASEO – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*⁴⁴ – seja alcançado por todos, ainda que mediante trajetórias distintas.

O normativo legal supracitado preconiza o **desenho universal para a aprendizagem**, assente num modelo de ação – **Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão** – organizado de acordo com três níveis de intervenção, os quais variam em função da tipologia, intensidade e frequência das intervenções:

⁴¹ Fonte: Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré. Disponível em: <https://aegafanhazanazare.wixsite.com/centroqualifica> e <https://egn.pt/wp/oferta-educativa/>

⁴² Fonte: FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar. Disponível em: <https://for-mar.pt/>

⁴³ Fonte: Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro. Disponível em: <https://iefponline.iefp.pt/IEFP/pesquisas/search.do>

⁴⁴ Homologando pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho.

-  **Medidas Universais**, correspondendo às respostas educativas direcionadas a todos os alunos com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens (artigo 8.º);
-  **Medidas Seletivas**, destinadas aos alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar, cujas necessidades de suporte à aprendizagem não foram supridas pela aplicação de medidas universais (artigo 9.º);
-  **Medidas Adicionais**, de caráter mais frequente e intensivo, visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão (artigo 10.º).

As escolas de Ílhavo prosseguem uma cultura de inclusão, promotora de igualdade de oportunidades e equidade, sem discriminação, cuja diversidade, personalização, flexibilidade e inovação respondem à heterogeneidade dos alunos, suprimindo barreiras e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens.

No ano letivo de 2023/24, conforme ilustrado na **Tabela 41**, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo **mobilizaram medidas seletivas para 275 alunos**, distribuídos pelos diferentes níveis de ensino e Agrupamentos de Escolas: AE de Ílhavo (136 alunos), AE de Gafanha da Nazaré (74 alunos) e AE de Gafanha da Encarnação (65 alunos). As **medidas adicionais foram mobilizadas para 103 alunos**, igualmente distribuídos pelos distintos níveis de ensino e Agrupamentos de Escolas: AE de Ílhavo (56 alunos), AE de Gafanha da Nazaré (38 alunos) e AE de Gafanha da Encarnação (9 alunos). De ressaltar que para cada aluno poderão ser mobilizadas as duas medidas em simultâneo. As medidas universais não foram objeto de análise, dado constituírem uma resposta transversal à totalidade dos alunos.

Tabela 41. Distribuição dos alunos integrados nas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, por AE e nível de ensino, 2023/24

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão	Nível de Ensino					Total
	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação						
Medidas Seletivas	--	16	11	38	--	65
Medidas Adicionais	--	4	1	4	--	9
Agrupamento de Escolas de Ílhavo						
Medidas Seletivas	14	46	22	30	24	136
Medidas Adicionais	2	12	15	17	10	56
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré						
Medidas Seletivas	3	19	17	20	15	74
Medidas Adicionais	--	7	5	13	13	38

Fonte: Dados disponibilizados pelos Agrupamentos de Escolas

Complementarmente, importa elencar o número de **alunos com NSE** (Necessidades de Saúde Especiais) integrados no concelho de Ílhavo, nas suas distintas Unidades Orgânicas, bem como o número de **alunos com NEE** (Necessidades Educativas Especiais):

-  Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação – 3 alunos com NSE e 66 alunos com NEE;
-  Agrupamento de Escolas de Ílhavo – 213 alunos com NEE;
-  Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré – 3 alunos com NSE e 113 alunos com NEE.

Numa análise aos **Recursos Organizacionais Específicos de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão**, compreendidos no Regime Jurídico da Educação Inclusiva, importa apresentar os existentes nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo:

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

A EMAEI, composta por elementos permanentes e variáveis, desempenha um papel muito importante na gestão do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, de acordo com as características de cada aluno, bem como no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação das referidas medidas.

Para além de outras competências previstas no normativo legal, compete à EMAEI: (1) sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva; (2) promoção de atividades de formação no âmbito da inclusão para o pessoal docente, não docente e comunidade em geral; (3) aconselhamento do pessoal docente na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; (4) elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) e, se aplicável, do Programa Educativo Individual (PEI) e do Plano Individual de Transição (PIT); e (5) acompanhamento do funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

O CAA representa uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, conhecimentos e competências da escola, no sentido de disponibilizar respostas educativas continuadas de apoio à inclusão. De acordo com o artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, o CAA preconiza, entre outros, os seguintes objetivos: (1) promover a qualidade da participação dos alunos em diversas atividades; (2) apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação; (3) desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares; (4) promover a criação de ambientes de aprendizagem estruturados; e (5) apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo prosseguem com uma grande diversidade de respostas, destacando-se a disponibilização de salas/gabinetes, devidamente equipados, destinados ao desenvolvimento de aprendizagens substitutivas e à intervenção com alunos com Perturbações do Espectro do Autismo – metodologias e estratégias de ensino estruturado (Modelo TEACCH) – e outras iniciativas: Português Língua Não Materna, Coadjuvações; Intervenção de técnicos especializados através de protocolos existentes com o CRI-CERCIIV e a Câmara Municipal de Ílhavo; entre outras.

Escolas de Referência

O AE de Ílhavo, por despacho ministerial, foi considerado Agrupamento de Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (AEREBAS), promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão, bem como um conjunto de respostas específicas, designadamente, a lecionação de Língua Gestual Portuguesa (desde a EPE até ao Ensino Secundário), Português Língua Segunda (PL2) e outras respostas educativas, como a Terapia da Fala.

O AE de Ílhavo representa, ainda, um Agrupamento de Escolas de Referência no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), promovendo diversas medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, nos domínios da educação, saúde e ação social.

Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)

O CRI, acreditado pelo Ministério da Educação, constitui um serviço de apoio e reforço da capacidade da Escola na promoção do sucesso educativo de todas as crianças e jovens, tendo como principal desígnio, a facilitação do acesso ao ensino/formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma dos alunos dos AE parceiros, para os quais foram mobilizadas medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão. Em termos de Recursos Humanos, este serviço é composto por um Psicólogo/a, um Técnico de Educação Especial e Reabilitação, um Terapeuta da Fala e um Fisioterapeuta.

4.3.4. Formação para Docentes e Não Docentes

Considerando a importância basilar do corpo docente e não docente para o sucesso do percurso educativo dos alunos, a **formação contínua** destes recursos humanos afigura-se essencial à reflexividade crítica e à reconstrução permanente da sua identidade profissional e pessoal, no sentido da melhoria da qualidade, eficácia e eficiência dos processos de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento integral das crianças e jovens. Com efeito, a formação contínua de docentes e não docentes assume-se como um meio de aquisição de um conjunto de competências para uma ação estratégica ajustada às idiossincrasias dos contextos educativos onde atuam, bem como às exigências e desafios para os quais a sociedade contemporânea, inevitavelmente, vai convocando.

O **Centro de Formação de Associação de Escolas dos Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro** (CFAE CIVOB), sediado na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, cujas competências se firmam na promoção e divulgação de boas práticas e na disponibilização de respostas integradas às prioridades formativas das escolas e dos profissionais de ensino (domínios científico, curricular e pedagógico), dispõe, para o ano letivo 2023/24, de um sólido plano de formação, exposto na **Tabela 42**.

Tabela 42. Plano de formação contínua creditada de pessoal docente e não docente do CFAE CIVOB, para o ano letivo 2023/2024⁴⁵

Designação da Formação
Pessoal Docente
Para uma Fundamentação e Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica: Projetos de Intervenção nos Domínios do Ensino e da Avaliação
O Geogebra como uma ferramenta nas Aprendizagens Essenciais da Matemática
Primeiros Socorros
Crescer a ler e ler para crescer- Desenvolvimento da Consciência Fonológica
Capacitação digital de docentes – Nível 3
Formação anti-bullying na era da inteligência artificial: estratégias para docentes
Dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia - dificuldades específicas de aprendizagem
Práticas interdisciplinares em projetos CTEAM (Ciência Tecnologia – Engenharia – Arte –Matemática)
A dança na escola – abordagem em contexto educativo
A dança na escola
A folha de cálculo – ferramenta centrada no ensino e na aprendizagem
Comunidades de prática no 1.º Ciclo do Ensino Básico
Acompanhamento das Equipas de Desenvolvimento Digital na implementação dos PADDE
Desporto Escolar Sobre Rodas: implementação e desenvolvimento do projeto
Para a melhoria das práticas de avaliação pedagógica: desenvolvimento e concretização dos Projetos de Intervenção
Tratamento documental em contexto de Biblioteca Escolar
Ferramentas digitais de modelação 3D - potencialidades pedagógicas no ensino da geometria
Introdução às ferramentas digitais de modelação 3D como instrumentos de projeto
Criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e inovadores
Ferramentas digitais – abordagens pedagógicas
Pessoal Não Docente
Técnicas de socorrismo – Princípios básicos
Gestão de Conflitos em meio escolar
Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula

Fonte: CFAE dos Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro. Planos de Formação 2023/2024

⁴⁵ CFAE dos Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro, Formação Contínua Creditada – Pessoal Docente e Não Docente, 2023/24. Disponível em: <https://cfaecivob.pt/wp/>

4.4. Recursos Humanos

4.4.1. Corpo Docente

O corpo docente representa um alicerce crucial para o sucesso das organizações educativas, estabelecendo-se como uma das principais estruturas humanas em contexto escolar, imprescindível para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e consecução das políticas educativas.

Os dados representados no **Gráfico 25** permitem constatar que o número de docentes dos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo apresentou uma tendência de decréscimo, entre o ano letivo de 2011/12 e de 2013/14, atingindo neste último, o número mais baixo de docentes (465 docentes). Esta circunstância de decréscimo relaciona-se, presumivelmente, com a conjuntura estrutural adversa com que Portugal se defrontava no período em análise, de efetiva crise financeira (2010 - 2014), a qual resultou na implementação de diversas medidas de austeridade que previam a diminuição do financiamento público no setor da educação. Deste leque de medidas fazia parte a racionalização da rede escolar, mediante a criação de Agrupamentos de Escolas (e encerramento de escolas com menor número de alunos), a diminuição da necessidade de contratação de recursos humanos e a redução e racionalização das transferências para escolas privadas com Contratos de Associação. Todos estes fatores impactaram, significativamente, as dinâmicas do sistema educativo, sublinhando-se o aumento do rácio de alunos por docente, que deu origem a uma sobrecarga horária dos mesmos⁴⁶.

Nos anos seguintes, entre 2013/14 e 2021/22, assistiu-se a um **crescimento progressivo do número de docentes**, fixando-se, no último ano letivo em análise, nos **589 docentes**. Esta evolução positiva denota, assim, os esforços empreendidos para reverter o cenário anteriormente descrito.

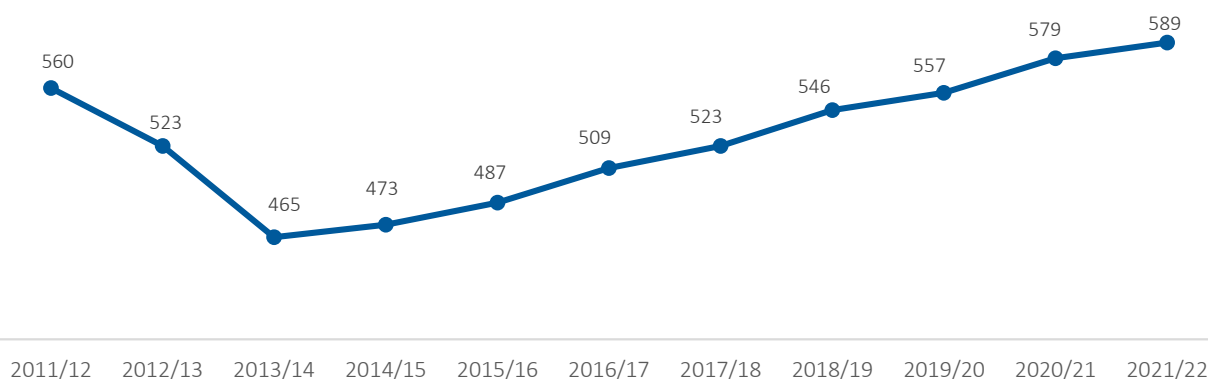


Gráfico 25. Evolução do número de docentes nos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo (N.º)

Fonte: DGEEC, 2011/12 a 2021/22

Quanto à distribuição dos docentes por ciclo de docência, no ano letivo de 2021/22, verificava-se uma inegável predominância de docentes afetos ao 3.º CEB e Ensino Secundário, alcançando quase metade do número de docentes do concelho (49,4%). O 1.º CEB ocupava a segunda posição (16,5%), seguindo-se o 2.º CEB (14,3%) e, por fim, a Educação Pré-Escolar (10,5%). Destaca-se, ainda, o domínio da Educação Especial, que abrangia 9,3% dos docentes do concelho, dedicados ao apoio a crianças e jovens com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão (**Gráfico 26**).

⁴⁶ Fonte: Memorando da Troika, disponível em: <https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado> (Memorando da troika anotado. (n.d.). PÚBLICO.)

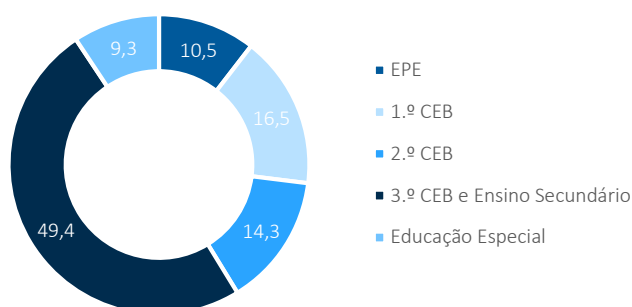
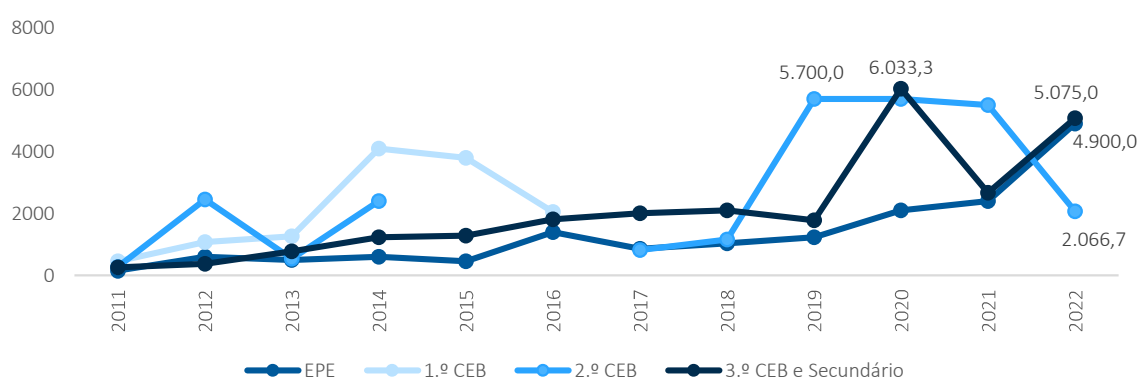


Gráfico 26. Distribuição dos docentes nos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo, por ciclo de docência, 2021/22 (%)

Fonte: DGEEC, 2021/22

O índice de envelhecimento do corpo docente, representado no **Gráfico 27**, constitui um importante indicador de análise no âmbito da dinâmica educativa de Ílhavo, sendo determinado pelo quociente entre o número de docentes com 50 ou mais anos e o número de docentes com idade inferior a 35 anos, multiplicado por 100.

Não obstante a ausência de alguns dados relativos a determinados anos e níveis de ensino, é possível observar, de um modo geral, uma **tendência de crescimento do índice de envelhecimento dos docentes de Ílhavo**. Os anos 2019 e 2020 destacam-se pelo aumento exponencial deste índice ao nível do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, ainda que, em 2022, se registre um decréscimo acentuado do índice de envelhecimento no 2.º CEB. Apesar da quebra registada ao nível do índice de envelhecimento dos docentes do 3.º CEB e Ensino Secundário em 2021, em 2022, este índice volta a subir, fixando-se nos 5.075,0. Paralelamente, o índice de envelhecimento dos docentes da educação pré-escolar, o qual tem vindo a crescer progressivamente ao longo da última década, atinge um valor igualmente elevado, de 4.900,0, significando que por cada 49 docentes com 50 ou mais anos, existe apenas um docente com idade inferior a 35 anos. A problemática do envelhecimento docente fundamenta-se pela conjuntura descrita anteriormente, associada às restrições orçamentais e ao congelamento de contratações. Não havendo novas contratações, a tendência de um corpo docente mais envelhecido é inevitável.

Gráfico 27. Índice de envelhecimento dos docentes no concelho de Ílhavo (N.º)⁴⁷

Fonte: PORDATA, 2011 a 2022

⁴⁷ Nota: o gráfico apresenta apenas os dados disponibilizados pela plataforma PORDATA. Verificou-se a ausência de dados em diversos anos nos diferentes níveis de educação, o que explica a ilustração apresentada.

4.4.2. Corpo Não Docente

O corpo não docente (e.g. assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados, entre outros), pelo papel crucial que desempenha no contexto educativo, ao assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, integra também a caracterização educativa de Ílhavo. De salientar, ainda, que a partir do início do ano letivo de 2019/2020, o [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), que estabiliza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, passou a produzir efeitos, transitando os assistentes operacionais e assistentes técnicos para o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Ílhavo (artigo 43.º). A transferência desta responsabilidade para o Município, assenta numa maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos humanos e financeiros do setor educativo, bem como numa maior flexibilidade na oferta de serviços e de respostas mais adequadas às necessidades da comunidade educativa.

Ao analisar os dados contidos no **Gráfico 28**, torna-se possível conhecer a evolução do número de pessoal não docente afeto aos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo, entre 2011/12 e 2021/22. Na verdade, o número de não docentes apresenta uma evolução bastante estável, não sendo registadas oscilações significativas. No último ano letivo em análise, o concelho de Ílhavo registou 229 não docentes em funções nos seus estabelecimentos de ensino.

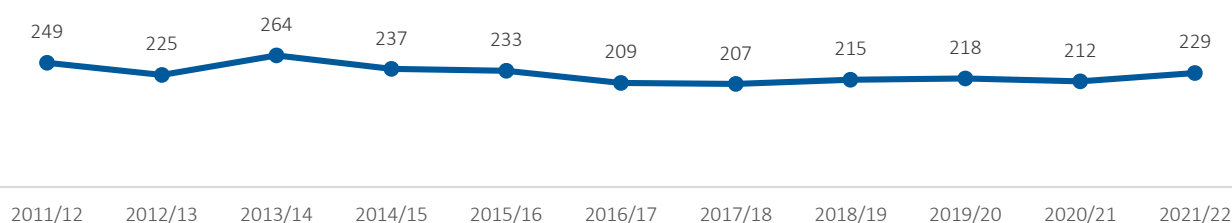


Gráfico 28. Evolução do número de pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino do concelho de Ílhavo (N.º)

Fonte: INE, 2011/12 a 2021/22 e DGEEC

4.5. Sucesso Escolar

4.5.1. Taxas Brutas de Escolarização, Retenção e Desistência

As taxas brutas de escolarização e de retenção e desistência, expostas na **Tabela 43**, possibilitam a avaliação do progresso e do alcance das metas educativas de um determinado território, através da relação entre os alunos matriculados e os alunos em idade de frequentar um dado nível de ensino⁴⁸. A análise da **taxa bruta de pré-escolarização**⁴⁹ denota, no concelho de Ílhavo, um crescimento entre 2012/13 (78,9%) e 2021/22 (91,0%), tendo atingido o valor mais elevado no ano letivo 2019/2020 (93,8%). Os 91,0% registados no último ano letivo em análise, inferiores aos valores das restantes unidades territoriais, demonstra que nem todas as crianças entre os 3 e os 5 anos estariam a frequentar a educação pré-escolar.

A **taxa bruta de escolarização do ensino básico**, isto é, a relação entre o número de alunos matriculados no 1.º, 2.º e 3.º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino é de 92,5% no concelho de Ílhavo, valor inferior ao

⁴⁸ Idades normais de frequência dos níveis de ensino: Educação Pré-Escolar 3-5 anos; 1.º CEB 6-9 anos; 2.º CEB 10-11 anos; 3.º CEB 12-14 anos; Ensino Secundário 15-17 anos.

⁴⁹ Relação entre o número de crianças inscritas no ensino pré-escolar e a população residente em idade de frequentar o ensino pré-escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

registado no ano letivo 2011/12 (99,4%). Note-se que a obrigatoriedade do ensino básico se repercute na necessidade da taxa bruta de escolarização se equiparar a 100%. Neste sentido, os valores inferiores a 100% registados no concelho podem ser explicados pela saída de alunos para outros concelhos. Relativamente ao 1.º CEB, a tendência de decréscimo da taxa bruta de escolarização observada entre 2012/13 e 2016/17, dá lugar a um movimento oposto, de efetivo crescimento entre 2016/17 e 2021/22, fixando-se, no último ano letivo em análise, nos 97,3%. A evolução da taxa bruta de escolarização do 2.º e 3.º CEB, com retrocessos e avanços ao longo dos anos, estabilizou-se, em 2021/2022, nos 93,2% e 86,5%, respetivamente, estando estes valores abaixo do registado em 2021/22, ano em que se verificou uma taxa bruta de escolarização mais elevada (97,4% e 90,8%, respetivamente).

Por fim, observa-se uma **taxa bruta de escolarização do ensino secundário** de 79,5% no concelho, o que também se relaciona com a presumível saída de alunos para concelhos vizinhos, amplamente reportada pela comunidade educativa durante o processo de auscultação, sendo este valor bastante inferior ao valor das unidades territoriais supramunicipais. Não obstante uma notória tendência de decréscimo entre 2012/13 e 2015/16, constata-se, a partir deste último ano letivo até 2021/22, uma evolução positiva, que se fixa no valor mais elevado desde 2012/13 (**Gráfico 29**). Portanto, o facto de todos os valores serem inferiores a 100% revela que nem todas as crianças e jovens residentes em Ílhavo frequentam os equipamentos escolares do seu concelho.

Tabela 43. Taxas brutas de escolarização, de retenção e desistência (%), 2021/22

Unidade Territorial	Taxa bruta de escolarização			Taxa de retenção e desistência	
	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário
Portugal	98,3	110,4	126,9	3,1	8,6
Região Centro	101,2	108,5	128,7	2,3	-
Região de Aveiro	100,4	110,3	129,7	2,2	7,5
Ílhavo	91,0	92,5	79,5	2,9	11,4

Fonte: INE e PORDATA

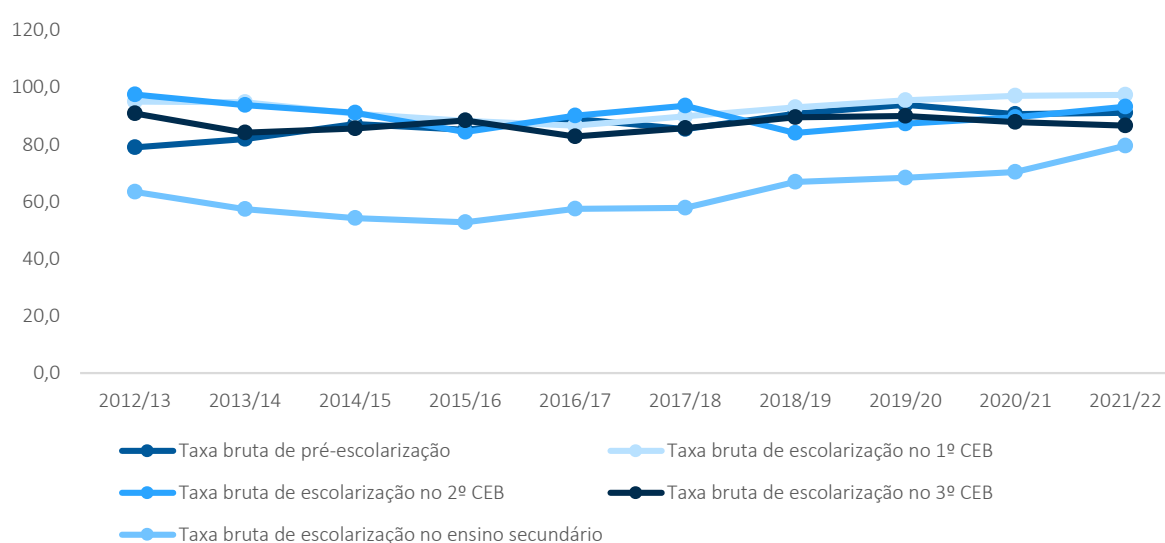


Gráfico 29. Retrato geral das taxas brutas de escolarização no concelho de Ílhavo (%), 2012/13 – 2021/22

Fonte: INE e DGEEC, 2012/13 a 2021/22

Numa análise aos índices de retenção e desistência no concelho de Ílhavo, importa, primeiramente, clarificar o conceito de retenção, inerente aos alunos que não satisfazem os critérios para avançar para o próximo ano de escolaridade, devido ao desempenho e/ou aproveitamento insuficientes, e o conceito de desistência, que se refere aos alunos que interrompem, temporariamente, as atividades letivas ou abandonam uma ou mais disciplinas.

Os dados relativos ao ano letivo 2021/2022 indiciam uma **taxa de retenção e desistência no ensino básico** de 2,9%, sendo este valor inferior ao observado a nível nacional (3,1%), mas superior ao nível regional (2,3%) e sub-regional (2,2%). No que diz respeito aos valores da taxa de retenção e desistência no ensino secundário, observa-se um cenário preocupante, ao situarem-se nos 11,4%, significativamente acima das unidades territoriais de referência.

As taxas de retenção e desistência no concelho de Ílhavo, por nível de ensino, encontram-se representadas de uma forma global no **Gráfico 30**. Consta-se que, apesar das oscilações, as referidas taxas têm diminuído consideravelmente, especialmente ao nível do 2.º e 3.º CEB, refletindo, desta forma, uma melhoria significativa do sucesso educativo. O 1.º CEB representa o ciclo de ensino com a taxa de retenção e desistência mais baixa, estabilizando-se, em 2021/22, em 1,6%. Posteriormente, surge o 2.º CEB, com uma taxa de 3,1%, dando conta do forte decréscimo, comparativamente ao valor registado no ano letivo 2012/13 (17,1%), e o 3.º CEB que se fixa, em 2021/22, nos 4,6%, também bastante inferior ao valor aferido em 2012/13 (20,3%). A **taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário**, apesar do decréscimo igualmente observado, afigura-se a mais preocupante, não só pelo seu valor acima das unidades territoriais de referência, como também pelo facto de assumir os níveis de retenção e desistência mais elevados entre os níveis de ensino representados, ascendendo, em 2021/22, aos 11,4%.

A análise ao percurso evolutivo da taxa de retenção e desistência do concelho de Ílhavo revela que esta tende a ser mais elevada à medida que se avança nos ciclos de estudos, situação que poderá ser reflexo de um conjunto de fatores, como por exemplo a frágil preparação dos alunos para o ciclo de ensino seguinte, merecendo, por isso, particular atenção e reflexão.

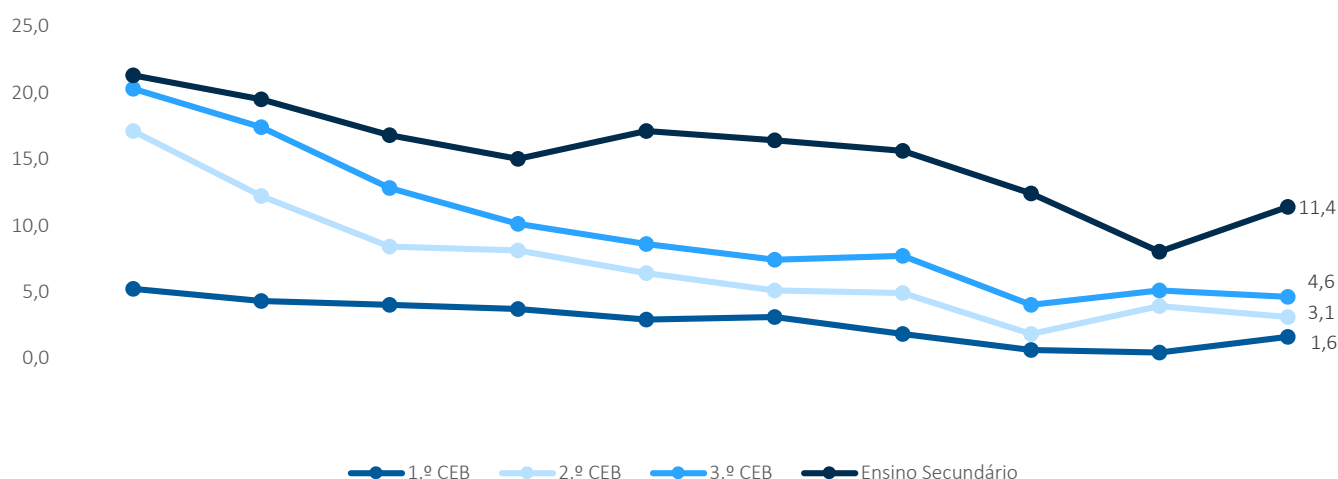


Gráfico 30. Retrato geral das taxas de retenção/desistência no concelho de Ílhavo (%), 2012/13 – 2021/22

Fonte: INE e DGEEC, 2012/13 a 2021/22

O **Gráfico 31** representa as **taxas de transição/conclusão do ensino básico**, em cada um dos três ciclos, e do **ensino secundário**, entre 2012/13 e 2021/22, associadas à percentagem de alunos do ensino básico ou secundário que no final do ano letivo obtiveram aproveitamento, estando por isso aptos a prosseguir estudos no nível de ensino posterior ao concluído. Verifica-se que a taxa de transição/conclusão vai diminuindo à medida que se avança no nível e de ensino, sendo visível, no entanto, um

aumento generalizado ao longo dos anos letivos em análise. O 1.º CEB representa o nível de ensino com a maior taxa, seguindo-se o 2.º e 3.º CEB, fixando-se, no ano letivo 2021/22, nos 98,4%, 96,9% e 95,4%, respetivamente. O Ensino Secundário constitui, assim, o nível de ensino com a taxa de transição mais baixa (88,6), estando abaixo das taxas observadas a nível nacional (91,4%) e também ao nível da região Centro (93,2%) e da sub-Região de Aveiro (92,5%).

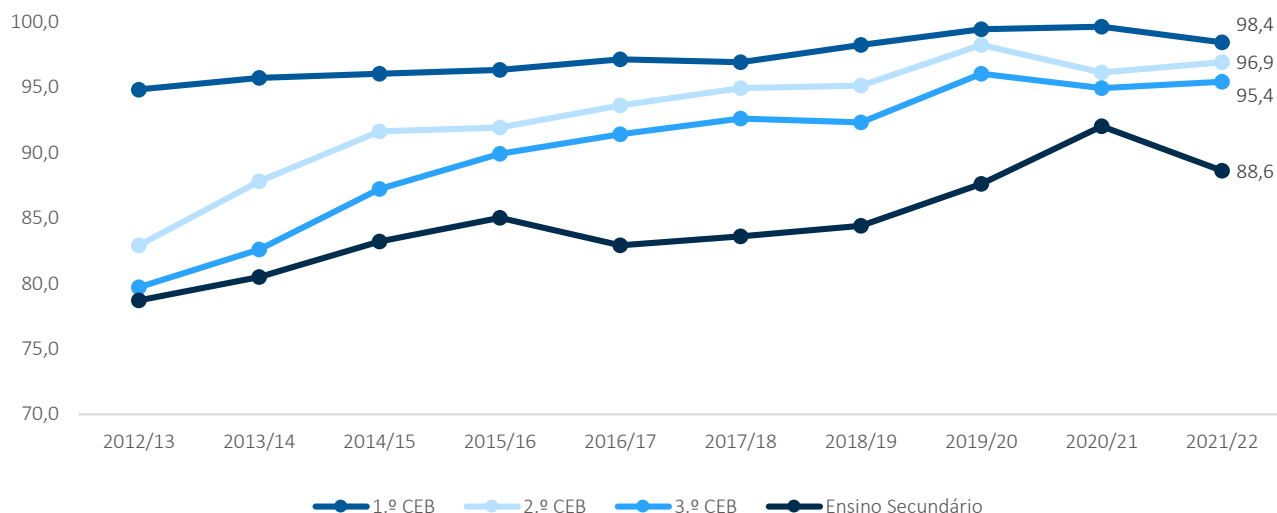


Gráfico 31. Retrato geral das taxas de transição/conclusão no concelho de Ílhavo (%), 2012/13 – 2021/22

Fonte: INE e DGEEC, 2012/13 a 2021/22

A **taxa de abandono escolar**⁵⁰ constitui um importante indicador a considerar na análise das dinâmicas educativas de um território. Previamente à sua análise a nível nacional, regional, sub-regional e concelhio, importa referenciar a publicação da [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#), a qual expandiu o regime de escolaridade obrigatória em Portugal de 9 para 12 anos. Porém, esta medida foi implementada, apenas, em 2012/13, após a publicação do [Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto](#), que regulamenta a frequência da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens entre os 6 e os 18 anos. Neste sentido, os dados da taxa de abandono escolar, apresentados no **Gráfico 32**, correspondem aos períodos de 1991, 2001 e 2011, não abrangendo, portanto, esse novo regime. Com efeito, foram considerados unicamente os alunos com idade entre os 10 e os 15 anos que abandonaram a escola sem concluir o 9.º ano de escolaridade.

A taxa de abandono escolar assinalou um decréscimo muito expressivo, transversal a todas as unidades territoriais em análise. Em Ílhavo, esta taxa diminuiu de 10,3%, em 1991, para 1,5%, em 2011, estando o valor alcançado muito próximo do valor das unidades territoriais superiores. Este progresso reflete os esforços e medidas adotadas em prol da melhoria da educação. É, pois, fundamental continuar a investir nesta missão, tendo em consideração a criação de estratégias adequadas às necessidades e exigências atuais, para as quais a Revisão da Carta Educativa de Ílhavo contribuirá. Ainda que não existam dados atualizados da taxa de abandono escolar, referentes aos censos de 2021, almeja-se que a mesma mantenha uma tendência de decréscimo, aproximando-se ou igualando-se a 0.

⁵⁰ Taxa de abandono escolar = (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos) * 100

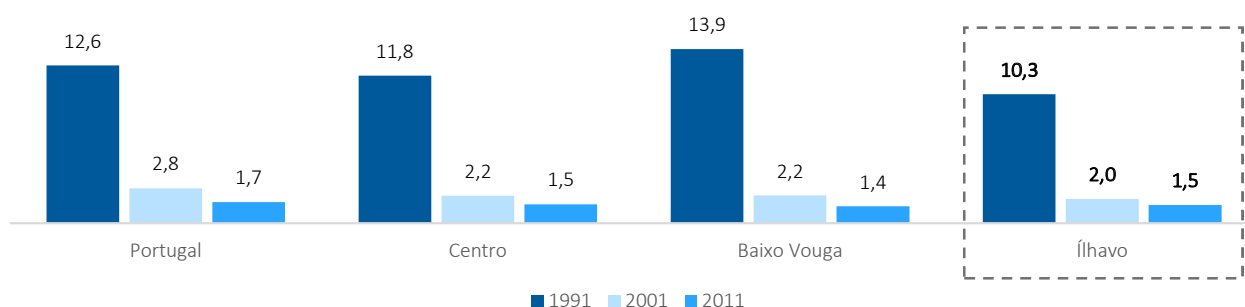


Gráfico 32. Taxa de abandono escolar (%), 1991, 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas e Censos 2011

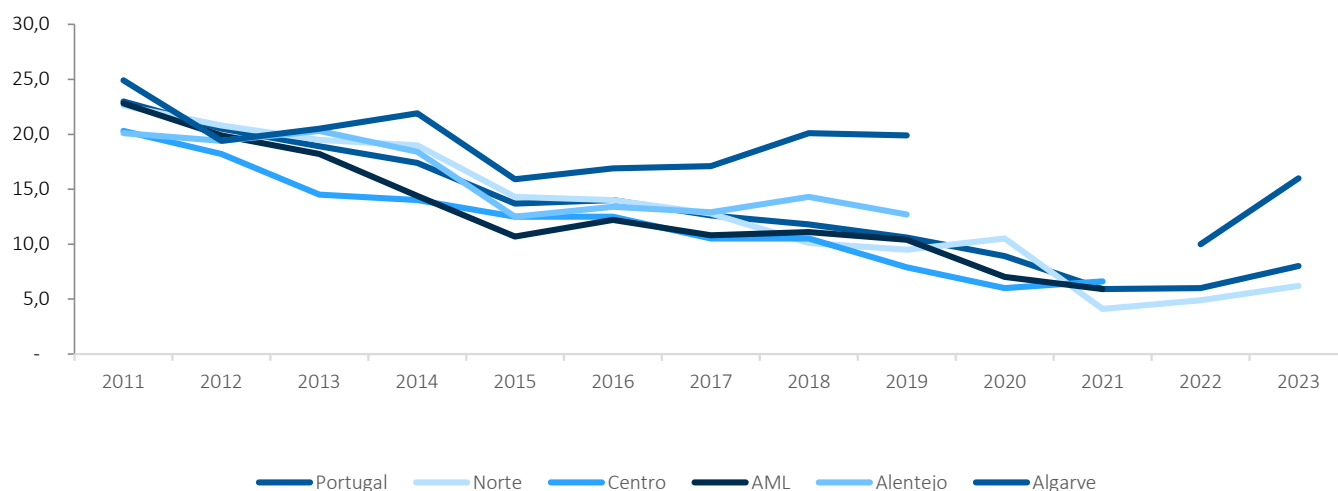
O abandono escolar precoce representa um fenómeno preocupante e muito complexo ao nível das suas causas, sedimentando padrões de vulnerabilidade e adensando as dificuldades dos jovens na transição para o mercado de trabalho, com repercussões alarmantes para os seus projetos de vida (e.g. dificuldades financeiras, redução da qualidade de vida e adiamento de projetos pessoais e profissionais).

Partindo deste enquadramento, paralelamente à taxa de abandono escolar, anteriormente analisada, torna-se essencial analisar a **taxa de abandono precoce de educação e formação**, dado assumir um papel fundamental na avaliação da eficácia das políticas educativas, ao quantificar o número de jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar nenhuma modalidade de educação e formação. Uma vez que este indicador apenas se encontra desagregado à escala das NUTS II, será analisado o contexto da região Centro, por comparação com o país e restantes unidades geográficas.

Apesar da ausência de dados para o ano 2022, é notória uma evolução favorável da taxa de abandono precoce de educação e formação na região Centro. Se, em 2011, a taxa se situava nos 20,3%, em 2023 desceu aos 7,9%, conhecendo o valor mais baixo em 2020 (6,0%). Constatase, aliás, que em vários anos (2012, 2013, 2014, 2017, 2019 e 2020), a taxa de abandono precoce de educação e formação na região Centro ficou sempre abaixo dos valores das restantes regiões do país (**Gráfico 33**).

Enquanto a região do Algarve se evidencia por assinalar valores superiores aos das restantes unidades geográficas em quase todo o período de análise, o comportamento do país e da região Norte revelam um grande progresso entre 2011 e 2023, alcançando 8,0% e 6,2%, respetivamente.

De salientar que, em 2021, o país registou uma taxa de 5,9%, ultrapassando a meta de 9% estabelecida pela UE para 2030. Este progresso denota os esforços conjuntos das comunidades educativas para assegurar que os jovens concluam o ensino secundário e progridam para o ensino superior.

Gráfico 33. Taxa de abandono precoce de educação e formação (%), 2011 - 2022⁵¹

Fonte: INE, Inquérito ao emprego (Séries - 2021)

4.5.2. Resultados em Provas de Avaliação Externa

Ao longo do seu percurso escolar, os alunos enfrentam múltiplos momentos de avaliação de competências (avaliação interna e externa), no sentido de averiguar o conhecimento adquirido e o seu desempenho ao longo do ciclo de estudos. Contudo, nesta secção, apenas as provas finais do ensino básico e secundário serão objeto de análise, especialmente no que se refere às disciplinas de Português e Matemática.

Provas finais do Ensino Básico – 3.º CEB

Numa primeira nota, convém relembrar que, devido à conjuntura pandémica da COVID-19, as provas finais do ensino básico (9.º ano) foram suspensas em 2020 e 2021. E ainda que tenham retomado em 2022, os resultados obtidos não foram considerados para a nota final dos alunos do 9.º ano, contrariamente ao que sucedia antes do período pandémico, servindo, presentemente, apenas para efeitos de aferição das aprendizagens. A **Tabela 44** sistematiza a evolução das classificações médias obtidas pelos alunos do 3.º CEB, no concelho de Ílhavo e a nível nacional, nas provas finais de Português (91) e de Matemática (92), entre 2017 e 2022. Para a consecução da presente análise foram considerados, unicamente, os resultados da 1.ª fase das provas finais de ciclo. Sublinha-se a ausência de representação de dados relativos a 2020 e 2021, dada a suspensão das provas finais de ciclo desencadeada pela situação pandémica.

Considerando uma escala de 0% a 100%, observa-se que os resultados médios obtidos na prova de Português foram positivos em todos os anos em análise, variando entre 55,2% e 64,6%. Se, em 2017 e 2018, os resultados concelhios ficaram abaixo da média nacional, por outro lado, em 2019, ficaram ligeiramente acima.

O cenário da prova de Português contrasta com o observado em relação à prova de Matemática, ao evidenciar resultados negativos em alguns anos, nomeadamente, em 2018, com todas as escolas do concelho a registar classificações médias abaixo dos 50%, tendência esta que se estende à dinâmica nacional. Ainda que em 2019 se registre uma melhoria das classificações

⁵¹ Taxa de abandono precoce de educação e formação = (População residente com idade entre 18 e 24 anos, que completou o 3º ciclo de escolaridade ou não e que não está a estudar / População residente com idade entre 18 e 24 anos) * 100

em todas as escolas, acima dos 50%, em 2022, duas das escolas do concelho voltam a apresentar médias negativas. Numa primeira análise, este retrato é revelador da prevalência de maiores dificuldades a esta disciplina por parte dos alunos, sendo aconselhável, contudo, um estudo em maior profundidade que considere a expectável multiplicidade de fatores que possam estar a influenciar tais resultados, e que coopere na reflexão e delineamento de metodologias pedagógicas específicas e eficazes na superação das dificuldades manifestadas.

Tabela 44. Resultados das provas finais do ensino básico (%), 2017-2022

Estabelecimento de Ensino	Português (91)						Matemática (92)					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	55,5	62,6	64,6	--	--	57,1	52,9	48,3	55,2	--	--	56,8
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	55,2	62,4	59,6	--	--	60,9	54,1	48,9	50,9	--	--	46,6
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	58,3	64,4	58,8	--	--	56,6	52,4	46,5	55,6	--	--	46,9
País	58	66	60	--	--	--	53	47	55	--	--	--

Fonte: DGE.

Provas finais do Ensino Secundário

Apresenta-se, de seguida, a evolução das classificações médias obtidas pelos alunos do concelho de Ílhavo e do país, nas provas finais do Ensino Secundário, às disciplinas de Português e de Matemática A, compreendendo os resultados dos alunos inscritos na 1.ª fase (**Gráfico 34**). Importa ressaltar que, desde 2020, devido à pandemia, apenas foram realizados exames nacionais no ensino secundário pelos alunos que necessitavam das provas de ingresso ao ensino superior, estando suspensa a exigência da realização destes exames para a conclusão do ensino secundário.

As classificações observadas na disciplina de Português revelam, ao longo dos anos em análise, valores médios relativamente aproximados, com a Escola Secundária da Gafanha da Nazaré a registar resultados tendencialmente superiores aos da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes. Entre 2020 e 2021 observam-se as médias mais altas a nível concelhio e nacional. Valores médios abaixo de 10 são apenas encontrados numa das escolas no concelho, entre 2017 e 2019. A comparação entre o nível concelhio e nacional revela, de um modo geral, diferenças pouco expressivas, observando-se uma maior discrepância nos anos de 2020 e 2021, com o país a registar médias mais altas do que Ílhavo.

Quanto à prova final de Matemática A, numa dinâmica inversa ao constatado na prova de Português, a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes apresenta classificações médias mais altas na maioria dos anos em análise (2018, 2019, 2020 e 2022) por comparação à Escola Secundária da Gafanha da Nazaré. A nível concelhio, os anos de 2019 e de 2021 marcam os piores resultados, com médias abaixo de 10. Por outro lado, em 2020 e 2021, assiste-se a uma dinâmica mais favorável, ao alcançar as classificações médias mais elevadas do período em análise, sendo esta dinâmica também observada a nível nacional.

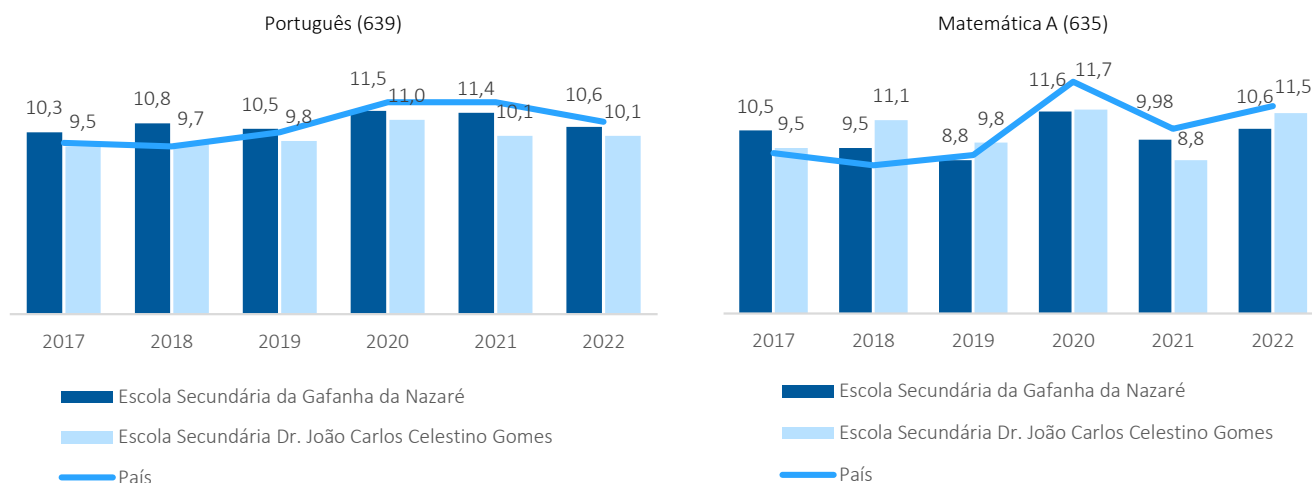


Gráfico 34. Resultados das provas finais do Ensino Secundário – Português e Matemática A, 2017 - 2022

Fonte: DGE

4.6. Respostas de Apoio Socioeducativo

4.6.1. Apoios e Complementos Educativos

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) veio asseverar o direito de acesso à educação e à cultura, sendo atribuído ao Estado, numa primeira instância, o cumprimento deste desígnio, pela garantia do direito à equidade, coesão e solidariedade social. Na verdade, as desigualdades existentes na comunidade educativa a nível social, económico e educativo reforçam a necessidade do desenvolvimento de medidas de apoio e da criação de complementos educativos que garantam a inclusão social e a igualdade de acesso à educação para todas as crianças e jovens. Deste modo, o poder local, representado pelas autarquias, assume cada vez mais responsabilidades e competências neste domínio, sobretudo no que se refere à atribuição de apoio às famílias mais vulneráveis. Nesta secção é, portanto, apresentada uma descrição dos apoios e complementos educativos promovidos pelo município de Ílhavo, de acordo com o preconizado no [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), na sua redação atual.

Ação Social Escolar (ASE)

A Ação Social Escolar (ASE) abrange um conjunto de medidas de apoio a alunos e respetivas famílias, orientadas para a promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e para o bem-estar dos alunos, através da comparticipação de despesas escolares a famílias mais desfavorecidas, combatendo a exclusão social e o abandono escolar. Concretizada por intermédio da aplicação de critérios de discriminação positiva, e compreendendo distintas tipologias de apoio (e.g. alimentação, transporte escolar, entre outros), a ASE faz parte do leque de responsabilidades e competências assumidas pelas Câmaras Municipais, as quais organizam e gerem os procedimentos de atribuição dos apoios, à exceção da distribuição gratuita e reutilização dos manuais escolares, cuja responsabilidade pertence ao departamento governamental com competência na matéria e aos órgãos de gestão dos Agrupamentos de Escolas e de Escolas Não Agrupadas (artigo 33.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)).

Na **Tabela 45** são apresentados os apoios atribuídos às crianças e jovens, por escalão, e por estabelecimento de educação e ensino, no ano letivo de 2023/24, nos estabelecimentos educativos de Ílhavo. Note-se que a Câmara Municipal de Ílhavo protagoniza uma intervenção muito significativa neste âmbito, convocando os distintos Agrupamentos de Escolas a assumir a avaliação de processos mais complexos, *“não se limitando à simples equivalência dos escalões A e B enquanto idênticos aos atribuídos através do cálculo para os escalões 1 e 2 do Abono de Família da Segurança Social”*. Concomitantemente, o município tem vindo a implementar, desde 2010, o “Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados”, sob um **“Serviço Social de Atendimento Integrado”**, que tem vindo a transformar a Ação Social numa Intervenção mais eficaz, propulsora de uma progressiva inserção social e da melhoria das condições de vida das crianças, jovens e famílias do concelho⁵².

Considerando a informação facultada pela Câmara Municipal de Ílhavo, é possível verificar que, no ano letivo de 2023/24, 20,9% do total dos alunos inscritos na rede pública de Ílhavo eram apoiados por subsídio. Numa análise mais detalhada, observa-se que mais de metade dos alunos (57,9%) beneficiava do escalão A e 29,1% de escalão B, conjuntura reveladora das fragilidades socioeconómicas do contexto local. O escalão C era representado por 13,0% de alunos. No 1.º e 3.º CEB foi registado o maior volume de beneficiários, alcançando 28,3% e 30,8%, respetivamente.

⁵² CM de Ílhavo, Ação Social Escolar. Disponível em: <https://www.cm-ilhavo.pt/viver/areas-de-intervencao/educacao/acao-social-escolar>

Tabela 45. Crianças e jovens subsidiados por estabelecimento de educação e ensino e escalão (N.º/%), 2023/24

Estabelecimento de Educação e Ensino	Crianças e jovens subsidiados no ano letivo de 2023/24																		% de alunos subsidiados face ao total de inscritos (público)
	Educação Pré-Escolar			1.º CEB			2.º CEB			3.º CEB			Ensino Secundário			Total crianças e jovens subsidiados			
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação																			
JI Gafanha do Carmo	4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	--	--	0,5
JI Gafanha da Encarnação - Centro	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
EB Gafanha da Encarnação - Sul	10	1	--	6	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	16	2	1	2,5
EB Gafanha da Encarnação - Norte	3	--	--	6	--	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9	--	2	1,4
EB Gafanha da Encarnação - Centro	--	--	--	11	2	4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11	2	4	2,2
EB Costa Nova do Prado	--	--	--	9	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9	--	1	1,3
EB Gafanha do Carmo	--	--	--	10	1	5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	10	1	5	2,1
EB Gafanha da Encarnação	--	--	--	--	--	--	12	18	2	21	30	7	--	--	--	33	48	9	11,6
Total	17	1	--	42	4	13	12	18	2	21	30	7	--	--	--	92	53	22	21,5
Agrupamento de Escolas de Ílhavo																			
EB Vale de Ílhavo	7	--	--	14	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	21	--	1	1,1
EB Senhora do Pranto	7	--	--	24	2	4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	31	2	4	1,9
EB Presa	11	1	--	26	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	37	2	--	2,0
EB Ílhavo	16	2	--	20	1	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	36	3	3	2,2
EB Gafanha de Aquém	3	--	--	8	2	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11	2	3	0,8
EB Corgo Comum	--	--	--	2	1	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	1	2	0,3
EB Chousa Velha	2	--	--	7	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9	1	1	0,6
EB José Ferreira Pinto Basto	--	--	--	--	--	--	49	22	3	31	5	1	--	--	--	80	27	4	5,7
ES Dr. João Carlos Celestino Gomes	--	--	--	--	--	--	--	--	--	42	23	7	8	18	4	50	41	11	5,3
Total	46	3	--	101	8	14	49	22	3	73	28	8	8	18	4	277	79	29	19,9
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré																			
EB n.º 1 de Cale da Vila	2	1	--	15	2	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	17	3	2	1,1
EB n.º 2 de Cale da Vila	5	2	--	10	3	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	15	5	2	1,1
EB Marinha Velha	6	2	--	10	1	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	16	3	2	1,0
EB Chave	5	--	--	14	1	4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	19	1	4	1,2
EB Cambeia	8	--	--	13	2	8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	21	2	8	1,5
EB Farol da Barra	--	--	--	7	1	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7	1	2	0,5
EB Professor Fernando Martins	--	--	--	--	--	--	31	38	10	--	--	--	--	--	--	31	38	10	3,8
ES Gafanha da Nazaré	--	--	--	--	--	--	--	--	--	46	63	30	34	41	18	80	104	48	11,3
Total	26	5	--	69	10	20	31	38	10	46	63	30	34	41	18	206	157	78	21,5
Total	89	9	--	212	22	47	92	78	15	140	121	45	42	59	22	575	289	129	20,9

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

Da Ação Social Escolar de Ílhavo fazem ainda parte os **subsídios de estudo**⁵³, assentes na prestação de auxílios económicos a crianças integradas na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico, pertencentes a agregados familiares inseridos no 1.º e 2.º escalões de rendimentos do abono de família da Segurança Social. Este apoio é concedido mediante um procedimento de candidatura por parte dos pais e/ou encarregados de educação nos respetivos Agrupamentos de Escolas, sendo objeto de avaliação conjunta pelo município em parceria com os Agrupamentos de Escolas. Este apoio assume três modalidades diferenciadas, nomeadamente, a isenção/comparticipação para refeições, a atribuição de apoio económico para material escolar (1.º CEB) e a atribuição de apoio económico para visitas de estudo (1.º CEB).

De salientar, ainda, a existência de **suplementos alimentares**, atribuídos a alunos referenciados pelos diretores de turma que, após efetuarem prova das carências familiares, têm disponível menus próprios de pequeno-almoço e lanche no Bar dos alunos.

Transporte Escolar

A rede de transportes escolares constituída por carreiras públicas com pontos de paragem específicos a efetuar no período correspondente ao definido anualmente em despacho de calendário escolar, constitui uma oferta de serviço de transporte entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino da rede pública, cabendo ao Município de Ílhavo, empenhado na construção das melhores estratégias e soluções, em confluência com o artigo 36.º do [Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro](#), a facilitação e monitorização do funcionamento dos transportes.

Atualmente, o Regulamento Municipal dos Transportes Escolares de Ílhavo encontra-se em processo de revisão, sendo possível adiantar a existência de passes escolares atribuídos a todos os alunos, gratuitamente, de acordo com a publicação da [Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro](#).

No âmbito do transporte escolar em circuito especial, o Município procede à contratação anual de serviços de transporte de passageiros em Táxi para os alunos residentes que se enquadram nos termos previstos da legislação:

- [Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho](#), que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva;
- [Despacho n.º 18987/2009 de 17 de agosto](#), que regula as condições de aplicação (a partir do ano letivo de 2009-2010) das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, em diversas modalidades;
- [Portaria n.º 9/2023 de 4 de janeiro](#), alterada pela [Portaria n.º 110/2024/1 de 19 de março](#), que determina a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais.

Escola a Tempo Inteiro

A Escola a Tempo Inteiro corporiza um complemento educativo fundamental, ao possibilitar uma maior adequação dos períodos de permanência no espaço escolar às reais necessidades das famílias e, em simultâneo, uma transformação dos períodos não letivos em momentos enriquecedores e potenciadores do desenvolvimento integral das crianças.

Neste sentido, de acordo com o [Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro](#), fazem parte das atribuições das Câmaras Municipais a promoção e a implementação de medidas de apoio à família que assegurem uma escola a tempo inteiro, mediante o

⁵³ CM de Ílhavo, Subsídios de estudo. Disponível em: <https://www.cm-ilhavo.pt/viver/areas-de-intervencao/educacao/acao-social-escolar/subsidios-de-estudo>

desenvolvimento de **Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)**, da **Componente de Apoio à Família (CAF)** e das **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**.

Note-se que, no caso de Ílhavo, **a gestão das AAAF e da CAF resulta de Acordos de Cooperação celebrados entre a Câmara Municipal de Ílhavo e as Associações de Pais**. A partir dos referidos Acordos, a autarquia procede à atribuição de verbas, conforme o número de alunos matriculados a frequentar estas componentes, delegando nas Associações de Pais a responsabilidade pela gestão dos serviços de almoços, ocupação dos tempos livres e desenvolvimento de projetos de animação e outras atividades, com o apoio do corpo docente das escolas. Com efeito, o modelo de funcionamento em vigor vai além de uma cogestão, uma vez que o sistema de atribuição de verbas responsabiliza, integralmente, as Associações de Pais pelas diversas tarefas implicadas (e.g. gestão de pedido de refeições e respetiva seleção, contratação e gestão de recursos humanos para supervisão das crianças e manutenção dos espaços).

No que se refere às AAAF e CAF, encontra-se em vigor uma redução das respetivas mensalidades de acordo com o escalão atribuído à criança, cabendo à Câmara Municipal de Ílhavo a atribuição de subsídios mediante a adesão das Associações de Pais aos Acordos de Cooperação.

Por fim, importa elucidar que a não assinatura dos Acordos de Cooperação pelas Associações de Pais faz com que a autarquia apenas assuma o compromisso da gestão dos almoços, ficando a comunidade educativa privada das componentes de apoio à família.

1. Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) asseguram o acompanhamento das **crianças em Educação Pré-Escolar** antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva (Artigo 39.º do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)), num ambiente estimulante, lúdico, seguro e afetivo.

Considerando a informação disponibilizada, referente ao ano letivo 2023/24, **as AAAF são promovidas pelas Associações de Pais**, mediante o Acordo de Cooperação em vigor, **abrangendo 544 crianças**, distribuídas pelo AE de Ílhavo (243 crianças), pelo AE de Gafanha da Nazaré (214 crianças) e pelo AE de Gafanha da Encarnação (87 crianças). Esta resposta compreende domínios gerais associados à expressão plástica, jogos de interior e exterior, leitura de contos, entre outros.

Esta componente ocorre, maioritariamente, no próprio estabelecimento, à exceção do observado nos estabelecimentos pertencentes ao AE de Gafanha da Encarnação, que desenvolvem as respetivas atividades no Edifício Socioeducativo da Gafanha da Encarnação.

Relativamente ao horário de funcionamento, as AAAF compreendem três períodos distintos: o acolhimento, que ocorre entre as 7h30 e as 9h00; o almoço, cumprido entre as 12h00/12h30 e as 13h30/14h00; e o prolongamento, proporcionado entre as 15h30 e as 18h30/19h00.

2. Componente de Apoio à Família (CAF)

Destinada às **crianças do 1.º CEB**, a Componente de Apoio à Família (CAF), exposta na alínea b), do artigo 39.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), apresenta como principal desígnio o “*acompanhamento dos alunos do 1.º CEB antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva*”.

Tal como descrito anteriormente, a CAF é promovida pela Associações de Pais, mediante o Acordo de Cooperação vigente, compreendendo atividades diversas, como a expressão plástica, a expressão musical, jogos de interior e exterior, leitura de contos, entre outras.

Com base nos dados fornecidos pelo município, no ano letivo 2023/24, registaram-se **1.299 alunos inscritos na CAF**, distribuídos pelos três Agrupamentos de Escolas, designadamente: 625 alunos no AE de Ílhavo, 486 alunos no AE de Gafanha da Nazaré e 188 alunos no AE de Gafanha da Encarnação.

À semelhança das AAAF, a CAF dispõe de três períodos de funcionamento: o acolhimento, disponibilizado entre as 7h30 e as 9h00; o almoço, que decorre entre as 12h00/12h30 e as 13h30/14h00; e o prolongamento que, em alguns equipamentos, funciona entre as 15h30 e as 18h30/19h00 e noutros, num horário mais reduzido, entre as 17h00 e as 18h30/19h00.

3. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) dirigem-se aos **alunos que frequentam o 1.º CEB** (artigo 39.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)), e assumem um caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo nos “domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação”.

De acordo com a [Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto](#), a Câmara Municipal de Ílhavo, em parceria com os AE, apresenta-se como entidade promotora das AEC, orientando a sua ação para quatro domínios (artigo 7.º, da Portaria n.º 644-A/2015) – desportivo, artístico, científico e tecnológico – aos quais se associam os ramos **+ Desporto** (desenvolvimento motor, cognitivo e relacional), **+ Ciência** (desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade e curiosidade), **+ Música** (estímulo à criatividade e à expressão de emoções através da música) e **+ BRINCArte** (desenvolvimento da expressão e comunicação, da criatividade e da apropriação artística).

Considerando os dados remetidos pelo município, no ano letivo 2023/24, a oferta de AEC abrangia **1.188 alunos**, o que representa **78,9%** do total dos alunos do 1.º CEB. Desagregando por unidade orgânica, constata-se que o AE de Ílhavo integra 545 alunos (45,9%), o AE de Gafanha da Nazaré abrange 457 alunos (38,5%) e, por fim, o AE de Gafanha da Encarnação compreende 186 alunos (15,7%). As AEC decorrem nos respetivos estabelecimentos escolares e funcionam entre as 16h00 e as 17h00.

4.6.2. Estruturas de Apoio e Projetos

Paralelamente aos apoios e complementos educativos, as estruturas de apoio e projetos socioeducativos constituem, igualmente, respostas de grande relevância para a promoção da inclusão social e do sucesso educativo das crianças e jovens. Neste contexto, a **Tabela 46** sistematiza e caracteriza, de forma breve, os serviços de apoio educativo e os projetos socioeducativos existentes nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Ílhavo, no ano letivo de 2023/24.

Tabela 46. Serviços especializados de apoio educativo, 2023/24

Serviços Especializados de Apoio Educativo	Definição
SEMI Serviço Educativo	O SEMI representa um serviço orientado para a consolidação de uma política educativa inovadora que, ao favorecer a articulação dos diversos espaços do território, contribui para a promoção e divulgação da identidade histórica e cultural da região . Envolvendo múltiplos espaços (Museu Marítimo de Ílhavo, Navio-Museu Santo

Serviços Especializados de Apoio Educativo	Definição
Municipal de Ílhavo	André, Centro de Religiosidade Marítimo, Casa da Cultura de Ílhavo, Fábrica das Ideias, Cais Criativo, Escola Municipal de Educação Rodoviária, Centro de Educação Ambiental, Biblioteca Municipal de Ílhavo, Centro de Documentação de Ílhavo, Museu Vista Alegre, Estaleiro - Estação Científica de Ílhavo e Laboratório do Envelhecimento), este serviço atende às particularidades de cada nível de ensino e procura assegurar a igualdade de oportunidades e de acesso das crianças e jovens do concelho a todos os espaços , estimulando o conhecimento sobre a cultura, tradições e valores ilhavenses.
EMACE Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa	Criada em 2021, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), a EMACE destina-se crianças e jovens que se enquadrem em problemáticas de absentismo ou abandono escolar, insucesso escolar, problemas de comportamento ou de integração social , entre outras. Constituída por quatro técnicas das áreas da educação social, psicologia, serviço social e terapia da fala, esta equipa medeia o percurso educativo e promove o sucesso das crianças e jovens, sustentado no triângulo escola, família e comunidade, e promove medidas de capacitação dos alunos e famílias em articulação com outras estruturas e serviços. Partindo de um diagnóstico individualizado da situação escolar e do contexto sociofamiliar dos alunos referenciados, cabe à EMACE desenvolver um plano de intervenção adequado a cada caso.
Gabinete de Apoio à Família	O Gabinete de Apoio à Família constitui um serviço gratuito e confidencial de atendimento, apoio psicoterapêutico e encaminhamento para outras respostas/serviços adequados às necessidades das famílias , atuando em múltiplas problemáticas e desafios familiares: apoio aos pais nos desafios que enfrentam na educação das crianças e jovens (e.g. problemas de comportamento, ansiedade, depressão, bullying), conflitos familiares, adaptação a crises familiares inesperadas (e.g. luto, desemprego, doença crónica), dependências, entre outros. Perante a diversidade de problemática inerentes às dinâmicas familiares, este serviço possui uma equipa multidisciplinar, integrando técnicos das áreas da psicologia, terapia familiar e de casal, serviço social e gerontologia, orientado para quatro valências de intervenção: apoio à família, terapia familiar e de casal, educação parental e apoio aos desafios do envelhecimento.
GAAF Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família	O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, instalado na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, acompanha os alunos e respetivas famílias , com a coordenação de docentes e psicólogos.

Fonte: CM Ílhavo, 2023/24

4.6.3. Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas

O Projeto Educativo (PE), enquanto documento estratégico de planeamento institucional, enquadrado no artigo 9.º, do [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril](#), que estabelece o Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, define a orientação educativa do Agrupamento de Escolas ou da Escola Não Agrupada. Trata-se de um instrumento orientador das práticas pedagógicas e promotor da melhoria do processo educativo, no sentido de uma educação de qualidade que responda às necessidades de todas as crianças e jovens, sendo desenvolvido e aprovado pelos órgãos de administração e gestão, para um horizonte de três anos. Com efeito, anuncia os princípios, valores, metas e estratégias que orientam o cumprimento da função educativa do Agrupamento de Escolas ou da Escola Não Agrupada. Dada a sua relevância, no presente ponto, apresenta-se uma breve caracterização dos Projetos Educativos dos diferentes Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo.

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação 2022-2025, ao adotar o lema “*Cuidar de mim, do Outro e do Planeta*”, preconiza uma jornada de descoberta e autodescoberta, potenciando a individualidade de cada um e o respeito pelo ambiente e a sustentabilidade.

Neste contexto, importa destacar a sua missão, visão e valores, orientadores das suas práticas e dinâmicas educativas:



Missão	Cuidar de Mim, do Outro e do Planeta Esta missão engloba <u>cinco linhas orientadoras da ação</u>: - Oferecer a todas as crianças e jovens as mesmas oportunidades de aprendizagem; - Valorizar a educação para a saúde, bem-estar e ambiente; - Contribuir para o desenvolvimento da comunidade; - Promover o desenvolvimento profissional dos docentes e não docentes; - Promover a autonomia intelectual e social das crianças e jovens.
Visão	Ser uma instituição de ensino e aprendizagem inovadora e um polo promotor do conhecimento, da cidadania, da tolerância, do espírito participativo e solidário, afirmando-se como um espaço de inclusão e cidadania.
Valores	Liberdade Responsabilidade e Integridade Cidadania e Participação Excelência e Exigência Curiosidade, Reflexão e Inovação.

Figura 21. Missão, Visão e Valores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação

Fonte: AE Gafanha da Encarnação, Projeto Educativo 2022-2025

Em consonância com a missão, visão e valores e, considerando o processo de diagnóstico empreendido pelo AE, importa enunciar os três eixos estratégicos – (1) **Liderança e Gestão**, (2) **Prestação do Serviço Educativo**, (3) **Resultados** – e respetivos objetivos e metas orientadoras da ação, às quais se associam múltiplas estratégias e indicadores de verificação:

Tabela 47. Eixos de intervenção, objetivos e metas do PE do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, 2022-2025

Eixos Estratégicos	Objetivos	Metas
Liderança e Gestão	- Fomentar o sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento - Organizar e gerir, de forma eficaz, os recursos humanos - Realizar protocolos de parceria para alunos com Plano Individual de transição	- Melhorar o conhecimento dos documentos estruturantes do AE; - Aumentar a diversidade de intervenientes da comunidade educativa na construção dos diversos documentos estruturantes; - Aumentar o número de respostas aos inquéritos realizados pela equipa de autoavaliação. - Garantir que os recursos humanos são afetos com base nas necessidades existentes; - Desenvolver projetos/atividades e parcerias que promovam a qualidade das aprendizagens. - Garantir que 100% dos alunos realizam Plano Individual de Transição.
Prestação do Serviço Educativo	- Aumentar o número de turmas com bom no comportamento - Aumentar o trabalho colaborativo entre docentes	- Diminuir os comportamentos perturbadores, dentro de sala de aula, que comprometem a aprendizagem; - Diminuir o número de ocorrências disciplinares; - Melhorar as dinâmicas de trabalho colaborativo; - Aumentar a articulação no que concerne às metodologias a utilizar em função do grupo turma.
Resultados	- Melhorar os resultados da avaliação interna dos alunos - Diminuir a diferença entre a média de sucesso dos alunos na avaliação sumativa interna e na avaliação externa nas disciplinas com provas finais - Aumentar a percentagem de sucesso dos alunos nas provas finais, apresentando médias superiores às nacionais	- Diminuir o número de alunos que transitam com níveis inferiores a três; - Aumentar o número de alunos que transitam com sucesso de qualidade. - Correlação da avaliação interna e externa forte. - Manter a tendência evolutiva das médias das Provas Finais ciclo.

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, 2022-2025, pp.16-21

Por último, importa fazer uma breve referência aos **Serviços Especializados de Apoio Educativo** do AE de Gafanha da Encarnação – Serviço de Psicologia e Orientação | EMAEI | EMACE | CRI –, bem como aos **projetos, programas e outras iniciativas pertencentes à área setorial da educação** – Academia Digital para Pais, Clube da Escrita, Clube de Debate, Clube Solidário, Clube Ubuntu, Clubes de Ciência Viva na Escola, Clubes de Robótica, Clubes Europeus, Desporto Escolar, Coadjuvação em Educação Física, Desporto Escolar sobre rodas, Eco-Escolas, Escola Azul, Escola Saudável, Escola Voluntária, e-Twinning, ICNF, PNA, Parlamento dos Jovens, Assembleia Municipal Jovem, Plano de Educação Estética e Artística, Projeto de Promoção e Educação para a Saúde, Rádio na Escola, Música no JI, Rede de Bibliotecas Escolares, SeguraNet e TV – AEGE e PIN - Projeto de Iniciação à Natação.

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo

Com o seu Projeto Educativo 2020-2023⁵⁴, o Agrupamento de Escolas de Ílhavo pretende proporcionar “*uma referência global, orientadora da vida escolar que desencadeie a (re)construção de compromissos reflexivos através de uma participação ativa e democrática de todos, fomentando assim a identidade e o sentido de pertença ao AEI*” (PE do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, p. 5). Com base neste pressuposto, define a sua missão, visão e valores, ancorado na ambição «Ser “a Escola” de Todos, alicerçada por Todos e projetada para Todos».

Missão	Prestar um serviço educativo de excelência, capaz de responder à diversidade de necessidades de cada aluno, para que este se torne cada vez mais um indivíduo: - livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia; - capaz de lidar com a mudança e a incerteza; - que respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática; - que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania, pela solidariedade para com os outros, rejeitando toda as formas de discriminação e de exclusão social; - capaz de reconhecer a importância dos diferentes saberes para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo; - com competência de trabalho colaborativo e de comunicação e capaz de continuar a aprendizagem ao longo da vida, enquanto fator decisivo para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua intervenção social; - com múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade.
Visão	Ser reconhecido como um espaço de aprendizagem de referência que educa: - para o futuro, privilegiando um ensino inclusivo e plural, assente na qualidade e no rigor, dotando os alunos de literacias que alicercem uma aprendizagem ao longo da vida; - para uma cidadania democrática e empreendedora, fomentando uma consciência individual e coletiva; - para o desenvolvimento sustentável nas vertentes social, cultural, económica e ambiental, de forma a fazer face a um mundo em permanente evolução, incerto, complexo e ambíguo; - para o pensamento crítico e autónomo que potencie o desenvolvimento de inteligências em rede assentes na colaboração, no comprometimento, na interdependência e na integridade; - no respeito integral pela identidade de cada um.
Valores	Responsabilidade e Integridade Excelência e Exigência Curiosidade, Reflexão e Inovação Cidadania e Participação Liberdade

Figura 22. Missão, Visão e Valores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo

Fonte: AE Ílhavo, Projeto Educativo 2020-2023

⁵⁴ À data da elaboração do presente documento, o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo ainda se encontrava em construção, razão pela qual se apresenta o Projeto Educativo anterior, relativo ao período 2020-2023.

Da missão, visão e valores definidos, bem como do processo de diagnóstico desenvolvido pelo AE, resulta um Plano de Ação Estratégico constituído por cinco domínios – (1) **Resultados Escolares**, (2) **Práticas Educativas**, (3) **Equidade e Inclusão**, (4) **Imagem e identidade do Agrupamento** e (5) **Liderança e autoavaliação** – aos quais se associam objetivos, ações, indicadores, evidências e metas. Na tabela seguinte sistematizam-se os objetivos de cada um dos referidos domínios:

Tabela 48. Eixos de intervenção e objetivos do PE do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, 2020-2023

Domínios	Objetivos
Resultados Escolares	- Melhorar as taxas de transição de ano e de conclusão de ciclo; - Melhorar os percursos diretos de sucesso em todos os ciclos; - Melhorar as taxas de conclusão dos cursos profissionais; - Melhorar a qualidade do sucesso; - Continuar a reduzir as taxas de abandono escolar; - Conhecer o percurso dos alunos após a conclusão do ensino secundário; - Comprometer encarregados de educação e alunos no processo educativo.
Práticas Educativas	- Implementar um projeto de autonomia e flexibilidade curricular; - Ampliar a qualidade das aprendizagens através de um rigoroso planeamento e articulação entre as diferentes estruturas educativas; - Melhorar o desenvolvimento das literacias cultural, científica e tecnológica e a educação para a cidadania global; - Promover ações que valorizem o exercício de uma cidadania ativa e responsável nas vertentes da saúde, do bem-estar e da sustentabilidade social, cultural, ambiental e do empreendedorismo; - Melhorar o cumprimento de regras e existência de um clima de disciplina; - Integrar o processo de avaliação das aprendizagens no processo de ensino/aprendizagem
Equidade e Inclusão	- Promover a equidade e inclusão de todos os alunos; - Promover uma abordagem multinível conducente à melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos com necessidades específicas; - Definir uma rede estável e alargada de parceiros com vista à transição para a vida ativa dos alunos com necessidades específicas; - Continuar a reduzir o abandono escolar e, em particular, dos alunos com necessidades específicas.
Imagem e identidade do Agrupamento	- Reforçar a identidade e coesão do Agrupamento; - Fomentar o sentido de pertença ao AEI; - Promover externamente a imagem do agrupamento; - Fortalecer a imagem da escola de referência para a educação bilingue de alunos surdos e para a intervenção precoce na infância; - Fomentar o desenvolvimento e reconhecimento da comunidade; - Melhorar a participação dos alunos na vida escolar.
Liderança e autoavaliação	- Valorizar as lideranças de topo e intermédias; - Melhorar a participação da comunidade na tomada de decisão; - Articular o plano anual de atividades com o plano de ação educativa da autarquia; - Reforçar as parcerias, protocolos e projetos com instituições da comunidade local, nacional e internacional; - Promover o desenvolvimento profissional do pessoal docente e do pessoal não docente; - Sustentar a definição de planos de ação estratégica; - Implementar o sistema de garantia de qualidade certificado, alinhado com o EQAVET para os cursos profissionais; - Melhorar a qualidade do ensino profissionalizante.

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, 2020-2023, pp.17-42

Por fim, torna-se importante destacar não só os **Serviços Especializados de Apoio Educativo** do AE de Ílhavo, nos quais se incluem o CAA, a CCC, as Aulas de Apoio, o Serviço de Psicologia e Orientação, como também um vasto conjunto de **projetos, programas e outras iniciativas pertencentes à área setorial da educação**: Programa Eco-Escolas, Plano de Prevenção Antibullying, PNPSE, Plano de Recuperação das Aprendizagens, KLGP, 2P, Desporto Escolar, Plano Nacional do Cinema e Laboratório Digital de Aprendizagens Multisensoriais, Plano Nacional das Artes, Parlamento dos Jovens, Líderes Digitais e Associação de Estudantes.

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, enquanto instrumento orientador da vida escolar, desencadeador de uma contínua reflexividade e agregador da comunidade educativa, prossegue um caminho de participação ativa e inovação, centrado na *“formação de cidadãos de um mundo em rápida transformação, sedimentando a igualdade de oportunidades e incrementando a abertura à comunidade, já evidenciada ao longo dos tempos, nos projetos existentes e nos reconhecimentos nacionais e internacionais obtidos”* (PE do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, p. 19). Neste sentido, apresenta-se a sua missão, visão e valores orientadores da sua ação:

Missão	Garantir condições que visem o sucesso educativo dos alunos e o seu desenvolvimento integral, preparando-os para o prosseguimento de estudos, para as ofertas formativas profissionalmente qualificantes e para a integração na vida ativa.
Visão	Afirmar-se como um agrupamento dinâmico, organizado em função da formação dos alunos, bem como um espaço de inclusão e de cidadania.
Valores	Respeito Responsabilidade Solidariedade Cooperação Trabalho Rigor Tolerância Inclusão Exigência Qualidade Liberdade Transparência Excelência.

Figura 23. Missão, Visão e Valores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré

Fonte: AE Gafanha da Nazaré, Projeto Educativo 2022-2025

De modo a alcançar o desejável sucesso educativo, que pressupõe a formação de cidadãos íntegros e de pleno direito, e em alinhamento com os seus pontos fortes e áreas de melhoria, o PE do AE da Gafanha da Nazaré estrutura-se em torno de quatro grandes áreas de intervenção, às quais se associam distintos objetivos e respetivas estratégias de ação e indicadores de medida:

Tabela 49. Eixos de intervenção, objetivos e metas do PE do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, 2022-2025

Áreas de Intervenção	Objetivos
Avaliação, Ensino e Aprendizagem	- Melhorar o sucesso dos alunos; - Valorizar práticas de Cidadania; - Prevenir o absentismo e o abandono escolar; - Promover aprendizagens para uma educação inclusiva e de equidade.
Organização e Gestão	- Consolidar a estrutura orgânica do AEGN; - Reconhecer e fomentar lideranças participativas; - Garantir e estimular a formação para todos os membros da comunidade.
Cultura da Organização	- Consolidar uma cultura de autoavaliação do AEGN; - Criar oportunidades para a participação dos alunos nas decisões sobre a sua educação.
Sustentabilidade, Saúde e Bem-estar	- Promover hábitos e estilo de vida saudáveis; - Adotar comportamentos que contribuam para a sustentabilidade do planeta e para o bem comum; - Consciencializar para a importância de preservar a saúde mental e as competências socioemocionais; - Consciencializar para a defesa dos direitos humanos.

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré 2022-2025

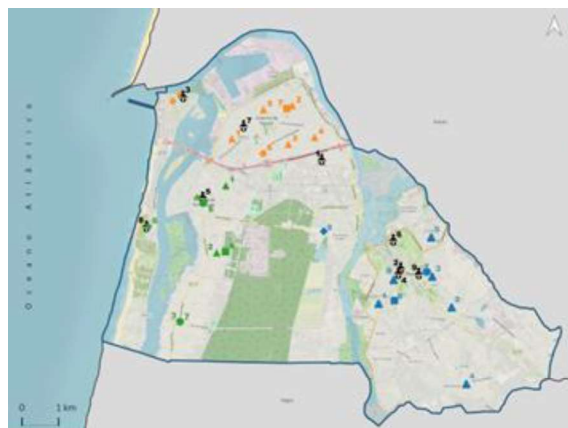
O Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, para além da valência de Ensino Estruturado, integra nos **Serviços Especializados de Apoio Educativo**, o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), encontrando-se envolvido em múltiplos **projetos, programas e outras iniciativas pertencentes à área setorial da educação**: Eco-escolas, Ciência Viva, Projeto PIN, PES, Animarte, Expressart, Desporto Escolar, Assembleia Municipal Jovem, Parlamento dos Jovens, PLNM, Smart Air, Gaf Bike, Gaf Tech, Erasmus+, E-Tiwing, Orçamento Participativo, Clube Europeu, PLA, Programa Mentoria, Formação digital Pais, Smartschool-Lab, Projeto AIA, JRA, Apps for Good, Clube Programação e Robótica, Jovens Tradutores, Smart Green, Smart Sensor, Escolíadas, CFAECIVOB, Centro de Formação Desportiva, Selo Escola Saudável, Concurso Intermunicipal de Leitura, Concurso Literário Jovem, Concurso Ílhavo a Ler+, Escola eTwinning, Clean Atlantic, Escola Azul, Escola Energy Up, Olimpíadas, Educ@RA, Selo

EQAVET, Smart School Lab, Escola Amiga, Selo Europeu das Línguas, Selo antibullying, Safety label, Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) e Plano de Desenvolvimento Pessoal Social e Comunitário (PDPSC).



DIAGNÓSTICO EDUCATIVO

REDE EDUCATIVA – OFERTA



- AE de Ilhavo**
- 1- EB Chousa Velha
 - 2- EB Praia
 - 3- EB Senhora do Pranto
 - 4- EB Vale do Ilhavo
 - 5- EB Corgo Comprido
 - 6- EB Ilhavo
 - 7- ES Dr. João Celestino Gomes
 - 8- EB José Ferreira Pinto Basto
 - 9- EB Gafanha de Aquilão
- AE de Gafanha da Nazaré**
- 1- EB Marinha Velha
 - 2- EB Chave
 - 3- EB n.º 2 de Calde da Vila
 - 4- EB n.º 1 de Calde da Vila
 - 5- EB Cambaia
 - 6- ES Gafanha da Nazaré
 - 7- EB Professor Fernando Martins
 - 8- EB Fátima da Barra
- AE de Gafanha da Encarnação**
- 1- EB Gafanha da Encarnação - Norte
 - 2- EB Gafanha da Encarnação - Sul
 - 3- EB Gafanha do Carmo
 - 4- EB Gafanha da Encarnação - Centro
 - 5- EB Costa Nova do Prado
 - 6- EB Gafanha da Encarnação - Centro
 - 7- EB Gafanha do Carmo
 - 8- EB Gafanha da Encarnação
- Rede Educativa Privada**
- 1- Santa Casa da Misericórdia - CG
 - 2- Centro Paroquial De Assistência D. Manuel T. Salgueiro
 - 3- CASCI - Barra
 - 4- CASCI - Ilhavo
 - 5- Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação
 - 6- Santa Casa da Misericórdia - CI
 - 7- Obra de Provisão
 - 8- CASCI - Costa Nova
 - 9- Santa Casa da Misericórdia - CS
 - 10- Centro Social Padre José Venturini



Rede Pública: Agrupamentos de Escolas

- Gafanha da Encarnação** (8 equipamentos)
- Ílhavo** (9 equipamentos)
- Gafanha da Nazaré** (8 equipamentos)

Rede Privada e Solidária

- 10 equipamentos** distribuídos por 3 das 4 freguesias do concelho

POPULAÇÃO ESTUDANTIL – PROCURA



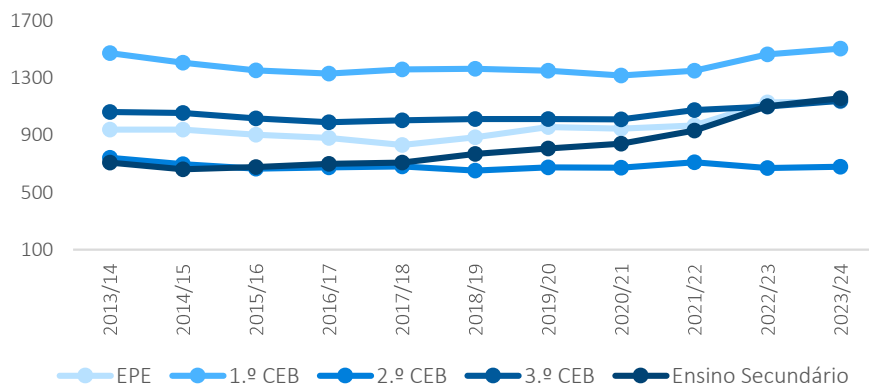
TOTAL DE INSCRITOS
5.623 inscritos



EVOLUÇÃO DO TOTAL DE INSCRITOS
(2013/14-2023/24)
14,1% inscritos

TAXAS DE VARIAÇÃO DO N.º DE INSCRITOS
(2013/14 - 2023/24)

EVOLUÇÃO DO N.º DE INSCRITOS POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO E ENSINO



EPE
+21,0% crianças



1.º CEB
+2,0% alunos



2.º CEB
-8,4 % alunos

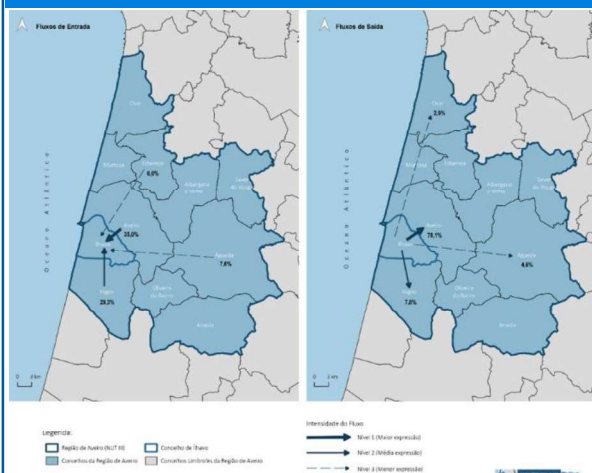


3.º CEB
+7,3 % alunos



Ensino Secundário
+63,7 % alunos

MOVIMENTOS PENDULARES



FLUXOS DE ENTRADA:
428 estudantes (2021)

FLUXOS DE SAÍDA:
1.818 estudantes (2021)

Aveiro representa **35,9%** dos fluxos de entrada e **78,1%** dos fluxos de saída

Os Agrupamentos de Escolas integram **722** alunos migrantes de **40** nacionalidades (2023/24).



DIAGNÓSTICO EDUCATIVO

ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Todos os lugares de Ílhavo com deslocações de **carro** abaixo de 25Km/30m para JI e EB e 50Km/60m para ES.

Apenas um lugar de Ílhavo com uma **distância/tempo a pé** superior a 2,2Km/30m para JI ou EB e sete lugares superior a 3,3Km/45m para ES.

Maiores quantitativos de **alunos provenientes de outros concelhos** observados no **AE Gafanha da Encarnação - 9,2 %**.

JI Gafanha do Carmo e EB Gafanha do Carmo com número expressivo de **estudantes residentes no concelho de Vagos, 15,3% e 23,4%**.

NÍVEIS DE OCUPAÇÃO

<50% (Subocupação)

Rede pública: 2 equipamentos

50-90% (Ocupação razoável)

Rede pública: 22 equipamentos

Rede privada: 6 equipamentos

91-100% (Ocupação no limite)

Rede pública: 12 equipamentos

Rede privada: 3 equipamentos

>100% (Sobreocupação)

Rede pública: 1 equipamento

Rede privada: 1 equipamento

ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL

Estado de conservação de 9 equipamentos

classificado como **insatisfatório**, com necessidade urgente de reabilitação:

JI e EB de Gafanha do Carmo | EB de Gafanha da Encarnação – Centro | EB de Costa Nova do Prado | EB José Ferreira Pinto Basto | ES Dr. João Carlos Celestino Gomes | EB n.º 1 de Cale da Vila | EB de Cambeia | EB Professor Fernando Martins.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – 2023/24



Educação e Formação de Jovens

AE de Gafanha da Encarnação | AE de Ílhavo | AE de Gafanha da Nazaré

- Educação Pré-Escolar
- 1.º, 2.º e 3.º CEB – Cursos Gerais
- Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais



Educação e Formação de Adultos

Centro Qualifica do AE de Gafanha da Nazaré | AE de Ílhavo

- Cursos EFA – Nível Básico e Secundário
- Processos de RVCC – Nível Básico e Secundário
- Formações Modulares
- Português Língua de Acolhimento



Educação Inclusiva

Recursos Organizacionais Específicos de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão

- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)
- Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)
- AE de Ílhavo, Agrupamento de Escolas de Referência - Educação Bilingue de Alunos Surdos (AEREBAS) | Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI)
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)



Formação para Docentes e Não Docentes

O Centro de Formação de Associação de Escolas dos Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro (CFAE CIVOB), sediado na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, dispõe de um extenso plano de formação para o ano letivo 2023/24, sobretudo para o corpo docente.

RECURSOS HUMANOS

DOCENTES POR CICLO DE DOCÊNCIA (%) 2021/22



- Educação Pré-Escolar
- 1.º CEB
- 2.º CEB
- 3.º CEB e Ensino Secundário
- Educação Especial



TOTAL DE DOCENTES

589 docentes (2021/22)



TOTAL DE NÃO DOCENTES

229 não docentes (2021/22)



ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DE DOCENTES (2022)

4.900,0 na Educação Pré-Escolar

5.075,0 no 3.º CEB e Ensino Secundário

DIAGNÓSTICO EDUCATIVO

SUCESSO ESCOLAR

TAXAS BRUTAS DE ESCOLARIZAÇÃO (2021/22)



TAXAS DE RETENÇÃO/DESISTÊNCIA (2021/22)



TAXAS DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (2021/22)



PROVAS FINAIS DO ENSINO BÁSICO 0-100% (2022)

Estabelecimento de Ensino	Português	Matemática
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	57,1	56,8
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	60,9	46,6
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	56,6	46,9

PROVAS FINAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO 0-20 (2022)

Estabelecimento de Ensino	Português	Matemática
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	10,1	11,5
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	10,6	10,6

RESPOSTAS DE APOIO SOCIOEDUCATIVO

APOIOS E COMPLEMENTOS EDUCATIVOS

Alguns apoios promovidos pelo município

- Ação Social Escolar
- Escola a Tempo Inteiro (AAAF, CAF e AEC) mediante Acordos de Cooperação com as Associações de Pais
- Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados - Serviço Social de Atendimento Integrado
- Subsídios de Estudo

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

SEMI – Serviço Educativo Municipal de Ílhavo
EMACE – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa
Gabinete de Apoio à Família



CRIANÇAS E JOVENS SUBSIDIADOS
20,9% (2023/24)

Escalão A
57,9%

Escalão B
29,1%

Escalão C
13,0%

PROJETOS EDUCATIVOS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ÍLHAVO

AE de Gafanha da Encarnação



AE de Ílhavo



AE de Gafanha da Nazaré



Os **projetos** desenvolvidos pelos AE de Ílhavo incidem em diversas áreas temáticas, como a **sustentabilidade, cidadania e participação cívica, saúde, leitura, escrita, música, desporto, sucesso escolar, robótica, ciência, digitalização, autoconhecimento e solidariedade.**

5. ESTUDO PROSPETIVO



5. ESTUDO PROSPETIVO

Nas últimas décadas, uma parte muito significativa do território nacional tem vindo a enfrentar expressivos desequilíbrios entre a oferta e a procura educativa, corolário do decréscimo de população, sobretudo jovem, e consequente perda de inscritos. Considerando este enquadramento, as preocupações e acesos debates em torno deste fenómeno são cada vez mais frequentes, pressionando os municípios a repensar e a reavaliar a organização da rede educativa, no sentido da sua adequação às necessidades e desafios atuais e futuros.

Neste contexto, e dando cumprimento aos desígnios do atual processo de Revisão da Carta Educativa, entre os quais a concretização de uma análise prospetiva, orientada para o delineamento de objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo (n.º 4, artigo 6.º, [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)), neste capítulo, será empreendido um estudo prospetivo, enquanto parte integrante do diagnóstico estratégico e alicerce do processo de definição e fundamentação de opções a considerar na redefinição da rede educativa de Ílhavo.

Assumindo-se como uma das componentes basilares do processo de planeamento para a educação do concelho de Ílhavo, o estudo prospetivo desempenha um papel crucial na antecipação da evolução e estrutura demográfica, em especial no que se refere à população estudantil. Efetivamente, um processo desta natureza possibilita adequar a oferta de estabelecimentos de educação e ensino, de acordo com os resultados projetados e, concomitantemente, apoiar no processo de tomada de decisão política no domínio educativo, mediante a disponibilização de dados essenciais a uma atuação mais informada.

Tendo em consideração o ano de elaboração deste documento (2024), e uma vez que os normativos legais determinam uma revisão obrigatória da Carta Educativa num período máximo de 10 anos (número 3, do artigo 15.º, do [Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua atual redação](#)), são apresentadas projeções demográficas até ao ano de 2035.

Com este exercício prospetivo ambiciona-se conhecer a evolução da população escolar do concelho de Ílhavo, recorrendo ao modelo de projeção *Cohort Survival*, ao qual foi adicionada uma metodologia que considera a influência das migrações nos resultados projetados, partindo de uma estimativa inicial da população residente no concelho, para uma previsão da evolução futura da população escolar nos diferentes níveis de ensino.

A relevância dos mecanismos de projeções demográficas é inequívoca, sobretudo no atual contexto de declínio demográfico, ao permitir estimar a evolução dos efetivos escolares no território e, deste modo, otimizar a gestão dos espaços e recursos educativos, para que as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efetiva.

Primeiramente, proceder-se-á a uma breve contextualização do quadro macro demográfico no qual se insere o concelho de Ílhavo, no sentido de uma melhor compreensão dos resultados projetados e respetivos desafios no âmbito do desenvolvimento demográfico e planeamento territorial.

Contextualização demográfica do concelho de Ílhavo

Da caracterização demográfica, detalhadamente desenvolvida no subponto 3.2 do presente documento, resultou um conjunto de pressupostos e aspetos-chave cruciais para a concretização do estudo prospetivo.

Não obstante o quadro de perda populacional observado em Portugal (-2,1% de população residente entre 2011 e 2021), de acordo com os dados do último período censitário (2021), o qual contraria a tendência de crescimento registado nas décadas anteriores (aumento de 5,0% entre 1991 e 2001 e de 2,0% entre 2001 e 2011) – e também na região Centro (-5,2%) e sub-

Região de Aveiro (-0,8%) – o concelho de Ílhavo ocupa uma posição de destaque, ao registar um aumento populacional de 1,7% face a 2011.

Porém, considerando a estrutura demográfica, a dinâmica de crescimento populacional de Ílhavo justifica-se pelo agravamento do fenómeno de envelhecimento demográfico (extensível ao país, região Centro e sub-Região de Aveiro), em consequência do progressivo aumento da população idosa (65 ou mais anos) que, entre 2011 e 2021, teve um incremento de 31,9% (valor superior às unidades territoriais supramunicipais), e da diminuição da população dos restantes grupos etários, especialmente do segmento mais jovem, entre os 0 e os 14 anos (-11,4%).

A transformação do perfil demográfico do território, sobretudo o movimento de contração dos grupos etários mais jovens, repercute-se diretamente nos níveis de procura educativa e, concludentemente, nas necessidades de oferta de estabelecimentos de educação e ensino.

Atendendo a todo este enquadramento, a relevância de um estudo que permita aferir o comportamento demográfico conjecturado para o concelho de Ílhavo, particularmente ao nível da população escolar, é inegável. Simultaneamente, o potencial do presente estudo firmar-se-á na oportunidade de desenvolvimento de estratégias educativas concertadas, orientadas para as características e necessidades da população, bem como na garantia de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, com impacto no desenvolvimento socioeconómico e cultural do território.

5.1. Metodologia

O planeamento estratégico da Revisão da Carta Educativa requer a adoção de um contínuo processo de previsão, no qual a variável demográfica se afigura essencial. De facto, existe um conjunto de aspetos – volume, características, localização e mudanças na população residente – que determinam a quantidade, a dimensão e a distribuição das escolas no território, denotando uma inequívoca relação de interdependência entre a demografia e o planeamento e ordenamento do parque escolar.

Nesta linha de ideias, as propostas de reordenamento da rede escolar deverão obedecer às dinâmicas demográficas previstas para o território – expansão, recessão ou estabilização – no sentido da consolidação de uma resposta adequada às reais necessidades da procura a médio e longo prazo e de uma melhor utilização dos recursos públicos disponíveis e mobilizáveis.

A opção pela metodologia de projeção *Cohort Survival* para a concretização do cálculo das previsões demográficas fundamenta-se pelo rigor que tal modelo tem vindo a apresentar nos resultados projetados e, também, pelo facto de constituir um dos modelos de projeção mais consensuais para determinar a evolução futura da população estudantil de um determinado território.

Recorrendo a um procedimento de distribuição da população por grupos etários quinquenais – coortes – são determinados quantitativos expectáveis para a sua evolução, sendo que esta metodologia não só integra o efeito das taxas de fecundidade, como também prevê a probabilidade de um indivíduo integrar o grupo etário subsequente perante uma dada taxa de mortalidade, decretando, assim, o grau de sobrevivência das coortes. Avançou-se, igualmente, com uma metodologia para contabilização dos saldos migratórios nos resultados projetados, dado que a dinâmica migratória é desconsiderada nos *inputs* do referido método (*Cohort Survival*).

A **fecundidade**, a **mortalidade** e as **migrações** representam as variáveis consideradas nos *inputs* da metodologia aplicada, possibilitando gerar dados demográficos projetados por grupos etários quinquenais para o concelho e suas freguesias, assumindo como horizonte temporal o ano de 2035. Os resultados a demonstrar seguem dois cenários:

-  um para a **população fechada**, o qual considera o efeito de variáveis demográficas, como a evolução histórica da mortalidade e da fecundidade; e
-  outro para a **população aberta**, o qual equaciona o efeito das variáveis mortalidade, fecundidade e fluxos migratórios.

Importa mencionar que no processo de extrapolação dos dados, foi muito importante analisar o comportamento dos indicadores demográficos e socioeconómicos no âmbito do diagnóstico, uma vez que forneceram importantes *inputs* base utilizados no modelo prospetivo.

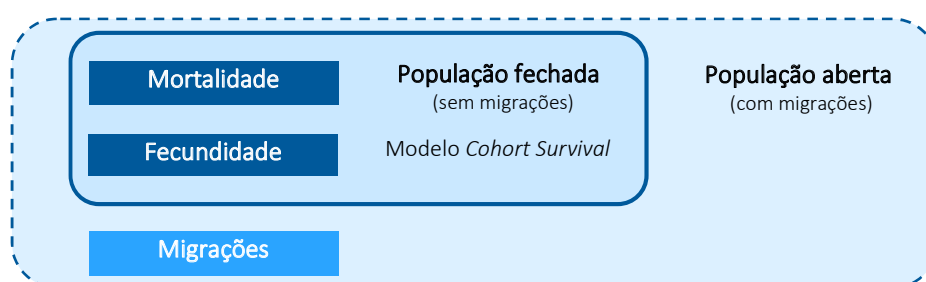


Figura 24. Modelo de previsões demográficas

Se é verdade que a adoção deste modelo torna possível estimar futuras dinâmicas relativas à distribuição do número de crianças e jovens por idade, freguesia e nível de educação e ensino, fica igualmente comprovado o potencial da presente metodologia no suporte ao processo de planeamento da rede educativa para o futuro, ao responder de forma integrada às necessidades da procura educativa perspetivada.

Por fim, torna-se importante elucidar que o modelo *Cohort Survival*, adotado no presente estudo, se baseia em suposições e previsões, podendo, portanto, implicar um certo grau de incerteza nos dados projetados e respetivos pressupostos. Com efeito, os números reunidos deverão ser entendidos como estimativas e não como uma visão irrefutável do comportamento evolutivo da população até 2035, sendo ainda essencial clarificar que as projeções podem requerer atualizações no decurso da disponibilização de novos dados e da evolução das tendências reais da população escolar.

5.2. Resultados

Os resultados decorrentes da aplicação do modelo *Cohort Survival* em Ílhavo, para um horizonte temporal até 2035, são enunciados no presente ponto, apresentando-se, num primeiro momento, os resultados alusivos à previsão da evolução da população residente para o concelho, tendo em consideração dois cenários: população fechada e população aberta. Note-se que o cenário da população aberta é o mais realista, dado englobar o efeito das variáveis demográficas (mortalidade e fecundidade) e económicas (migrações) nos quantitativos populacionais.

Posteriormente, a análise desenvolve-se à escala da freguesia, onde são identificadas tendências de evolução, bem como o perfil demográfico previsto.

Numa última etapa, de modo a concretizar uma análise mais pormenorizada da dinâmica populacional no que concerne ao domínio educativo, apresentam-se dados relativos à evolução prevista da população estudantil por freguesias e nível de educação e ensino.

5.2.1. Previsões Demográficas para o Concelho

O **Gráfico 35** representa a previsão da evolução da população residente no concelho de Ílhavo até 2035, considerando os cenários de população fechada e aberta. Os resultados gerados pelo modelo prospetivo demonstram, em ambos os cenários, uma tendência muito aproximada de ligeira perda populacional até 2035, contrastando com o crescimento observado desde 1991 até 2011. Este ligeiro decréscimo de população é mais notório no cenário da população aberta, o qual compreende o efeito de três importantes variáveis – **mortalidade, fecundidade e migrações** –, alcançando em 2035, 36.288 residentes, uma diferença de -7,5% em relação aos censos de 2021, traduzida numa perda de 2.947 residentes.

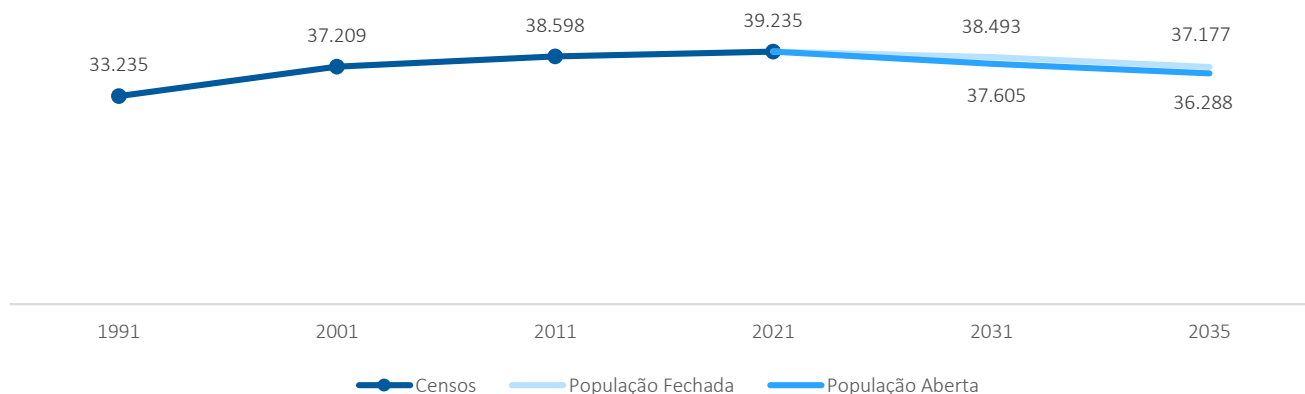


Gráfico 35. Previsão da evolução da população residente no concelho de Ílhavo

Fonte: Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021 e cálculos próprios das projeções para 2031 e 2035

Os resultados apresentados, de seguida, têm por base os resultados do cenário da população aberta, sustentado por uma abordagem mais realista, ao refletir o efeito das dinâmicas demográficas e económicas com influência nos quantitativos populacionais.

A pirâmide etária, representada na **Figura 25**, demonstra a distribuição da população residente por grupos quinquenais no concelho de Ílhavo em 2021, considerando os dados definitivos dos Censos, e em 2035, com base nas projeções demográficas para a população aberta.

O diagnóstico demográfico empreendido, tal como explicitado anteriormente, revelou um cenário de agravamento do fenómeno de envelhecimento no concelho de Ílhavo, com consequente diminuição da população jovem e aumento significativo da população idosa, que vem a ser corroborado pelos resultados projetados para 2035. Além disso, é expectável uma diminuição da população em alguns grupos etários economicamente ativos, podendo desencadear novos desafios e impactos para a sustentabilidade social e económica deste território.

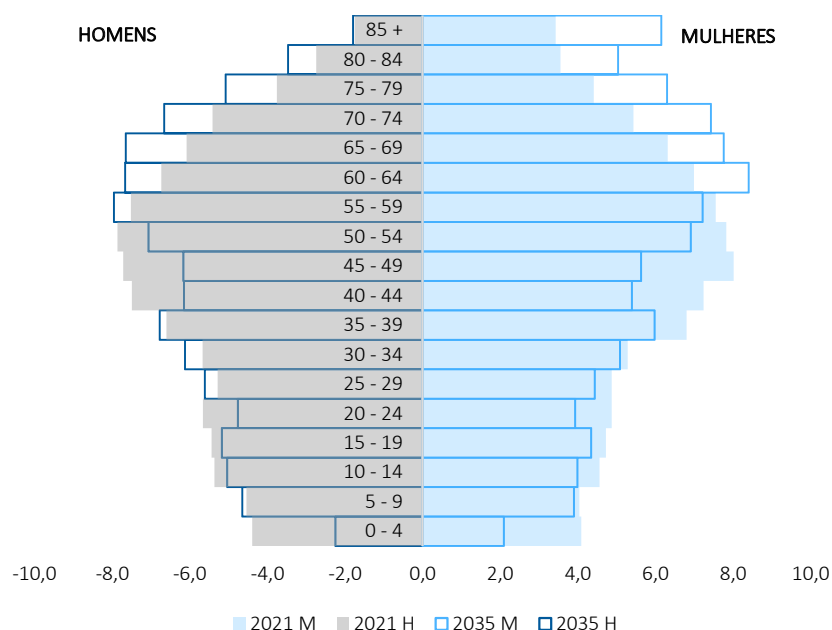


Figura 25. Pirâmide etária da população residente no concelho de Ílhavo em 2021 e 2035

Fonte: Censos de 2021 e projeções, cenário de população aberta, para 2035

5.2.2. Previsões Demográficas para as Freguesias

Numa análise às dinâmicas internas do concelho de Ílhavo, conferidas pelo comportamento das freguesias que o constituem, prevê-se, de modo generalizado, uma regressão gradual da população residente até 2035 (Gráfico 36).

É expectável que as freguesias de Ílhavo (São Salvador) e da Gafanha da Nazaré continuem a assumir a maior concentração de população, alcançando em 2035, 15.185 e 15.049 residentes, respetivamente. As freguesias da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo tenderão a apresentar os quantitativos populacionais de menor dimensão, estando esta dinâmica alinhada com o retrato evolutivo da população residente apresentado no diagnóstico demográfico (Subponto 3.2)⁵⁵.

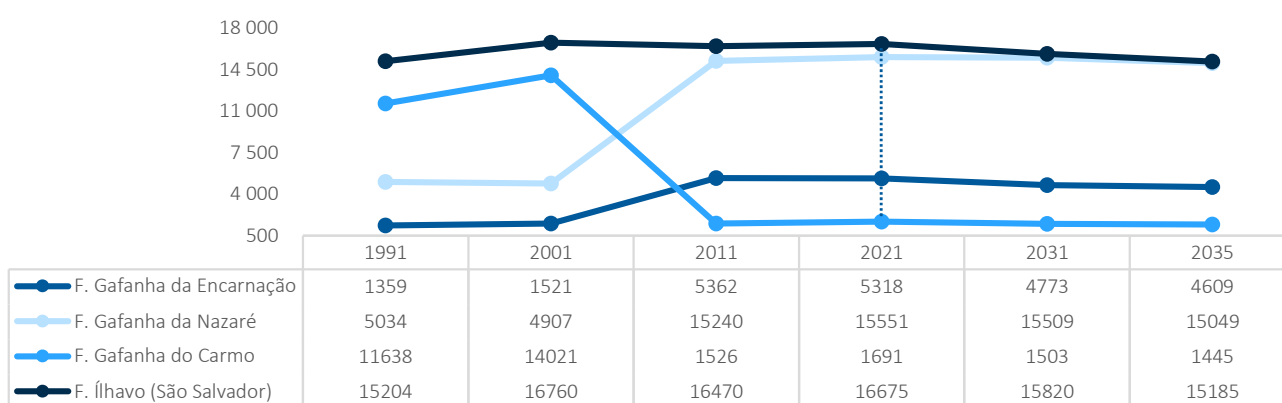


Gráfico 36. Previsão da evolução da população residente, por freguesia

Fonte: Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021 e projeções, cenário de população aberta, para 2031 e 2035

⁵⁵ De acordo com o diagnóstico de contexto, em 2021, as freguesias de Ílhavo e de Gafanha da Nazaré registaram o maior número de residentes (16.675 e 15.551, respetivamente), representando 82,0% da população, enquanto as freguesias de Gafanha da Encarnação e de Gafanha do Carmo assinalaram o valor mais baixo de residentes (5.318 e 1.675 residentes, respetivamente).

A **Figura 26** representa a variação expectável da população residente em cada freguesia, entre 2021 e 2035, perspetivando-se uma perda mais expressiva nas freguesias da Gafanha do Carmo (-246 residentes) e da Gafanha da Encarnação (-709), correspondendo a -14,6% e -13,3%, respetivamente. Com menor taxa de perda populacional encontram-se as freguesias de Ílhavo (São Salvador) (-1.490) e da Gafanha da Nazaré (-502 residentes), traduzindo-se numa variação de -8,9% e -3,2%, respetivamente.

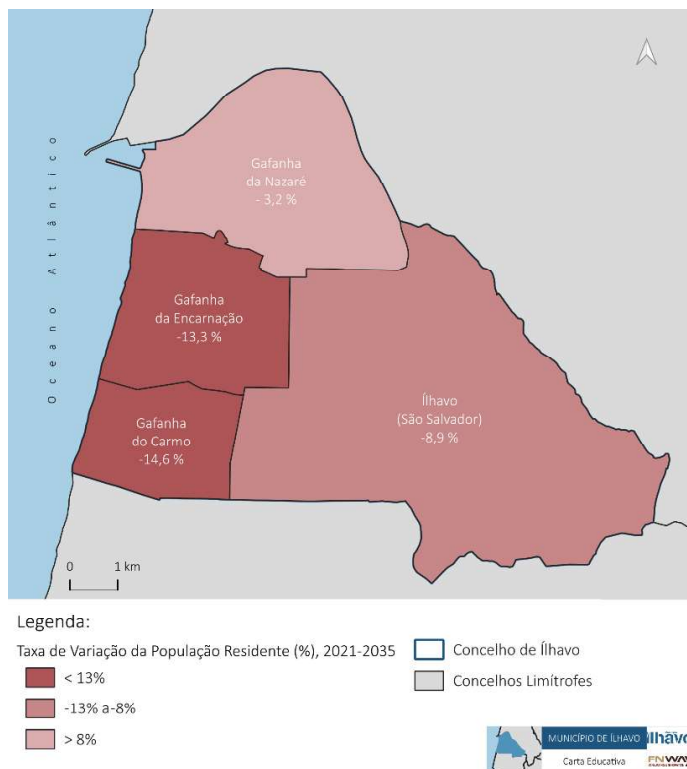


Figura 26. Taxa de variação da população residente, 2021-2035

Fonte: Censos de 2021 e projeções, cenário de população aberta, para 2035

Em 2035, o perfil etário da população do concelho e respetivas freguesias assume a tendência retratada em 2021, conjeturando-se que a população em idade ativa (25-64 anos) se mantenha enquanto grupo etário mais representativo, com a população idosa (65 ou mais anos) a ocupar a segunda posição. Os estratos etários mais jovens prosseguem com a menor representatividade populacional (**Gráfico 37**).

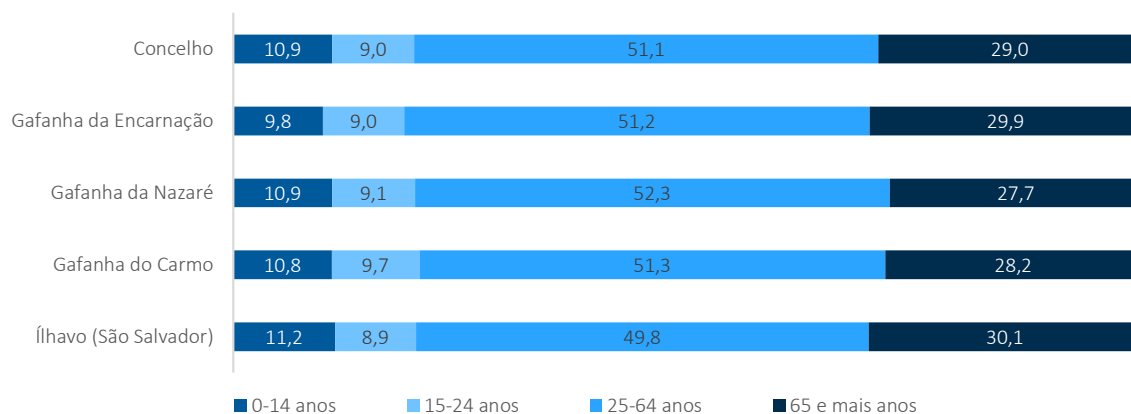


Gráfico 37. Estrutura etária da população projetada em 2035, por freguesia e grandes grupos etários

Fonte: Projeções, cenário de população aberta para 2035

Mediante o cenário apresentado em 2021, é expectável que, em 2035, se assista a um agravamento do fenómeno de envelhecimento, incrementando a proporção de população idosa (65 ou mais anos) e diminuindo a população dos estratos etários mais jovens (0-14 anos e 15-24 anos), bem como a população em idade ativa (25-64 anos), dinâmica transversal à totalidade das freguesias (**Gráfico 38**). Com efeito, em todas as freguesias, a população idosa constitui o único grupo etário com dinâmica de aumento, ressaltando uma maior taxa de crescimento deste segmento nas freguesias da Gafanha da Nazaré (37,9%) e da Gafanha da Encarnação (31,0%). Num movimento inverso, os restantes grupos etários assumem uma tendência de decréscimo, destacando-se as freguesias da Gafanha da Encarnação (-39,5%) e da Gafanha do Carmo (-33,7%), nas quais a quebra da população jovem, em especial dos 0 aos 14 anos, revela maior expressão.

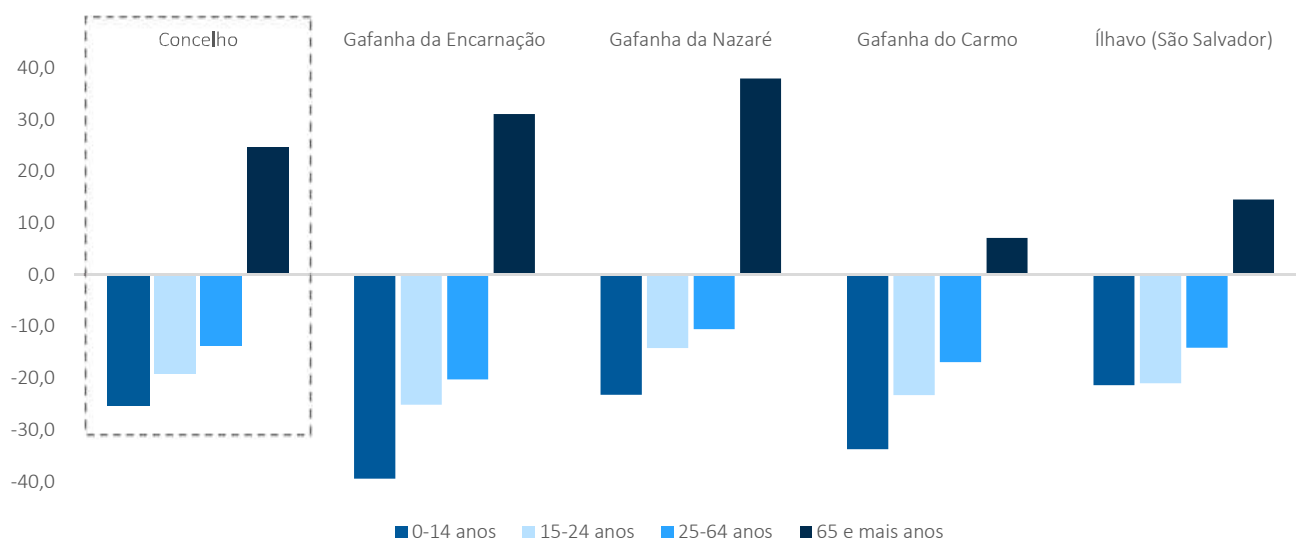


Gráfico 38. Variação expectável da população residente entre 2021 e 2035 (projeções), por freguesia e grandes grupos etários

Fonte: Censos 2021 e projeções, cenário de população aberta, para 2035

5.2.3. Previsões Demográficas para a População Estudantil

Visando a compreensão da tendência esperada dos níveis de procura (população estudantil), bem como a identificação de futuras necessidades em relação à oferta (estabelecimentos de educação e ensino), expõe-se, no presente ponto, uma análise circunstanciada da previsão da população estudantil até 2035.

Primeiramente, importa mencionar a necessidade de estimar o número de residentes de acordo com a idade normal de frequência de cada nível, partindo da população projetada por grupos etários quinquenais, de forma a alcançar a projeção da evolução e distribuição do quantitativo de crianças e jovens por nível de educação e ensino. Note-se que no desenvolvimento deste exercício, conforme representado na **Tabela 50**, foram consideradas as idades normais de frequência de cada um dos níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário.

Tabela 50. Idade normal de frequência de cada nível de educação e ensino

Nível de educação e ensino	Idade normal de frequência
Educação Pré-escolar	3 – 5 anos
1.º CEB	6 – 9 anos
2.º CEB	10 – 11 anos
3.º CEB	12 – 14 anos
Ensino Secundário	15 – 17 anos

Fonte: DGEEC, Regiões em números 2021/22

De forma a assegurar coerência nas dinâmicas de análise empreendidas, na população estudantil, referente ao ano letivo 2023/24, foram unicamente consideradas as crianças e jovens, tendo sido excluída da análise a população adulta devido ao critério da idade, em alinhamento com o preconizado na tabela anterior.

A tendência de decréscimo demográfico, previsto nos segmentos etários mais jovens, anunciava uma consequente **diminuição da procura educativa**, que veio a ser confirmada pela previsão da população estudantil para 2035, por nível de educação e ensino, com uma expectável **perda de 14%** (-732 estudantes), face ao número registado em 2023/24 (**Tabela 51**).

A quebra mais expressiva é esperada na Educação Pré-Escolar, com as projeções a apontar para uma perda na ordem dos 45%, sendo este o nível de educação com menor quantitativo de alunos esperado (622 alunos), desviando-se, assim, da dinâmica atual que coloca a Educação Pré-Escolar como o segundo nível de educação com maior volume de inscritos (1.137 crianças). Contrariando o aumento populacional observado em Ílhavo ao longo dos últimos 30 anos, esta quebra vem evidenciar o cenário de perda demográfica prospetivado para o concelho, considerando a baixa natalidade, visível no significativo estreitamento da base da pirâmide etária (0-4 anos).

De seguida destaca-se o 1.º CEB com uma perda de 18,3% de população estudantil, ainda que, à semelhança do cenário atual, seja esperado, neste nível de ensino, o maior volume de alunos do concelho (1.231 estudantes). No 3.º CEB é expectável uma diminuição de cerca de 10% de população estudantil, correspondendo a uma perda de 113 alunos. Embora o 2.º CEB constitua o nível de ensino com menor volume de estudantes na atualidade (680 alunos), presumivelmente assume-se como o nível de ensino com menor índice de perda entre 2023/24 e 2035 (-4,7%).

Não obstante o cenário global de efetiva perda de população estudantil, a dinâmica observada no Ensino Secundário merece uma nota de destaque, dado constituir o único nível de ensino com um expectável incremento do número de alunos (204 alunos, correspondendo a um aumento na ordem dos 25%). Note-se que esta previsão está em conformidade com a evolução aferida aquando do diagnóstico educativo, o qual revelou o aumento progressivo da procura educativa neste nível de ensino, aliás o maior aumento registado entre os diferentes níveis de ensino entre 2013/14 e 2023/24 (63,7%).

Tabela 51. População estudantil real em 2023/24 e previsão para 2035, para o concelho, por nível de educação e ensino

Nível de educação e ensino	População estudantil real 2023/24 (N.º) ⁵⁶	População estudantil projetada 2035 (N.º)	Variação 2023/24 - 2035	
			Absoluta (N.º)	Relativa (%)
Educação Pré-escolar	1.137	622	-515	-45,3
1.º CEB	1.506	1.231	-275	-18,3
2.º CEB	680	648	-32	-4,7
3.º CEB	1.085	972	-113	-10,4
Ensino Secundário	825	1.028	203	24,6
Total	5.233	4.501	-732	-14,0

Fonte: CMI 2023/24 e projeções, cenário de população aberta, para 2035

Com o objetivo de analisar a evolução da população estudantil residente nas freguesias do concelho, por nível de educação e ensino, sistematiza-se, na **Tabela 52**, a distribuição estimada de crianças e jovens com idade normal de frequência de cada um dos referidos níveis, com base nos dados dos censos de 2021 e nos dados projetados para 2035.

Espera-se uma diminuição de população estudantil em todas as freguesias do concelho, especialmente na Gafanha da Encarnação (-31,5%) e na Gafanha do Carmo (-27,2%), sendo que, segundo as projeções, representam as freguesias que irão perder mais população residente. Se, por um lado, a perda acentuada associada à freguesia da Gafanha da Encarnação se alinha

⁵⁶ Os dados da população estudantil real, no ano letivo de 2023/24, não consideram a população adulta.

com os indicadores demográficos aferidos na fase de diagnóstico, destacando-se enquanto única freguesia a perder população residente entre 2011 e 2021, por outro lado, a freguesia da Gafanha do Carmo demonstra um comportamento oposto, pois se entre 2011-2021 obteve o incremento de população residente mais expressivo (10,8%), em 2035 revelar-se-á como uma das freguesias com maior volume de perda de população estudantil.

Ílhavo (São Salvador) e Gafanha da Nazaré são apontadas como as freguesias que poderão vir a conhecer um menor decréscimo de estudantes, situando-se, ainda assim, nos -15,0% e -14,6%, respetivamente.

Numa análise global à escala concelhia, observa-se um movimento descendente em todos os níveis de educação e ensino, particularmente no que se refere à Educação Pré-Escolar, para a qual se prevê um decréscimo mais expressivo, na ordem dos 38%. Será expectável que a freguesia da Gafanha da Encarnação apresente a redução mais acentuada em todos os níveis de ensino, à exceção do Ensino Secundário.

Tabela 52. Previsão da evolução da população estudantil residente (N.º), por freguesia e nível

Unidade Territorial	Nível de educação e ensino										Total		
	EPE		1.º CEB		2.º CEB		3.º CEB		Ensino Secundário				Taxa de Variação %
	2021	2035	2021	2035	2021	2035	2021	2035	2021	2035	2021	2035	
Gafanha da Encarnação	137	68	189	153	116	75	173	112	169	129	784	537	-31,5
Gafanha da Nazaré	418	265	551	505	296	262	444	394	474	429	2.183	1855	-15,0
Gafanha do Carmo	45	25	57	48	36	26	53	39	59	44	250	182	-27,2
Ílhavo (São Salvador)	400	264	546	525	328	285	492	427	491	426	2.257	1.927	-14,6
Ílhavo	1.000	622	1.343	1.231	776	648	1.162	972	1.193	1.028	5.474	4.501	-17,8

2021 - População estudantil residente estimada 2021 (Censos) | 2035 - População estudantil residente projetada

% - Variação da população estudantil residente 2021 – 2035

Fonte: Censos de 2021 e projeções, cenário de população aberta, para 2035

Ainda que o presente estudo tenha considerado as tendências do passado e a previsão do comportamento de diversos indicadores para o cálculo das projeções demográficas, convém reforçar que as dinâmicas demográficas e socioeconómicas no concelho de Ílhavo podem registar mudanças, resultando em comportamentos diferentes dos inicialmente previstos.

Existe uma pluralidade de causas para tais alterações, como por exemplo, a implementação de medidas de atração e fixação da população neste território, agindo em articulação e simultaneidade com a própria dinâmica da atividade económica e da oferta de emprego, a qual poderá ser alvo de alterações significativas. Além dos fatores mencionados, é importante considerar o impacto de fenómenos naturais e de desequilíbrios geopolíticos internacionais, que podem levar à mobilização e fixação de pessoas em outros territórios, afetando os níveis de migração.

5.3. Avaliação das Necessidades de Oferta

A metodologia prospetiva empreendida permitiu a estabilização de um conjunto de resultados essenciais à fundamentação das opções e decisões políticas no âmbito do planeamento da rede educativa de Ílhavo, propulsores de uma ação concertada orientada para a resposta aos níveis de procura futuros, assente numa desejável otimização dos recursos físicos e financeiros.

Ressalva-se que a previsão da evolução da população, decorrente dos resultados projetados, surge em função das dinâmicas demográficas e socioeconómicas atuais, não interagindo, portanto, com outros fenómenos que, pelo seu carácter imprevisível, podem conduzir à transformação das dinâmicas expectáveis.

Recomenda-se, deste modo, a monitorização das tendências e a reavaliação das soluções propostas, mediante um acompanhamento sistemático dos múltiplos indicadores que influenciam, de forma direta e/ou indireta, os efetivos populacionais, assegurando a adaptação às necessidades e desafios emergentes.

Face ao exposto, e com o intuito de avaliar a capacidade de resposta da atual rede educativa à procura futura, procede-se, seguidamente, à estabilização de um conjunto de elementos técnicos, que fornecem um conjunto de contributos para a criação de propostas de intervenção na rede educativa de Ílhavo, compreendendo se a atual configuração está em consonância com a procura futura e que transformações poderão vir a ser equacionadas. Para a concretização do importante processo de avaliação descrito foram estabelecidos os seguintes **critérios**:

-  Atual **distribuição de equipamentos educativos** da rede pública (2023/24);
-  **Níveis de ocupação** atuais, com sinalização das situações de ocupação no limite e de sobreocupação;
-  **Número de inscritos no ano letivo de 2023/24**, por escola e freguesia;
-  **Previsão de população estudantil para 2035**, por freguesia;
-  **Capacidade instalada em cada equipamento, em 2023/24**, concedida pelo número de salas;
-  **Capacidade necessária em cada equipamento, em 2035**, resultante do número de salas, tendo em conta um número máximo de alunos por turma de 20 inscritos (e um máximo de dois inscritos com NSE).

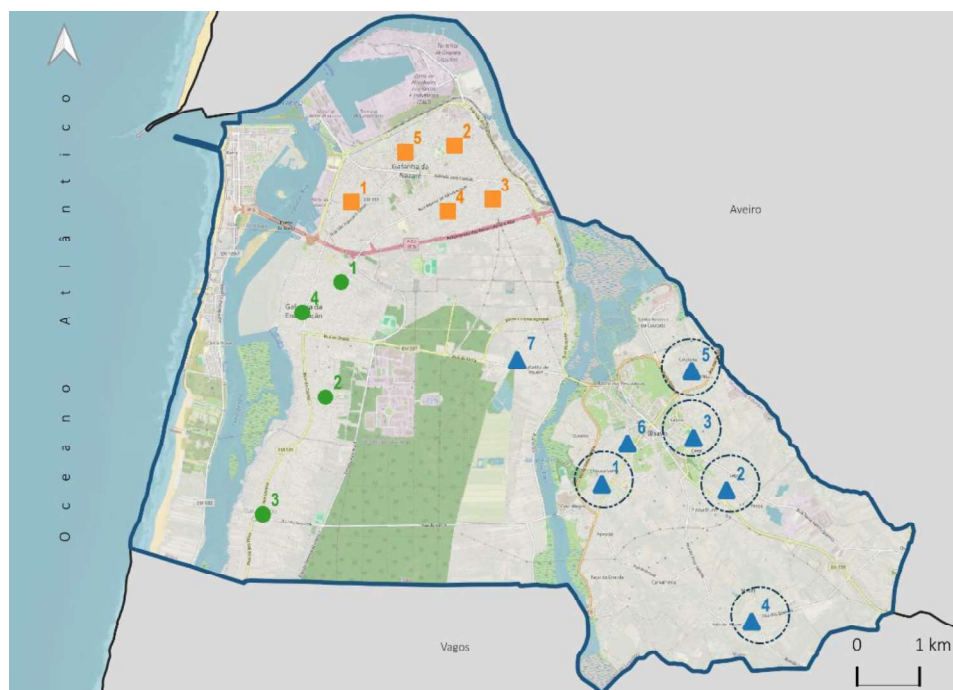
De acordo com as especificidades e características do território e da rede educativa atual e tendo por base a conjugação dos critérios acima elencados, torna-se possível definir alguns pressupostos norteadores de possíveis caminhos a percorrer na estabilização de uma rede educativa de excelência, adequadamente dimensionada e qualificada, com capacidade de resposta às dinâmicas e fenómenos emergentes no seio da comunidade educativa.

Assim, de um modo global, partindo da realidade e das necessidades atuais e prospetivas da rede educativa de Ílhavo, considera-se a premência de resposta a alguns constrangimentos com reconhecido impacto no bem-estar da comunidade educativa e, consequentemente, na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Estes constrangimentos relacionam-se com o débil estado de conservação de alguns equipamentos educativos, com necessidade urgente de intervenções de melhoria/modernização, bem como com o cenário de ocupação no limite/sobreocupação, extensível a um significativo número de equipamentos, cuja solução passará por processos de ampliação e/ou gestão equilibrada de colocação de alunos.

Os esquemas seguintes, organizados por EPE, 1.º CEB, 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, sistematizam os principais aspetos a considerar na requalificação da rede educativa, tendo por base os critérios supracitados.



Educação Pré-Escolar



- **AE de Gafanha da Encarnação**
- 1- EB Gafanha da Encarnação- Norte
 - 2- EB Gafanha da Encarnação- Sul
 - 3- JI Gafanha do Carmo
 - 4- JI Gafanha da Encarnação- Centro

- ▲ **AE de Ílhavo**
- 1- EB Chousa Velha
 - 2- EB Presa
 - 3- EB Senhora do Pranto
 - 4- EB Vale de Ílhavo
 - 5- EB Corgo Comum
 - 6- EB Ílhavo
 - 7- EB Gafanha de Aquém

- **AE de Gafanha da Nazaré**
- 1- EB Marinha Velha
 - 2- EB Chave
 - 3- EB nº1 de Cale da Vila
 - 4- EB nº2 de Cale da Vila
 - 5- EB Cambeia

Taxa de Ocupação 2023/24

○ 91-100% ○ > 100%

□ Concelho de Ílhavo
□ Concelhos Limitrofes



População estudantil para 2035

Concelho: 622 | Gafanha da Encarnação: 68 | Gafanha da Nazaré: 265 | Gafanha do Carmo: 25 | Ílhavo (São Salvador): 264

Freguesia	Equipamentos	Taxa de ocupação atual	Inscritos em 2023/24		Previsão 2035 População estudantil por freguesia	Capacidade instalada 2023/24	Capacidade necessária em 2035 (20 inscritos p/turma)
			Escola	Freguesia			
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação							
Gafanha do Carmo	JI Gafanha do Carmo	90%	45	45	25	2 salas	2 salas
Gafanha da Encarnação	JI Gafanha da Encarnação - Centro	80%	20	89	68	6 salas	4 salas
	EB Gafanha da Encarnação - Sul	89%	40				
	EB Gafanha da Encarnação - Norte	58%	29				
Agrupamento de Escolas de Ílhavo							
Ílhavo (São Salvador)	EB Vale de Ílhavo	100%	25	258	264	11 salas	13 salas
	EB Senhora do Pranto	100%	50				
	EB Presa	100%	25				
	EB Ílhavo	85%	64				
	EB Gafanha de Aquém	88%	44				
	EB Corgo Comum	100%	25				
	EB Chousa Velha	100%	25				
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré							
Gafanha da Nazaré	EB n.º 1 de Cale da Vila	72%	36	271	265	13 salas	14 salas
	EB n.º 2 de Cale da Vila	87%	65				
	EB Marinha Velha	90%	45				
	EB Chave	87%	65				
	EB Cambeia	80%	60				

Aspetos a considerar:

- Os equipamentos pertencentes aos AE de Gafanha da Encarnação e de Gafanha da Nazaré revelam uma taxa de ocupação razoável, destacando-se, porém, o estado de conservação insatisfatório de algumas estruturas;
- O AE de Ílhavo revela maiores fragilidades, dado o cenário de ocupação no limite da maioria dos equipamentos, podendo traduzir-se na necessidade de aumentar a capacidade da rede de EPE, em função das dinâmicas emergentes.

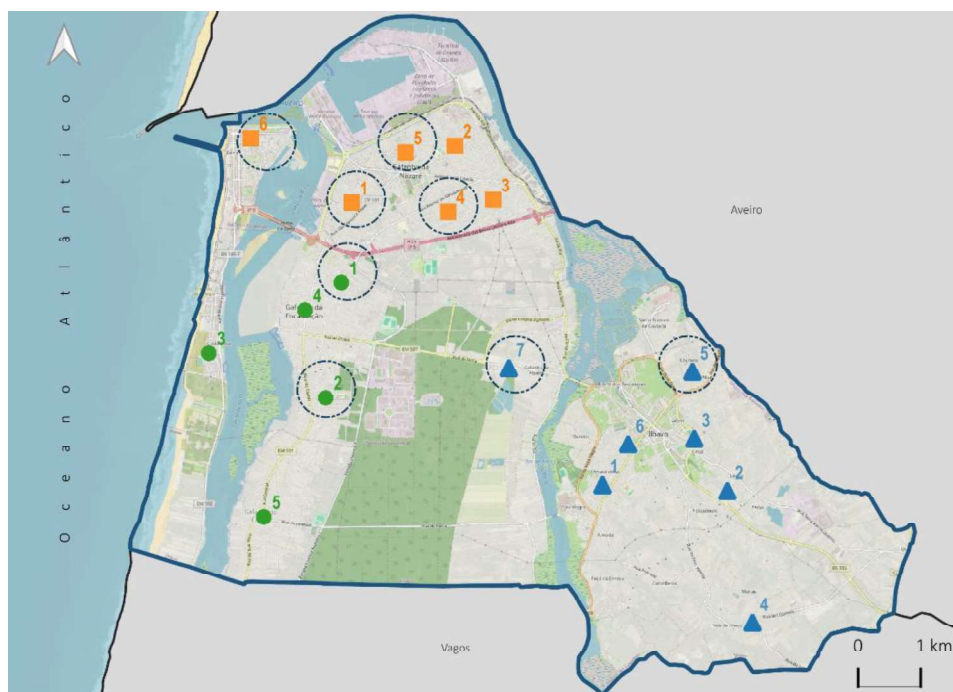


Município
Ílhavo

FNWAY
CONSULTING & INNOVATION



1.º Ciclo do Ensino Básico



- AE de Gafanha da Encarnação**
- 1- EB Gafanha da Encarnação- Norte
 - 2- EB Gafanha da Encarnação- Sul
 - 3- EB Costa Nova do Prado
 - 4- EB Gafanha da Encarnação- Centro
 - 5- EB Gafanha do Carmo

- ▲ AE de Ílhavo**
- 1- EB Chousa Velha
 - 2- EB Presa
 - 3- EB Senhora do Pranto
 - 4- EB Vale de Ílhavo
 - 5- EB Corgo Comum
 - 6- EB Ílhavo
 - 7- EB Gafanha de Aquém

- AE de Gafanha da Nazaré**
- 1- EB Marinha Velha
 - 2- EB Chave
 - 3- EB nº1 de Cale da Vila
 - 4- EB nº2 de Cale da Vila
 - 5- EB Cambeia
 - 6- EB Farol da Barra

Taxa de Ocupação 2023/24

○ 91-100% ○ > 100%

□ Concelho de Ílhavo
□ Concelhos Limitrofes



População estudantil para 2035

Concelho: 1.231 | Gafanha da Encarnação: 153 | Gafanha da Nazaré: 505 | Gafanha do Carmo: 48 | Ílhavo (São Salvador): 525

Freguesia	Equipamentos	Taxa de ocupação atual	Inscritos em 2023/24		Previsão 2035 População estudantil por freguesia	Capacidade instalada 2023/24	Capacidade necessária em 2035 (20 inscritos p/turma)
			Escola	Freguesia			
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação							
Gafanha do Carmo	EB Gafanha do Carmo	67%	64	64	48	4 salas	3 salas
Gafanha da Encarnação	EB Gafanha da Encarnação - Sul	92%	44	230	153	17 salas	8 salas
	EB Gafanha da Encarnação - Norte	100%	68				
	EB Gafanha da Encarnação - Centro	81%	78				
	EB Costa Nova do Prado	83%	40				
Agrupamento de Escolas de Ílhavo							
Ílhavo (São Salvador)	EB Vale de Ílhavo	76%	73	661	525	37 salas	27 salas
	EB Senhora do Pranto	84%	161				
	EB Presa	66%	79				
	EB Ílhavo	44%	85				
	EB Gafanha de Aquém	91%	87				
	EB Corgo Comum	94%	90				
	EB Chousa Velha	90%	86				
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré							
Gafanha da Nazaré	EB n.º 1 de Cale da Vila	78%	93	551	505	27 salas	26 salas
	EB n.º 2 de Cale da Vila	93%	89				
	EB Marinha Velha	97%	89				
	EB Chave	88%	106				
	EB Cambeia	91%	87				
	EB Farol da Barra	91%	87				

Aspetos a considerar:

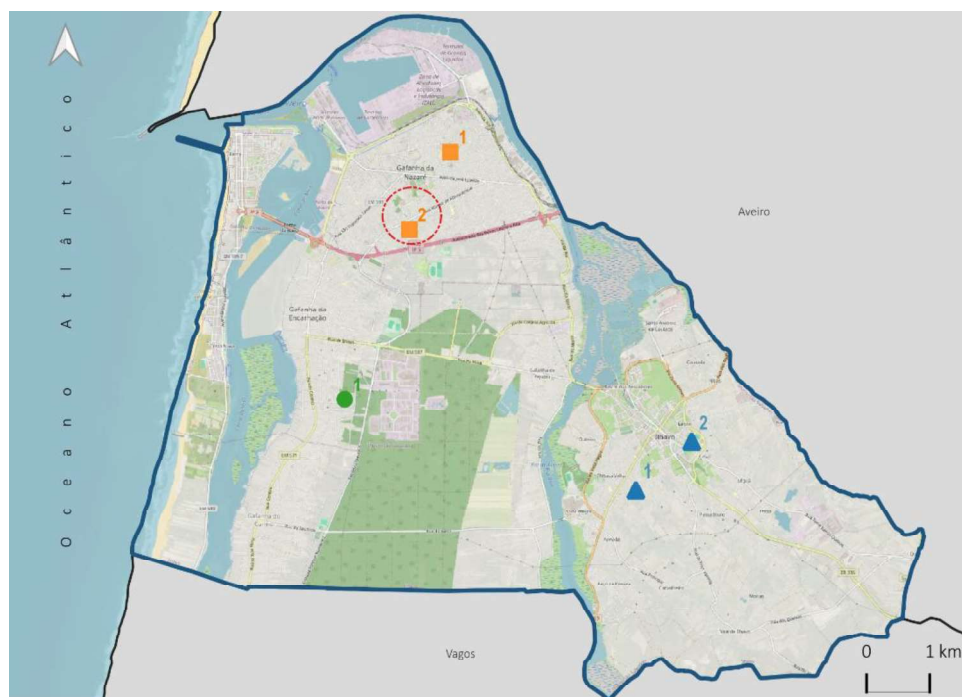
- Os equipamentos do AE de Gafanha da Encarnação apresentam três situações de ocupação razoável e duas de ocupação no limite, ressaltando fragilidades ao nível do estado de conservação da EB Gafanha da Encarnação - Centro, EB Costa Nova do Prado e EB Gafanha do Carmo. Considerando a expectável diminuição de população estudantil no 1.º CEB até 2035, conjectura-se a diminuição

considerável de salas afetas a este nível de ensino;

- Em relação ao AE de Ílhavo, paralelamente a uma situação de subocupação, existem 2 equipamentos com ocupação no limite, pelo que qualquer estratégia a desenvolver na supressão de eventuais necessidades, deve considerar o cenário prospetivo traçado, indicador de uma presumível diminuição de alunos e consequente número de salas necessárias para a sua integração;
- Os equipamentos do AE de Gafanha da Nazaré apresentam, igualmente, cenários de ocupação no limite (4 equipamentos) e continuarão a absorver um grande volume de inscritos neste nível de ensino. Evidenciam-se debilidades no estado de conservação da EB n.º 1 Cale da Vila e na EB Cambeia, sendo recomendadas intervenções de melhoria/modernização, salvaguardando as condições adequadas ao processo de ensino aprendizagem. Note-se que a ligeira diminuição de alunos esperada para 2035 terá pouco impacto em termos de número de salas.



2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico



● AE de Gafanha da Encarnação

1- EB Gafanha da Encarnação

▲ AE de Ílhavo

1- EB José Ferreira Pinto Basto
2- ES Dr. João Carlos Celestino Gomes

■ AE de Gafanha da Nazaré

1- EB Professor Fernando Martins
2- ES Gafanha da Nazaré

Taxa de Ocupação 2023/24

91-100% 100% > 100%

Concelho de Ílhavo
Concelhos Limitrofes



População estudantil para 2035

Concelho: 1.620 | Gafanha da Encarnação: 187 | Gafanha da Nazaré: 656 | Gafanha do Carmo: 65 | Ílhavo (São Salvador): 712

Freguesia	Equipamentos		Taxa de ocupação atual	Inscritos em 2023/24		Previsão 2035 População estudantil por freguesia	Capacidade instalada 2023/24	Capacidade necessária em 2035 (20 inscritos p/turma)
				Escola	Freguesia			
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação								
Gafanha da Encarnação	EB Gafanha da Encarnação	2.º CEB	65%	128	347	187	23 salas	10 salas
		3.º CEB	62%	219				
Agrupamento de Escolas de Ílhavo								
Ílhavo (São Salvador)	EB José Ferreira Pinto Basto	2.º CEB	72%	281	665	712	43 salas	36 salas
	ES Dr. João Carlos Celestino Gomes	3.º CEB	47%	384				
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré								
Gafanha da Nazaré	EB Professor Fernando Martins	2.º CEB	76%	271	753	656	13 turmas (2.º CEB); 14 turmas (3.º CEB).	33 salas
	ES Gafanha da Nazaré	3.º CEB	126%	482			18 salas (2.º CEB); 55 salas (3.º CEB, Secundário e Centro Qualifica) ⁵⁷	

Aspetos a considerar:

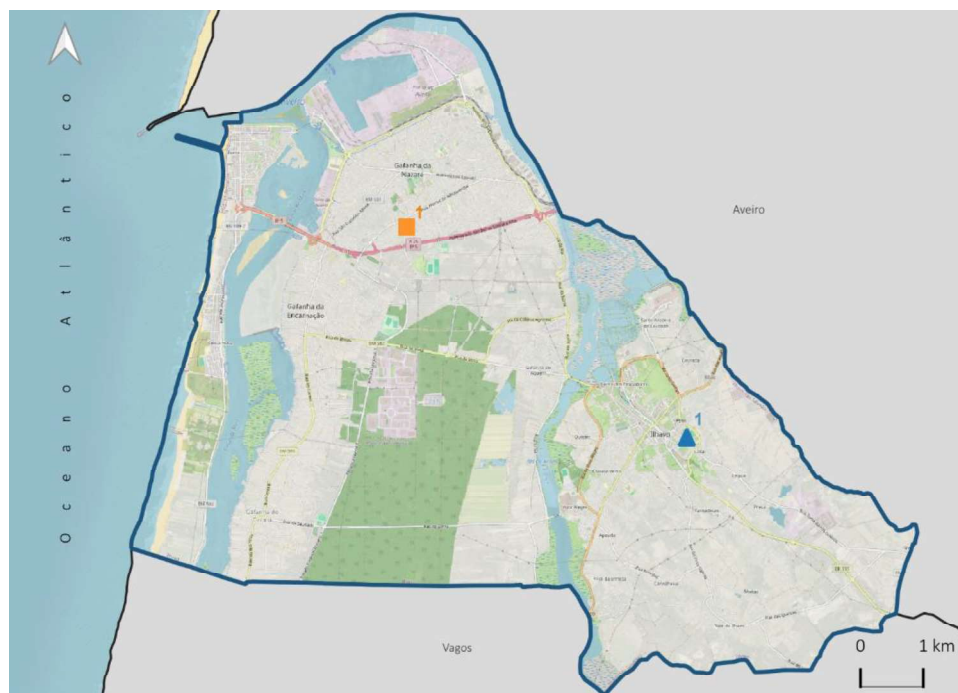
- A EB da Gafanha da Encarnação apresenta uma taxa de ocupação razoável, sendo esperado um decréscimo dos níveis de procura educativa, que se repercutirá na diminuição do número de salas necessárias;

⁵⁷ O Agrupamento de Escolas não disponibilizou o número de salas desagregado referente ao 3.º CEB. As salas do 3.º CEB foram disponibilizadas conjuntamente com as salas do Ensino Secundário, no qual se encontram, para além dos CCH e dos CP, todas as modalidades integradas no Centro Qualifica (e.g. Formações Modulares, Processos de RVCC, etc.).

- Ainda que não apresentem cenários de ocupação no limite nem de sobreocupação, os equipamentos do AE de Ílhavo refletem fortes debilidades no seu estado de conservação, estando as respetivas reabilitações já aprovadas para financiamento, no âmbito de programas de apoio integrados em fundos comunitários;
- Os dois equipamentos integrados no AE de Gafanha da Nazaré revelam, por um lado, um cenário insatisfatório do estado de conservação, relativo à EB Professor Fernando Martins, cuja obra de reabilitação já se encontra aprovada em sede de candidatura a fundos comunitários e, por outro lado, um caso de sobreocupação, inerente à ES Gafanha da Nazaré, indicando a necessidade de se equacionar uma solução a curto prazo, tendo sempre presente a evolução expectável da procura para a próxima década.



Ensino Secundário



▲ AE de Ílhavo
1- ES Dr. João Carlos Celestino Gomes

■ AE de Gafanha da Nazaré
1- ES Gafanha da Nazaré

□ Concelho de Ílhavo
■ Concelhos Limítrofes



População estudantil para 2035

Concelho: 1.028 | Gafanha da Encarnação: 129 | Gafanha da Nazaré: 429 | Gafanha do Carmo: 44 | Ílhavo (São Salvador): 426

Freguesia	Equipamentos		Taxa de ocupação atual	Inscritos em 2023/24		Previsão 2035 População estudantil por freguesia	Capacidade instalada 2023/24	Capacidade necessária em 2035 (20 inscritos p/turma)
				Escola	Freguesia			
Agrupamento de Escolas de Ílhavo								
Ílhavo (São Salvador)	ES Dr. João Carlos Celestino Gomes	CCH	61%	187	348	426	37 salas	22 salas
		CP	52%	161				
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré								
Gafanha da Nazaré	ES da Gafanha da Nazaré	CCH	58%	358	477	429	22 turmas (CCH); 8 turmas (CP).	22 salas
		CP	53%	119			55 salas (3.º CEB, Secundário e Centro Qualifica) ⁵⁸	

Aspetos a considerar:

- A ES Dr. João Carlos Celestino Gomes e a ES Gafanha da Nazaré constituem os únicos equipamentos do concelho com oferta de Ensino Secundário, pelo que deverão garantir resposta ao total de procura expectável para este nível de ensino;
- Ambos os equipamentos revelam uma taxa de ocupação razoável, demonstrando capacidade para a integração de um maior número de inscritos, sendo para isso fundamental travar a tendência da fuga de alunos para concelhos limítrofes e investir em estratégias de captação, mediante uma concertação da oferta formativa e outros mecanismos promotores da atratividade do território. De salientar, no caso da ES Dr. João Carlos Celestino Gomes, a necessidade urgente de intervenção dado o seu débil estado de conservação que, tal como referido anteriormente, se encontra aprovada para financiamento.

⁵⁸ Consultar nota anterior.

The image features a vibrant blue background adorned with white line-art icons representing various fields of study and creativity. In the top-left corner, a robot icon is depicted. To its right, a musical note is visible. Further right, a lightbulb with radiating lines suggests an idea. Below the lightbulb, a speech bubble is shown. In the bottom-left corner, a graduation cap is illustrated. An apple is positioned near the bottom center. A pencil is located in the middle-right area. A ruler is placed in the top-right corner. A paintbrush is situated in the middle-left area. A magnifying glass is located in the bottom-left corner. A cluster of colorful pencils (orange, yellow, green, blue, red, black, white) and a pair of scissors is positioned in the lower-left corner. The text '6. RESULTADOS DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO' is written in a bold, blue, sans-serif font, centered in the upper half of the image.

6. RESULTADOS DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO

Complementarmente ao diagnóstico estratégico, a dimensão compreensiva trazida pelo **processo de auscultação dos agentes locais**, mediante a dinamização de *Focus Groups*, permitiu aprofundar o conhecimento dos fenómenos e dinâmicas educativas de Ílhavo, desencadeando contributos muito relevantes para a **definição e fundamentação das opções estratégicas educativas**. Da interação, partilha e reflexões empreendidas ao longo dos *Focus Groups*, resultou um consenso generalizado sobre os tópicos de análise, sendo esta convergência indicadora de uma clareza e direção coletiva no que concerne às necessidades atuais e ao futuro ambicionado para a educação do território.

A partir das perceções da comunidade educativa, as quais desencadearam sete categorias temáticas, procedeu-se à caracterização da realidade atual, estabelecendo a ponte para um conjunto de projetos de mudança que vissem responder às necessidades manifestadas. Note-se que este processo participativo possibilitou a identificação das áreas prioritárias para a implementação de soluções de melhoria contínua da educação, cooperando na definição de um quadro estratégico sólido, concertado e profícuo para o processo de tomada de decisão política, que valoriza a voz e a visão da comunidade educativa.

Na **Figura 27**, encontram-se sistematizados os principais contributos decorrentes dos *Focus Groups*:



Conselho Municipal de Educação	Vereadores da Oposição	Agrupamentos de Escolas	Comunidade Escolar	Tecido Social
Conselho Municipal de Juventude	Presidentes de Juntas de Freguesias	Outras instituições de educação e ensino	Entidades ligadas à Qualificação e Emprego	Tecido Empresarial



Categorias	Realidade Atual	Projetos de Mudança
Educação Inclusiva	- Aumento de crianças com NSE e diversas problemáticas de saúde - Recursos humanos insuficientes - Assistentes Operacionais pouco assíduos e pouco qualificados para a interação com os alunos - Extensa lista de espera nos serviços da EMACE - Projetos diferenciadores assentes numa cultura de inclusão	(Re)constituição de uma Equipa Multidisciplinar permanente de apoio às crianças e jovens - Reforço de recursos humanos (e.g. Terapia da Fala, Psicologia, Psicomotricidade, entre outros) - Reforço de Assistentes Operacionais e aposta na sua qualificação - Comparticipação do apoio e alargamento da intervenção da EMACE ao terceiro setor
Multiculturalidade	- Estrutura física e humana inadequada ao acolhimento do crescente número de alunos migrantes - Dificuldade da população migrante no acesso à habitação, saúde e emprego - Iniciativas municipais para a inclusão comunidade cigana	- Estrutura física e humana adequadamente dimensionada e qualificada para responder ao fenómeno do fluxo migratório no contexto educativo - Programas de suporte à população migrante no acesso a serviços e outras estruturas de apoio - Iniciativas multiculturais e projetos de inclusão social com crianças, jovens e famílias

Categorias	Realidade Atual	Projetos de Mudança
Rede Educativa	- Débil estado de conservação de algumas escolas - Salas, mobiliário e outros recursos materiais insuficientes para responder ao elevado fluxo migratório - Escolas sobrelotadas ao nível das estruturas físicas de apoio às AAAF e CAF - Turmas sobredimensionadas	- Reabilitação, manutenção e ampliação dos equipamentos educativos existentes com necessidade de intervenção - Transferência de competências para as Juntas de Freguesias, no âmbito de pequenas reparações aos edifícios escolares - Adequado planeamento da rede educativa em função das necessidades e fenómenos emergentes
Segurança	- Persistência de algumas preocupações no âmbito da criminalidade, especialmente com os alunos migrantes (e.g. pequenos furtos, violência e consumos) - Aumento do número de jovens com comportamentos desviantes/indisciplina derivados dos contextos familiares - Desenvolvimento de campanhas de sensibilização em sala de aula no âmbito da <i>Cybersegurança</i> e <i>Cyberbullying</i>	- Reforço da ação e proximidade da Escola Segura nos espaços escolares e sua envolvimento - Desenvolvimento de projetos de intervenção orientados para a prevenção da criminalidade, evitando o aumento do respetivo índice - Assegurar a transversalidade de projetos como o “P2: Prevenção Positiva” do AEI a todos os AE
Famílias e Parentalidade	- Escassa adesão e receptividade dos pais à dinâmica educativa e programas de parentalidade consciente, apesar do trabalho desenvolvido pela CPCJ, EMACE, GAF e Associações de Pais - Famílias multidesafiadas (e.g. desemprego, doença, monoparentalidade, carência financeira) - Constrangimentos associados aos Acordos de Cooperação entre a CMI e as Associações de Pais - Crescente procura da resposta de creche e bloqueios por parte da Segurança Social à concretização de propostas de alargamento da oferta, dando origem a extensas listas de espera	- Planeamento e reforço das estratégias de envolvimento das famílias nas dinâmicas educativas e nas intervenções de promoção de competências parentais face aos diversos desafios que vão enfrentando - Revisão do modelo de funcionamento e gestão de refeições e serviços de apoio à família inerente ao Acordo de Cooperação entre a CMI e as Associações de Pais - Concertação de soluções com a Segurança Social face à inexistência de vagas para creche - Equacionar oferta pública de creche
Tecido Empresarial e Oferta Formativa	- Crescente valorização do ensino técnico-profissional, quer pelos alunos, quer pelas famílias - Sobreposição da oferta formativa entre os AE - Fuga de alunos do Ensino Secundário para Aveiro - Impossibilidade de oferta de cursos alinhados com os interesses dos jovens (critérios supramunicipais) - Desarticulação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho - Falta de mão-de-obra qualificada alinhada com a especialização produtiva do concelho	- Contínuo reconhecimento do Ensino Profissional e implementação de iniciativas de aproximação escolas-empresas - Concertação da oferta formativa entre AE e respetiva divulgação - Investimento na orientação vocacional dos jovens - Delineamento de estratégias promotoras de uma maior ligação entre a CMI e o tecido empresarial
Serviço de Transportes e Mobilidade	- Serviço de transporte público deficitário e com horários/percursos inadequados às dinâmicas escolares e ao acesso às zonas industriais - Saídas dos alunos limitadas pelas debilidades dos transportes - Vias de acesso às escolas pouco apelativas à autonomia de deslocação dos alunos (ciclovias) - Esforço do município na resposta a pedidos de cedência de transporte dos AE	- Melhoria dos acessos às escolas (ciclovias e outras vias dedicadas) que privilegiem meios de transporte alternativos/mobilidade suave - Serviço de transporte público ajustado às necessidades da população estudantil e da população em geral, em conjugação com a sua divulgação/promoção, atraindo a população para uma utilização consistente, no sentido de assegurar a sustentabilidade do investimento municipal

Figura 27. Sistematização dos contributos da comunidade educativa

Fonte: Focus Groups realizados no âmbito do processo de auscultação da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo

7. MATRIZ SWOT



7. MATRIZ SWOT

Apresenta-se, de seguida, uma **matriz SWOT**, na qual se sistematizam os principais elementos caracterizadores do concelho – **forças, fragilidades, oportunidades e ameaças** (Figura 28). Esta matriz reflete a diversidade de indicadores recolhidos ao longo do diagnóstico estratégico, bem como os contributos da comunidade educativa, numa conjugação virtuosa essencial à construção de um quadro estratégico alinhado com a situação atual e as perspetivas futuras para a melhoria da qualidade da educação do território.

 FORÇAS • Posicionamento geoestratégico favorável e riqueza do património natural, histórico e cultural do concelho • Acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas privilegiadas • Aumento populacional, crescimento efetivo e migratório • Aumento do número de edifícios e de alojamentos familiares • Forte presença do setor do turismo e da indústria • Ligação ao mar com impacto positivo no desenvolvimento económico • Diversificação das atividades económicas locais, competitividade e crescimento do tecido empresarial • Incremento gradual do ganho médio mensal • Decréscimo acentuado (-47,5%) da taxa de desemprego (2011 e 2021) • Baixa taxa de analfabetismo (2,2%) e aumento da qualificação da população • Dinamismo, projetos diversificados e modelos pedagógicos diferenciadores • Cultura de inclusão • Qualidade do corpo docente e envolvimento da comunidade educativa • Existência do Centro Qualifica (AE de Gafanha da Nazaré) e de dois Centros Tecnológicos Especializados (CTE) (AE de Ílhavo e AE de Gafanha da Nazaré)	 FRAGILIDADES • Envelhecimento da população e perda populacional expressiva entre os 0 e os 14 anos (-11,4%) • Débil estado de conservação de alguns equipamentos educativos e turmas sobredimensionadas • Recursos humanos insuficientes para o apoio e acompanhamento de crianças e jovens • Extensas listas de espera na resposta de creche • Estruturas física e humana inadequadas ao acolhimento do expressivo número de alunos migrantes • Dificuldade da população migrante no acesso à habitação, saúde e emprego • Famílias multidesafiadas • Comportamentos desviantes/indisciplina dos alunos • Condicionamentos no serviço de transporte público • Débil ligação entre o tecido empresarial e a autarquia • Falta de mão-de-obra especializada e desarticulação entre a oferta formativa e as necessidades do tecido produtivo do concelho
 AMEAÇAS • Impacto da crise pandémica • Imprevisibilidade e instabilidade do fluxo migratório • Constrangimentos a uma plena integração das famílias migrantes • Oferta formativa desadequada às necessidades do mercado de trabalho • Dificuldade em captar alunos para a via profissionalizante • Concorrência com os municípios limítrofes ao nível da atratividade da oferta formativa • Débil participação das famílias na escola • Envelhecimento do pessoal docente • Expectável diminuição da população estudantil até 2035	 OPORTUNIDADES • Fundos estruturais de apoio ao envelhecimento • Recursos Humanos e Equipas Multidisciplinares permanentes de apoio e acompanhamentos dos alunos • Infraestruturas educativas de qualidade e adequadamente dimensionadas • Oferta de creche, tendo por base um modelo de parceria entre a autarquia e a Segurança Social • Programas nacionais e regionais de apoio à inclusão social e estratégias de suporte à população migrante • Análise e eventual revisão do Protocolo de Cooperação entre a CMI e as Associações de Pais • Alargamento de projetos com reconhecido sucesso à totalidade dos Agrupamentos de Escolas • Previsão de contratação de 2500 pessoas com impacto na atração/fixação de população • Reforço da orientação vocacional dos jovens, reconhecimento do Ensino Profissional e iniciativas de aproximação escola-empresas • Estratégias de articulação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho • Serviço de transporte público ajustado às necessidades da população • Centro Qualifica e Centros Tecnológicos Especializados (CTE)

Figura 28. Análise SWOT

Fonte: Indicadores estatísticos e contributos dos agentes locais

The image features a light blue background with a variety of white line-art icons. In the top left, there is a robot with a square head and a plus sign below it. To the right of the robot are musical notes. In the center, there is a large, stylized cloud or wave shape. Below this, there is a lightbulb with three arrows pointing outwards, a speech bubble, and a graduation cap. In the bottom left, there is an apple and a magnifying glass. In the bottom right, there is a pair of scissors. The text '8. QUADRO ESTRATÉGICO' is written in blue capital letters in the upper right quadrant.

8. QUADRO ESTRATÉGICO

O compromisso assumido pelo Município de Ílhavo, pelos estabelecimentos de educação e ensino e por toda a comunidade educativa que os representa, estabilizado na elaboração da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, abre caminho à determinação de um conjunto de princípios e ações estratégicas direcionadas para a consecução de um modelo educativo concertado, ao qual se associará a visão de desenvolvimento do território. Com efeito, a análise multidimensional e articulada do contexto territorial, decorrente do processo de diagnóstico estratégico, permite apresentar um sólido quadro estratégico e definir dimensões basilares à implementação de um plano de ação integrado, tendo presente a dimensão da flexibilidade e adequabilidade das propostas às especificidades do território, bem como às necessidades que, ao longo do processo, possam emergir.

Na senda do preconizado ao longo do presente documento, o quadro estratégico contempla duas tipologias de propostas, designadamente, as de **natureza material** (intervenções físicas ao parque escolar) e as de **natureza imaterial** (intenções de desenvolvimento educativo), corporizando o delineamento do caminho que melhor permitirá responder às necessidades e desafios atuais e futuros, com vista à melhoria da qualidade da educação em Ílhavo (**Figura 29**). Neste sentido, partindo da definição da **visão para a educação no concelho de Ílhavo**, a qual estabelece o cenário que se espera alcançar com a implementação do quadro estratégico, ancorado numa abordagem prospetiva e integrada, propõe-se um plano de ação estruturado em:

-  **Eixos estratégicos** (EE) – linhas orientadoras da ação, distinguindo-se pela modalidade de intervenção (material e imaterial);
-  **Objetivos estratégicos** (OE) – desígnios que se pretendem alcançar;
-  **Medidas** (M) – proposta de operacionalização e de materialização dos eixos e objetivos estratégicos estabelecidos, visando uma implementação efetiva e concreta do plano de ação.



Figura 29. Estrutura do quadro estratégico

A educação é assumida pelo Município como um investimento prioritário e uma verdadeira aposta para o futuro, pois na qualidade das estruturas física e humana e no desenvolvimento holístico das crianças e jovens reside um amanhã repleto de possibilidades, firmado num território de excelência.

A Revisão da Carta Educativa de Ílhavo representa uma oportunidade para a (re)construção de uma política educativa local que responda às reais necessidades e desafios do território e respetiva comunidade, visando alcançar dinâmicas e contextos educativos enriquecedores e potenciadores do bem-estar integral das crianças, jovens, famílias e restante comunidade educativa.

Reconhecendo a educação como um pilar fundamental para a transformação individual e coletiva e tendo por base o princípio da aprendizagem em todos os espaços e ao longo da vida, a visão para a educação do território preconiza a importância do **desenvolvimento pessoal e profissional de cada membro da comunidade**, assegurando o direito de todos os cidadãos a oportunidades de aprendizagem, enquanto base para a construção de uma sociedade mais coesa, consciente, resiliente e empoderada para responder aos desafios de um mundo em constante transformação.

Neste sentido, a visão intenciona o reconhecimento e a valorização das diferentes vias de ensino e formação, ancorada numa desejável concertação da oferta educativa e formativa, de acordo com as necessidades do tecido produtivo do território e os projetos de vida dos jovens, para os quais o investimento na orientação vocacional e exploração dos talentos individuais se afigura determinante.

Na promoção do pleno desenvolvimento de cada cidadão, em todas as etapas do seu ciclo de vida, procura-se **envolver e capacitar** a população estudantil, o corpo docente e não docente e os pais/encarregados de educação, mediante a disponibilização de variadas práticas de educação e formação, alinhadas com as suas necessidades e interesses, rumo ao exercício de uma cidadania ativa, com influência no desenvolvimento das pessoas e do território que habitam.

Considerando a preponderância dos laços de proximidade e de um ambiente de cooperação, assume-se, igualmente, a **articulação entre as diferentes estruturas locais** que direta e/ou indiretamente intervêm na esfera educativa, sobretudo entre o município, os agrupamentos de escolas, as empresas e o movimento associativo, bem como a comunidade educativa em geral, na dinamização de iniciativas e projetos diferenciadores, a partir dos recursos do território.

Nesta visão, a afirmação do concelho de Ílhavo enquanto **território educativo inclusivo** representa uma dimensão basilar, reforçando o reconhecimento dos agrupamentos de escolas como modelos de referência em educação inclusiva, que para além de garantirem os recursos humanos e materiais ajustados às necessidades das crianças, jovens e famílias, colocam em prática princípios e metodologias pedagógicas diferenciadoras que respeitam a individualidade dos alunos.

Pretende-se que a **coesão e inclusão social** assumam grande centralidade no domínio educativo, considerando a **multiculturalidade** que caracteriza o território de Ílhavo. Reconhecendo a forte representatividade de famílias migrantes e de minorias étnicas, e suas fragilidades socioeconómicas, torna-se essencial trilhar um caminho que conduza a uma verdadeira inclusão, garantindo o acesso a bens e subsistemas essenciais à estruturação da vida humana – habitação, saúde, educação e emprego. As famílias ocupam, assim, um lugar de grande relevância na visão para educação de Ílhavo, numa base de participação ativa dos pais/encarregados de educação na vida escolar dos educandos, e de envolvimento em processos de capacitação, potenciadores uma parentalidade mais informada e consciente.

A visão delineada preconiza uma **rede educativa** adequadamente dimensionada, consentânea com as necessidades da procura atual e futura e com a agenda global de educação, proporcionando equipamentos educativos com condições físicas e funcionais de qualidade, inovadoras e sustentáveis, que assegurem o conforto, a eficácia e eficiência do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, entende-se que a bandeira da coesão territorial de Ílhavo será erguida mediante a **melhoria das condições de mobilidade**, com base num serviço de transporte ajustado às necessidades e dinâmicas da população estudantil, bem como numa oferta de estruturas adequadas a meios de transporte alternativos (e.g. ciclovias), que potenciem a autonomia de deslocação dos alunos. Todos estes pressupostos permitem consolidar a visão para a educação de Ílhavo:



VISÃO

Um **território educador e inclusivo** que, a partir de contextos e **dinâmicas socioeducativas sustentáveis e inovadoras**, multiplica as oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e bem-estar integral de todas as pessoas, sob o princípio da **educação e formação em todos os espaços e ao longo da vida**, proporcionando **condições de excelência** a uma plena participação cívica, privilegiando os recursos identitários do território e **promovendo sinergias** entre os agentes que o integram, rumo à **concretização de projetos de vida** realistas e desafiantes.

Não obstante o lugar de destaque assumido pelo Município, importa ressaltar que a concretização do quadro estratégico e respetivos objetivos apenas será possível com o envolvimento, articulação e colaboração das distintas estruturas educativas locais, bem como de parceiros regionais e nacionais. O alcance da visão estabilizada para a educação do concelho de Ilhavo depende, assim, de um modelo integrado, ancorado num quadro estratégico, ao qual se associam **três eixos estratégicos** que, por sua vez, contemplam um conjunto de objetivos estratégicos, conforme representado na **Tabela 53**.

Tabela 53. Eixos e objetivos estratégicos



EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



EIXOS ESTRATÉGICOS	EE1. Rede Educativa de Excelência, Inclusiva e Sustentável	EE2. Contextos e Dinâmicas Educativas Inovadoras e Inclusivas	EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1.1 Promover a melhoria contínua das condições de acesso a experiências educativas diversificadas, assegurando o bem-estar da comunidade educativa, mediante uma rede educativa adequadamente dimensionada e requalificada	OE2.1 Promover um ambiente seguro e favorável à inclusão de todas as crianças e jovens, mediante o reforço de uma estrutura humana de apoio e acompanhamento permanente OE2.2 Fortalecer os mecanismos institucionais de acolhimento e inclusão dos alunos migrantes, cultivando o diálogo intercultural, o sentimento de pertença e a igualdade de oportunidades	OE3.1 Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias OE3.2 Criar uma política de educação e formação concertada e ajustada às necessidades do tecido produtivo e aos projetos de vida dos jovens e adultos do território OE3.3 Melhorar a eficácia e eficiência do serviço de transporte público e das vias alternativas de acesso às escolas

8.1. Propostas de intervenção

8.1.1. Eixo Estratégico 1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável

O **Eixo Estratégico 1** contempla medidas exclusivamente direcionadas às intervenções físicas no parque escolar do concelho de Ílhavo. De acordo com o processo de diagnóstico estratégico empreendido e com os contributos dos agentes do território, assiste-se, atualmente, a uma elevada procura educativa que, contrastando com a incapacidade de resposta dos equipamentos, se repercute em inúmeros constrangimentos a um profícuo desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (**Tabela 54**).

O **quadro de ocupação no limite**, extensível a diversos equipamentos educativos, bem como o caso de **sobreocupação** observado na Escola Secundária de Gafanha da Nazaré (3.º CEB), refletindo-se, entre outros aspetos, em turmas sobredimensionadas, escolas sobrelotadas ao nível das infraestruturas de suporte aos complementos educativos (CAF e AAAF), número de salas para as atividades letivas desajustadas ao número de alunos e recursos materiais insuficientes, confluem para a necessidade de se equacionarem soluções, a curto prazo, que invertam esta conjuntura e permitam estabilizar uma rede educativa adequadamente dimensionada para fazer face à elevada procura educativa.

Importa, no entanto, que a solução conjeturada tenha em linha de conta não só as dinâmicas e necessidades atuais, como também as necessidades futuras, de acordo com a expectável evolução da população estudantil delimitada pelo estudo prospetivo. Se, por um lado, no presente, existem cenários de ocupação no limite/sobreocupação, inequivocamente adensados pelo fenómeno migratório registado nos contextos educativos, por outro lado, é esperada, na próxima década, uma diminuição do número de alunos (-732, correspondendo a -14,0%), que deverá ser considerada em qualquer solução que venha a ser equacionada na suplantação dos atuais constrangimentos.

Não obstante o crescente número de alunos migrantes nos agrupamentos de escolas do concelho, é amplamente reconhecida a imprevisibilidade e instabilidade dos movimentos destas crianças e jovens, sendo, portanto, crucial uma monitorização cuidada das tendências de evolução do fenómeno migratório, aferindo se se trata de um desafio estrutural ou meramente conjuntural. Uma análise ponderada desta natureza assegurará a implementação de soluções flexíveis e adaptadas às flutuações expectáveis, numa lógica de sustentabilidade.

Simultaneamente, o **débil estado de conservação** de nove equipamentos educativos – JI e EB Gafanha do Carmo, EB Gafanha da Encarnação - Centro, EB Costa Nova do Prado, EB José Ferreira Pinto Basto, ES Dr. João Carlos Celestino Gomes, EB n.º 1 Cale da Vila, EB Cambeia e EB Professor Fernando Martins – classificado no diagnóstico estratégico como insatisfatório, conduz a mais uma das áreas de intervenção prioritária. Note-se que a requalificação da EB José Ferreira Pinto Basto, da EB Professor Fernando Martins e da ES Dr. João Carlos Celestino Gomes já apresentam, à data, aprovação para financiamento no âmbito de programas de apoio integrados em fundos comunitários. Neste contexto, e tendo sempre presente os pressupostos mencionados, propõe-se que os potenciais constrangimentos associados a uma ocupação no limite/sobreocupação dos equipamentos educativos e reconhecidas debilidades do seu estado de conservação, seja suprimida mediante a **requalificação, modernização e ampliação**, privilegiando uma **boa gestão** até ao limite legal de ocupação dos equipamentos existentes.

Favorecendo um processo de reabilitação/ampliação em detrimento da construção de novos equipamentos escolares, a solução proposta permitirá responder de forma mais eficiente e sustentável às necessidades da procura futura, numa lógica de otimização e racionalização sustentável da rede escolar e de melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

As intervenções de índole material deverão privilegiar, para além da sustentabilidade da arquitetura escolar, no que se refere aos níveis de desempenho energético e às condições de conforto térmico dos edifícios, a modernização e o adequado apetrechamento dos espaços escolares, assegurando o bem-estar dos indivíduos dentro e fora dos espaços letivos e

transformando as escolas em espaços inovadores e atrativos para a comunidade educativa. As intervenções devem, ainda, partir da premissa da gestão integrada de recursos, de modo a otimizar os processos de manutenção das condições de funcionamento dos equipamentos escolares.

Neste sentido, propõe-se a implementação das seguintes medidas:

Tabela 54. Objetivos e medidas estratégicas do Eixo Estratégico 1



OBJETIVOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – EIXO ESTRATÉGICO 1

Eixo Estratégico 1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável

OE1.1 Promover a melhoria contínua das condições de acesso a experiências educativas diversificadas, assegurando o bem-estar da comunidade educativa, mediante uma rede educativa adequadamente dimensionada e requalificada

M1.1 Requalificação e modernização da rede educativa concelhia, assegurando condições adequadas ao processo de ensino-aprendizagem

M1.2 Ampliação dos equipamentos educativos existentes e/ou gestão equilibrada das colocações de crianças/alunos, criando condições adequadas a um pleno acolhimento da comunidade educativa

8.1.2. Eixo Estratégico 2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

O **Eixo Estratégico 2** corporiza um conjunto de objetivos e medidas de natureza imaterial, orientados para a consolidação de uma cultura de inovação e inclusão, mediante a (re)construção de contextos e dinâmicas educativas que considerem a diversidade de características e necessidades das crianças, jovens, famílias e restante comunidade educativa (**Tabela 55**).

Este segundo eixo vem reforçar a importância de promover o **sucesso educativo** na sua plenitude. Com efeito, a posição de destaque, muitas vezes atribuída aos resultados escolares, dá lugar a uma visão integrada da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças e jovens de Ílhavo, constituindo a pedra angular na qual assenta a construção de percursos bem-sucedidos, sob os princípios da inclusão e da equidade. Pretende-se que a cultura de inclusão que caracteriza a educação de Ílhavo seja objeto de uma contínua melhoria, ajustando-se às necessidades e desafios que vão emergindo, decorrentes das novas configurações que a realidade socioeducativa vai manifestando. Considerando o significativo **aumento de crianças e jovens com NSE** e outras conjunturas de maior vulnerabilidade (e.g. autismo, doenças crónicas, alergias graves, mobilidade reduzida, entre outros) e consequente desajustamento das verbas às necessidades atuais e insuficiência dos recursos humanos que respondam às necessidades emergentes⁵⁹, o investimento no reforço de uma **estrutura humana devidamente dimensionada e qualificada** afigura-se determinante para o adequado apoio e acompanhamento destas crianças e jovens.

O domínio da inclusão atravessa várias dimensões, sendo o **fenómeno migratório** e a presença de algumas etnias, uma das que revela maior necessidade de intervenção a curto prazo. Atualmente, os estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Ílhavo defrontam-se com um crescente número de alunos migrantes, adensando as dificuldades em termos de capacidade de acolhimento, quer ao nível da estrutura física, quer ao nível da estrutura humana que, para além de insuficiente, considera não ter as ferramentas e conhecimento necessário para responder com qualidade a este novo desafio.

⁵⁹ De acordo com os contributos da comunidade educativa, o valor atribuído pelo protocolo com o CRI não foi atualizado em função do incremento de alunos com NSE. Note-se que a desadequação do número de recursos humanos aos pedidos de apoio tem dado origem a extensas listas de espera, às quais a EMACE (Equipa Multidisciplinar formada antes da transferência de competências, sendo suportada por orçamento próprio do município e estando contratada até 31.DEZ.2025) não consegue responder.

Neste sentido, para além da dinamização de iniciativas e projetos multiculturais e de inclusão social, objetiva-se a garantia de uma estrutura física e humana adequada ao movimento migratório que se faz sentir nos diversos contextos educativos, para que estas crianças, jovens e famílias sejam verdadeiramente incluídas com base num acolhimento e acompanhamento de qualidade consentâneo com as suas necessidades.

Numa lógica de **gestão integrada de recursos**, mediante a permanente articulação entre a educação formal, não formal e informal, temáticas como o sucesso educativo, a inclusão social e a cidadania, poderão vir a ser exploradas com a colaboração do tecido associativo local, através da dinamização de atividades que, numa conjugação virtuosa, abram espaço para o desenvolvimento de aprendizagens significativas e para a valorização do património do território e do *know-how* dos agentes locais, assegurando condições inovadoras de igualdade de acesso e sucesso educativo e reforçando o sentimento de pertença.

Face a este contexto, propõe-se a implementação das seguintes medidas:

Tabela 55. Objetivos e medidas estratégicas do Eixo Estratégico 2



OBJETIVOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – EIXO ESTRATÉGICO 2

Eixo Estratégico 2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

OE2.1 Promover um ambiente seguro e favorável à inclusão de todas as crianças e jovens, mediante o reforço de uma estrutura humana de apoio e acompanhamento permanente

M2.1. Constituição de uma rede qualificada de recursos humanos para um acompanhamento permanente a todas as crianças e jovens do território com Necessidades de Saúde Especiais (NSE) e outras necessidades educativas

M2.2. Reforço da ação de proximidade da Escola Segura nos espaços escolares e desenvolvimento de iniciativas orientadas para a prevenção de comportamentos desviantes e de risco

OE2.2 Fortalecer os mecanismos institucionais de acolhimento e inclusão dos alunos migrantes, cultivando o diálogo intercultural, o sentimento de pertença e a igualdade de oportunidades

M2.3. Desenvolvimento de iniciativas multiculturais e projetos de inclusão social

8.1.3. Eixo Estratégico 3: Educação Permanente, Inovação e Coesão

O **Eixo Estratégico 3** assume uma dinâmica de multiplicação das oportunidades de desenvolvimento integral e sustentado do concelho de Ílhavo e das pessoas que nele (inter)agem, ancorada em soluções inovadoras e alinhadas com as efetivas necessidades e interesses da comunidade, sob os princípios da educação e formação ao longo da vida, da inovação e da coesão (Tabela 56).

A qualidade da educação de um território encontra-se estreitamente ligada à dinâmica de envolvimento e articulação dos principais agentes de socialização – família, escola e comunidade – constituindo tal ligação um importante indicador de coesão. Reconhece-se, porém, que ao longo das últimas décadas, a conciliação entre vida familiar, pessoal e escolar tem revelado crescentes transformações e constrangimentos, traduzindo-se num progressivo distanciamento dos pais e encarregados de educação da vida escolar à medida que os seus educandos progridem nos ciclos de ensino.

Ao mesmo tempo, não obstante os esforços e dedicação empreendida por diferentes entidades/serviços do concelho de Ílhavo (e.g. CPCJ, EMACE, Gabinete de Apoio à Família e Associações de Pais), observa-se uma escassa adesão dos pais a iniciativas ligadas à parentalidade. Neste sentido, torna-se necessário otimizar os recursos existentes e reajustar as estratégias, procurando

incrementar os níveis de envolvimento e participação dos pais/encarregados de educação, no sentido de uma parentalidade consciente e de proximidade.

Ainda no âmbito da parentalidade, no que se refere aos **Acordos de Cooperação celebrados entre a autarquia e as associações de pais**, importa destacar os **constrangimentos**, associados à sobrecarga de responsabilidades assumidas pela gestão de refeições e prolongamento de horário (AAAF e CAF) e, concomitantemente, as **oportunidades**, inerentes a um modelo facilitador de um contacto mais próximo com os alunos e consequente qualidade dos serviços prestados. Por estes motivos, sugere-se que este modelo de funcionamento seja objeto de eventual revisão, impulsionando o cumprimento da missão educativa que lhe está associada e, simultaneamente, o bem-estar de todos os envolvidos.

Na sequência do aumento considerável da procura de creche e da instalada incapacidade de resposta a essa procura, que desencadeia extensas listas de espera e profundos constrangimentos nas dinâmicas familiares, propõe-se a conjugação de esforços no sentido de aumentar a amplitude de resposta a este nível, equacionado a possibilidade de uma **oferta de creche alicerçada num modelo de parceria entre a Câmara Municipal de Ílhavo, a Segurança Social e as IPSS's concelhias**⁶⁰.

De uma nova sociedade e economia do conhecimento nascem novos desafios, convocando novas competências, qualificações e respostas mais diversificadas que permitam enfrentar um mercado cada vez mais competitivo. O trabalho, a qualificação e a inovação representam pilares essenciais ao desenvolvimento territorial, e para que estas dimensões estejam plenamente asseguradas, é fundamental estabelecer sinergias com os recursos e dinâmicas existentes ou passíveis de mobilização e desenvolvimento no território.

Considerando as fragilidades elencadas ao longo do processo de diagnóstico – desarticulação entre a oferta formativa existente e as necessidades do tecido produtivo concelhio, falta de mão-de-obra qualificada, fuga de alunos do ensino secundário para Aveiro, entre outras – entende-se que a capacidade de resposta aos desafios atuais e futuros passa por uma concertação da oferta formativa e por uma atuação prospetiva, empenhada e responsável dos atores envolvidos nas dinâmicas da qualificação e do emprego.

Propõe-se, assim, a criação de uma **política de educação e formação concertada**, constituída por agentes educativos, empresários e outras parceiros, direcionada a jovens e adultos. Uma estrutura deste cariz deverá, entre muitas outras atribuições, assumir o compromisso pelo desenvolvimento de estratégias de transição escola-trabalho bem-sucedidas, mediante a implementação de ações que impulsionem a proximidade entre as instituições educativas e o tecido empresarial, bem como a conjugação de esforços de concertação da oferta formativa do concelho que, desejavelmente, deverá alinhar-se com as necessidades do tecido produtivo e com os interesses e projetos de vida dos jovens e famílias.

Por último, considerando as debilidades alocadas ao **serviço de transporte público** que, naturalmente, diminuem as possibilidades de mobilidade da população estudantil ao nível da deslocação diária, propõe-se que seja repensado um **modelo de transporte público, em articulação com os operadores de transporte privados**, consentâneo com as necessidades da comunidade educativa, **face aos horários preferenciais dos alunos**.

Face a este contexto, propõe-se a implementação das seguintes medidas:

⁶⁰ Importa mencionar a recente [Portaria n.º 158/2024/1, de 6 de junho](#) que procede ao alargamento da aplicação da medida da gratuidade das creches às crianças que frequentem creches licenciadas da rede privada lucrativa. Assim, o acesso à rede privada passa a depender da inexistência de vaga na rede social e solidária, na freguesia de residência ou do local de trabalho dos pais/responsáveis legais, ampliando as possibilidades de as famílias recorrerem aos privados aderentes. As creches privadas podem, ainda, beneficiar de financiamento público complementar quando o seu horário de funcionamento ultrapasse as 11 horas diárias ou optem por um dia suplementar de funcionamento, em função das necessidades dos pais/responsáveis legais.

Tabela 56. Objetivos e medidas estratégicas do Eixo Estratégico 3



OBJETIVOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – EIXO ESTRATÉGICO 3

Eixo Estratégico 3: Educação Permanente, Inovação e Coesão

OE3.1 Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias

M3.1 Implementação de estratégias que potenciem o envolvimento e participação dos pais/encarregados em programas de parentalidade consciente e na vida escolar dos seus educandos

M3.2 Análise dos Acordos de Cooperação entre a autarquia e as Associações de Pais no âmbito da gestão das refeições escolares e prolongamento de horário (AAAF e CAF)

M3.3 Aumento da capacidade de resposta em creche, equacionando a possibilidade de criação de uma oferta alicerçada num modelo de parceria entre a autarquia e as IPSS's concelhias

OE3.2 Criar uma política de educação e formação concertada e ajustada às necessidades do tecido produtivo e aos projetos de vida dos jovens e adultos do território

M3.4. Desenvolvimento de estratégias e parcerias que assegurem uma maior ligação entre a esfera educativa e o tecido empresarial

OE3.3 Melhorar a eficácia e eficiência do serviço de transporte público e das vias alternativas de acesso às escolas

M3.5. (Re)desenho de um serviço de transporte público e de mobilidade adequado às necessidades dos alunos e respetivas famílias

8.2. Calendarização da concretização das medidas

O presente ponto apresenta uma proposta de calendarização para a implementação das medidas contempladas no quadro estratégico da Revisão da Carta Educativa, no sentido de disponibilizar diretrizes aos decisores políticos e, assim, viabilizar uma gestão eficaz e estruturada das suas ações, bem como o suporte ao processo de monitorização e avaliação das medidas. A conjugação desta calendarização com os mecanismos de monitorização equacionados permitirá prever e reparar eventuais desvios ao alcance das metas estabelecidas.

Partindo do pressuposto de que a Revisão da Carta Educativa vigorará, no máximo, por uma década, foram determinados três níveis cronológicos enquadrados nos próximos 10 anos. Note-se que cada nível tem por base uma previsão da implementação da medida, de acordo com o atual e futuro cenário demográfico, socioeconómico e educativo concelhio, e a viabilidade e oportunidade da sua concretização, consentâneas com possíveis fontes de financiamento disponíveis.

Curto-Prazo	Até 2027	Previsão de implementação no imediato, dado o seu caráter de urgência, facilidade e oportunidade de implementação, sobretudo pelo enquadramento expectável e desejável no período de vigência do PRR.
Médio-Prazo	Até 2029	Previsão de execução a meio do período, requerendo a resolução de trâmites processuais que implicam alguma morosidade na sua execução.
Longo-Prazo	Até 2034	Implementação dependente da evolução das dinâmicas territoriais, e/ou da realização de alguma ação, e/ou da resolução de trâmites processuais aos quais se associa alguma morosidade, pelo que apenas poderão ser executadas a longo-prazo.

Na **Tabela 57** apresenta-se o cronograma conjeturado para a execução do quadro estratégico da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, sendo indicado para cada medida o início previsto para a sua implementação e respetivo período de execução.

Importa esclarecer que as medidas relativas a intervenções físicas/materiais e/ou que respeitam a determinado período, apresentam um nível concreto de implementação. As restantes medidas, de caráter imaterial, compreendem um período que engloba mais do que um nível, seguindo uma lógica de continuidade na execução, ainda que seja mencionado um momento inicial para a sua implementação.

Por fim, não obstante a intenção de um planeamento temporal o mais preciso possível para a operacionalização das medidas, coexiste uma dimensão flexível e adaptativa, a qual considera possíveis ajustes. Com efeito, de modo a garantir o seu cumprimento conforme projetado, torna-se essencial assegurar a sua monitorização.

Tabela 57. Calendarização da concretização das propostas de execução

Medida	Calendarização		
	Curto-Prazo Até 2027	Médio-Prazo Até 2029	Longo-Prazo Até 2034
Eixo Estratégico 1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável			
1.1			
1.2			
Eixos Estratégico 2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas			
2.1			
2.2			
2.3			
Eixo Estratégico 3: Educação Permanente, Inovação e Coesão			
3.1			
3.2			
3.3			
3.4			
3.5			

Legenda:

Início previsto para a implementação da medida



Período abrangido pela medida

8.3. Operacionalização

De acordo com a natureza dos eixos estratégicos e respetivos objetivos apresenta-se, de seguida, um conjunto de fichas de ação com orientações facilitadoras da operacionalização de cada medida. Cada ficha é constituída por: descrição da medida, tipologia de solução, metas a alcançar, identificação de eventuais promotores e destinatários, calendarização da implementação (curto-prazo, médio-prazo e longo-prazo) e possíveis fontes de financiamento.

Paralelamente às componentes elencadas, algumas fichas de ação poderão incluir a identificação e breve descrição de boas práticas⁶¹ implementadas em outros territórios e contextos, enquanto fonte de inspiração para o desenvolvimento de ações inovadoras neste território.

O quadro estratégico definido assume um cariz orientador da política educativa local, razão pela qual a sua exequibilidade exige uma avaliação permanente, viabilizando a identificação de eventuais mudanças nas dinâmicas locais e a adaptação das opções inicialmente estabelecidas, por via de mecanismos de monitorização. Com efeito, importa reforçar que as fichas de ação, sobretudo as relativas às ações imateriais, remetem para um conteúdo meramente orientador, não sendo vinculativa a sua implementação, salvaguardando-se a dimensão da flexibilidade preconizada desde o início da Revisão da Carta Educativa.

⁶¹ Alguns dos exemplos inspiradores podem ser consultados na [Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSlocal](#), que enuncia um conjunto de boas práticas, por concelho e por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

8.3.1. Fichas das medidas do EE1: Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável

EE1. Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável

OE1.1 Promover a melhoria contínua das condições de acesso a experiências educativas diversificadas, assegurando o bem-estar da comunidade educativa, mediante uma rede educativa adequadamente dimensionada e requalificada

M1.1 Requalificação e modernização da rede educativa concelhia, assegurando condições adequadas ao processo de ensino-aprendizagem

Do processo de diagnóstico empreendido, nas suas múltiplas dimensões, resultou uma inequívoca necessidade de **requalificação e modernização** de alguns equipamentos da rede educativa de Ílhavo, dado o **estado de conservação insatisfatório** apresentado, associado a problemas infraestruturais e a lacunas ao nível do próprio apetrechamento, com consequente impacto no processo de ensino-aprendizagem e baixos níveis de bem-estar da comunidade educativa, extensível aos distintos níveis de educação e ensino e às 3 Unidades Orgânicas concelhias. Com efeito, neste âmbito, destaca-se a necessidade de intervenção nos seguintes equipamentos:

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação	Agrupamento de Escolas de Ílhavo	Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré
Jardim de Infância de Gafanha do Carmo Escola Básica de Gafanha do Carmo Escola Básica de Gafanha da Encarnação - Norte* Escola Básica de Costa Nova do Prado	Escola Básica José Ferreira Pinto Basto Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	Escola Básica Professor Fernando Martins Escola Básica N.º 1 Cale da Vila Escola Básica de Cambeia Escola Básica de Chave

É importante elucidar que, à data da elaboração da Revisão da Carta Educativa, o Município de Ílhavo procedeu à abertura dos concursos públicos para as empreitadas de requalificação da [Escola Básica Professor Fernando Martins](#), na Gafanha da Nazaré, da [Escola Básica José Ferreira Pinto Basto](#) e da [Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes](#), ambas instaladas em Ílhavo.

Note-se que os contratos de financiamento para estas obras foram assinados com o Governo (JUN.2024), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), perfazendo um financiamento na ordem dos 19 Milhões de Euros, no qual se encontram incluídas não só as empreitadas, como também o mobiliário e as instalações provisórias necessárias para assegurar a continuidade das aulas durante as obras.

As intervenções a concretizar, sob o princípio da sustentabilidade da arquitetura escolar, devem ter em consideração os seguintes aspetos:

- Todas as intervenções para a requalificação e modernização dos edifícios deverão privilegiar materiais e equipamentos ambientalmente sustentáveis que promovam adequados níveis de desempenho energético, conforto térmico e iluminação dos edifícios, assegurando condições propícias a um processo de ensino-aprendizagem com qualidade e à manutenção da significativa tendência de captação de inscritos, concebendo escolas mais inovadoras e atrativas à frequência para os alunos e suas famílias;
- Zonas exteriores envolventes dotadas de espaços verdes e de equipamentos que potenciem o convívio entre a comunidade escolar e o desenvolvimento de atividades educativas diversificadas e de contacto com a natureza;
- Escolas equipadas com estruturas que garantam uma correta deslocação e utilização de todos os espaços escolares por pessoas com mobilidade reduzida, promovendo a inclusão e a qualidade de vida de toda a comunidade educativa (e.g. rampas, elevadores e outras adaptações necessárias);
- Garantia de um número adequado de instalações sanitárias para o total de alunos inscritos em cada estabelecimento de ensino;
- Modernização dos edifícios, concebendo espaços escolares seguros, acessíveis e versáteis, adequados às necessidades atuais e à implementação de metodologias de ensino inovadoras;
- Apetrechamento dos espaços escolares, criando mais espaços de conforto, convívio e lazer;
- Reforço dos equipamentos tecnológicos (e.g. computadores, tablets, quadros interativos, entre outros);
- Criação de espaços de refeições, equipados com micro-ondas, para os alunos que trazem comida de casa, que garanta condições de segurança na utilização correta deste equipamento;
- Criação de espaços de estudo confortáveis e atrativos para os alunos realizarem as tarefas escolares.

*Nota: A proposta de requalificação/modernização da EB Gafanha da Encarnação - Norte advém do projeto de construção que junta a EB Gafanha da Encarnação - Centro e EB Gafanha da Encarnação - Norte, com projeto já aprovado pela DGEstE para a EB Gafanha da Encarnação - Norte receber as 4 turmas do 1.º CEB atualmente da EB Gafanha da Encarnação - Centro e a turma de EPE do JI Gafanha da Encarnação - Centro.

Metas

Garantir, até 2029, que todos os estabelecimentos de educação e ensino apresentem um estado de conservação satisfatório ou superior.			
Promotores	Destinatários		
Câmara Municipal de Ílhavo, DSR Centro e DGEstE	Agrupamentos de escolas, estabelecimentos de educação e ensino e comunidade escolar.		
Solução	Calendarização		
Requalificação e modernização das escolas sinalizadas com estado de conservação insatisfatório [Requalificação e modernização de edifícios escolares – art.º 31.º, DL n.º 21/2019]	 Curto-prazo Até 2027	 Médio-prazo Até 2029	 Longo-prazo Até 2034
Possíveis Fontes de Financiamento			
	RE-C06-i01 - Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional TC-C13-i03-Eficiência energética em edifícios de serviços TD-C20-i01- Transição Digital na Educação PT-C[C06]-I[i09.01] - Escolas Mais Próximas		
	OP4. Centro + Social e Inclusivo - Igualdade de acesso a serviços de educação		
	Orçamento municipal		

EE1. Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável

OE1.1 Promover a melhoria contínua das condições de acesso a experiências educativas diversificadas, assegurando o bem-estar da comunidade educativa, mediante uma rede educativa adequadamente dimensionada e requalificada

M1.2 Ampliação dos equipamentos educativos existentes e/ou gestão equilibrada das colocações de crianças/alunos, criando condições adequadas a um pleno acolhimento da comunidade educativa

O processo de planeamento da rede educativa municipal compreende uma abordagem prospetiva, no sentido de estabilizar uma oferta de equipamentos educativos ajustada à procura futura. Este constitui o caminho para a definição de políticas públicas concertadas, permitindo direcionar os investimentos a concretizar na rede educativa do território de uma forma eficaz.

O retrato do contexto educativo de Ílhavo ([Capítulo 4](#)), a par do exercício de avaliação das necessidades de oferta ([Subponto 5.3](#)), foi revelador de um cenário de ocupação no limite e de sobreocupação em alguns estabelecimentos de educação e ensino, conforme abaixo apresentado:

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação

-  EB Gafanha da Encarnação - Sul – 1.º CEB
-  EB Gafanha da Encarnação - Norte – 1.º CEB

Agrupamento de Escolas de Ílhavo

-  EB Vale de Ílhavo – EPE
-  EB Senhora do Pranto – EPE
-  EB Presa – EPE
-  EB Gafanha de Aquém – 1.º CEB
-  EB Corgo Comum – EPE | 1.º CEB
-  EB Chousa Velha – EPE

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré

-  EB n.º 1 Cale da Vila – EPE | 1.º CEB
-  EB n.º 2 Cale da Vila – 1.º CEB
-  EB Marinha Velha – 1.º CEB
-  EB Cambeia – 1.º CEB
-  EB Farol da Barra – 1.º CEB
-  ES Gafanha da Nazaré – 3.º CEB

Importa reforçar que embora a atual situação requeira, a curto prazo, uma estratégia que suplante os constrangimentos associados a uma rede no limite ou acima do limite de ocupação, é essencial ter em linha de conta o expectável decréscimo de alunos até 2035, demonstrado pelo estudo prospetivo. Com efeito, a solução a empreender, obedecendo a critérios de sustentabilidade e racionalidade, tem por base **2 pressupostos de atuação**, designadamente:

(1) Ampliação de alguns equipamentos da rede educativa, reforçando a sua capacidade de acolhimento

(2) Gestão equilibrada das colocações de crianças/alunos, mediante a revisitação dos Regulamentos Internos dos Agrupamentos de Escolas do concelho, **para que sejam identificadas outras prioridades e/ou critérios de matrícula ou renovação de matrícula nos diferentes níveis de educação e ensino**, em complemento e reforço das definidas pelo [Despacho Normativo n.º 10-B/2021, de 14 de abril](#) (art.º 10º e art.º 11º), considerando, a título de exemplo, a redefinição/cumprimento da área de influência dos equipamentos. De salientar, tal como aferido no diagnóstico educativo, a atratividade dos equipamentos educativos de Ílhavo para alunos de outros concelhos, em especial do AE de Ílhavo (16,4% dos alunos são provenientes de outros concelhos).

Com base nos pressupostos elencados, propõem-se as **seguintes ações**:

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação

-  Gestão equilibrada das colocações dos alunos do 1.º CEB na EB Gafanha da Encarnação - Sul e EB Gafanha da Encarnação - Norte

Agrupamento de Escolas de Ílhavo

-  Gestão equilibrada das colocações das crianças da **Educação Pré-Escolar** na **EB Vale de Ílhavo**, na **EB Corgo Comum**, na **EB Presa** e na **EB Senhora do Pranto**
-  Ampliação da **EB Chousa Velha** (EPE)
-  Gestão equilibrada das colocações dos alunos do **1.º CEB** na **EB Gafanha de Aquém** e na **EB Corgo Comum**

Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré

-  Gestão equilibrada das colocações dos alunos do **1.º CEB** na **EB Marinha Velha** e na **EB Cambeia**
-  Ampliação da **EB Farol da Barra**, da **EB n.º 1 Cale da Vila** e da **EB n.º 2 Cale da Vila**
-  Gestão equilibrada das colocações dos alunos do **3.º CEB** na **ES Gafanha da Nazaré**

Metas

- Equilibrar, até 2027, as taxas de ocupação nos estabelecimentos de educação e ensino, através de intervenções de ampliação e/ou gestão equilibrada de colocações dos alunos.

Promotores

Câmara Municipal de Ílhavo, DSR Centro e DGEstE

Destinatários

Agrupamentos de escolas, estabelecimentos de educação e ensino e comunidade escolar.

Solução

Ampliação de edifícios escolares
Gestão equilibrada de colocações dos alunos

Calendarização

Curto-prazo
Até 2027



Médio-prazo
Até 2027



Longo-prazo
Até 2034

Possíveis Fontes de Financiamento

RE-C06-i01 - Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional PT-C[C06]-I[i09.01] - Escolas Mais Próximas



OP4. Centro + Social e Inclusivo - Igualdade de acesso a serviços de educação



Orçamento municipal

8.3.2. Fichas das medidas do EE2: Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

EE2. Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

OE2.1. Promover um ambiente seguro e favorável à inclusão de todas as crianças e jovens, mediante o reforço de uma estrutura humana de apoio e acompanhamento permanente

M2.1. Constituição de uma rede qualificada de recursos humanos para um acompanhamento permanente a todas as crianças e jovens do território com Necessidades de Saúde Especiais (NSE) e outras necessidades educativas

Considerando a complexidade e a multiplicidade de características das crianças e jovens que se encontram nos contextos educativos, torna-se essencial que a resposta a essa diversidade seja verdadeiramente respeitada e assegurada, mediante um acompanhamento próximo, personalizado e especializado ao longo dos seus percursos escolares, rumo ao seu desenvolvimento integral. Esta premissa alcança especial relevo quando se trata de crianças e jovens com Necessidades de Saúde Especiais (NSE) e outras especificidades que, tal como observado na realidade educativa de Ílhavo, têm vindo a manifestar um considerável aumento e, consequentemente, um desajustamento das verbas às necessidades atuais e uma clara insuficiência de recursos humanos. Note-se que, no ano letivo 2023/24, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo mobilizaram medidas seletivas para 275 alunos e medidas adicionais para 103 alunos.

De modo a proporcionar o devido apoio e acompanhamento destes alunos, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo dispõem de vários recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão e, ainda, de um conjunto de serviços especializados de apoio educativo. Não obstante os esforços encetados e a qualidade do trabalho desenvolvido por estas estruturas de apoio, as quais se deverão manter, com esta medida sugere-se um investimento no **reforço de uma estrutura humana devidamente dimensionada e qualificada** para o adequado apoio e acompanhamento destas crianças e jovens, tendo por base as seguintes ações:

- **(Re)constituição da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)**, através do aumento dos recursos humanos responsáveis pelo apoio e acompanhamento permanente das crianças e jovens, em domínios como a Psicologia, a Terapia da Fala, a Psicomotricidade, entre outras valências que venham a revelar-se necessárias;
- **Estabilização de um plano de formação contínua específico para o pessoal docente no âmbito das NSE e outras dificuldades**, alinhado com as necessidades manifestadas no âmbito da sua intervenção com crianças e jovens;
- **Realização de sessões de partilha e de sensibilização para a Educação Inclusiva** (e.g. Tertúlias de Partilha de Saberes e de Experiências);
- **Capacitação e melhoria do perfil dos Assistentes Operacionais** através de formação específica, no sentido de uma atuação mais assertiva e adequada às necessidades das crianças e jovens com NSE e outras especificidades. No âmbito da educação especial, importa mencionar, enquanto oportunidade, a existência de um programa de formação dirigido a não docentes, disponibilizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- **Reforço dos recursos humanos adstritos à EMACE**, em especial nos domínios da Psicologia e Terapia da Fala, viabilizando o alargamento deste serviço a todas as crianças e jovens com necessidades específicas, bem como a redução das atuais listas de espera;
- **Comparticipação do apoio e alargamento da intervenção da EMACE ao terceiro setor**, cultivando a igualdade de acesso a intervenções essenciais ao desenvolvimento das crianças e jovens;
- **Aumento das verbas atribuídas pelo protocolo com o CRI**, potenciando a sua adequação à realidade atual, face ao inegável aumento do número de alunos e respetivas necessidades.

Atendendo ao caráter e urgência desta medida, sugere-se que a sua implementação ocorra a curto-prazo (até 2027), de modo a garantir um funcionamento pleno e uma atuação eficaz dos serviços de apoio existentes no território.

Metas

- Estabilizar, até 2027, uma estrutura humana adequadamente dimensionada e qualificada para o apoio e acompanhamento de crianças com NSE e outras necessidades educativas.

Promotores	Destinatários		
Câmara Municipal de Ílhavo, Agrupamentos de Escolas e Serviços de Apoio Especializado	Crianças e jovens com NSE (e outras especificidades), famílias, pessoal docente e não docente.		
Solução	Calendarização		
Ação Complementar	 Curto-prazo Até 2027	 Médio-prazo Até 2029	 Longo-prazo Até 2034

Possíveis Fontes de Financiamento

	Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
	OP4. Centro + Social e Inclusivo - Promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis

Práticas inspiradoras

- [Programa Matosinhos Inclusivo](#): visa capacitar os agentes educativos que lidam diariamente com alunos com NSE e os contextos em que estes se encontram inseridos, de forma a promover a existência de respostas adaptadas, envolvendo a realização de ações de formação acreditadas pelo CCPFC para docentes, bem como ações de formação para assistentes operacionais e grupos de desenvolvimento parental.
- [Programa de Apoio à Psicologia Escolar \(PAPE\)](#): orientado para a promoção de estratégias de combate ao insucesso escolar, ao abandono escolar, à inclusão, promoção da saúde mental, apoio psicológico/psicopedagógico dos alunos desde a EPE até ao ensino secundário, reforçando a intervenção do Serviço de Psicologia das escolas (em horário e contexto escolar), com o propósito de proporcionar um serviço articulado e de proximidade com a comunidade educativa.

EE2. Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

OE2.1. Promover um ambiente seguro e favorável à inclusão de todas as crianças e jovens, mediante o reforço de uma estrutura humana de apoio e acompanhamento permanente

M2.2. Reforço da ação de proximidade da Escola Segura nos espaços escolares e desenvolvimento de iniciativas orientadas para a prevenção de comportamentos desviantes e de risco

Os comportamentos desviantes e de risco (e.g. criminalidade, indisciplina, violência, consumos, entre outros) representam uma preocupação e um desafio acrescido para a comunidade educativa, não só pela complexidade da sua gestão em contexto escolar, com impacto nas dinâmicas educativas, como também pelo risco acrescido de exclusão social.

Considerando as preocupações transmitidas ao longo do processo de diagnóstico, torna-se essencial delimitar uma intervenção integrada que envolva estratégias essencialmente preventivas, sem descuidar, porém, a atuação sobre circunstâncias de risco já instaladas, no sentido da criação de um clima escolar positivo, baseado na cooperação, na proximidade e no apoio mútuo, gerador de sentimentos de pertença. Desta forma, importa não só reforçar o desenvolvimento e sucesso pessoal e social do aluno, como também impulsionar a qualidade dos ambientes educativos, através da promoção de modelos alternativos de intervenção, mais proativos e focados nas necessidades dos alunos e das organizações escolares. Esta medida sugere a implementação das seguintes ações:

- **Reforço das ações de sensibilização e da proximidade da Escola Segura** nos espaços escolares e sua envolvência, apostando na prevenção e redução de comportamentos de risco geradores de insegurança em contexto escolar;
- **Alargamento do projeto P2: Prevenção Positiva** a todos os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo, promovendo a igualdade de acesso a uma iniciativa com reconhecido impacto no ambiente e sucesso educativo;
- **Desenho e implementação de um programa integrado de promoção de comportamentos positivos na escola**, tendo por base o Modelo *School-Wide Positive Behavior Support*, assente numa cultura de colaboração, agregadora de distintas temáticas e ações de prevenção de comportamentos de risco.

Metas

- Garantir o envolvimento de todos os Agrupamentos de Escolas em iniciativas de prevenção de comportamentos desviantes e de risco;
- Implementação do programa integrado de promoção de comportamentos positivos na escola;
- Diminuir, em 20%, o índice de ocorrência de comportamentos desviantes nos contextos escolares.

Promotores

Câmara Municipal de Ílhavo, Agrupamentos de Escolas e Escola Segura

Destinatários

População estudantil.

Solução

Ação Complementar

Calendarização


Curto-prazo
Até 2027


Médio-prazo
Até 2029


Longo-prazo
Até 2034

Possíveis Fontes de Financiamento



Orçamento municipal

Práticas inspiradoras

- [Education, Children and Violence - Guidance for school, college and alternative provision leaders to help prevent children's involvement in violence](#): relatório recente publicado pela organização inglesa *Youth Endowment Fund* com recomendações práticas que ajudam as escolas a prevenir comportamentos violentos;
- [Programa + Contigo](#): promoção da saúde mental e do bem-estar dos jovens do 3.º CEB e ensino secundário através da prevenção de comportamentos da esfera suicidária e do incentivo à adoção de hábitos de vida saudáveis. Configura um projeto de intervenção em rede, envolvendo profissionais de saúde, encarregados de educação, docentes, assistentes operacionais e alunos.
- [Academia de Líderes Ubuntu](#): inspirada por modelos de referência mundial (e.g. Mandela ou Martin Luther King) esta Academia desenvolve um programa de educação não-formal marcado por uma dimensão experiencial e relacional, orientado para a capacitação de jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de meios desafiantes ou que neles queiram trabalhar de acordo com 5 pilares – autoconhecimento, autoconfiança, resiliência, empatia e serviço.

EE2. Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas

OE2.2. Fortalecer os mecanismos institucionais de acolhimento e inclusão dos alunos migrantes, cultivando o diálogo intercultural, o sentimento de pertença e a igualdade de oportunidades

M2.3. Desenvolvimento de iniciativas multiculturais e projetos de inclusão social

Se é verdade que a diversidade representa um fator de valorização das dinâmicas e culturas escolares, é igualmente reconhecido que o cumprimento de tal desígnio apenas se concretizará se for assegurado um plano de intervenção integrado que promova a efetiva inclusão dos alunos migrantes no sistema educativo e, concomitantemente, na sociedade em geral. A expressão do fenómeno migratório nos contextos educativos de Ílhavo, visível na presença de 722 alunos provenientes de 40 nacionalidades distintas (2023/24) e as consequentes exigências do ponto de vista do acolhimento, quer ao nível da estrutura física dos próprios equipamentos, quer ao nível da estrutura humana, justifica a necessidade de uma medida orientada para a promoção da inclusão e do sucesso dos percursos educativos dos alunos estrangeiros. No sentido da consolidação de mecanismos institucionais de inclusão escolar, sob os princípios preconizados pelo Ministério da Educação/Direção Geral de Educação no recente relatório [Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo](#) – (a) Acolher a diversidade; (b) Educar para a diversidade; (c) Intervir com base em informação/conhecimento; (d) Personalizar o ensino, a aprendizagem e adaptar a avaliação; (e) e Mobilizar a comunidade – equacionam-se as seguintes ações:

- **Implementação de um Plano de Acolhimento de Alunos Migrantes** que englobe uma estratégia concertada e ajustada às necessidades dos territórios educativos, assegurando a cooperação e articulação entre as escolas, centros de formação e IEFP, alicerçada em quatro domínios principais – (1) Preparar para acolher, (2) Agilizar para acolher, (3) Comunicar para acolher e (4) Aprender e avaliar para integrar, no sentido de assegurar uma transição positiva dos alunos migrantes e respetivas famílias rumo ao seu desenvolvimento académico, social e emocional;
- **Estabilização de uma estrutura humana devidamente sensibilizada, qualificada e dimensionada** para responder com elevados níveis de eficácia à multiculturalidade que caracteriza os contextos educativos do território;
- **Desenvolvimento de um programa de intervenção comunitária** constituído por um banco de recursos pedagógicos e por diversas atividades de promoção do diálogo intercultural (e.g. Oficinas para a Interculturalidade), passíveis de dinamização em distintos contextos – escola, família e comunidade – potenciando uma desejável articulação com as entidades locais de Ílhavo, especialmente com as Associações Desportivas, uma vez que constituem importantes promotores de inclusão de migrantes.

Estas ações deverão alinhar-se com o novo plano de recuperação de aprendizagem “Aprender Mais Agora”, aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024](#), cujo segundo eixo, firmado na inclusão e sucesso de alunos migrantes, prossegue com os seguintes objetivos: (1) melhorar a inclusão dos alunos que não conhecem a língua portuguesa, atribuindo mediadores linguísticos e culturais às escolas; (2) atualizar a disciplina de Português Língua Não-Materna (PLNM); (3) adequar as regras da avaliação dos alunos que frequentam a disciplina PLNM; e (4) investir na aquisição da língua portuguesa por parte dos pais.

Metas

- Elaborar, até 2027, o Plano de Acolhimento de Alunos Migrantes.

Promotores	Destinatários
CM Ílhavo e Agrupamentos de Escolas	Alunos migrantes do concelho de Ílhavo e restante comunidade educativa.
Solução	Calendarização
Ação Complementar	 Curto-prazo Até 2027  Médio-prazo Até 2029  Longo-prazo Até 2034

Possíveis Fontes de Financiamento

	Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
	OP4. Centro + Social e Inclusivo - Promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis
	Orçamento municipal

Práticas inspiradoras

- [Projeto Acolher. Integrando Saberes, Unindo Culturas](#): orientado para oportunidades de integração dos alunos migrantes nas suas comunidades escolares, no sentido da promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor que valorize a diversidade e estimule o sucesso educativo e o desenvolvimento integral de todos os alunos, independentemente da sua proveniência.
- [Projeto Academia CV.pt](#): orientado para o desenvolvimento socioeducativo e para a integração dos alunos migrantes, explorando um conjunto de aspetos inerentes à interculturalidade – aumentar a capacidade de compreensão, produção e interação oral e escrita em língua portuguesa; aumentar a motivação e o sucesso académico, estimulando o seu desenvolvimento pessoal e social; e sensibilizar para as questões da interculturalidade e da cidadania global, estimulando o exercício de uma cidadania ativa.

8.3.3. Fichas das medidas do EE3: Educação Permanente, Inovação e Coesão

EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão			
OE3.1. Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias			
M3.1. Implementação de estratégias que potenciem o envolvimento e participação dos pais/encarregados em programas de parentalidade consciente e na vida escolar dos seus educandos			
O sucesso das organizações educativas, no que à sua missão diz respeito, dependem amplamente da dinâmica de participação, envolvimento e articulação dos principais agentes de socialização – família, escola e comunidade. A família, enquanto precursor na construção de um quadro de valores, normas, atitudes e comportamentos, representa um agente de socialização basilar para o desenvolvimento da criança, daí que se torne imprescindível promover o envolvimento e uma maior participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar. Perante o reconhecimento de uma frágil adesão dos pais a iniciativas ligadas à parentalidade, bem como da importância da sua participação ativa nas dinâmicas educativas, esta medida pretende reforçar a atuação das estruturas de apoio instaladas no território (e.g. CPCJ, EMACE, Gabinete de Apoio à Família e Associações de Pais), incentivando ao desenvolvimento de novas abordagens associadas a intervenções de sensibilização e envolvimento parental, conducentes à construção de uma parentalidade consciente e de proximidade: • (Re)criação de uma Academia para a Parentalidade Consciente, em articulação com serviços e iniciativas já instaladas no território, composta por oficinas temáticas e palestras – prevenção e reversão de comportamentos de risco, estratégias lúdico-pedagógicas potenciadoras de relações positivas entre crianças e adultos, competências socioemocionais, ansiedade e depressão, <i>bullying</i>, divórcio, luto, entre outras – orientadas para a capacitação dos pais/encarregados de educação na adoção de um modelo de parentalidade positivo, impulsionador de trajetórias de desenvolvimento saudáveis; • Dinamização de iniciativas de divulgação e sensibilização para a parentalidade consciente, alicerçada numa comunicação eficaz, no sentido de estimular a participação e o envolvimento dos pais na educação dos seus educandos – estabelecimento de uma comunicação clara e regular com os pais, recorrendo à conceção de materiais de apoio direcionados para as famílias (e.g. revistas, boletins informativos, <i>e-books</i> e <i>newsletters</i>); • Reforço das atividades de aproximação das famílias à escola, no âmbito dos Planos Anuais de Atividades dos Agrupamentos de Escolas. Considerando os constrangimentos inerentes à conciliação entre a vida familiar, profissional e escolar, sobretudo devido à incompatibilidade de horários, a qual determina um maior afastamento dos pais e encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos, sugere-se que as iniciativas propostas tenham em consideração a compatibilização dos horários das ações com os horários laborais, de modo a garantir maiores níveis de participação dos pais/encarregados de educação. Atendendo à natureza da presente medida, prevê-se uma implementação contínua, a iniciar no curto-prazo (até 2027).			
Metas			
• Realizar, pelo menos, 3 oficinas temáticas com os pais/encarregados de educação, por ano letivo.			
Promotores		Destinatários	
Câmara Municipal de Ílhavo, Agrupamentos de Escolas, CPCJ, EMACE, Gabinete de Apoio à Família e Associações de Pais		Pais/encarregados de educação e população estudantil.	
Solução		Calendarização	
Ação complementar		 Curto-prazo Até 2027	 Médio-prazo Até 2029
 Longo-prazo Até 2034			
Possíveis Fontes de Financiamento			
		Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão	
		Orçamento municipal	
Práticas inspiradoras			
• Academia da Parentalidade Positiva: realização de quatro sessões para as famílias e a comunidade educativa, proporcionando momentos de aprendizagem e partilha orientados para a capacitação dos agentes educativos para uma comunicação consciente, positiva, eficaz e promotora de bem-estar na dinâmica familiar/escolar. • Conversas com Pais: promoção de conversas com os pais através da realização de sessões mensais com intervenção de especialistas nas mais diversas áreas de interesse para a educação das crianças e jovens. Estas sessões propiciam a participação ativa, a discussão de temas/partilha de experiências, a reflexão e novas dinâmicas.			

EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão

OE3.1. Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias

M3.2. Análise dos Acordos de Cooperação entre a autarquia e as Associações de Pais no âmbito da gestão das refeições escolares e prolongamento de horário (AAAF e CAF)

As dinâmicas da sociedade atual apresentam inegáveis implicações ao nível da organização do sistema educativo, resultando na necessidade de adaptação do tempo de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação e ensino às necessidades das famílias. Com efeito, os Serviços de Apoio à Família, nos quais se incluem as refeições escolares e o prolongamento de horário, corporizam uma resposta a estes novos desafios, no sentido de apoiar os pais/encarregados de educação na gestão familiar e, concomitantemente, proporcionar períodos não letivos enriquecedores com impacto positivo na rotina diária das crianças.

Ainda que, no âmbito das suas competências, esta responsabilidade esteja sob o domínio do poder local, o qual tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, no concelho de Ílhavo vigora um modelo de Acordos de Cooperação celebrados entre o Município e as Associações de Pais, os quais atribuem a estas últimas a responsabilidade pela gestão de refeições e prolongamento de horário (AAAF e CAF), tal como elucidado no [ponto 4.6.1](#), onde se descreve com maior detalhe os respetivos moldes de funcionamento.

Reconhecendo a dualidade de perspetivas face ao modelo em vigor, caracterizada, por um lado, por alguns **constrangimentos**, associados à sobrecarga de responsabilidades assumidas pela gestão de refeições e prolongamento de horário (AAAF e CAF) e, por outro lado, pelas **oportunidades**, inerentes a um modelo facilitador de um contacto mais próximo com os alunos e consequente qualidade dos serviços prestado, nesta media sugere-se a seguinte ação:

- **Análise do modelo de funcionamento dos Acordos de Cooperação**, tendo por base uma desejável articulação entre o Município e as Associações de Pais, no sentido de elencar as fragilidades e potencialidades do modelo e, a partir deste exercício cooperativo, avançar para uma eventual revisão, impulsionando a estabilização de estratégias de gestão propulsoras de um ambiente salutar que garanta a máxima qualidade do serviço prestado à comunidade educativa e o bem-estar dos agentes envolvidos.

Metas

- Concretizar, até 2027, a análise dos Acordos de Cooperação.

Promotores	Destinatários		
Câmara Municipal de Ílhavo e Associações de Pais que assinaram os Acordos de Cooperação	Município, associações de pais e restante comunidade educativa.		
Solução	Calendarização		
Ação complementar	 Curto-prazo Até 2027	 Médio-prazo Até 2029	 Longo-prazo Até 2034
Possíveis Fontes de Financiamento			
		Orçamento municipal	

EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão

OE3.1. Impulsionar a participação, a autonomia e o pleno desenvolvimento das famílias

M3.3 Aumento da capacidade de resposta em creche, equacionando a possibilidade de criação de uma oferta alicerçada num modelo de parceria entre a autarquia e as IPSS's concelhias

Na sequência das transformações da estrutura familiar, a creche corporiza um mecanismo de apoio fundamental para as famílias, ao proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física e ao facilitar a conciliação da vida familiar e profissional dos núcleos familiares, numa ação colaborativa de partilha de cuidados e responsabilidades ao longo das distintas etapas de desenvolvimento.

O diagnóstico educativo empreendido, aliado ao processo de auscultação da comunidade educativa, foi revelador de constrangimentos ao nível da incapacidade instalada de resposta a uma crescente procura de creche, dando origem a longas listas de espera com grande impacto nas dinâmicas familiares.

De forma a responder às reais necessidades das famílias e a ampliar a capacidade da resposta social de creche no concelho de Ílhavo, propõe-se a seguinte ação:

- **Análise das possibilidades de criação de uma oferta de creche ancorada num modelo de parceria entre a Câmara Municipal de Ílhavo, a Segurança Social e as IPSS's concelhias**, mediante a reconversão de espaços disponíveis no território para o efeito, permitindo suplantar a falta de vagas que, na atualidade, caracteriza esta resposta social.

Metas

- Garantir, até 2029, uma oferta de creche consentânea com o modelo proposto.

Promotores	Destinatários		
Câmara Municipal de Ílhavo	Crianças e respetivas famílias.		
Solução	Calendarização		
Ação complementar	 Curto-prazo Até 2027	 Médio-prazo Até 2029	 Longo-prazo Até 2034

Possíveis Fontes de Financiamento

	RE-C03-i01.m01 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais
	5A - Centro + Próximo RSO5.1-01-02 - Infraestruturas e equipamentos sociais (IT) (5001 – Creches)
	Orçamento municipal

EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão

OE3.2. Criar uma política de educação e formação concertada e ajustada às necessidades do tecido produtivo e aos projetos de vida dos jovens e adultos do território

M3.4. Desenvolvimento de estratégias e parcerias que assegurem uma maior ligação entre a esfera educativa e o tecido empresarial

Em alinhamento com os desafios impulsionados pela nova sociedade e economia do conhecimento, o trabalho, a qualificação e a inovação afiguram-se pilares essenciais ao desenvolvimento territorial, convocando o estabelecimento de sinergias com os recursos, agentes e dinâmicas passíveis de mobilização e desenvolvimento no território. Nesta linha de ideias e considerando a manifesta desarticulação entre a oferta formativa existente e as necessidades/interesses dos jovens e do tecido produtivo concelhio, instala-se a urgência de efetiva concertação da oferta formativa e de uma atuação prospetiva, empenhada e responsável dos atores envolvidos nas dinâmicas da qualificação e do emprego no concelho de Ílhavo. Com efeito, esta medida compreende a seguinte ação:

- **Criação de uma Rede Local para a Qualificação de Ílhavo**, promotora da qualificação de todos os jovens e ativos empregados e desempregados, da reintegração profissional de indivíduos em situação de desemprego ou inatividade e do desejável equilíbrio entre as necessidades e interesses das famílias/jovens e as do tecido empresarial do concelho. Numa estrutura desta natureza, ancorada no princípio da aprendizagem em todos os espaços e ao longo da vida, recomenda-se a integração das seguintes dimensões:
 - ✎ Constituição de uma rede de parceiros locais responsável pela conceção e acompanhamento do projeto (e.g. Município, Centro de Emprego e Formação Profissional, Agrupamentos de Escolas, Centro Qualifica, Escolas Profissionais e Estrutura Empresarial);
 - ✎ Desenvolvimento de estratégias de transição escola-trabalho bem-sucedidas, mediante o estabelecimento de parcerias potenciadoras da proximidade entre as instituições educativas e o tecido empresarial, permitindo que os jovens tenham oportunidades de maior contacto com as empresas ao longo dos seus percursos formativos (e.g. formação prática em contexto de trabalho, estágios);
 - ✎ Reformulação dos processos de integração profissional de jovens no âmbito da educação especial, na medida em que, após o acompanhamento realizado pelos professores, os jovens enfrentam uma avaliação antes de ingressarem no mercado de trabalho, repercutindo-se na morosidade das dinâmicas de transição;
 - ✎ Reforço das ações de aconselhamento e orientação formativa e profissional, assegurando um modelo de mentoria orientado para o autoconhecimento e construção dos projetos de vida dos jovens, tendo por base os seus interesses e talentos;
 - ✎ Concretização de estudos de empregabilidade e levantamento de necessidades, visando um adequado planeamento da oferta formativa do concelho;
 - ✎ Inclusão de alternativas formativas para quem sai precocemente do sistema educativo, aumentando a capacidade formativa das escolas no âmbito das componentes tecnológicas;
 - ✎ Definição de percursos formativos complementares pós-secundário, nomeadamente, Cursos de Aprendizagem +, que englobam ações de aprendizagem mais curtas e com maior proximidade às empresas, às quais se associa uma bolsa atrativa, formação em contexto empresarial, podendo ser desenvolvidas pelas escolas apesar de constituírem um percurso alternativo posterior ao 12.º ano;
 - ✎ Concertação da oferta formativa do concelho em confluência com as necessidades do tecido produtivo e com os interesses e projetos de vida dos jovens e adultos, em diversas modalidades (e.g. Cursos de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Formações Modulares, entre outras);
 - ✎ Divulgação da oferta formativa mediante ações de informação e sensibilização.

Metas

- Criar, até 2029, uma Rede Local para a Qualificação.

Promotores

Câmara Municipal de Ílhavo, Agrupamentos de Escolas, GIP, Centro Qualifica do AE Gafanha da Nazaré e Estrutura Empresarial

Destinatários

Jovens e adultos.

Solução

Calendarização

Ação complementar


Curto-prazo
Até 2027


Médio-prazo
Até 2029


Longo-prazo
Até 2034

Possíveis Fontes de Financiamento



RE-C06-i02: Compromisso Emprego Sustentável
RE-C06-i04 - Impulso Jovens STEAM



OP4. Centro + Social e Inclusivo - Apoio ao emprego e empreendedorismo
OP4. Centro + Social e Inclusivo - Promoção do emprego qualificado



Instituto do Emprego e Formação Profissional



Orçamento municipal

Práticas inspiradoras

- [Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão](#): pioneira no nosso país, com resultados validados e reconhecidos a nível nacional, numa atuação conjunta e concertada na definição de objetivos e metas, nos domínios da educação e formação escolar e profissional da população local, através de um conjunto de medidas – concertação e diversificação de ofertas formativas, alinhadas com as áreas prioritárias de formação; implementação de projetos baseados em evidência científica; realização de diagnósticos de necessidades de formação; promoção da aproximação entre os sistemas de educação e formação e a esfera empresarial; envolvimento e interação entre os atores chave.

EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão

OE3.3. Melhorar a eficácia e eficiência do serviço de transporte público e das vias alternativas de acesso às escolas

M3.5. (Re)desenho de um serviço de transporte público e de mobilidade adequado às necessidades dos alunos e respetivas famílias

As debilidades do serviço de transporte público, manifestadas aquando do processo de auscultação da comunidade educativa, veio alertar para a necessidade de melhoria da mobilidade da população estudantil em Ílhavo, na medida em que o atual serviço se revela deficitário, compreendendo horários e percursos inadequados às dinâmicas escolares. Note-se que tais fragilidades têm vindo a comprometer as possibilidades de mobilidade diária dos alunos, quer ao nível do acesso a atividades pedagógicas externas, quer em termos do movimento diário casa-escola e escola-casa. Em simultâneo, a comunidade educativa dá nota das lacunas inerentes às vias de acesso alternativas (e.g. ciclovias).

Neste sentido, a presente medida corporiza a intenção de repensar o modelo de transporte em vigor, de forma a ir ao encontro das necessidades da comunidade educativa, através das seguintes ações:

- **Desenvolvimento de um diagnóstico de necessidades de mobilidade**, de modo a aferir, junto da comunidade educativa, quais as principais lacunas do serviço de transporte público do concelho, no sentido do (re)direcionamento de estratégias de suplantação dos atuais constrangimentos;
- **Abertura de novas vias** potenciadoras de uma circulação mais fluída, ordenada e segura;
- **Melhoria das vias de acesso às escolas**, através do reforço das ciclovias e outras vias dedicadas, tornando-as mais apelativas à autonomia de deslocação dos alunos e privilegiando meios de transporte alternativos/mobilidade suave;
- **Criação de locais de paragem específicos** para tomada e largada de alunos em transporte individual.

Metas

- Concretizar, até 2027, um diagnóstico das necessidades de mobilidade da população estudantil.

Promotores	Destinatários		
Câmara Municipal de Ílhavo	População estudantil e restante comunidade educativa.		
Solução	Calendarização		
Ação complementar	 Curto-prazo Até 2027	 Médio-prazo Até 2029	 Longo-prazo Até 2034
Possíveis Fontes de Financiamento			
		Orçamento municipal	

8.4. Mecanismos para a monitorização e avaliação da execução da Carta Educativa

A monitorização constitui um procedimento essencial à construção e desenvolvimento da Revisão da Carta Educativa, razão pela qual se torna essencial garantir a estabilização de referenciais imprescindíveis à sua contínua melhoria. Um processo desta natureza não só permite fornecer informação de grande relevância às partes envolvidas sobre o nível de execução das medidas, como também facilita a identificação de eventuais desvios face ao inicialmente previsto, criando as condições adequadas a um movimento de redirecionamento de estratégias e metodologias e projeção de novas possibilidades, consentâneas com as necessidades e desafios emergentes.

Procurando garantir ações atempadas e mais eficazes, o referencial de monitorização preconiza um **prazo máximo de um ano** para a **atualização de informação e avaliação dos resultados obtidos**, sendo que ao nível do planeamento da rede educativa, esta abordagem possibilitará asseverar, em cada momento, uma adequada oferta de estabelecimentos de educação e ensino à procura efetiva. Com efeito propõem-se as seguintes iniciativas:

- Criação de uma **equipa técnica** constituída por elementos da Divisão da Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável (DEJD), responsável pela recolha sistemática e tratamento da informação pertinente. A atuação desta equipa poderá ser complementada com o apoio de técnicos pertencentes a outras estruturas/órgãos (e.g. Conselho Municipal da Educação), numa lógica de multidisciplinaridade. Primeiramente, importa definir os canais de comunicação e a frequência de transmissão de informação entre as diferentes estruturas envolvidas, e também identificar os responsáveis pela recolha e organização dos dados. De modo a auxiliar todo este processo de monitorização é importante que esteja assegurada definição clara dos conteúdos a serem recolhidos, incluindo especificações dos indicadores de avaliação de resultados (formato e desagregação da informação), no sentido da uniformização e padronização dos dados. Neste sentido, a **Tabela 58** elenca um conjunto de indicadores específicos de avaliação de resultados, que possibilitarão monitorizar a implementação das medidas propostas. Note-se que alguns indicadores são passíveis de fornecer informação para avaliação do progresso de mais do que uma medida em simultâneo, fruto da transversalidade das medidas dos distintos eixos estratégicos.
- Desenvolvimento de **relatórios anuais** que facultem uma visão atualizada sobre o progresso das medidas estabelecidas, integrando a identificação das medidas que possam necessitar de ser ajustadas, a redefinição de estratégias e a atualização do cronograma, entre outros aspetos relevantes.

Neste processo, sugere-se a continuidade da colaboração das equipas técnicas envolvidas na elaboração deste instrumento, para a **monitorização da política educativa municipal**.

Tabela 58. Indicadores fundamentais a monitorizar

Medidas	Indicadores	Fonte	Metas
EE1. Rede educativa de excelência, inclusiva e sustentável			
M 1.1	Estabelecimentos de educação e ensino, por estado de conservação (Escala de 1 a 5, em que: 1. Muito Insatisfatório e 5. Muito Bom) e data das intervenções realizadas	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas	Garantir, até 2029, que todos os estabelecimentos de educação e ensino apresentem um estado de conservação satisfatório ou superior.
M.1.2	N.º de estabelecimentos de educação e ensino, por nome, freguesia e nível de educação e ensino	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas	Equilibrar, até 2027, as taxas de ocupação nos estabelecimentos de educação e ensino, através de intervenções de ampliação e/ou gestão equilibrada de colocações dos alunos.
	N.º de salas, por tipologia e estabelecimento de educação e ensino		
EE2. Contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas			
M 2.1	N.º de crianças e jovens com NSE, por escola e nível de educação e ensino	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas	Estabilizar, até 2027, uma estrutura humana adequadamente dimensionada e qualificada para o apoio e acompanhamento de crianças com NSE e outras necessidades educativas.
	N.º de profissionais que integram a EMAEI e a EMACE		
	N.º de estruturas de apoio especializado, por tipologia, nos AE de Ílhavo		
	N.º de assistentes operacionais por escola		
	N.º de ações de formação no âmbito das NSE para pessoal docente e assistentes operacionais		
	N.º de oficinas de partilha de boas práticas/sensibilização para a Educação Inclusiva		
	Valor das verbas atribuídas (CRI)		
M 2.2	N.º de ações de sensibilização promovidas pela Escola Segura, por escola e nível de ensino	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas Escola Segura	Garantir o envolvimento de todos os Agrupamentos de Escolas em iniciativas de prevenção de comportamentos desviantes e de risco. Diminuir, em 20%, o índice de ocorrência de comportamentos desviantes nos contextos escolares.
	N.º de escolas/turmas envolvidas no projeto P2: Prevenção Positiva		
	N.º de ocorrências de comportamentos desviantes e/ou de risco, por escola e nível de ensino		
M 2.3	N.º de alunos migrantes por escola e nível de ensino	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas	Elaborar, até 2027, o Plano de Acolhimento de Alunos Migrantes.
	Plano de Acolhimento de Alunos Migrantes		
	N.º de atividades realizadas no âmbito da multiculturalidade, por escola		
	N.º de iniciativas entre as escolas e as entidades locais		
EE3. Educação Permanente, Inovação e Coesão			
M 3.1	N.º de iniciativas de divulgação/sensibilização para a parentalidade consciente, por ano letivo	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas	Realizar, pelo menos, 3 oficinas temáticas com os pais/encarregados de educação, por ano letivo.
	N.º de atividades de aproximação das famílias à escola		
	N.º de pais envolvidos em iniciativas de divulgação/sensibilização para a parentalidade consciente e/ou atividades no contexto escolar, por escola e nível de ensino		
M 3.2	Revisão dos Acordos de Cooperação entre o Município e as Associações de Pais	Câmara Municipal de Ílhavo Associações de Pais	Concretizar, até 2027, a análise dos Acordos de Cooperação.
M 3.3	N.º de salas de creche, por estabelecimento e ano letivo	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas IPSS Carta Social	Garantir, até 2029, uma oferta de creche consentânea com o modelo proposto.
	Nº de famílias inscritas nas listas de espera para abertura de vaga de creche		
M 3.4	N.º de parcerias/iniciativas entre os Agrupamentos de Escolas e o tecido empresarial concelhio, por ano letivo	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas Tecido empresarial Centro Qualifica Outras entidades formadoras	Criar, até 2029, uma Rede Local para a Qualificação.
	N.º de estágios profissionais realizados, por empresa local e ano letivo		
	N.º de alunos envolvidos em ações de aconselhamento e orientação formativa e profissional, por escola e nível de ensino		
	Estudo de empregabilidade e diagnóstico de necessidades formativas		
M 3.5	N.º de ações de divulgação da oferta formativa	Câmara Municipal de Ílhavo Agrupamentos de Escolas	Concretizar, até 2027, um diagnóstico das necessidades de mobilidade da população estudantil.
	Diagnóstico de necessidades de mobilidade		

8.5. Modelo de Governação para a Educação

A governação na educação constitui uma dimensão transversal à política educativa municipal, centrada na procura de soluções para a estabilização do melhor modelo de gestão e avaliação do sistema educativo de um território. Na verdade, a atual governação na área da educação requer uma coordenação multinível, a várias escalas territoriais, para a qual deverão ser convocados novos paradigmas, face ao observado durante a prevalência da visão centralista, num contexto de progressiva transferência de competências da administração central para a administração local. Com efeito, a partilha de responsabilidades, desencadeada por sucessivas orientações legais, tem vindo a alargar, de forma gradual, as competências das autarquias na esfera da educação.

De um modo global, a maior autonomia atribuída ao poder local teve uma considerável influência num conjunto de medidas delineadas para assegurar o direito constitucional da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar (artigo 74.º), designadamente, na ampliação da rede de educação pré-escolar, na construção de centros escolares capazes de construir projetos educativos, na organização do transporte escolar e na implementação da escola a tempo inteiro.

A transformação observada na ação do poder local, a nível educativo, tem vindo a reforçar a importância e necessidade de aproximação dos distintos agentes do território no processo de desenvolvimento de políticas, na articulação e otimização dos recursos e meios impulsionadores de boas práticas de educação e formação, sob os princípios de uma governação em rede rumo ao bem comum da comunidade educativa.

Neste sentido, a estrutura do modelo de governação, abaixo ilustrada (**Figura 30**), encontra-se alicerçada numa sólida base de cooperação entre distintos atores e entidades municipais, refletindo a essencial articulação multinível e uma pluralidade de inter-relações entre agentes, com responsabilidade e influência (direta e/ou indireta) na educação, que se afiguram cruciais para a conceção, implementação e monitorização das políticas educativas locais.

A edificação de um modelo de governação em rede não só reconhece o valor do envolvimento da comunidade na construção de políticas educativas bem-sucedidas, como também promove um processo de maior transparência, incentivando a participação dos cidadãos na assunção de um efetivo compromisso no âmbito da política pública. Note-se que esta abordagem reflete a metodologia participativa adotada ao longo da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, a qual integrou os contributos dos agentes locais. Portanto, a implementação do quadro estratégico, não se circunscrevendo à ação da esfera política municipal, privilegia a essencial coordenação institucional com as demais entidades, garantindo o sucesso da execução do quadro estratégico.

Considerando o núcleo temático do presente instrumento, bem como o atual quadro normativo ([Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)), é possível asseverar a preponderância do papel do Município na administração e gestão da política educativa a nível local.

A sua atuação ultrapassa, assim, o estabelecimento de sinergias de âmbito supramunicipal, em alinhamento com as diretrizes internacionais, nacionais e intermunicipais, assumindo, igualmente, uma posição de grande relevância na coordenação com o Conselho Municipal da Educação (CME) e a divisão municipal responsável pela área da educação – Divisão da Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável – e na criação de laços de confiança e de proximidade com a comunidade local, no sentido de conhecer as suas perceções e de a envolver, ativamente, na definição de políticas educativas.

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro assume, neste processo, um importante papel de mediação, num exercício de articulação com o Município de Ílhavo e os serviços da administração central, relativamente ao planeamento e desenvolvimento regional.

Ainda que o Município de Ílhavo represente o principal promotor, o desenvolvimento do quadro estratégico e o cumprimento das metas e objetivos traçados dependem, amplamente, da participação da comunidade educativa e, também, das estruturas supramunicipais de cariz regional e nacional, mediante o estabelecimento de parcerias estratégicas e do recurso a meios de comunicação privilegiados. Importa ressaltar que a comunidade educativa compreende uma vasta multiplicidade de agentes, muito além dos que se encontram diretamente envolvidos no ambiente escolar, alargando-se a outros domínios com inegável influência neste contexto (e.g. tecido empresarial, social, cultural, entre outros).

Relativamente às intervenções físicas da rede educativa, a transferência de informação deve ocorrer, preferencialmente, entre o Ministério da Educação, os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública e os Serviços de Educação da Câmara Municipal de Ílhavo, recomendando-se, complementarmente, a articulação e colaboração com municípios limítrofes em termos de movimentos pendulares dos alunos entre concelhos, no sentido de uma gestão partilhada da rede escolar.

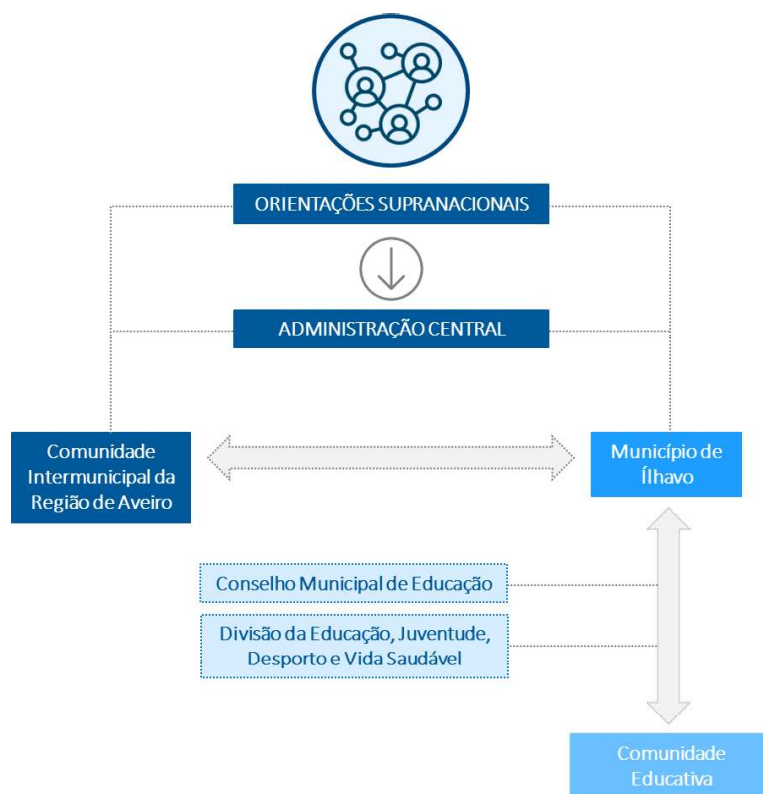


Figura 30. Modelo de governação simplificado

Em conformidade com a natureza do presente instrumento, as responsabilidades e competências assumidas pelas autarquias ao nível da educação e as orientações do quadro estratégico da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, propõe-se:

- ✎ A estabilização de uma **estrutura humana**, mediante a constituição de uma **equipa multidisciplinar** composta por técnicos municipais com competências no domínio da educação e planeamento territorial, responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação do grau de execução das medidas previstas no quadro estratégico, com particular incidência nas intervenções físicas ao parque escolar;
- ✎ A permanente **articulação com os agentes educativos locais e entidades da Administração Central e Regional** em termos de políticas educativas;
- ✎ A **atualização e revisão da Carta Educativa**, sobretudo no âmbito do diagnóstico educativo.

Relativamente às **entidades estratégicas** a envolver na implementação do quadro estratégico, destacam-se:

- Câmara Municipal de Ílhavo;
- Juntas de Freguesia;
- Estabelecimentos de Educação e Ensino;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- População Estudantil;
- Corpo docente e não docente;
- Tecido empresarial;
- Tecido social;
- Tecido cultural;
- Tecido desportivo;
- Outras entidades.

A garantia dos meios, mecanismos e recursos adequados a uma gestão concertada, proativa e eficiente afigura-se essencial ao alcance dos objetivos delineados para a educação do território de Ílhavo, conjuntura que depende, amplamente, dos esforços encetados ao nível da coordenação e envolvimento, participação e compromisso das entidades supracitadas no âmbito da operacionalização das estratégias, no sentido do sucesso do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumido como um guia orientador da política educativa do Município de Ílhavo, o instrumento da **Revisão da Carta Educativa** corporiza um conjunto de ações estratégicas no domínio da educação, de natureza material e imaterial para o curto, médio e longo prazos.

Tendo por base um **diagnóstico circunstanciado das atuais dinâmicas concelhias**, extensível aos contextos territorial, demográfico, socioeconómico e educativo, o presente instrumento integra **projeções de cenários demográficos**, bem como uma **matriz SWOT** na qual se encontram sistematizadas as principais forças e fragilidades (fatores internos) e oportunidades e ameaças (fatores externos) do concelho de Ílhavo. Todos estes elementos estabelecem os alicerces essenciais à definição do **quadro estratégico** para a educação concelhia.

Ao quadro estratégico associa-se uma **visão**, **3 eixos estratégicos**, **6 objetivos estratégicos** e **10 medidas** a serem concretizadas num horizonte temporal de uma década. De ressaltar a abordagem inovadora trazida para este instrumento que vai além da **intervenção física do parque escolar (Eixo Estratégico 1)**, envolvendo estratégias de desenvolvimento educativo promotoras de contextos e dinâmicas educativas inovadoras e inclusivas (**Eixo Estratégico 2**) e de uma **educação em todos os espaços e ao longo da vida** propulsora da **inovação e coesão territorial (Eixo Estratégico 3)**. A **calendarização** da concretização das medidas, bem como a referência a mecanismos de **monitorização e avaliação da Carta Educativa** e a um **modelo de governação** também constituem importantes componentes deste instrumento.

O processo de elaboração da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo ancorou-se num exercício coletivo de (re)construção estratégica, viabilizando a desejável concertação e cooperação que, inegavelmente, deve ser convocada num trabalho desta natureza. Conduzido em estreita colaboração com o executivo, a equipa técnica municipal e os agentes educativos locais, este contínuo envolvimento e participação focou-se na resolução das fragilidades identificadas na esfera educativa e na minoração dos desafios emergentes.

Embora o Município de Ílhavo ocupe uma posição central na gestão da política educativa, a responsabilidade pelo alcance dos objetivos delineados e pela implementação das respetivas medidas é partilhada com a comunidade educativa e outros agentes estratégicos do território, direta ou indiretamente envolvidos no contexto educativo, comprometidos com a qualidade da educação de Ílhavo.

Por fim, importa mencionar que o instrumento da Revisão da Carta Educativa de Ílhavo incorporará o respetivo Plano Diretor Municipal (PDM), assumido como instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a nível municipal, assegurando a coerência da rede educativa com a política urbana do município, sobretudo no que se refere à distribuição espacial da demografia e das atividades económicas (artigo 6.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

